

Universidade Federal de Alagoas - CentroTecnologia

Sub-Programa UFAL – Área de Concentração: Desenvolvimento Sustentável

Programa Regional de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente



Marcos Antonio Dantas de Oliveira

**CRESCIMENTO E ESTAGNAÇÃO DO COOPERATIVISMO
AGRÍCOLA NA REGIÃO FUMAGEIRA DE
ARAPIRACA, ALAGOAS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente – Sub-Programa: Desenvolvimento Sustentável – PRODEMA-AL, como requisito parcial para a conclusão do Mestrado em Meio Ambiente e Desenvolvimento. Orientadores: Cícero Péricles de Oliveira Carvalho e Fernando José de Lira.

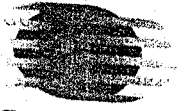
Arapiraca, outubro de 2005

Catálogo na fonte
Universidade Federal de Alagoas
Biblioteca Central
Divisão de Tratamento Técnico

Bibliotecária Responsável: Helena Cristina Pimentel do Vale

- O48c Oliveira, Marcos Antonio Dantas de.
Crescimento e estagnação do cooperativismo agrícola na região fumageira de Arapiraca – Alagoas / Marcos Antonio Dantas de Oliveira. – Maceió, 2005.
215 f. : tabs., graf.
- Orientador: Fernando José de Lira.
Co-Orientador: Cícero Pérciles de Oliveira Carvalho.
Dissertação (mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente : Desenvolvimento Sustentável) – Universidade Federal de Alagoas. Programa Regional de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente, Maceió, 2005.
- Bibliografia: f. 197-212.
Anexos: f. 213-215.
1. Cooperativismo. 2. Cooperativas Agrícolas – Alagoas. 3. Meio ambiente.
4. Desenvolvimento sustentável. I. Título.

CDU: 334.732:631.115.8(813.5)



Ata 58ª Sessão Pública de Defesa de Mestrado de MARCOS ANTÔNIO DANTAS DE OLIVEIRA, do curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente, Sub-Programa UFAL, Área de Concentração Desenvolvimento Sustentável, Sub-área Estratégias de Desenvolvimento Sustentável.

Ao vigésimo sexto dia do mês de janeiro do ano de dois mil e seis, às catorze horas, na sala de aula do PRODEM/UFAL, reuniu-se conforme a Resolução nº 96/ 94 - CEPE/UFAL, que regulamenta os Programas de Pós-Graduação "Stricto Sensu" da UFAL, a Banca Examinadora composta pelos professores doutores: Fernando José de Lira (UFAL), Fernando Bastos (UFRN) e André Gomes Maia Lajes (UFAL), na qualidade de Membros Titulares, para julgamento da Dissertação de Mestrado do aluno Marcos Antônio Dantas de Oliveira, sob Título: "CRESCIMENTO E ESTAGNAÇÃO DO COOPERATIVISMO AGRÍCOLA NA REGIÃO FUMAGEIRA DE ARAPIRACA-ALAGOAS". A Sessão Pública foi aberta pelo professor Fernando José de Lira na qualidade de representante da coordenadora do ProdeMA/ UFAL. Após a apresentação dos integrantes da Banca Examinadora pelo representante da coordenadora, o candidato fez a apresentação de seu trabalho. Continuando, o professor Fernando José de Lira, na qualidade de orientador e presidente da banca examinadora, convidou o professor Fernando Bastos, na qualidade de Examinador Externo, para iniciar as arguições, sendo seguido pelo professor André Maia Gomes Lages. Em seguida, a Banca Examinadora em Sessão Secreta avaliou o candidato que, após análise e discussão final do trabalho, aprovou o Mestrando com nota 7,8 conforme o artigo 74 Parágrafo Único do Regimento do ProdeMA/ UFAL. Nada mais havendo a tratar, eu Fernando José de Lira, lavrei a presente ATA, que foi lida e aprovada juntamente com os demais Membros da Banca Examinadora, sobre condições de

apresentadas o mestrando no prazo
Em 26 de janeiro de 2006.

Em tempo: A Banca conclui que o Mestrando deverá incorporar as modificações sugeridas no prazo de 30 dias. As modificações referidas deverão obter o visto do Orientador e do examinador da UFAL.

- 1 - *[Handwritten signature]*
- 2 - *[Handwritten signature]*
- 3 - *Anaí Maria Ferreira*
- 4 - *Janeira Galvão Baur*

PRODEMA / UFAL
CONFERE
COM O ORIGINAL
EM 24 / 02 / 2006
[Handwritten signature]

.....AGRADECIMENTOS

Sou grato pelo aprendizado, desaprendizado e reaprendizado na realização desse trabalho:

À Federação dos Trabalhadores da Agricultura.

À Junta Comercial de Alagoas.

Ao Sindicato e Organização das Cooperativas do Estado de Alagoas.

Ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Arapiraca

Aos professores: Geraldo Veríssimo Barbosa e Jakes Halan do Centro de Ciências Agrárias - CECA /UFAL

Aos professores do PRODEMA /UFAL

Aos professores orientadores: Dr. Cícero Pérciles de Oliveira Carvalho e Dr. Fernando José de Lira

Aos colegas do mestrado PRODEMA 2002

A Valdevan Rosendo dos Santos (Mestrado de Agronomia – CECA /UFAL)

À professora Cledja Santos Silva (FUNESA)

Ao professor Gilson Lima da Silva

A Marcelo José Berto Calixto (Programador)

A François Barbosa dos Santos (digitador).

E especialmente aos cooperativistas:

Aos senhores e as senhoras: Leônidas, Adelmo e Chico da CAPIAL; Firmino e Severino da COOPERFUMO; João, Miguel e Margarida da COOPERAL; e Cícero, Pastora e Valdeci da COOPAGRESTE (participantes das entrevistas desse estudo); Odaizo Barbosa Lopes, Jorge Petuba, Ismar Barbosa Rocha, Rejane Barbosa de Lima, Claudionor Isidoro Alves, Valdeci dos Santos Silva, Maria Gorete Gomes Tavares e José Távaro Rodrigues Carvalho.

E aos que fazem a Secretaria Executiva de Agricultura, Irrigação, Pesca e Abastecimento /SEAGRI

.....DEDICATÓRIA

A todos os extensionistas, em especial aos da região fumageira de Arapiraca, Alagoas.

A todos os cooperativistas, notadamente aos da CAPIAL, COOPERFUMO, COOPERAL e COOPAGRESTE.

Aos Professores e Funcionários do PRODEMA.

Aos colegas do Mestrado PRODEMA 2002

À minha família.

.....RESUMO

Esta dissertação revela quais ações foram realizadas pelos cooperados no sentido de implementar alterações importantes nos seus modos de vida. Este estudo baseou-se em entrevistas com onze (11) dirigentes das cooperativas agrícolas da região fumageira de Arapiraca, Alagoas, Brasil: CAPIAL, COOPERFUMO, COOPERAL e COOPAGRESTE. Como a cooperativa CAPIAL, desde 1963, implementou seu estatuto social, incrementou: ganhos monetários, quadro de cooperados, compras e vendas em larga escala? Por que a COOPERFUMO, COOPERAL E COOPAGRESTE não conseguem aplicar o ideário cooperativista? A prática cooperativista, como eixo de análise, que ora promove o crescimento do cooperativismo agrícola na região fumageira, ora a estagnação desse cooperativismo identificou-se, estratégias que deram certo, para que o cooperativismo acontecesse com sucesso pela CAPIAL, no período de 1978 a 1982, e, afirmativamente, destacaram-se: adesão livre e voluntária, compra e venda em em larga escala, distribuição de sobras líquidas e parcerias com o governo do Estado, Federal e cooperados ávidos, para melhorar sua condição social e econômica, atuaram. Esses fatores não estiveram presentes na experiência da COOPERFUMO e não estão presentes na COOPERAL e COOPAGRESTE. No entanto, estes casos são incapazes de desacreditar os agricultores de que o ideário cooperativista não é a solução dos seus problemas. Daí a importância desse estudo, pois as respostas dos cooperados, ao colocar a cooperativa em primeiro plano, referenda essa posição, sua melhoria econômica. Nesse sentido, ao aplicar os critérios de sustentabilidade de Sachs, destacaram-se: o econômico (45,8%), o social (28,67%), a política nacional (20,62%) e o ambiental (4,89%), confirmando essa posição. Este estudo coloca o cooperativismo agrícola como uma ferramenta importante para o exercício dos direitos de 1ª, 2ª e 3ª gerações pelos cooperados no circuito local, brasileiro e global, como também pela permanência do tema na vida acadêmica, enquanto objeto de estudo das Ciências Sociais.

.....**ABSTRACT**

This dissertation shows what actions the members of the cooperatives put into practice to implement important modifications in their way of life. This study was based on interviews with eleven (11) heads of the agricultural cooperatives of the Smoke Region of Arapiraca, Alagoas, Brazil: CAPIAL, COOPERFUMO, COOPERAL e COOPAGRESTE. Since CAPIAL implemented its social statute since 1963, developed: monetary gains, cooperated members, buying and selling in big quantity? Why can't COOPERFUMO, COOPERAL and COOPAGRESTE put into practice the idea of cooperation? The cooperative practice, as the principal way of analysis that promotes the development of the agricultural cooperatives in the smoke region, the stagnation of this cooperation identified strategies that really worked out in order to make the cooperation to be successful in CAPIAL, between 1978 and 1982, and affirmatively were detached: free and volunteer adhesions; buying and selling in big quantities; distribution of liquid excesses and partnership with the State and Federal government, and also eager members of the cooperatives that wanted to better their social and economic condition. These factors weren't present in the experience faced by COOPERFUMO and are not present in COOPERAL and COOPAGRESTE experiences either. However, these cases, are unable to discredit the agriculturists that the idea of cooperation is not the solution to their problems. That's why this study is very important, therefore, the members of the cooperatives answers considering the cooperatives more important than other things, countersign this position, its economic improvement. This way, using the maintenance criterions of Sachs, were detached: the economic (45,8%); the social (28,67%); the national politic (20,62%) and the environmental (4,89%) confirming this position. This study put the agricultural cooperation like an important instrument to the practice of the rights of 1st, 2nd, and 3rd, generation by the members of the cooperatives in local, Brazilian and global circuit, also, for the permanence of the theme in academic life, like object of studying of the Social Sciences.

.....Lista de TABELAS, QUADROS, FOTOGRAFIAS, GRÁFICOS e MAPAS

.....TABELAS:

1: Informação básica sobre o contexto, 1999	27
2: Hierarquia urbano-rural do Brasil.....	48
3: Subsídios agrícolas em %, países selecionados pela OCDE, 2001	63
4: Região Fumageira: Ano de Criação e Indicadores de Localização	97
5: Região Fumageira: POPULAÇÃO (2000).....	98
6: Região Fumageira: Evolução da População Urbana (1970/2000).....	99
7: Região Fumageira: Transferência via Previdência Social (1998)	100
8: Região Fumageira: Transferências Federais em 2001	101
9: Região Fumageira: Caracterização dos Estabelecimentos Rurais (2002). 102	
10: Comportamento do PIB dos municípios da região fumageira.....	103
11: Comportamento do PIB do setor agrícola da região fumageira	104
12: Comportamento do PIB per capita da região fumageira	106
13: Região Fumageira: PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS (2000)	106
14: Comportamento do PIB industrial da região fumageira	107
15: Comportamento do PIB do setor comercial da região fumageira	107
16: Comportamento do PIB do setor serviço da região fumageira	108
17: Região Fumageira: FROTA MUNICIPAL DE VEÍCULOS (2002)	108
18: Região Fumageira: CENSO ESCOLAR 2001.....	109
19: Região Fumageira: ÍNDICES DE DESENVOLVIMENTO HUMANO	110
20: Região Fumageira: ORGANIZAÇÕES ASSOCIATIVAS	111
21: Condição do produtor, segundo Mesorregiões, Microrregiões e Municípios	112

.....QUADROS:

1: Externalidades: social e ambiental	29
2: Saberes: autóctone, popular e científico	34
3: Dimensões e critérios de sustentabilidade	37
4: Conceitos de intelectuais sobre sustentabilidade.....	38
5: Conceitos de organismos multilaterais sobre sustentabilidade	38

6: Entendimento de autores sobre a propriedade comum.....	44
7: Conceitos sobre agricultura e desenvolvimento rural sustentável.....	59
8: Critérios de sustentabilidade agrícola	59
9: Subsetores da agricultura.....	63
10: Conceitos sobre organização cooperativa.....	69
11. Indicadores de modernidade da gestão cooperativa	92
12: Região Fumageira - Empresas Exportadoras de Fumo em Folha	104
13. Região Fumageira - Industrializadoras de fumo escuro, Arapiraca.....	105

.....**FOTOGRAFIAS:**

1: Vista parcial do cultivo de fumo.....	94
2: Vista parcial da Praça Manoel André, Arapiraca	97
3: Dia de campo – cuidados com o uso de agrotóxicos	113
4: Vista parcial da sede do armazém cooperativo de Rochdale.....	123
5: Vista parcial da sede e armazéns	130
6: Posse do Conselho de Administração na sede.....	135
7: Sede do posto de revenda	141
8: Edifício-sede.....	147
9: Sede, reunião com os cooperados.....	150
10: Vista da sede.....	154

.....**GRÁFICOS:**

1: Precipitação pluviométrica	95
2: Região Fumageira: NÚMERO DE UNIVERSITÁRIOS (2005)	110
3: Região Fumageira: PRONAF investimentos	117
4: Evolução do número de associados da CAPIAL.....	113
5: Esquerda, situação estatutária; direita, real dos produtos agrícolas	137
6: Esquerda, situação estatutária; direita, real dos insumos agrícolas.....	137
7: Evolução do número de associados da COOPERFUMO.....	142
8: Esquerda, situação estatutária; direita, real dos insumos agrícolas.....	144
9: Esquerda, situação estatutária; direita, real dos produtos agrícolas	144
10: Evolução do número de associados da COOPERAL.....	149

11: Esquerda, situação estatutária; direita, real dos produtos agrícolas.....	151
12: Esquerda, situação estatutária; direita, real dos insumos agrícolas.....	152
13: Evolução do número de associados da COOPAGRESTE	156
14:Esquerda, situação estatutária;direita, real dos insumos agrícolas	157
15:Esquerda, situação estatutária; direita, real dos produtos agrícolas.....	158
16: Critério econômico de sustentabilidade.....	190
17: Critério social de sustentabilidade.....	191
18: Critério política nacional de sustentabilidade	192
19: Critério ambiental de sustentabilidade	193
20: Critérios de sustentabilidade	194

.....**MAPAS:**

1: Mapa de área de atuação da CAPIAL.....	131
2: Mapa de área de atuação da COOPERFUMO	141
3: Mapa de área de atuação da COOPERAL.....	148
4: Mapa de área de atuação da COOPAGRESTE.....	155

.....LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABCOOP: Associação Brasileira de Cooperativas
ACI: Aliança Cooperativa Internacional
AL: Alagoas
ADRS: Agricultura e Desenvolvimento Rural Sustentável
ANCAR: Associação Nordestina de Crédito Rural
ARAGRESTE: Associação Agroecológica
ASSOCENE: Associação de Orientação às Cooperativas dos Estados do Nordeste
ASSOCEP: Associação de Orientação às Cooperativas do Paraná
BANCO MUNDIAL ou BIRD: Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento
BNCC: Banco Nacional de Crédito Cooperativo
BNDES: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
BNH: Banco Nacional de Habitação
BRASCOOP: Fundação Brasileira de Cooperativismo
CAC-CC: Cooperativa Agrícola de Cotia – Cooperativa Central
CAPIAL: Cooperativa Agro-pecuária e Industrial de Arapiraca Ltda
CARPIL: Cooperativa Agropecuária Regional de Palmeira dos Índios Ltda
CDL: Clube de Diretores Lojistas
CEASA: Centrais de Abastecimento da Alagoas S/A
CECA: Centro de Ciências Agrárias
CEPA: Comissão Estadual de Planejamento Agropecuário
CEPAL: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
CESAMA: Centro de Ensino Superior Arcanjo Mikael de Arapiraca
CESMAC: Centro de Estudos Superiores de Maceió
CNPJ: Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica
COCANE: Cooperativa Central Agrícola do Nordeste
CONAMA: Conselho Nacional do Meio Ambiente
COOPAIBA: Cooperativa Agroindustrial dos Irrigantes do Projeto Bananeiras Ltda
COOPAGRESTE: Cooperativa Agropecuária de Desenvolvimento do Agreste Ltda
COOPCRAL: Cooperativa de Crédito Rural do Agreste Alagoano Ltda
COOPERAL: Cooperativa dos Produtores Rurais de Arapiraca Ltda

COOPERFUMO: Cooperativa Mista dos Produtores de Fumo de Alagoas Ltda
COOPERVENDAS: Cooperativa Regional de Vendedores
COOPTAL: Cooperativa dos Profissionais Técnicos em Agropecuária de Alagoas Ltda
COOVENOL: Cooperativa dos Vendedores do Nordeste
CPA: Cooperativas de Produção Agropecuária
CPI: Comissão Parlamentar de Inquérito
C&T: Ciência e Tecnologia
CUNA: Associação Nacional de Cooperativas de Crédito
CWS: Co-operative Wholesale Society
DEE: Diretoria de Estatística do Estado
DENACOOOP: Departamento Nacional de Cooperativismo
DER: Departamento de Estradas de Rodagem
DETRAN: Departamento de Trânsito
ECO 92: Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento
ECOSOL: Sistema de Economia Solidária
EMATER: Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Alagoas
EMBRAPA: Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
EPEAL: Empresa de Pesquisa Agropecuária do Estado de Alagoas
EPI: Equipamento de Proteção individual
ESALQ: Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz
EUA: Estados Unidos da América
FACOMAR: Federação das Associação Comunitárias de Moradores do Município Arapiraca
FAO: Organização de Alimentação e Agricultura das Nações Unidas
FETAG: Federação dos Trabalhadores da Agricultura
FITPAL: Fundação Instituto de Tecnologia e Pesquisa da Alagoas
FMI: Fundo Monetário Internacional
FPM: Fundo de Participação do Município
FUNDACOOOP: Fundo Nacional do Cooperativismo
FUNDEC: Fundação de Desenvolvimento Cooperativista
FUNDEF: Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação e Valorização do Magistério
FUNEC: Fundação Educacional do Agreste

FUNESA: Fundação Universidade Estadual de Alagoas
Hab/Km²: Habitante por quilometro
IARC: Centro Internacional de Pesquisa Agrícola
IBAMA: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis
IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH: Índice de Desenvolvimento Humano
IDHM: Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
IFOAM: Federação Internacional dos Movimentos de agricultura Orgânica
IICA: Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura
IMA: Instituto do Meio Ambiente
INCRA: Instituto Nacional de Colonização e Reforma agrária
INEP: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais
INTA: Instituto Nacional de Tecnologia Agropecuária
IPEA: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
ISO: International Organisation for Standardisation
ITEC: Instituto Técnico de Estudos Cooperativos
MAELA: Movimento Agro-ecológico da América Latina e do Caribe
MBA: Curso de Pós-Graduação
MCC: Mondragón Corporación Cooperativa
MDA: Ministério do Desenvolvimento Agrário
MEC: Ministério da Educação e Cultura
MERCOSUL: Mercado Comum do Sul
MPE's: Médias e Pequenas Empresas
MST: Movimento dos Trabalhadores Sem Terra
NAFTA: Acordo Norte- Americano de Livre Comércio
NAMEA: Matriz de Contas Nacionais Incluindo Contas Ambientais
NEAD: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural
OCB: Sindicato e Organização das Cooperativas do Brasil
OCEAL: Sindicato e Organização das Cooperativas do Estado de Alagoas
OCDE: Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico
OCE: Organização das Cooperativas Estadual
OEA: Organização dos Estados Americanos
OGMs: Organismos Geneticamente Modificados
OMC: Organização Mundial do Comércio

ONG: Organização Não-Governamental
ONU: Organização das Nações Unidas
PAPP: Programa de Apoio ao Pequeno Produtor
PDRI: Projeto de Desenvolvimento Rural Integrado
PDSFN: Programa de Desenvolvimento do Sistema Fundiário Nacional
PE: Pernambuco
PEA: População Economicamente Ativa
PETI: Programa de Erradicação do Trabalho Infantil
PIB: Produto Interno Bruto
PMA: Prefeitura Municipal de Arapiraca
PNB: Produto Nacional Bruto
PNUD: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
POLONORDESTE: Programa de Desenvolvimento de Áreas Integradas do Nordeste
PRONACOOP: Programa Nacional de Cooperativismo
PRONAF: Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PRORURAL: Planejamento e Projetos Rurais
PVRS: Projeto Vida Rural Sustentável
RIO + 10: Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável
RSC: Responsabilidade Social Corporativa
SA 8000: Social Accountability 8000
SCA: Sistema Cooperativista dos Assentados
SEAGRI: Secretaria Executiva de Agricultura, Irrigação, Pesca e Abastecimento
SEBRAE: Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SENACOOOP: Serviço Nacional de Cooperativismo
SER: Serviço de Economia Rural
SESCOOP: Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo
SICEA: Sistema Integrado de Contas Econômicas e Ambientais
SNUC: Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza
SRI: Fundos de investimentos Responsáveis
STN: Secretaria do Tesouro Nacional
STR: Sindicato dos Trabalhadores Rurais
SUDENE: Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste
UNAMAR: União das Associações dos Moradores de Arapiraca
UNASCO: União Nacional das Associações Cooperativas

UNCTAD: Conferência das Nações Unidas para o Comércio e Desenvolvimento
UNESCO: Organização Educativa, Científica e Cultural das Nações Unidas
UNEP: Programa de Meio Ambiente das Nações Unidas
UNICRED: Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Profissionais de Saúde de Nível Superior de Alagoas
UNIMED: Cooperativa de Trabalho Médico Ltda
UNIFAL: União dos Fumicultores de Alagoas
UNIODONTO: Cooperativa de Trabalho Odontológico Ltda
UNISINOS: Universidade do Vale dos Sinos
UFAL: Universidade Federal de Alagoas
UFPE: Universidade Federal de Pernambuco
UFRPE: Universidade Federal Rural de Pernambuco
UFSE: Universidade Federal de Sergipe
URSS: União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
USP: Universidade de São Paulo
WIDER: Instituto Mundial para a Pesquisa de Desenvolvimento Econômico

SUMÁRIO

Introdução	15
1.1 Desenvolvimento SUSTENTÁVEL.....	22
1.1.1 Sob o predomínio do Produto Nacional Bruto PER CAPITA	22
1.1.2 RESPONSABILIDADES geracionais.....	33
1.1.3 Não, ao LUGAR PADRÃO.....	46
1.1.4 Policultura INTERDEPENDENTE	55
1.2 Desenvolvimento do COOPERATIVISMO.....	67
1.2.1 AJUDA MÚTUA, o princípio sustentável da cooperação	67
1.2.2 Esses homens GENIAIS E SEUS IDEAIS de Cooperação.....	69
1.2.3 Cooperação e cooperativismo EM MOVIMENTO	76
2. Arapiraca: da árvore à capital brasileira do FUMO EM CORDA.....	94
2.1 O DESENVOLVIMENTO da cultura e da região fumageira	94
2.2 Região fumageira: GEOGRAFIA	95
2.3 Região fumageira: POPULAÇÃO	97
2.4 Região fumageira: ECONOMIA	99
2.5 Região fumageira: INDICADORES SOCIAIS	109
2.6 Região fumageira: MEIO AMBIENTE	112
2.7 Região fumageira: SERVIÇOS AGROPECUÁRIOS.....	114
3. Histórias de cooperação e cooperativismo: A CAMINHO da consciência solidária.....	119
3.1 Por caminhos SOLIDÁRIOS.....	119
3.2 Os 28 Tecelões de Rochdale: a SOCIEDADE DOS PROBOS PIONEIROS	121
3.3 A Cooperativa AGRO-PECUÁRIA E INDUSTRIAL de Arapiraca Limitada	130
3.4 A Cooperativa Mista dos PRODUTORES DE FUMO de Alagoas Limitada	140
3.5 A Cooperativa dos PRODUTORES RURAIS de Arapiraca Limitada ...	146

3.6 A Cooperativa Agropecuária de DESENVOLVIMENTO do Agreste Limitada.....	153
4. Estudo DE CASO	161
4.1 Relato das EXPERIÊNCIAS de dirigentes das cooperativas agrícolas da região fumageira de Arapiraca, Alagoas	161
5. CONCLUSÕES	189
6. REFERÊNCIAS.....	197
7. DEPOIMENTOS AO AUTOR	210
8. ANEXOS	213
8.1 Questionário da ENTREVISTA.....	214

“A conquista mais importante da tecnologia cientista foi, sem dúvida, o aumento no poder de destruição da máquina de guerra... O aperfeiçoamento desses ‘objetos’ desperta um interesse extraordinário na mente de qualquer cientista natural que tenha tido uma educação normal” (ULLRICH,2000:341).

Em meados do século XVIII, o processo de industrialização dava seus passos iniciais e, com ele, a sistematização de trabalho. Nesse sentido, a fábrica, esse elemento novo, provocou deslumbramento na sociedade e as mulheres agora podiam empregar-se, como também as crianças atendiam a esse chamamento, um gesto que modificou a relação entre mulher e homem. O tempo mostrou que essa invenção, a fábrica, foi percebida pelas famílias como um estorvo, pois, com aquele horário, dezesseis horas, não sobravam mais tempo para as conversas sobre o cotidiano, as brincadeiras lúdicas e as crianças ressentiam essa falta. O nascente capitalismo tomou para si as rédeas desse processo, tornou-se o senhor das vidas dos operários e suas famílias. E, nesse ambiente de dor e sofrimento, nasce a cooperação. Mesmo em franca e crescente prosperidade a indústria da flanela de Rochdale, na Inglaterra de 1843, os tecelões – adultos e crianças, homens e mulheres –, continuavam a trabalhar com horário extenuante e mal remunerado. A situação precária sócio-econômica em que viviam os tecelões fez com que estes reagissem. A ocasião era oportuna para solicitar aumento em seus salários; “hão de ver quem somos nós!” (HOLYOAKE,2001:20). E, em comissão, lá foram eles, ao encontro dos industriais. Não! Foi a resposta que obtiveram, e alguns deles preferiram fechar as portas de suas fábricas.

Frustrado o intento. Em um desses dias sombrios de novembro de 1843, os operários resolveram discutir quais soluções seriam possíveis, para o enfrentamento dessa situação de penúria em que se encontravam, e elencaram várias possibilidades: pedir proteção da lei dos indigentes? Deviam migrar? No entanto foram os ideais dos socialistas utópicos, Robert Owen e Doutor Willam king, que nortearam a decisão de criarem um armazém cooperativo de consumo. E, na noite de 24 de outubro de 1844, a Sociedade dos Probos Pioneiros de Rochdale, localizada na Travessa do Sapo, abre suas portas para atendimento aos operários e

suas famílias, baseada em princípios (regras) bem estabelecidos: “1 - Governo democrático da sociedade, cada sócio tendo direito a um só voto, independentemente do capital que tivesse investido; 2 - A sociedade estava aberta a qualquer pessoa que quisesse se associar, desde que integrasse uma cota do capital; 3 - O capital investido receberia uma taxa de juros, para estimular a poupança e as compras na cooperativa, mas, também, evitar que o excedente fosse apropriado pelos investidores; 4 - O excedente, depois de remunerado o capital, deveria ser distribuído entre os sócios, na proporção do valor de suas compras e, se ainda houvesse sobras, poderiam ser repartidos segundo outro critério; 5 - A sociedade só venderia vista-regra muito dura naquela época de crises periódicas, mas que evitava a falência tão freqüente entre aqueles que vendiam fiado; 6 - A sociedade venderia produtos puros e de boa qualidade- para evitar a prática, então freqüente, de adulteração de alimentos e outros bens de consumo; 7- Desenvolvimento da educação cooperativa dos sócios – uma das herança de Owen; 8 - A sociedade seria neutra, política e religiosamente (PINHO,2004:263-264). Esses princípios balizam até hoje qualquer estatuto de uma cooperativa onde quer que ela se localize, no hemisfério norte ou sul, nas sociedades ricas ou pobres, em países credores ou devedores.

E Mladenatz (2003:14) resume bem a importância dessa organização, afirmando que “a generalização dessas associações permite realizar uma ordem econômica e social capaz de fundar-se não sobre a luta, mas sobre o entendimento, não sobre o espírito da competição, mas sobre a solidariedade, não sobre a dominação da empresa lucrativa, mas sobre a colaboração com o trabalhador”. A idéia de auto-ajuda contida na proposta cooperativista está em constante movimento e, por isso, realiza-se nas mais diversas e numerosas categorias: sociedades, sofrimentos, soluções e desejos. Desde então, tanto outros sonhadores-precursores-estudiosos – Owen, King, Bellers, Fourier, Blanc, Gide, padre Arizmendiarieta, Boettcher, Benecke, Filene, Pinho, Singer, Mladenatz e outros que continuam a iluminar o mundo com seus ideais e realizações, para transformar o ambiente social. Essa idéia tem ressonância na região fumageira de Arapiraca, Alagoas, Brasil e começa com o entusiasmo de Lourenço de Almeida, professor e contabilista. Em 1963, funda-se a primeira cooperativa agrícola na região, conhecida por CAPIAL – Cooperativa Agro-pecuária e Industrial de Arapiraca Limitada. Obteve sucesso entre os anos de 1978-1983, hoje vive sua fase de estagnação, mas continua a ser uma

referência. Em 1987, mais uma cooperativa abre suas portas para atender os fumicultores, estamos falando da COOPERFUMO – Cooperativa Mista dos Produtores de Fumo de Alagoas Limitada, de duração efêmera, está no ostracismo. Alguns sindicalizados juntamente com o pessoal das associações comunitárias criam, em 1992, a COOPERAL – Cooperativa dos Produtores Rurais de Arapiraca Limitada. Esta, enquanto organização institucional, está estabelecida, contudo tem uma prática cooperativista muito tímida. E, por último, a COOPAGRESTE – Cooperativa Agropecuária de Desenvolvimento do Agreste Limitada, que, em 1998, abre suas portas, para produzir e comercializar ovos de galinhas caipiras, com o intuito de ser uma alternativa à cultura do fumo. Também vive momento ruim, não realiza suas normas estatutárias.

O movimento cooperativista é uma ferramenta importante nos dias atuais, para o enfrentamento dessa onda globalizante, que tem sido perversa o suficiente, para aniquilar desde os estilos de vida mais prosaicos dos povos autóctones e tradicionais, como também para aqueles que sobrevivem das migalhas dos processos científico-tecnológicos e da tirania do mercado. Assim sendo, é importante compreender o mundo em que vivemos e também como nos posicionamos no mundo. Dentro dessa ótica, indaga-se: como as sociedades e agrupamentos humanos os mais diversos possíveis podem atingir posições confortáveis, garantidoras de relevância social, redistribuição econômica e prudência ecológica em um mundo tão hierarquizado e autoritário? Muitos estudiosos, entre eles Ignacy Sachs, comentam sobre um sistema de produção e consumo respeitador do meio ambiente, onde a sustentabilidade definida como eficácia econômica, social e ambiental atenda às necessidades, desejos da geração atual e das gerações futuras. Desta feita, o desenvolvimento sustentável é agora o carro chefe desse processo desenvolvimentista que começou quando o presidente americano Truman anunciou: “Devemos iniciar um programa novo e ousado que torne os benefícios de nosso progresso científico e industrial disponível, para o aprimoramento e o crescimento das áreas subdesenvolvidas...”. E John Kennedy: “Em toda a América Latina, milhões de pessoas lutam para livrar-se dos grilhões da pobreza, da fome e da ignorância. Ao Norte e a Leste, elas vêem a abundância que a ciência moderna pode trazer. E sabem que os instrumentos do progresso estão a seu alcance” (ULLRICH,2000:339). A continuação desse processo atende pelo nome de desenvolvimento sustentável, e este elege critérios que possam mitigar os

danos ambientais, ei-los: social, cultural, ecológico, ambiental, territorial, econômico, política nacional e política internacional. (SACHS, 2000: 85-88)

Então, este estudo é um esforço teórico-metodológico para revelar e compreender o cooperativismo agrícola na região fumageira de Arapiraca, Alagoas, Brasil. E fundamenta-se em algumas experiências de dirigentes das cooperativas agrícolas: CAPIAL, COOPERFUMO, COOPERAL e COOPAGRESTE. Nesse sentido, nosso objeto de estudo é o cooperativismo agrícola na região fumageira e sua relação com o desenvolvimento sustentável.

O objetivo de pesquisa foi analisar em que medida as cooperativas agrícolas atuantes na região fumageira, e solidamente constituídas juridicamente, foram capazes de motivar seus membros a discutirem e criarem mecanismos de garantia não só da gestão empresarial, assegurando trabalho e renda, mas, sobretudo, da melhoria das condições de vida da população por elas atingidas, em termos econômicos, sociais, ambientais e culturais, assegurando a diversidade de modos de vida em sintonia com o desenvolvimento sustentável.

As hipóteses estão colocadas do modo a responder: 1) O cooperativismo agrícola é um dos caminhos possíveis na construção de uma sociedade mais eqüitativa, mais solidária, mais respeitadora da natureza, ajudando, assim, na transformação de áreas rurais com problemas fortes na distribuição dos ativos fundiários, da renda, do acesso aos bens públicos;

2) O cooperativismo agrícola na região fumageira, ao longo de quatro décadas, tem se constituído em um fenômeno social, econômico e regional que, pela amplitude e por sua manutenção no tempo, pode ser considerado um movimento de caráter massivo que gerou marcas importantes na sociedade e na economia dos 08 municípios que fazem a região fumageira.

Neste estudo do caso das cooperativas agrícolas da região fumageira de Arapiraca, Alagoas, utilizamos procedimentos de coleta de dados classificados na literatura como qualitativos e quantitativos. Realizamos pesquisa de campo, em uma amostragem com dirigentes cooperados, levantaremos histórias de vidas, como também de pesquisa documental (recortes de jornais, estatutos e atas...) e bibliográfica. Para esse estudo do caso, nosso trabalho de campo se realizou com a técnica de entrevistas, com aplicação de questionários e se estruturou a partir da escolha de uma amostra qualitativa com 11 (onze) dirigentes das quatro

cooperativas agrícolas que atuam na região fumageira: (1) CAPIAL, (2) COOPERFUMO, (3) COOPERAL e (4) COOPAGRESTE, no período de 1976 a 2004.

Utilizamos textos dos autores conhecidos, que são trabalhados nas disciplinas do Programa de Mestrado, além de outros autores que elaboram a partir dos postulados do desenvolvimento sustentável, para construir o referencial teórico, com o qual analisei o fenômeno do cooperativismo agrícola nessa região. A parte referente ao cooperativismo, com uma revisão bibliográfica de autores reconhecidos que trataram do tema, tanto no plano teórico, como na sua aplicação em cooperativismo agrícola.

Partimos do pressuposto de que, na busca pela minimização das dificuldades do seu dia-a-dia, o agricultor tem buscado no cooperativismo uma importante estratégia como forma de garantir a execução do seu sistema de produção, acesso aos insumos, comercialização de produtos, melhorias sociais, proteção do meio ambiente, garantir a reprodução do seu modo de vida. Nesse estudo, a articulação que as cooperativas agrícolas em atuação na região fumageira alagoana fizeram – e continuam fazendo – com outros agentes econômicos e sociais, no sentido de buscar compor cenários, nos quais os agricultores atinjam seus objetivos, enquanto cooperados, estudando este caso sob a ótica dos princípios do desenvolvimento sustentável, tem contribuído para o crescimento desse processo.

Os capítulos encerrados, nesta dissertação, somam -se em número de cinco mais a introdução. O primeiro deles trata do referencial teórico, uma análise sobre os processos de desenvolvimento, onde ciência, tecnologia e mercado figuram como resposta às tensões e emoções das sociedades ricas, pobres e as autóctones, constituem também as premissas do desenvolvimento sustentável. Chama para si a realização de uma globalização assentada nos princípios ecológicos. Bem assim, como os ideais e experiências de cooperação e cooperativismo no mundo exercem fascínio entre as pessoas, onde quer que elas se localizem. Porque o cooperativismo é um instrumento indiscutível para a promoção de bem-estar material e imaterial tanto dos povos, como das categorias de uma sociedade. Assim, este capítulo faz uma reflexão sobre os processos desenvolvimentistas e, também como o cooperativismo tornou-se uma referência mundial para aqueles desejosos de cooperação e solidariedade.

O segundo capítulo aborda a caracterização da região fumageira de Arapiraca, composta pelos 08 (oito) principais municípios, objeto desse estudo: Arapiraca, Coité do Nória, Craíbas, Feira Grande, Girau do Ponciano, Lagoa da Canoa, Limoeiro de Anadia e Taquarana. É por que a região ficou conhecida por esta denominação, além de aspectos geográficos, populacionais, econômicos, sociais e ambientais. Faz um resumo das principais atividades econômicas e sociais do município. O capítulo traz ainda um apanhado sobre os projetos destinados à população rural desenvolvidos pelo poder local, estadual e federal e de outros atores.

O terceiro capítulo historia a cooperação e o cooperativismo no mundo, no Brasil e, em especial, do cooperativismo agrícola na região fumageira de Arapiraca. São histórias de cooperação e cooperativismo contadas por homens: Owen, Fourier, Buchez, Raiffeissen, Schulze-Delitzch, Luzzati, Haas, Desjardins, que forjaram seus ideais mais nobres na consecução de experiências nem sempre exitosas, mas que ainda servem de base para a criação de organizações cooperativas de qualquer ramo, em qualquer lugar desde mundo. Enfim, o cooperativismo continua a emular discussões sobre sua importância, ainda mais, hoje, com essa onda globalizante que devasta os estilos de vida mais prosaicos em nome do consumismo supérfluo, que menospreza os lugares em nome do espaço, do localismo em nome do universalismo.

O quarto capítulo apresenta um relato das experiências dos dirigentes das cooperativas agrícolas: CAPIAL, COOPERFUMO, COOPERAL e COOPAGRESTE, ao serem instigados por indagações sobre suas práticas cooperativistas. É a riqueza de detalhes das respostas que confirmam porque o cooperativismo continua a embalar sonhos de homens e mulheres. Falam da autonomia, da solidariedade, das tensões, das emoções, do uso das técnicas, do intercâmbio de mercadorias e valores monetários, dos relacionamentos formais e informais, para desenvolver a prática cooperativista, dos avanços e recuos de suas cooperativas, enquanto projeto social. E caracterizam a importância da educação cooperativista, para reformar o ambiente econômico, social, ambiental e cultural.

O último capítulo apresenta as considerações. Neste, as respostas dos dirigentes foram selecionadas por semelhanças e proximidades, no que diz respeito aos aspectos econômico, social, político, ambiental, ecológico, territorial, cultural. Essas respostas, em atendimento aos critérios de sustentabilidade proposto por

Sachs, apresentam-se em 04 (quatro) grupos. Ei-los: econômico, social, político e ambiental. Em cada um desses grupos, as questões e respostas suscitadas mostram suas especificidades: a capacidade de compreensão da cada dirigente sobre as indagações, por que o critério econômico se sobressai, como o dirigente participa da vida cooperativa, tanto interna como externamente; por que as cooperativas agrícolas têm dificuldades, para realizar suas normas estatutárias, por que continuam confiando no cooperativismo como ferramenta realizadora de seus desejos e necessidades.

1.1.....Desenvolvimento SUSTENTÁVEL

1.1.1.....Sob o Predomínio do Produto Nacional Bruto PER CAPITA

A história da civilização humana ocidental está repleta de períodos de grandes desafios. O relato de guerras, catástrofes naturais e artificiais e mais recentemente penúria para quase 2/3 da população mundial e consumo supérfluo dos recursos naturais, para uma minoria privilegiada, e dentro desta, uma ainda ínfima população mandatária e praticamente “dona” dos potenciais ecológicos, são exemplos de ameaças que pairam não só sobre as civilizações, como também sobre os recursos da biosfera. Concomitantemente, vivenciamos um novo momento de abertura dos portos e desregulamentação das economias marcadamente nos países pobres, enfim, a globalização, o mundo do livre comércio de bens e serviços. Contudo, o elemento mais vigoroso deste processo é a liberdade de movimentação de capitais, isso representa também a possibilidade plutárquica de compra da natureza.

Em função dessas diversas circunstâncias, o homem foi ocupando a superfície terrestre e nela se estabelecendo, ampliando seu território de domínio, inovando nas relações sociais e com a natureza, acumulando riqueza, renda, conhecimento, prerrogativas e poder, criando assim um sistema altamente concentrador de riqueza e renda, o sistema capitalista. Ainda mais, com a revolução industrial, a humanidade avançou nos limites da propriedade individual e, ao superar o limite da acumulação individual, tratou os bens de uso de forma semelhante aos bens de consumo, de modo que uma televisão ou um telefone é consumido tão rapidamente quanto o alimento. Esse modo de consertar os bens do mundo se amolda à forma como eles são produzidos. Nesse sentido, dissolve-se a riqueza estável, a posse de objetos estocados, “transformando-os em dinheiro que é gasto e consumido” em ARENDT (2003:136).

Essa apropriação tem causado grandes benefícios para uma pequena parcela da população. Por outro lado, tem causado danos irreparáveis aos ecossistemas naturais e seus serviços, à diversidade cultural, tornando irrelevante o fecundo e diverso modo de vida animado, incluído o indígena, e as exuberantes

manifestações culturais. Sobremaneira, o homem ocidental tem tratado a cultura popular com uma “arrogância defensiva desproposita” (MCLUHAN,2002:221).

Mas é na relação de poder, em especial o econômico, que o homem se apóia vigorosamente, para aniquilar toda e qualquer ação ou reação que ameace desestabilizar essa ordem vigente, representada pelo sistema capitalista contemporâneo. Daí vem a indagação, em que se fundamenta esse sistema? E Hawken *et al.*, (2003:6) responde:

O progresso econômico tem melhores condições de ocorrer em sistemas de produção e distribuição de mercado livre em que os lucros reinvestidos tornam o trabalho e o capital cada vez mais produtivos.

Obtêm-se mais vantagens competitivas quando as fábricas maiores e mais eficientes produzem para a venda no mercado em expansão.

O crescimento da produção total (PIB) maximiza o bem-estar humano.

Todo advento de escassez de recursos estimula o desenvolvimento de substitutos.

As preocupações com a saúde de meio ambiente são importantes, mas devem equilibrar-se com as exigências de crescimento econômico se se quiser manter um alto nível de vida.

As empresas e as forças de mercado livres alocarão pessoas e recursos para o seu uso superior e melhor .

Esse sistema explora paradigmas, portanto inexistente sem eles. Para isso, emprega a supremacia do saber e da prática, hoje tão bem representada pela ciência e pela tecnologia. Nesse sentido, a exploração capitalista assentada na propriedade privada, no mercado, no lucro e no consumo implica rigorosamente padronizar o processo produtivo, sem dar a devida atenção aos recursos naturais e redistribuição do trabalho e da renda.

Mesmo com a Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948): “igualdade de todos os seres humanos”, o cotidiano das pessoas comuns não sofreu qualquer alteração nesse sentido. Pois o mundo está dividido entre as nações desenvolvidas, ou de primeira classe; as de segunda classe, ou nações que compunham a URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas e, por fim, as de terceira classe, as nações subdesenvolvidas, ou ainda Terceiro-mundistas. Ainda mais, hoje, mesmo com o desaparecimento dos Estados Socialistas, toda uma terminologia conceitual sobre desenvolvimento, padrão de vida, passa a ser empregada, agora, somente sobre o viés capitalista. Convém salientar que o sistema capitalista baseia-se em uma ordem em que os atores econômicos e sociais se envolvem, evoluem e se comportam de conformidade com as normas e

procedimentos que asseguram a continuidade do “fluxo circular da vida econômica” (ARRIGHI, 1997:19).

Um ano mais tarde, em 20 de janeiro de 1949, Harry Truman toma posse na presidência dos EUA – Estados Unidos da América e, em seu discurso, afirma a importância da Ciência e do Estado moderno.

É preciso que nos dediquemos a um programa ousado e moderno que torne nossos avanços científicos e nosso progresso industrial disponíveis para o crescimento e para o progresso das áreas subdesenvolvidas. O antigo imperialismo – a exploração para o lucro estrangeiro – não tem lugar em nossos planos. O que imaginamos é um programa de desenvolvimento baseado nos conceitos de uma distribuição justa e democrática (ESTEVA,2000:59-60).

Estava posta a política externa americana de combate ao subdesenvolvimento. Como podemos fazê-la dar certo?

A partir deste evento, inaugurava-se uma nova era. Estava oficializado assim o novo marco regulatório, que regeria as relações entre os países, os desenvolvidos e os subdesenvolvidos. As exigências de novos conceitos e critérios a serem implementados devem atender aos objetivos estabelecidos pelo Norte rico e, em especial, pelo EUA. Para isso, é mister que estes continuem a satisfazer a secular ordem vigente. E agora com uma roupagem, denominada globalização, assegura sua reprodução, apoiando-se imperativamente no “pensamento auto-afirmativo” – racional, análise, reducionista e linear – e nos “valores auto-afirmativos” – expansão, competição, quantidade e dominação (CAPRA,2002:27).

Portanto, a partir do discurso do Presidente Truman, bilhões de pessoas, no mundo inteiro, passaram à condição de subdesenvolvidas e, no sentido real, perderam liberdades reais, diversidade cultural e condição sócio-econômica. No entanto, o que acentua ainda mais a condição de subdesenvolvido é a idéia de que, apesar de vivermos em um mundo rico em diversidade cultural e ecológica, é tão pobre em solidariedade e na equitativa igualdade de oportunidades: econômicas, sociais e patrimoniais, o que reforça literalmente este abismo entre os pobres e os ricos nos países e entre países. Porquanto, o que temos é um empobrecimento geral e enorme da população global, que afetando progressivamente a autonomia de seus estilos de vida, ofusca de sobremaneira os Princípios Universais dos Direitos Humanos. Nesse sentido, o mundo hoje pode muito ser representado por três tipos de nações: “aquelas em que as pessoas gastam rios de dinheiro, para não ganhar

peso; aquelas em que as pessoas comem, para viver e aquelas cuja à população não sabe de onde virá a próxima refeição”, Landes (1998:XIX-XX).

Os cientistas e pesquisadores que trabalham para essa ordem vigente estabelecem diferentes níveis de padrões de vida e passam a utilizar critérios, para aferir o grau de desenvolvimento de um país, bem assim, entre países. Deste modo, o padrão de vida de cada país é medido pela quantidade de bens e serviços que podem ser comprados com a renda nacional média. Com isso, elege-se um indicador essencialmente econômico, sobretudo uniformizador (em qualquer espaço e tempo) e hegemônico: o PNB – Produto Nacional Bruto per capita. É um indicador convincente, pois, segundo seus criadores, este representa o padrão de vida dos povos em seus países e entre países. Podem-se averiguar os níveis de vida dos EUA, do Brasil ou de qualquer outra nação, passando a idéia de igualdade de oportunidades – social e patrimonial – para todos, enfim, a rota de que dispomos para a felicidade mundial. Essa idéia é solapada, porque o “imperativo peremptório de competir no mercado mundial frustra constantemente as tentativas de organizar as sociedades de maneira criativa e diversificada”, enfatiza Sachs (2000b:360).

A supremacia do mercado aliada à informação, ou melhor, à mídia (marketing), passa a ser vista como a única forma de distribuição social e econômica dos bens e serviços. Com isso, a todo poderosa tecnociência é elevada ao status máximo, isto é, assume a condição de ser um elemento acima de qualquer questionamento. É a expressão máxima da dominação dos países ricos em ciência, tecnologia, bens, serviço e capital e sua forma mais comum de percepção e persuasão das pessoas: os bens e serviços disponíveis para consumo – telefone, geladeira, tênis, carro, educação, saúde, lazer. Nesse sentido, “o consumo cresce quando há um vácuo de utopia. Não há utopia, ponha consumo”, ratifica Dias & Gambini (1999:159).

Ademais, tem importância o relatório das ONU – Organizações das Nações Unidas de 1954, pois este já mostrava um desconforto quanto ao monopólio do PNB per capita e propunha a aplicação de outros indicadores não monetários¹ – como expectativa de vida, grau de escolaridade – o PNB per capita ainda é o preferido

¹ Indicadores: 1 – saúde, inclusive condições demográficas; 2 – alimentação e nutrição; 3 – educação, incluindo alfabetismo e profissionalização; 4 – condição de trabalho; 5 – nível de emprego; 6 – consumo agregado; 7 – transporte; 8 – habitação, inclusive equipamentos domésticos; 9 – vestuário; 10 – recreação e lazer; 11 – segurança social; 12 – liberdade humana (LATOUCHE,2000:177).

pelos estudiosos, como também é usado cotidianamente em qualquer país, no relatório oficial de qualquer organização mundial, tornou-se uma verdade. Esses outros indicadores apresentam algumas ambigüidades e não conseguiram relevância para “alterar a perspectiva dominante do PNB” (Op.cit.:177). A inclusão destes conceitos gerais no dia a dia foi simbólica. Uma vez que eles tiveram, como resultados, iniciativas que não satisfizeram as necessidades básicas, ou a auto-suficiência na produção de alimentos, ou no emprego de tecnologias apropriadas, seu impacto continua questionável. Isto é, os povos e/ou as nações ascendem aos níveis de padrões de vida desfrutados pelos ricos, através de uma escala de indicadores sócio-econômico. Mas o que acontece, na verdade, é a legitimidade da desigualdade tão bem acentuada nos dias de hoje.

Recentemente, no Brasil, um estudo feito pelo Banco Mundial – Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento – e pelo IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – publicado pelo Jornal Gazeta Mercantil, relata, “Dez por cento dos brasileiros mais pobres recebem 0,9% da renda do país, enquanto os 10% mais ricos ficam com 47,2%”(CARVALHO,2003:A-5).Todavia, as desigualdades também são fortes, na educação, na saúde, no acesso à terra, à informação e ao conhecimento. Dados levantados pelo BIRD, CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe, WIDER – Instituto Mundial para a Pesquisa de Desenvolvimento Econômico – dão conta do aumento de concentração de renda. Segundo Araújo (2002:A-15), o IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – notifica “43,6% das famílias alagoanas vivem com renda mensal de até meio salário mínimo”. E agora em 2003, o PNUD – Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas, CEPAL e IPEA mostram, em um relatório, dados (tabela 1) surpreendentes sobre a pobreza na América Latina, a começar pelo PIB – Produto Interno Bruto.

Tabela 1. Informação básica sobre o contexto, 1999.

País	PIB per capita ^a (US\$ por ano)	Renda média por Domicílio per capita ^b (US\$ por ano)	Coefficiente Gini Em 1999 ^b	Quociente de Dependência inverso ^b (Porcentagem)	Média de anos de Escolaridade ^b
Argentina	7,435	580.02	0.53	73.00	9.4
Bolívia	955	168.75	0.60	60.96	5.6
Brasil	4,225	594.35	0.64	70.00	6.0
Chile	5,129	474.98	0.55	72.00	9.8
Colômbia	2,266	496.40	0.55	68.94	5.6
Costa Rica	3,706	394.00	0.49	63.53	7.5
República Dominicana	1,943	491.83	0.47	63.00	6.9
Equador	1,404	158.13	0.56	63.72	6.4
El Salvador	1,753	148.00	0.52	64.10	6.2
Guatemala	1,551	257.00	0.58	56.00	4.1
Honduras	694	146.00	0.57	56.90	5.3
México	4,577	662.50	0.57	60.87	5.9
Nicarágua	473	238.00	0.59	58.10	5.9
Panamá	3,274	506.00	0.56	68.10	5.3
Paraguai	1,603	305.88	0.54	69.00	7.6
Peru	2,310	178.12	0.50	65.94	7.6
Uruguai	6,016	570.43	0.44	75.00	9.3
Venezuela	3,037	365.20	0.49	70.00	7.1

Fonte: CEPAL/IPEA/PNUD, 2003.

^a CEPAL, Anuário Estatístico para a América Latina e Caribe 2001 (LC/G. 2151-P), Santiago do Chile, 2002. Publicação das Nações Unidas, Nº de Venda E.02.II.G.01. (em dólares americanos de 1995).

^b De pesquisa em domicílios; as rendas são mensais.

Hoje o crescimento das diferenças é assustador, isto é, o fosso, entre a riqueza e a pobreza, tem tornado os elementos renda, saúde, educação e acesso à terra inacessíveis a uma parcela enormemente considerável da população global, e vigorosamente, a dos países pobres. Isso tende a aumentar exponencialmente e o coeficiente de Gini, exposto na tabela 1, respalda este comportamento perverso.

A noção de desenvolvimento medido por indicadores sócio-econômicos traz, em seu âmago, o caráter igualitário, no entanto coloca o vigoroso espírito de competição em voga, pois cada país procura insistentemente incrementar suas vantagens comparativas e ou competitivas, abrindo seus portos e desregulamentando seus mecanismos de proteção sobre direito do consumidor, preservação ambiental, instrumento profissional, barreiras tarifárias e não-tarifárias, de modo a atrair capitais, ciência, tecnologia e serviços. Conforme Esteva (2000:66), essa visão está assentada na máxima de Lewis: "Primeiramente é preciso observar que nosso tema é crescimento e não distribuição". Desta feita, as primeiras correntes desenvolvimentistas tomaram o crescimento econômico como a chave

para a mobilidade sócio-econômica dos indivíduos, dentro do país e entre países. Ressalta-se que o senso comum, hoje em dia, está tão impregnado neste modo de pensar, emular e executar o processo econômico, que nenhuma evidência de fatos corriqueiros é suficientemente forte para contradizer e estimular uma reflexão crítica sobre seu caráter.

A construção do desenvolvimento requer um projeto de padronização de vida global única, precisa homogeneizar estilos de vida (modos de produzir, modos de consumir, formas de liberdades), de modo que todos se sintam em casa em qualquer latitude terrestre. Portanto, os defensores do desenvolvimento moderno ocidental passam a impressão de que todos têm acesso às disposições sociais, oportunidades econômicas, garantias de transparências, segurança e liberdades. No entanto, pode-se concluir que as majorias e seus habitats podem sofrer acossamento por parte de uma população inclinada a instituir, cada vez mais, novas prerrogativas em detrimentos de novos modos de consumo, degradante do meio ambiente e dos valores culturais. Russel (2002:134) enfatiza, "A pressão da sociedade sobre o indivíduo pode voltar, sob uma nova forma, a ser tão grande quanto nas comunidades bárbaras, e as nações irão se vangloriar, cada vez mais, de suas realizações coletivas em detrimento das individuais".

Entretanto, este modelo de desenvolvimento ocidental não leva em conta as variedades e riquezas de práticas e atividades dos diversos modos de vida espalhados no quadrante terrestre. Pois, ao tentarem implementar este projeto Aldeia Global, terão dificuldades para se estabelecerem, uma vez que, ao se orientarem pelas organizações altamente letradas do Primeiro Mundo com seus estilos de vida supérfluos, a liquidação dos potenciais ecológicos e das culturas locais estará na ordem do dia. É mais uma catástrofe de dimensões inimagináveis sob os mais diversos ângulos: social, econômico, ambiental e cultural. Por ilusão, "oferece-nos – ou diz que oferece – a possibilidade de escapar dos grilhões de nossas culturas nativas e de adaptar-nos ao alvoroço profundamente organizado de uma cultura mundial única", destaca Gronemeyer (2000:28).

Pois é a ação do Estado moderno comprometido com este tipo de desenvolvimento, que desgasta e aniquila os "bens primários" (RAWLS,2002:66 & Van PARIJS,1997:181), representados pela liberdade, oportunidade, renda, riqueza e bases sociais de auto-respeito devem ter a mesma importância no exercício da cidadania igual. É desejo da sociedade democrática que esses bens promovam

vantagens para todos. Isto é, incorporar ao processo produtivo econômico e social uma legião de desafortunados, via externalidade social e ambiental, este também é o papel da porção mais rica da sociedade.

Quadro 1: Externalidades: social e ambiental.

Proposituras	Autores	Citações
“Todo indivíduo nasce com um legítimo direito a uma certa forma de propriedade ou seu equivalente”.	Thomas Paine, 1795.	Suplicy, 2002:61.
“Nenhuma geração detém a propriedade integral do planeta. Tudo que temos é um arrendamento da vida – com um contrato de reparação integral”	Margaret Thatcher, outubro de 1988.	Cairncross, 1992:103.
“ A proposição o poluidor paga, visa à internalização dos custos relativos externos de deterioração ambiental”....	Arthur Pigou em meados de 1920.	Montibeller-Filho, 2001:87.
“ Atribuição de direitos de propriedade sobre o meio ambiente. Desta forma, seria possível haver uma negociação entre as partes, <i>uma negociação coseana</i> ”.	Ronald Coase, 1960.	Op.cit.:93.

Elaborado pelo Autor

Portanto, a natureza e as pessoas continuam sendo tratadas como se os processos naturais e sociais pudessem ser resolvidos com soluções fabricadas por experts e, ao incorporá-las como externalidades, resolve-se a questão.

Para tanto, o economista Robert Costanza e um grupo de cientistas publicaram, na *Nature*, um estudo em que o valor de dezessete serviços do ecossistema valeria anualmente em média, 36 trilhões de dólares. Esse valor capitalizado pela taxa atual do Ministério Fazenda americano corresponderia a pouco mais de 500 trilhões de dólares. Hawken *et al.*, (1999:145) anuncia que essa é uma “cifra absurdamente baixa se comparável à produção econômica dos próximos treze anos”.

De modo que os valores dos ecossistemas expostos apesar de serem reconhecidamente baixos para os defensores da ecologia profunda, continuam encontrando defensores, como Robert Solow *apud* Shiva (2000:303) Prêmio Nobel de Economia, que afirma “é muito fácil substituir recursos naturais por outros elementos, a princípio, não há qualquer problema. Na realidade, o mundo pode viver perfeitamente bem sem recursos naturais e, portanto, a exaustão é um evento, não uma catástrofe”.

Neste processo desenvolvimentista ocidental, a ciência moderna e o Estado moderno minimizam os danos ambientais e os direitos humanos básicos. Deste

modo, Pinheiro (s.d.: 45) reporta-se a importância do Estado e da ciência moderna, referindo-se aos comentários de John Kennedy: “Pergunte o que você pode fazer pelo Estado e não o que o Estado pode fazer por você”. E de Ronald Reagan, ao perguntar à Academia de Ciências: “Que devo fazer para que os EUA continuem primeiro país no mundo nos próximos cem anos?” Investir em fotossíntese foi a resposta da Academia. O Estado regulador tem buscado intensamente enfraquecer ou eliminar qualquer tipo de autonomia individual e ou coletiva, bem como a criatividade e a liberdade inerente a essa autonomia. Tem feito isso sistematicamente, enaltecendo os modos e meios que visam a comprometer e a aniquilar tipos de desenvolvimento que não se sujeitam a essa ordem e utilizam, enfaticamente, a ciência e a tecnologia, para resguardar qualquer questionamento.

Mais de 50 anos depois do discurso de Truman, o que se constata é que os modernos modos de produção e novos conhecimentos possibilitaram bem-estar para uma minoria de indivíduos; uma outra parcela importante vive do sobretrabalho e uma grande maioria vive da informalidade, em todos os seus aspectos e há, ainda, aqueles que vivem daquele tipo terrível de ócio, o desemprego. O Relatório Brundtland pode ensejar uma leitura reflexiva sobre “a capacidade de as gerações presentes atenderem suas necessidades sem comprometer a capacidade de as gerações futuras também o fazerem”. Uma vez que a economia e a ecologia estão tão entrelaçadas em redes cada vez mais interdependentes, mesmo assim, muitas regiões encaram o risco de danos irreversíveis à natureza e ao homem, como uma ameaça a toda uma teia de relações construídas pelo homem. E, como observa Sachs (2000b:361-362), “hoje a escala de nossas intervenções na natureza está aumentando e os efeitos físicos de nossas decisões ultrapassam as fronteiras nacionais. O crescimento da interação econômica entre as nações amplia as conseqüências maiores das decisões nacionais”.

Isso pode ser o reconhecimento de que a humanidade com os seus contrastes de natureza diversa resgatam e desdobram-se numa multiplicidade de espaços-temporais e comportamentais. E a cooperação é um destes comportamentos que, ao ser assimilado por grupos sociais, pelos povos e suas diferentes e significativas culturas, desde épocas remotas, tanto local como globalmente, permite uma linguagem nova, vista não só sobre “a capacidade de trocar idéias, mas o aumento da capacidade de cooperar”, argumenta Capra (2002:229). Com os conflitos reconhecidos, os diálogos rotinizados e os

compromissos privilegiados, a busca para compor cenários sustentáveis passam necessariamente pela compreensão de que não haverá ganhos significativos e crescentes a curto, médio e longo prazo, se não rompermos com a leitura racional para este modo de vida prosaico. Nesse sentido, uma avaliação meramente quantitativa exposta pelos Indicadores de IDH – Índice de Desenvolvimento Humano – e, principalmente, pelo sacralizado PNB, que é uma importante ferramenta, mas não é a única e a exclusiva, para redirecionar os processos de construção da cidadania e solidariedade sob a égide de políticas públicas e privadas.

E que o Estado moderno não só tem como função essencial asseverar a estabilidade econômica e reduzir as incertezas financeiras, mas, sobretudo, criar um ambiente fértil e democrático, para as realizações humanas, em harmonia sincrônica e diacrônica com as presentes e futuras gerações. Portanto, o Estado é apresentado como uma associação de cidadãos iguais, como o lugar de composição, decomposição e recomposição “de conflitos”, através de ordenamento jurídico (BOBBIO, 2003:27).

Dito isso, salientamos que é preciso reagir, para que movimentos intensos e freqüentes de aprendizagem, desaprendizagem e reaprendizagem sejam valorados pela compreensão de que diversidade, interdependência, reciclagem, ordem, desordem, organização e comunicação são elementos vitais dos ecossistemas naturais, mas também dos processos humanos. Embora estas singularidades também estejam presentes nos desenvolvimentos sociais e culturais, nestes só se realizam como parte deste complexo processo de aprendizagem. De modo que este processo, para se realizar, precisa ser reinventado, o que permitiria que as sociedades buscassem na valência do termo mundialização – unidade e diversidade –, perguntas e respostas, que suscitariam novas formas de pensar e agir, quando de suas relações planetárias, e, com isso, auxiliariam na escolha de caminhos solidários. Desfazendo assim o que pregou René Descartes, no século XVII, e ainda tão em voga, a do mundo mecanicista, a divisão cartesiana entre mente e corpo. Enfim, na era da tecnologia elétrica/eletrônica – era da inter-relação – é tempo de reinventar o “ser humano no aprendizado de sua autonomia”, assinala Freire (2002:105).

Nesse sentido, o perfil da maioria da população apresenta-se tão heterogêneo e diverso, que um mundo com pensamento e valores únicos é um mito irrealizável, mesmo porque não haveria como atender ao “pensamento integrativo” –

intuitivo, síntese, holístico e não-linear – e aos “valores integrativos” – conservação, cooperação, qualidade e parceria (CAPRA,2002:27), no entanto, a natureza do homem permite-lhe melhorar em suas relações.

Portanto, a idéia de um só mundo é bem vinda no sentido cosmopolita – liberdade para escolher seus estilos de vida. Entretanto, o que se percebe e observa-se é uma crescente imagem do aniquilamento da diversidade e da autonomia das pessoas, dos povos e das nações em função da importância que as sociedades letradas dão ao sentido visual (uniformidade, continuidade e repetição) a suas vidas e seus processos. Pois, o processo de desenvolvimento ocidental ocorrido nestes últimos 50 anos de construção, “é um lembrete daquilo que eles não são”, nas palavras de Esteva (2000:60).

Daí entender a importância para abstrair e refletir o conceito de desenvolvimento sustentável, do Relatório Brundtland. Enfim, esse tipo de desenvolvimento é possível, contudo vai exigir um esforço considerável de todos os entes envolvidos – indivíduos e seus movimentos, organizações governamentais e não-governamentais – de modo que a garantia de proteção à natureza e de vida saudável a essa geração e às futuras gerações sejam condições *sine qua non* para o entendimento entre o modo de vida moderno e o tradicional.

As forças vivas das sociedades, ao buscarem, nos saberes autóctones e científicos, a identificação de princípios éticos gerais, estão motivadas a assumir compromissos mútuos, libertando-as dessa “vontade de explorar” de “mestre e possuidor da natureza”, ratifica Almino (2003:21). Para tanto, estes devem ativar as responsabilidades e, com isso, eleger políticas públicas típicas de uma democracia – regime de soberania popular –, entre elas, a educação, que, de forma desinteressada², assegure o pensar, o desenvolvimento e o exercício das capacidades básicas, que é ter senso do que é justo e aquela de optar, de transformar e de possibilitar a execução de uma concepção de vida solidária: prerrogativas, bens primários, manifestações culturais e utopia, vistas em qualquer sociedade, inclusive naquelas fora do alcance do modo de vida moderno. Isso é possível, pois as condições materiais e imateriais existem.

² Desinteressada, “conota um horizonte amplo, de longo alcance, isto é, que interessa objetivamente não apenas a indivíduos ou a pequenos grupos, mas à coletividade e até à humanidade inteira”. (JESUS,1998:57).

1.1.2.....RESPONSABILIDADES geracionais.

O curso da história tem mostrado que os interesses, as ideologias e o poder são capazes de forjar os valores morais e princípios legais da convivência humana. Dessa forma, é importante relatarmos os esforços em favor de um desenvolvimento fracassado, que acontece por não considerar os indispensáveis fatores: biológico, demográfico, afetivo e filosófico, e toda complexidade de relações existentes no centro de toda a cultura, a qual tem sido sistematicamente subestimada em muitos projetos de desenvolvimento.

E, nos dias atuais, este processo desenvolvimentista tem gerado uma concentração de renda e um colonialismo ambiental muito grave, entre países e dentro dos países, e, nestes, tem sido mais violenta ainda. Nunca os problemas ambientais foram tão graves, as dimensões são globais. Nunca a liquidação das culturas tradicionais foi tão perversa. Portanto, a visão sobre o discurso do presidente Truman: “O antigo imperialismo – a exploração para o lucro estrangeiro – não tem lugar em nossos planos” (ESTEVA,2000:60 & ULLRICH,2000:339). No entanto, o que continua a prevalecer é exatamente a visão senhorial sobre os recursos naturais, indo de encontro aos interesses da maioria dos povos e nações, e, como consequência dessa visão obscura, insustentabilidade dos estilos de vida atuais.

Este ponto de vista já era relatado por Euclides da Cunha (2002:62) em Os Sertões, o homem donatário, o homem age de maneira destruidora sobre os ecossistemas naturais e “assumiu, em todo o decorrer da História, o papel de um terrível fazedor de desertos”.

Mas, ao retrocedermos no tempo, encontraremos motivações para refletir sobre civilizações do passado e, com isso, auxiliar-nos na busca de novos rumos para essa civilização dita moderna. De forma que as principais civilizações do passado estavam baseadas na biomassa, a tal ponto que viviam basicamente de produtos da biomassa em sua vida material: alimentos, plantas medicinais, insumo animal, combustível, calçados e vestimentas, madeira para abrigos e móveis. Atualmente milhões de pessoas – habitantes das florestas e população rural – “lutam por sua subsistência nos ecossistemas próximos, geralmente profundo sobre as ocorrências da natureza”, ratifica Sachs (2000:29-30).

Quadro 2 - Saberes: autóctone, popular e científico.

Saberes	Autores	Citações
“Como os povos indígenas tradicionais que habitam diversos ecossistemas, temos conhecimento sobre manejo e uso sustentável da diversidade biológica brasileira, que concentra grande valor social, cultural, espiritual e econômico. Este conhecimento é coletivo e não uma mercadoria que se pode ser negociada como qualquer objeto de mercado”.	Carta dos Pajés, São Luis do Maranhão.	Conceição, 2002: A -9.
“Que arrogância pretender possuir a terra quando é ela que vai sobreviver a vocês. “Só a raça possui a terra, porque só a raça vive para sempre”.	Chefe do povo kalinga	Cuéllar,1997:92.
“A manutenção de valores e sabedorias construídas a partir de terra, da natureza e da força espiritual do grande criador, como um bem comum, portanto sem preço comercial”.	índio Terena	Terena, 2003:A-3.
“Propõe uma sociedade fundada no trabalho reprodutivo – e não produtivo ou produtivista -,que garanta as <i>condições de existência</i> - e não as <i>condições de produção</i> ”. “Uma forma de sustentabilidade, uma transição, um tipo de socialismo, visando à conquista de uma sociedade coletivista, a qual garantiria a condição de existência para todos, com qualidade ambiental preservada”.	Movimento Ecofeminista.	Montibeller-Filho, 2001:245.
“Estar livre de posses materiais alienantes é definitivamente uma benção e uma oportunidade de alcançar formas mais elevadas de riqueza”.	Sufis Iranianos, os Sanyasins indianos e os Gandhianos.	Rahnema, 2000:232
“A tecnologia é concebida, em última análise, como impulsionadora da produção e da produtividade, muito embora sujeita a rendimentos e possibilidades declinantes, enquanto a natureza é vista apenas como fator passível de exploração”.	Ricardo	Montibeller-Filho, 2001:64.
“A natureza é encarada apenas como fonte de matérias-primas, a qual o empresário explora de forma monopolista (único vendedor) ou monopsonista (único comprador) para obter lucro(ou lucro extraordinário, superlucro)	Schumpeter	Op.cit.:64.
“A relação do capital com a natureza é de dominação daquele sobre esta, promovendo a exploração de recursos, na medida, no ritmo, da forma que melhor convém à obtenção do lucro mais elevado e imediato”.	Marx	Idem.:77.
“Toda externalidade, isto é, todo o recurso ou serviço ambiental não incluído no mercado pode receber uma valoração monetária convincente: estabelecer valor para o que o mercado não considera”.	Economistas do pensamento ambiental neoclássico.	Ibidem.:85.
“Usa recursos renováveis de forma sustentada, isto é, que não excede a capacidade de renovação”; “somente gera resíduos na quantidade que o ecossistema pode assimilar ou reciclar”; fora do mercado, através do ecologismo popular, e, ao mesmo tempo que, no mercado ecologizado, embora imperfeitamente, pelos preços ecologicamente ‘corrigidos’.	Economistas Ecológicos	Ibidem.:166.
“Os custos sociais (ou custos externos) são inerentes ao processo produtivo capitalista: a produção de mercadorias requer não mercadorias”.	Ecomarxistas	Ibidem.:183.
“No lugar de uma economia em que os bens são produzidos e vendidos, imaginaram uma economia de serviço na qual os consumidores obtêm serviços tomando os bens emprestados ou alugando-os em vez de comprá-los”.	Walter Stahel & Michael Braungart	Hawken <i>et al</i> , 2002:15

Elaborado pelo Autor.

O enfrentamento dos conflitos por indivíduos e comunidades em um contexto mundial em transformação, é o de provocar uma alteração social eqüitativa e a ela se ajustar sem negar a riqueza de elementos de suas tradições. Resgatem o protagonismo dos indivíduos e das comunidades. É, dentro desta perspectiva, que o saber ambiental emula, articula a consertação entre realidade e conhecimento da vida moderna e da tradicional. Procurando inteirar-se da realidade diagnosticada, sobretudo orientar a construção de organizações sociais com capacidade, para projetar tendências que corrijam os excessos dos sistemas produtivo e consumista atual e ensejem uma revitalização, no sentido mais profundo da vida do que a ilusória acumulação de rendimentos e bens de consumo.

Mas, ultimamente, em virtude da crescente tomada de consciência da sociedade (organismos governamentais – relevância para o Partido Verde e não-governamentais: movimentos sociais e ambientalistas), os efeitos motivadores e mobilizadores geraram eventos mundiais pró-ambientalismo, ocorridos nas décadas de 1970 e 80, que têm catalizadas importantes ações na área ambiental. Outrossim, a busca de outros tipos de desenvolvimento menos degradante e poluente pró meio ambiente é importante, sobretudo para aqueles tipos que não requeiram a morte da natureza, como já alertava Ehrlich em 1969, sobre a morte do oceano.

O relatório MEADOWS, 1972, pressagiava o esgotamento do sistema econômico global, em função da progressiva pressão sobre os estoques dos recursos naturais, fruto do exuberante incremento demográfico que alimenta a urbanização desenfreada, a degradação e poluição do meio ambiente pela multiplicação de instalações de indústrias e abertura de fronteiras agrícolas. Em função dessa pressão, o relatório propunha o crescimento zero.

Em Estocolmo, Suécia, 1972, acontece a Conferência sobre o Meio Ambiente Humano, na qual novas estratégias para o enfrentamento do reducionismo econômico são marcadas pela incorporação das dimensões sociais e ambientais. Estas ganham fôlego e contaminam as academias de ciências, os partidos políticos, os organismos não-governamentais e principalmente as sociedades mais ricas, seguem em várias direções, mas sempre com o intuito de procurar respostas urgentes, como também a médio e longo prazo, com o sentido claro de arrebatam atenções e posições do conjunto dos agrupamentos humanos, onde quer que eles se localizem, com a finalidade de mitigar os danos ambientais, as desigualdades sociais e econômicas.

A Conferência sobre o Meio Ambiente Humano faz com que os países centrais reconheçam que os países periféricos “tornaram-se vítimas e não beneficiários da globalização da economia mundial. A interdependência deixou suas frágeis economias altamente vulneráveis a mudanças nas condições econômicas mundiais, sobre as quais não têm nenhum controle” (SACHS, 1993:15). Sendo um dos princípios de sustentabilidade, a interdependência jamais pode servir de pretexto para mascarar a violência brutal dos ricos sobre a economia, ou melhor, sobre os modos de vida dos povos nos seus países.

A declaração de Cocoyoc, México, 1974, gerada pela UNCTAD – Conferência das Nações Unidas para o Comércio e Desenvolvimento e UNEP – Programa de Meio Ambiente das Nações Unidas – centraliza suas hipóteses no crescimento populacional e na pobreza nos países subdesenvolvidos, no consumo supérfluo de produtos nos países e regiões desenvolvidas. Este evento aguçou mais a problematização da questão ambiental e qualificou o debate de soluções.

Em 1986, Ottawa, Canadá, acontece a Conferência Mundial sobre a Conservação e o Desenvolvimento. Nesta, os princípios, conservação da natureza e desenvolvimento, necessidades humanas essenciais, equidade e justiça social, respeito à diversidade cultural e integridade ecológica são destaques ao emergirem para formação de novo paradigma, fundamentado na sustentabilidade. Ademais, Sachs (2000:85-88) elabora os critérios de sustentabilidade (Quadro 3).

Quadro 3: Dimensões e critérios de sustentabilidade

Dimensão	Critérios
Sustentabilidade social	Alcance de um patamar razoável de homogeneidade social; Distribuição de renda justa; Emprego pleno e/ ou autônomo com qualidade de vida decente; Igualdade no acesso aos recursos e serviços sociais.
Sustentabilidade econômica	Desenvolvimento econômico intersetorial equilibrado; Segurança alimentar; Capacidade de modernização contínua dos instrumentos de produção; Razoável nível de autonomia na pesquisa científica e tecnológica; Inserção soberana na economia internacional.
Sustentabilidade ecológica	Preservação do potencial do capital natureza na sua produção de recursos renováveis; Limitar o uso dos recursos não-renováveis;
Sustentabilidade ambiental	Respeitar e realçar a capacidade de autodepuração dos ecossistemas naturais;
Sustentabilidade cultural	Mudanças no interior da comunidade (equilíbrio entre respeito à tradição e inovação); Capacidade de autonomia para elaboração de um projeto nacional integrado e endógeno(em oposição às cópias servis dos modelos alienígenas); Autoconfiança combinada com abertura para o mundo.
Sustentabilidade territorial	Configurações urbanas e rurais balanceadas(eliminação das inclinações urbanas nas alocações do investimento público); Melhoria do ambiente urbano; Superação das disparidades inter-regionais; Estratégias de desenvolvimento ambientalmente seguras para as áreas ecologicamente frágeis(conservação da biodiversidade pelo ecodesenvolvimento).
Sustentabilidade política nacional	Democracia definida em termos de apropriação universal dos direitos humanos; Desenvolvimento da capacidade do Estado para implementar o projeto nacional, em parceria com todos os empreendedores; Um nível razoável da coesão social.
Sustentabilidade política internacional	Eficácia do sistema de prevenção de guerras da ONU, na garantia da paz e na promoção da cooperação internacional; Um pacote Norte-Sul de co-desenvolvimento, baseado no princípio da igualdade(regras do jogo e compartilhamento da responsabilidade de favorecimento do parceiro mais fraco); Controle institucional efetivo do sistema internacional financeiro e de negócios; Controle institucional efetivo da aplicação do Princípio da Precaução na gestão do meio ambiente e dos recursos naturais; prevenção das mudanças globais negativas; proteção da diversidade biológica (e cultural); E gestão do patrimônio global, como herança comum da humanidade; Sistema efetivo de cooperação científica e tecnológica internacional e eliminação parcial do caráter de commodity da ciência e tecnologia, também como propriedade da herança comum da humanidade.

Fonte: Sachs, 2000; elaborado pelo Autor.

É imprescindível atentar para as minúcias, nas colocações feitas, quando se trata dos princípios da sustentabilidade. E, nessa linha de entendimento, sucedem-se linhas de pensamentos sobre desenvolvimento sustentável, primeiramente os intelectuais (quadro 4):

Quadro 4: Conceitos de intelectuais sobre sustentabilidade.

Conceito	Autores	Citações
“É um projeto social e político que aponta para o ordenamento ecológico e a descentralização territorial da produção, assim como para a diversificação dos tipos de desenvolvimento e dos modos de vida das populações que habitam o planeta”.	Enrique Leff	Leff, 2001:57.
“Reconectar-se com a teia da vida significa construir, nutrir e educar comunidades sustentáveis, nas quais podemos satisfazer nossas aspirações e nossas necessidades sem diminuir as chances das gerações futuras”.	Fritjof Capra	Capra, 2002:231.
“Uma sociedade sustentável é aquela que satisfaz suas necessidades sem diminuir as perspectivas das gerações futuras”.	Lester Brown (Worldwatch Institute)	Op.cit.:231.
“Um processo aberto de criação e preservação da diversidade cultural presente em cada contexto social e ecológico, bem como da capacidade humana de inventar soluções originais. A palavra-chave aqui é criatividade: a engenhosidade em transformar os elementos do ambiente (natural e cultural) em recursos úteis”.	Ignacy Sachs.	Sachs, 1986:54; 1998:259.
“É um processo de expansão das liberdades reais que as pessoas desfrutam”.	Amartya Sen.	Sen, 2000:17.
“É ir além da busca de um compromisso entre a proteção ambiental e o crescimento econômico”.	Michael R. Redclift.	Banerjee,2003:113.
“Alternativas de modelos de desenvolvimento”. “Não se refere apenas à eficiência gerencial, mas também ao repensar das relações homem-natureza”.	Arturo Escobar	Op.cit.:113.

Elaborado pelo Autor.

Além dos estudiosos e pensadores, organismos multilaterais (quadro 5) também se interessam pelo tema desenvolvimento sustentável e enunciaram conceitos:

Quadro 5: Conceitos de organismos multilaterais sobre sustentabilidade

Conceito	Autores	Citações
“O desenvolvimento, como um processo endógeno, isto é, cada sociedade definindo soberanamente sua visão ou projeto, contando em primeiro lugar sobre suas próprias forças, tirando racionalmente proveito de seus próprios recursos, cooperando com as sociedades que comungam de seus problemas e aspirações”	Dag Hammarskjold Foundation (1975)	Lages, 1998:127.
“Um processo total, multi-relacional, que inclua todos os aspectos da vida de uma coletividade, de suas relações com o resto do mundo e de sua própria consciência”.	Unesco(1978)	Esteva, 2000:70.
“Um processo de transformação na qual a exploração dos recursos, a direção dos investimentos, a orientação de desenvolvimento tecnológico e a mudança institucional se harmonizam e reforçam o potencial presente e futuro, a fim de atender às necessidades e aspirações humanas”.	Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento	CMMAD, 1988:49.

Elaborado pelo Autor.

Nesse sentido, a inteligência humana, mesmo com os avanços outrora inimagináveis, nas mais diversas áreas de conhecimento, ainda não tem como “fabricar” (HAWKEN *et al.*,2000:138) sistemas fluviais, lacustres e lagunares, áreas pantanosas, camadas de solo, biodiversidade, porque lhe falta competência para interromper ou substituir, pelo menos com bons resultados, as complexas inter-relações da biosfera. No entanto, tem trabalhado com eficiência no campo do patenteamento de produtos e invenções comerciais e no campo da ciência básica.

A construção de novas realidades ambientais e sociais é necessária para liquidar as fortalezas da ciência normal. Essa queda permitirá a abertura de diálogos de saberes, via interdisciplinaridade, e o fluxo do conhecimento acontecerá com e para todos os atores. Assim sendo, o saber ambiental se constitui através da “desconstrução dos paradigmas dominantes do conhecimento e da produção e articulação de saberes científicos e autóctones”, nos dizeres de Leff (2002:178).

E, mais recentemente, a partir da década de 90, os movimentos sociais, incluindo os ambientalistas, ao pressionarem governos, buscam novas formas de superação de barreiras exclusivas, entendidas no seu mais largo espectro de ação. São realizados vários encontros e conferências mundiais, entre eles A ECO 92 - Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, Rio de Janeiro, Brasil. Os governos reconheceram e se comprometeram em avigorar a liberdade de nossos filhos do perigo de habitarem no planeta, cujos ecossistemas e serviços não podem prover as suas necessidades e aspirações. A ECO 92 acordou três convenções globais: desertificação, biodiversidade e mudança climática e, ainda uma ferramenta estratégica para o alcance do desenvolvimento sustentável, a Agenda 21. Esta é composta de um rol de princípios e metas, para mitigar os danos ambientais, as diferenças sociais e econômicas, sobretudo evitar o colapso dos ecossistemas e seus serviços ambientais e reconhecer que as terras e os povos indígenas devem estar protegidos desses impactos.

No Brasil, o debate contaminou a sociedade e fez o Congresso Nacional³ aprovar várias leis, medidas provisórias, decretos e resoluções. Agora é preciso

³ Tais como:

Decreto 24.643, de 10 de julho de 1934 ou Lei das Águas;

Lei 4.771, de 15 de setembro de 1965 ou Lei das Florestas;

Lei 7735, de fevereiro de 1989; que criou o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais;

Lei 9605, de 12 de fevereiro de 1998 ou Lei dos Crimes Ambientais;

Lei 9985, de 18 de julho de 2000; que criou as Unidades de Conservação – SNUC;

implementar e fiscalizar aqueles que resistem os ventos da mudança. Para isso, inclusive, os ambientes escolares, os veículos de comunicação, o sistema jurídico devem estar a postos para assegurar o cumprimento da legislação.

E agora, no começo do século XXI, realizou-se a RIO +10 – Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável, Johannesburgo, África do Sul. Esta tem em mira compatibilizar desenvolvimento econômico, proteção ambiental e justiça social. Das prioridades enumeradas: água, saneamento, energia, saúde, agricultura, e diversidade biológica, apenas dois temas foram acordados: saneamento – reduzir em 50% o número dos sem-saneamento básico e biodiversidade – recuperar e incrementar os estoques de peixes. As lições deixadas pelo evento apontam claramente para a árdua tarefa, que é como convencer os países ricos, ou melhor, as pessoas ricas a consumirem sem superficialidade e obsolescência precoce dos bens e serviços, originários dos recursos naturais? E os pobres, como se comportarão ao ter que abdicar de seus sonhos de consumo? O Protocolo de Kioto, assinado recentemente por um conjunto de países é uma dessas lições, mesmo com a negativa norte-americana. Dito isso, Dupas (2000:223) realça sob a influência e “convivendo com uma mídia global que valoriza o comportamento anti-social e estimula padrões de consumo que poucos podem ter”. Como superar esse dilema?

Estudos mostram que, apesar de ser um elemento importante, a economia sozinha não têm sido capaz de “maximizar a liberdade de membros da geração presente, pois pode reduzir gravemente as opções deixadas em aberto para aquelas que a sucedem”, anuncia Van Parijs (1997:199). E, nesse sentido, a economia e seus princípios podem realizar suas demandas, não só o desejo utilitário de participar do banquete consumista, de bens e serviços, mas, sobretudo, de garantir a diversidade dos bens naturais e sociais primários.

Pelo visto, estudos e declarações dos mais diversos setores – social, governamental e acadêmico – entendem a importância dos argumentos de Touraine *apud* Dupas (2000:207): “Aqueles incluídos na sociedade global viajam pelo mundo, acumulam riquezas e informações, estocam seus museus com fragmentos de todas as culturas. Eles crêem na ciência, na técnica, na liberdade de mercado e na ausência de controles culturais autoritários. Ao contrário, aqueles que estão na

Lei 10.257, de 10 de julho de 2001 ou Lei do Estatuto da Cidade – Política Urbana (BRASIL, 2003).

escala de baixo dessa sociedade e, sobretudo, aqueles que estão à sua margem – excluídos ou rejeitados – não podem opor-se à universalidade que tão bem aos interesses do centro, a não ser a defesa de seus particularismos”. Nesse sentido, os valores sociais devem estar igualmente distribuídos, ou uma distribuição desigual de um indivíduo ou do conjunto de indivíduos garanta benefícios a todos.

O princípio de inclusão é tão básico quanto os outros princípios. Nesse aspecto, só compreendendo a condição humana – labor, ação e emoção –, é que os homens protagonizam, tornam-se abertos a seus sofrimentos/alegrias, fabricos/consumos e inclusões/exclusões. Esta compreensão para os humanos é a possibilidade de comunicação entre os atores, de uma mesma cultura, de um mesmo país, como também entre as culturas e entre países. “É o modo de pensar que permite apreender, em conjunto, o texto e o contexto, o ser e seu meio ambiente, o local e o global, o multidimensional, em suma, o complexo, isto é, as condições do comportamento humano” afirma Morin (2000a: 100).

Nesse sentido, é preciso construir e estabelecer um ordenamento em que os direitos patrimoniais, sociais, ambientais e culturais sejam assegurados e ampliados, de modo que o indivíduo ocupe duas posições importantes na estrutura da sociedade: “a da cidadania igual e a posição definida pelo seu lugar na distribuição da renda e riqueza”, (RAWLS, 2002:102), eis a questão.

Quando o relatório Brundtland conceituou e divulgou o que é desenvolvimento sustentável, instalou-se a polêmica, o contra-discurso. Enfim, não é um jogo de soma zero. E não teria sentido de sê-lo. E isso é salutar para o debate. Argumentações, *a posteriori*, exigiram uma leitura reflexiva sobre os valores culturais de cada sociedade, dos agrupamentos sociais, inclusive os tradicionais, incluídos os indígenas, dos seus modos de vida: trabalho, consumo e utopia; inegavelmente um passo importante foi dado em busca do que se compreende por sustentabilidade de desenvolvimento.

Portanto, desenvolvimento sustentável (resultado da combinação da equação: desenvolvimento econômico mais prudência ecológica, mais equidade social, mais relevância cultural) é realçar tanto nos diagnósticos, como nos possíveis cenários, materiais e imateriais, as novas atitudes das sociedades com base em pesquisas epistemológicas e nos conhecimentos autóctones. E obviamente sem imposição cultural.

Esse é o desafio entre o acúmulo de riqueza por uma minoria e de pobreza por uma grande maioria onde quer que elas se localizem. O enfrentamento dessa situação – concentração de poder, patrimônio, renda, consumo dos recursos naturais e a relação entre credores e devedores – deve ter como ponto de partida um marco regulatório que demarque uma posição original, tanto por parte dos ricos, em abdicar da crescente onda de desejos realizáveis, e quanto dos pobres, em continuar com seus sonhos de consumo irrealizáveis. É uma tarefa difícil que pode ser solucionada pela sabedoria e parcimônia dos protagonistas, ao se perguntarem: desenvolver e sustentar o quê? Com quem? Para quem? Quando? Até quando?

Conquanto, por termos vivido, ao longo das últimas cinco décadas, um processo penoso de transição política, econômica, social e ambiental, este tem avançado, mais rapidamente, na área econômica, em virtude da crença nos valores de mercado e que esses são capazes através de seus próprios mecanismos, ao autocorrigir-se, redistribuir renda e riqueza, ainda persistem. Esse debate interessa a todos, trata-se de uma situação insustentável tanto para os ricos como para os pobres, onde quer que eles se localizem, no norte ou no sul do hemisfério. Dessa forma, é necessário que existam redes estatais e não-estatais, nas áreas urbanas e não-urbanas, enfim, “instituições globais públicas” (STIGLITZ,2002:271) que auxiliem na construção e no cumprimento de normas globais.

Para tanto, a conjugação de esforços, para superação desta dificuldade, é necessária, porque vivenciamos um longo ciclo de antropocentrismo. Este tem sido o agente causal desta crescente onda de degradação ambiental, social e afetiva. Enfim, dessa “crise”de modernidade (FURTADO, 2002; RUSSEL, 2002; LEFF, 2000; MORIN, 2002b; SOROS, 1998 & LIRA,1997).

Contudo, precisamos ser capazes de criar mecanismos de proteção à natureza e à vida saudável, como também buscar reduzir as desigualdades sociais e econômicas; e, ainda mais, garantir os estilos de vida tradicionais, no interior de cada país e entre eles. Isto leva a admitir que uma agenda de compromisso, fundamentada em estratégias para desenvolvimento sustentável, deve ser construída pelos países ricos e pobres, com o objetivo de diminuir as preocupações do cotidiano de uma parcela significativamente enorme da população. De modo que principalmente os aspectos econômicos têm produzido obstáculos intransponíveis para a preservação, conservação e proteção dos recursos naturais e seus serviços ambientais e na falta de diálogo entre as culturas orais e letradas. Há necessidade

de estratégias, como as propostas por Sachs (1993:34-40), para realizar o desenvolvimento sustentável:

A cobertura de um período de várias décadas é condição essencial para elaborar estratégias de transição significativas;
Os países industrializados devem assumir uma parcela mais que proporcional dos custos da transição e de ajuste técnico;
A eficiência das estratégias de transição dependerá do grau de audácia das mudanças institucionais, da capacidade de conceber pacotes multidimensionais de políticas públicas e da competência para redirecionar o progresso técnico;
Estratégias de transição devem, simultaneamente, modular a demanda, por meio de modificações nos estilos de vida e nos padrões de consumo, modificar as funções de produção, pela incorporação de técnicas ambientalmente viáveis, e fazer escolhas corretas quanto à localidade das atividades humanas.

Essas mudanças exigem das pessoas e das sociedades comportamento solidário, sincrônico e diacrônico com a geração presente e as futuras gerações, assentado em critérios de equidade social, eficiência econômica, prudência ecológica, diversidade cultural e espacial. Portanto, esteja no cotidiano dos agrupamentos humanos – de modo intra e inter-relacional e geracional – esta compreensão. Pois essa essência está imbricada a uma teia de problemas e soluções sociais, econômicas e ecológicas inseparáveis. Conquanto, é necessário que o âmago da questão do desenvolvimento esteja em pauta nas agendas multidimensionais de homens, mulheres, povos e nações. Enfim, a consecução do propagado “comportamento ético” de que falam Freire (1996:66); Sachs (1993:58) & Morin (2000a:59).

Ademais, neste mundo submetido a pressões ecológicas, econômicas e sociais cada vez mais fortes, só podemos esperar que o interesse com a justiça produza algum impacto, se uma parcela significativa das sociedades e nações envolvidas adotarem um conjunto de “idéias humanistas, emancipadoras, e internacionalistas, portadoras de uma consciência de humanidade comum” (MORIN, 2000a:114); uma concepção de vida solidária, portanto de sociedade solidária. Uma opção é a sociedade justa partir da idéia original de que compartilhar os recursos naturais para todos os indivíduos – homens e mulheres – pode tomar a forma de propriedade comum, o que é, sem dúvida, mais defensável.

Quadro 6: Entendimento de autores sobre a propriedade comum.

Desdobramento	Autores	Citações
“A propriedade comum é compatível com a ocupação privada, e que, mediante um aluguel, realiza suas funções”.	Subhabrata Bobby Banerjee.	Banerjee, 2003:98.
“A propriedade comum, ao ignorar o royalty e o congestionamento, expõe os recursos à “superexploração”. Para isso, precisa de instrumentos de controle, um deles é definir o direito de propriedade”.	Sérgio Margulis.	Margulis, 1996:170.
“A renda derivada dos recursos de propriedade comum é mais importante para a população rural pobre do que para a população rural de maior renda”.	Maria Cecília J. Lustosa.	Lustosa, 2002:8.
“A propriedade coletiva deve ser constituída pelos membros da sociedade sem lesar os direitos da propriedade tal qual ela é atualmente constituída”	Robert Owen.	Mladenatz, 2003:43.
“Reconstituir uma propriedade coletiva, através da formação de um patrimônio cooperativo, que é coletivo e está a serviço de um interesse geral e permanente, acima de nossas existências efêmeras”	Charles Gide.	Pinho, 2004:200.
“De um modo geral, as comunidades que decidem dar prioridade a sua riqueza comum e ao uso cooperativo dessa riqueza, normalmente desenvolvem hábitos de moderação individual. Redescobrir o valor dessas várias comunidades não significa descobrir virtude na pobreza, e sim conscientizar-se de que muitas das coisas que foram chamadas de ‘pobres’ são, na verdade, apenas formas diferentes de prosperidade”.	C. Douglas Lummis	Lummis, 2000:112-113.

Elaborado pelo Autor

As populações autóctones e os povos de culturas tradicionais que vivem e praticam a propriedade comum devem argumentar e defender a significância da manutenção e reprodução de seus modos de vida; outrossim, as grandes indústrias baleeiras também fazem uso da propriedade comum. Os primeiros a praticam baseados numa relação de trocas, estão inseridos no contexto; os segundo a utilizam unilateralmente, só como um recurso econômico, para acumular rendas e riquezas. De modo que para reverter este cenário, só compreendendo as imperfeições geradas pelo processo produtivo econômico capitalista e as perfeições gestadas pelo processos naturais, é que o homem é capaz de aprimoramentos substanciais, inclusive tem realizado alguns dessa magnitude: fez viagens tripulada à Lua; desvendou o genoma de algumas espécies; no Brasil, o código genético da bactéria *Xylella fastidiosa*⁴; uso da linguagem internética. Fica claro que é uma longa jornada. Mas já estamos na estrada e isso é extremamente relevante.

Nesse sentido, desenvolvimento absorve a compreensão de envolver, desdobrar, cultivar, preservar, distribuir e comunicar-se tanto com a unidade como

⁴ *Xylella fastidiosa*, agente causal do amarelinho, doença que afeta as plantas cítricas.

com a diversidade. Assim, com esse entendimento, é possível construir tipos de desenvolvimento, desde que reformemos nossas mentes para articularmos caminhos assentados em valores éticos gerais e na ética da responsabilidade entre a proposta ecocêntrica e a antropocêntrica, reinantes no momento. Estas, com seus processos naturais e artificiais inacabados e inacabáveis, acontecem simultaneamente em países e regiões, confirmando ou transformando estilos de vida próprios e apropriados. Para isso, nossas mentes devem estar sempre de prontidão para o debate de idéias, estratégias, tecnologias e responsabilidades, é um enfrentamento dramático, mas só podemos realizá-lo com a argumentação de idéias. Decerto que a tecnologia elétrica /eletrônica, em especial a Internet, por descentralizar decisões (qualquer latitude) e institucionalizar a igualdade democrática, pode ser a chave para essa mudança, pois ela, ao atuar de modo sinestésico, permite superar a separação de funções e tarefas típicas da sociedade industrial, visual e letrada. A humanidade necessita de tipos de desenvolvimento sustentável que assevere uma nova mudança da época com a dimensão, tal qual foi a invenção da agricultura (domesticação de plantas e animais) e a revolução industrial, para realizar suas demandas e utopias. E não mais o modo de produção ocidental dominante, que no seu dia a dia é incapaz de

gerir a existência do trabalho assalariado como forma predominante de inserção social e de acesso à renda; depois de ter destruído o campesinato e boa parte dos artesãos urbanos, desertificado regiões inteiras, apelado para o exército industrial de reserva de trabalhadores imigrantes, criado concentrações urbanas desumanas e inadministráveis, ele condena milhões de assalariados e jovens ao desemprego estrutural, isto é, à marginalização, passando facilmente à decadência social (CHESNAIS,1996:300).

Dessa forma, desenvolvimento sustentável deve ser um processo multidimensional (tensões e desejos) e dialógico; requer rupturas, limitações, ordenamento e envolvimento. E a regulamentação política é o instrumento de compromisso e controle do processo social, econômico, patrimonial e ambiental capaz de traçar os princípios de justiça como equidade, os quais devem ser escolhidos com base em uma posição original determinada pela sociedade em geral e adotada por todos sem qualquer distinção, e o mais importante, assentada sob a perspectiva de melhorar substancialmente a vida dos mais desfavorecidos, assegurando também autonomia na escolha de seus planos de vida racionais. Deste modo, a liberdade de decidir está posta não só para aqueles que atualmente

controlam os recursos naturais e assim agem, como se fossem desobrigados de acatar regras.

Para diminuir esse processo de mercadorização crescente, onde os recursos naturais, os serviços ambientais e as pessoas são transformadas em mercadorias, dinheiro e lixo, as gerações presentes e futuras (famílias, empresas, estado, escolas, movimentos sociais e ambientais) precisam e precisarão alfabetizar-se nos princípios ecológicos – interdependência, diversidade, reciclagem, cooperação, fluxo cíclico da natureza e flexibilidade, com o sentido de, ecologizar as ações: consumo, produção, regulação, ensino, pesquisa, divulgação e educação, torne irrelevante o caráter tirânico da informação, do consumo, do dinheiro e da corrupção, em proveito de estilos de vida cooperativos e interdependentes. Esses princípios são realidades em sociedades autóctones e tradicionais, onde as trocas desiguais, econômicas e ecológicas, inexistem. Portanto, situações distantes do estado de mundo único.

1.1.3.....Não, ao LUGAR PADRÃO

É necessário saber quem, o que e onde localizar os interesses, ora conforme os habitantes da cidade, ora com os habitantes do campo. Do Norte rico ou do Sul pobre. Para os povos da floresta americana. Para os dalits⁵ indianos? Para os esquimós do Ártico? Para os himbas da Namíbia? Nesse sentido, a noção de sustentabilidade deve ser entendida como uma rede, na qual os princípios ecológicos precisam ser entendidos, de modo a gerar uma linguagem com deveres e direitos aceitos por todos os países, sociedades e pessoas e adotados de maneira singular por cada pessoa, cada sociedade e cada país. São também novos comportamentos e novas posições epistemológicas. E, deste modo, continuar a embalar discussões, emulações, pois grupos sociais categorizados das sociedades nas mais várias instâncias da multifuncionalidade espaço-temporal, pertinente ao ciclo dimensional da vida humana, em latitudes diferentes, tem, em sua imaginação, o que seria viver bem, ter uma vida solidária, mas, acima de tudo, gozando de

⁵ Dalits (intocáveis): estrato mais baixo do sistema de casta vigente na Índia, 2.500 anos. “Os dalits são vítimas de violenta discriminação, teoricamente banida, na constituição, em 1947, ao final do domínio colonial britânico” (Agências Internacionais, 2004:A-8).

liberdades reais, para realizar seus rituais produtivistas, consumistas e afetivos. No entanto, a academia, baseada no viés plutocrático, utiliza essa prerrogativa para direcionar as emulações no sentido da racionalidade econômica e identificar qualquer outra posição como irracional. A bem da verdade é um processo ainda em definição.

A sustentabilidade está diretamente ligada à multidimensionalidade – biológica, social, afetiva..., e esta, por sua vez, à multifuncionalidade – econômica, ambiental, social. Estes entendimentos promovem e realizam as relações materiais e imateriais da vida campesina em toda sua heterogeneidade; no modo como se reproduz e garante essa reprodução, territorialidade “natural” (não há intervenção humana), “equipada” (intervenção da presença humana) e “organizada” (comunidade vive com princípios organizacionais), de acordo com os princípios de Boisier (citado por Medeiros *et. al.*,2002:27-28). Enfim, o lugar não-urbano é também um território geográfico delimitado, bem como é profundamente um território biológico e social ilimitado. Deste modo, a multifuncionalidade do território não-urbano não é só os elementos econômicos atribuídos à agropecuária, mas também o surgimento de outras relações “não econômicas” (MALUF,2002:316).

Há também a pluriatividade (part-time farming e pluriactivité), que deve ser enquadrada melhor no sentido de “unidades familiares calcado no trabalho pluriativo”, como escreve Alentejano (2001:157). Compreender essas categorias, permite situarmos o discurso da sustentabilidade de desenvolvimento no âmbito não-urbano, em toda sua riqueza e ambigüidades, dentro e fora das e nas relações da questão não-urbana/ urbana.

Leituras importantes podem ser feitas considerando as áreas rurais, segundo estudo da OCDE – Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico, mais de 50% da população moram em unidades rurais, essencialmente rurais; entre 15% e 50% em áreas relativamente rurais; e menos de 15%, em áreas essencialmente urbanizadas; cidades com mais de 500 habitantes, essencialmente urbanizadas e cidades com mais de 200 mil habitantes, relativamente rurais (ABRAMOVAY,2003:48-49). Para a OCDE, zona rural é qualquer localidade que tenha menos de 150 Hab/Km².

A propósito desse fenômeno europeu, Veiga (2002) *apud* Sachs (2002:144) fez uma análise dos dados do IBGE, censo demográfico 2000, e comenta; “o Brasil

urbano é menor do que se imagina” (SACHS, 2002:144). A tabela 2 é o resultado desse comentário.

Tabela 2: Hierarquia urbano-rural do Brasil

	Número de municípios	População %	Densidade (hab/km ²)	
			Média	mediana
12 aglomerações metropolitanas	200	34	773	368
37 aglomerações não metropolitanas	178	13	261	182
Centros urbanos	77	10	61	108
Municípios ambivalentes	567	13	23	100
Municípios rurais	4485	30	7	19
Totais	5507	100	20	24

Fonte: Veiga (2002)

A humanidade, nos dias de hoje, vive um momento jamais visto de intensa mobilidade individual – geográfica, social e política – dentro e fora dos países e regiões. Numa passagem do Relatório da Comissão Mundial de Cultura e Desenvolvimento, anuncia-se que a população mundial urbana era de 29,3%, em 1950, e a estimativa, para o ano de 2025, é que esse percentual chegue a 61,1% (CUÉLLAR, 1997:285).

Este deslocamento migratório ocorre com mais vigor dentro dos países. Nesse sentido, a mobilidade social do campo para a cidade, em elevada proporção vem “supersaturando os núcleos urbanos com grandes massas humanas improdutivas, células economicamente mortas, infiltradas dentro da textura social”, conforme relata Castro (2001:278). De modo que, ao estrangular e exaurir a capacidade dos serviços sociais em atendimento à população, absorve uma parcela de recursos consideráveis que deveriam ser aplicados em outros serviços.

Diante dessa exposição, os municípios brasileiros são em maioria pequenos, apresentam baixa demografia, inclusive há toda uma tradição camponesa inculcada nestes modos de vida urbanos. Essa “pequena cidade” corresponde em semelhança aos *villages* em outros países, conforme Wanderley & Lourenço (1998:228). A ausência de condições mínimas econômicas e de lazer nas localidades rurais ou em pequenas cidades do interior tem contribuído para aumentar a expulsão de contingentes populacionais do campo, e os jovens são os mais atingidos. Enquanto espaço de vida e sociabilidade, esses moradores sofrem com a deficiente infraestrutura de transportes, comunicações e extensão dos serviços essenciais –

saneamento básico, energia, saúde e educação. É necessário estabelecer políticas públicas estatais e não-estatais para atender a essas demandas.

Este espaço não-urbano é carente de dados confiáveis no que diz respeito aos aspectos econômicos, ambientais e culturais. Por isso, é imprescindível que os processos de construção da cidadania e solidariedade se dêem sob a égide de políticas públicas e privadas, discutidas e legitimadas pelo protagonismo dos moradores e suas instituições formais e não-formais e em consonância com os organismos governamentais e não-governamentais, elejam o desenvolvimento sustentável como perspectiva de mudança e/ou de manutenção dos estilos de vida reinantes.

O Banco Mundial concatena os vários argumentos pesquisados e avaliados sobre o que acontece nas unidades produtivas, sociais e geográficas, desde os conflitos de interesses até suas possíveis soluções, sobre a ótica do credor. E define desenvolvimento rural como:

Uma estratégia destinada a criar melhores condições de vida, econômicas e sociais, para um grupo específico de pessoas – os pobres das áreas rurais. Ela envolve a extensão dos benefícios do desenvolvimento para os mais pobres entre aqueles que buscam seus meios de subsistência nas áreas rurais. Uma estratégia de desenvolvimento rural deve reconhecer três pontos: primeiro, que o ritmo da transferência de trabalhadores da agricultura de baixa produtividade para outras atividades mais bem recompensadas foi muito lento... Segundo, que sua situação irá, provavelmente, piorar, se a população expandir a uma velocidade inusitada... Terceiro, que as áreas rurais têm mão-de-obra, terra e, pelo menos, algum capital, os quais, se mobilizados, poderiam reduzir a pobreza e melhorar a qualidade de vida... [O desenvolvimento rural] é claramente destinado a aumentar a produção e incrementar a produtividade. Sua preocupação é a amoedação e a modernização da sociedade, e, com isso, a transição de um isolamento tradicional para a integração na economia nacional (ESCOBAR,2000:219-220).

Ao colocar a questão do desenvolvimento rural, ressalta-se, essencialmente, a vida econômica a qual atende a critérios da racionalidade e eficiência, que é imperativo às necessidades do capitalismo e da sociedade agroindustrial, conseqüentemente não da maioria dos agropecuaristas que residem neste espaço, em especial os familiares. Este novo paradigma econômico ainda não considera que o planejamento do desenvolvimento com sustentabilidade implica

essencialmente que os limites da natureza são estabelecidos pela “biosfera⁶, pela sociosfera⁷ e pela psicosfera”⁸, tratadas por Pinheiro (s.d.:111-112).

E esta ocorrência ainda é para asseverar que o processo de dominação e de controle social pelos ricos continue se reproduzindo. E, com a eleição do planejamento como instrumento estratégico, este processo sempre está ao par com o avanço do desenvolvimento ocidental, agora se volta principalmente para os países do terceiro mundo. Ademais, o espaço rural sempre esteve associado à ausência de facilidades sociais de toda ordem e, diante da débil ordenação política, social e econômica, seu desenvolvimento está ao capricho de políticas públicas compensatórias. Com isso, é visto como o lugar do atraso, da ignorância e das superstições, caracterizado pela pobreza, no sentido de valor monetário, em geral os indicadores sócio-econômicos baixos. Contudo, este espaço de densidade populacional baixa apresenta laços de proximidade, de vizinhança e de confiança entre seus habitantes, uma relação com a natureza cheia de significados.

De modo que o espaço não-urbano apresenta uma trama de vínculos culturais que desempenham um papel “pouco conhecido no próprio desenvolvimento econômico”, reporta-se, Abramovay (2003:45). Dessa forma, as comunidades não-urbanas que vivem, convivem, sobrevivem nesse espaço, portanto, suas vidas, suas manifestações populares, seus hábitos e valores, seus sistemas produtivo e consumo estão na dependência recíproca da interação com esses potenciais ecológicos e seus serviços ambientais.

Tudo leva a crer que seus habitantes parecem ser os melhores gestores de proteção, uso, conservação e preservação da diversidade biológica, ecológica e cultural. Não são os órgãos governamentais que salvarão a biodiversidade, mas sim esses habitantes. Nesse sentido, o lugar tem papel revelador sobre a animação e a inanimação do mundo. “Ele não é apenas um quadro de vida, mas um espaço vivido, isto é, de experiência sempre renovada, o que permite, ao mesmo tempo, a reavaliação das heranças e a indagação sobre o presente e o futuro”, ressalta Santos (2002: 114).

⁶ Utilização de engenharia genética (isola gene descoberto na biosfera e transfere para outro tipo de ser, obtendo um novo ser);

⁷ Permite patentear o gene e industrializá-lo para o mercado;

⁸ Faz com que o homem não aceite rapidamente o novo, pois ele culturalmente perde sua identidade e exclusividade (Op. cit.).

Esse encontro de diversidade de identidades culturais, nesses territórios delimitados urbano e não-urbano, vem promovendo assimilações entre seus apetrechos e práticas tecnológicas milenares, como agropecuária de montanha indiana, medicina e tratamento de saúde, educação comunitária e socialização, com as técnicas hegemônicas modernas, mesmo com movimentos contra essa ocidentalização, pois o modo de vida urbano é apresentado como aquele em que “os bens adquiridos é que trazem valor à pessoa” (DIAS & GAMBINI,1998:157).

Enfim, é um espaço de vida. E Bobbio (1994:33) enfatiza a questão, citando Gramsci: sociedade civil compreende “não mais ‘todo o conjunto das relações materiais’, mas sim todo o conjunto das relações ideológico-culturais; não mais ‘todo o conjunto da vida comercial e industrial’, mas todo o conjunto da espiritual e intelectual”. Portanto é mister buscar revelar que avanços e retrocessos da riqueza do homem têm a ver com os questionamentos: O quê? E como? Por que desenvolver e sustentar? Sempre fundamentados na grandeza de fatores social, econômico, ambiental e afetivo impedem que a história das sociedades seja redutível a um rol de normas e procedimentos artificiais e enunciáveis, que tão bem caracteriza os modos de vida urbanos.

O desenvolvimento rural alavancou importantes transformações no processo produtivo agrícola marcado pelas revoluções verdes, anos 60 – correção, fertilização e mecanização agrícola dos solos –, anos 90 – biotecnologia e internet. O desenvolvimento tecnológico alargou horizontes, até então, desconhecidos ou ignorados e, com isso, houve um incremento econômico nos rendimentos agropecuários que foi acompanhado, indubitavelmente, por um avanço tecnológico em as todas áreas de conhecimento, trouxe, para a agropecuária mundial, alguns resultados que globalmente podem ser considerados satisfatórios. No entanto, estes processos deixaram e ainda deixam marcas profundas, perversas nas relações pessoais, na unidade produtiva, social e geográfica, caracterizando, assim, uma relação do tipo: jogo de soma zero. Ganha o capital, perde o homem. Para tanto, é preciso articular as dimensões do conhecimento tradicional e científico de modo que as crises ambiental e econômica não coloquem em xeque a noção “generalizadora do desenvolvimento solidário” (ALMEIDA,1998a:35).

O logro do desenvolvimento não-urbano sustentável está forjado em um horizonte cultural amplo onde a heterogeneidade, a capilaridade e a criatividade produzam forças preventivas e corretivas que anulem os processos de excessiva

concentração do poder, renda e do colonialismo ambiental⁹ ora praticado. Assim, há necessidade de estruturas sociais que funcionem em redes globais (associações comunitárias, sindicatos de trabalhadores rurais, organismos não-governamentais e a própria extensão rural oficial...). Nesse sentido, cresce a quantidade de instituições, organizações e pessoas que entendem a problemática urbana e a não-urbana, pois, além de relações internacionais desfavoráveis, são avigoradas pelos “equivocados modelos tecnológico-produtivos”, salienta Wehrle (1998:162).

Sendo assim, transformações profundas já acontecem no ambiente rural, desde atividades econômicas e não econômicas dos diversos setores. No horizonte agrícola, em especial, acontece um arranjo de tarefas agropecuárias que vão desde o preparo e conservação do solo até o emprego de tecnologias de ponta: satélites artificiais, equipamentos com controle remoto, organismos geneticamente modificados, crédito, pesquisa, assistência técnica, rede internética pela agropecuária de precisão e a utilização de satélites naturais e serviços ambientais, insumos oriundos da biomassa, seleção natural de cultivares, intensividade de mão-de-obra¹⁰ pela agropecuária forjada nos saberes tradicionais. O desenvolvimento rural, por ter sua base nas atividades agropecuárias, não significa que as atividades industriais e de serviços inexistem ou são raras. O emprego industrial é relevante no setor rural em países como a Noruega e Suécia. Veiga (2000:168) afirma que “regiões relativamente rurais, como a Baixa-Baviera, estão entre as mais dinâmicas”.

Os estudos, neste espaço, são quase sempre para vigorar a função produtivista/capitalista dos recursos da natureza, a insaciável competência técnica. Portanto, no lugar rural, ratifica Abramovay (1998:101), “A racionalidade econômica do campesinato é necessariamente incompleta, porque seu ambiente social permite que outros critérios de relações humanas (que não os econômicos) sejam organizadores da vida”.

Todavia, o desenvolvimento não-urbano sustentável, ao ocasionar o surgimento e ou agrupamentos de inovações, incluída a tecnológica, para a

⁹ Transferência do lixo industrial (sucata de computadores, pneus velhos...) dos países ricos para os países pobres.

¹⁰ Segundo o BNDES, são gerados, para cada milhão de reais a mais no faturamento na atividade: agropecuária, 202 novos empregos; no comércio, 149; na construção civil, 111; na indústria automobilística, 85; e, na eletroeletrônica, 78. Então, a atividade agropecuária é de vital importância para diminuir o êxodo rural e agrícola, garantir a ocupação do território, a segurança alimentar, o emprego, a renda, a melhoria das condições de vida, e ainda, diminuir a pressão demográfica nos grandes centros (VEJA,2000).

construção de processos produtivos e sociais nos setores primário, secundário e terciário, inclusive na agropecuária sustentável, incorpore os princípios ecológicos em seus processos de construção e comece a se deslocar do estado produtivista/capitalista, para ocupar posições variadas de conformidade com os interesses dos grupos de produtores e consumidores, na direção crescente de preservar e desenvolver proteção aos ecossistemas naturais e às culturas locais, requerem uma predisposição para costurar alianças e cultivar credibilidade com os setores envolvidos neste processo, desde os defensores da ecologia profunda aos da economia forte.

O desenvolvimento sustentável, sob o ponto de vista do Norte rico, está posto, no entanto o Sul pobre e as áreas não-urbanas são fundamentais para a sobrevivência da humanidade e para a preservação dos padrões de consumo das nações e pessoas ricas, bem como para elas próprias. Nesse sentido, o lugar não-urbano possui e vive de suas realizações, de suas manifestações culturais. É um lugar rico em relações pessoais e sociais, estas, cada vez mais ameaçados pela lógica da ética judaico-cristã – o homem acima da natureza –, que favorece a exploração dos recursos naturais. Hoje, poucos são os estudos in loco para conhecer esses modos de vida tão ameaçados: o índio amazônico, o tigre de Bengala, a caatinga brasileira, o urso panda chinês, o rinoceronte africano, o pinguim da patagônia, a tundra soviética, a baleia azul, o animal domesticado e o próprio modo de vida humano tanto o ocidental como o oriental.

De modo que o ser humano utiliza-se deste lugar para dar feições a seus ritos e rituais, concatenando suas convicções e responsabilidades. Portanto, não são apenas paradas usadas antes de retomar à vida prática, é um estilo de vida. Será esta habilidade que norteará se a permanência ou novo estilo de vida, que advirá nesta fase de incertezas, dará rumo ao desenvolvimento rural sustentável. Para tanto, o desenvolvimento do conhecimento racional-empírico-técnico humano jamais deve aniquilar o conhecimento: “simbólico, mítico, mágico ou poético” (MORIN 2000a:59).

Desse modo, o lugar não-urbano, por apresentar outras racionalidades e irracionalidades, torna-se vulnerável ao processo de unificação e homogeneização de técnicas hegemônicas. Entretanto, essas técnicas também podem tornar o lugar não-urbano em um centro de decisões. Esse fato leva Leff (2001:291) a avigorar se “a sustentabilidade urbana fundamenta-se na exploração de recursos e energia do

seu meio rural”. Então, perspectivas são abertas para promoção e valorização do modo de vida rural, suas crenças e valores sociais. De modo que o movimento social rural mundial, inclusive o latino-americano, ao reivindicar empregos, melhores salários, melhor distribuição da riqueza, maior participação na tomada de decisões e pluralidade na política dos partidos, “fazem exigências” (Op.cit.:81) em defesa de valores culturais e pela diversidade étnica. É possível ter outros objetivos de vida que não sejam o consumismo supérfluo.

Nesse sentido, os espaços rurais produtivos são explorados, econômico e socialmente. Assim sendo, é um “espaço polissêmico”, conforme Schneider (1999:186). No primeiro mundo, as microrregiões rurais atraem turistas, novos moradores e serviços governamentais. No caso brasileiro, alguns municípios com alto índice de desenvolvimento humano têm o predomínio da agropecuária familiar, esse fato pode criar novas atividades, tais como, o turismo ecológico, turismo de lazer... .

O epicentro da sustentabilidade é a territorialidade não-urbana, com sua biodiversidade e seus estilos de vida prosaicos e poéticos {salvo os agricultores de frentes pioneiras (MAUREL,1998:115)}. A complexidade e a riqueza dos modos desses estilos de vida – produção e consumo, valores sociais e políticos, tradições religiosas e trabalho, bem como de seus ritos e rituais em qualquer coordenada geográfica – são capazes de encantar-se e se resignar ao relacionar-se com a natureza, com a cultura e com as relações externas, inclusive a urbana, construindo uma cultura popular que, mediante o emprego de ferramentas modernas, como a Internet, disseminam-se, sendo global sem ser dominadora. Essas expressões culturais são vigorosas, reveladoras e capazes de disseminar-se como alimento mantenedor destes símbolos e garantidora dos direitos básicos de 1ª (reivindicação do indivíduo), 2ª (desenvolvimento cultural, econômico e social) e 3ª geração (integridade ambiental).

Para tanto, o protagonizar e o cooperar são os verbos transitivos diretos capazes de promover convicções, responsabilidades e estratégias que, assentadas em políticas públicas: educacional, cultural e de concessão pública, garanta a sustentabilidade do desenvolvimento de comunidades e de seus membros. Estes objetivos são alcançáveis se estiverem sustentados pelo sentimento de pertencimento a um lugar – como os povos da floresta; um sentimento de reciprocidade com a espécie e entre elas – como a mãe canguru colombiana; um

sentimento de solidariedade – praticado pelas boas sociedades e um sentimento de cooperação – dos e entre, homens e mulheres de boa vontade. Estes valores são encontrados com intensidade e riqueza nestes espaços de vida não urbanos. De modo que este sentimento de aproximação entre os homens os faz reviver em si. Daí a origem e opulência de seu caráter emancipador, conservador e utópico em buscar satisfação e manutenção de seu labor e de sua ação, para demandar seus prazeres materiais e suas manifestações culturais – lúdicas e espirituais em seu espaço de vida não-urbano.

Assim, desenvolvimento sustentável supõe a existência de uma relação intra e intergeracional e internacional, para compreender e inovar os modos de vida, não é somente uma ação normativa em si, nem estabelecimento de metas, nem continuidade da exploração agropecuária e industrial, nem o incremento de uma parcela da população ao trabalho e ao consumo, mas sobretudo o potencial utópico capaz de realizar satisfações de bem-estar material, lúdico e espiritual das pessoas e da coletividade, inclusive daquelas partidárias da ecologia profunda, das comunidades autóctones e das comunidades tradicionais nas regiões ou países. Visto que essa civilização moderna (uma parcela minoritária) tem interesses fortes na reprodução de seus estilos de vida e no pragmatismo, para manter acesa a ilusória acumulação de riqueza e renda para a grande maioria da humanidade. A política de desenvolvimento não-urbana sustentável deve ser uma política de simbioses – redes interdependentes e cooperativas, portanto exigente em consciência e diálogo entre os *homos* e o reconhecimento da suas relações, inclusive com a natureza. E o emprego de instrumentos da cultura em massa, via tecnologia elétrica/eletrônica, ajudará na viabilização deste processo de envolvimento e decisão. Ora, centrais, urbanos, os centros de decisões dependentes da tecnocência e da cultura em massa, necessitam reconhecer os centros de decisões, periféricos, não-urbanos e de manifestações populares. Pois, isso é possível.

1.1.4.....Policultura INTERDEPENDENTE

A degradação ambiental pode ser contada em dois momentos históricos: o primeiro corresponde ao desenvolvimento da agricultura, da domesticação de animais, da tecelagem e da cerâmica. A importância da mulher nesse processo é

altamente importante, enfim, da sedentariedade do homem. Contudo foi o segundo momento, a revolução industrial, que houve freqüente e intensa generalização da degradação ambiental, implementada e assegurada pela atuação da ciência, da tecnologia a serviço da mentalidade capitalista dominante e voraz consumidora dos recursos naturais. Essa mentalidade tipifica e valoriza o recurso natural, como objeto a ser consumido. Enfim, uma declaração de morte à natureza.

De modo que o mundo hoje não está constituído por países desenvolvidos e subdesenvolvidos, centrais e periféricos, industrializados e não-industrializados, mas sim de credores e devedores. Essa dicotomia continua exacerbando a relação de dependência e apresenta-se agora muito mais defeituosa, porque endeusa o mundo do credor – enquanto país, enquanto agente financeiro ou qualquer outra instituição assemelhada – enfim, o mundo do não-trabalho, da não-produção, das bolsas de valores, inclusive o Dow Jones Sustainability Index – indicador que mede o desempenho de empresas com práticas de sustentabilidade –, das contabilidades fraudadas, do risco-país, ganhasse dinheiro especulando. E dos devedores, que devem ter suas demandas minimizadas para honrarem os seus compromissos com o credor. Para compreender as relações comerciais internacionais a serviço do rei mercado, interessa que a produção, a distribuição e o consumo dos produtos alimentares continuem a se desenvolver como elementos econômicos, e não como fatos ligados aos “interesses da saúde pública” (CASTRO,2001:13).

Então é relevante começar pelo pronunciamento do Diretor Geral da FAO – Organização de Alimentação e Agricultura das Nações Unidas, Jacques Diouf, “Se toda a comida produzida no mundo fosse igualmente distribuída pelos seus habitantes, cada homem, mulher e criança teria à sua disposição 2760 calorias por dia” (NHUCH,2004:1). Portanto, as pessoas que passam fome não são por falta de alimentos, mas sim, pela usura em acumular renda e riqueza por parte de uma minoria que bem estabelecida tem gerado uma crescente desigualdade social, econômica e patrimonial. E ainda não punimos os agentes do desperdício em toda a cadeia de negócios – cultivo, transporte, armazenamento, distribuição, comercialização e consumo. Essa ocorrência, fruto da exploração capitalista tem sublinhado fortemente que é preciso produzir cada vez mais, pois o sistema precisa se reproduzir. Para isso, usam expressões fortes, tais como: desenvolvido, competitivo, patenteamento e PNB per capita, para abrandar a voracidade da exploração capitalista.

Por outro lado, convivemos com a argumentação de que os OGMs – Organismos Geneticamente Modificados são a forma salutar de proteger a biodiversidade e produzir alimentos é uma meia-verdade. Para tanto, considerar os alimentos transgênicos como a oportunidade ímpar de se acabar com a fome no mundo, é um engodo. O Norte rico nos anos 60, já usava essa máxima, para vender insumos e produtos agropecuários acabados e algumas tecnologias permissíveis ao Sul pobre, a então revolução verde. De fato, avanços importantes na produtividade e rendimento agropecuário foram gerados pelo emprego de novas tecnologias e técnicas de cultivo: sementes melhoradas, insumos artificiais, implementos agrícolas, monoculturas e biotecnologias. Todavia, a fome¹¹ continua alojada em determinados países e regiões com acentuada presença, dizimando pessoas, e em alguns países africanos, populações inteiras são afetadas – 100.000 pessoas morrem de fome por dia, afirma Jean Ziegler, relator da ONU (PINHO,2004:196). E segundo a FAO, “O planeta tem recursos para alimentar 12 bilhões de pessoas, o dobro da humanidade, sem usar alimentos transgênicos” (Op.cit.). Portanto, a onipresença de uma fome crônica que se perpetua nas populações pobres civilizadas e que ameaça também as populações tradicionais é inaceitável. Mesmo com a prática de uma agropecuária agro-ecológica, os resultados seriam duvidosos, pois, se voltada para o mercado competitivo, não contentaria as demandas da imensa maioria da população e dos pequenos agropecuaristas, visto que o mercado não é o meio mais adequado para satisfazer essas demandas.

A policultura pode romper esse ciclo perverso de precarização da vida? Entendê-la sob este ângulo, facilitaria a discussão? Como posicionar-se, na mesa de negociações? Como se daria o acesso ao conhecimento científico e autóctone? Como, quando e a quem se daria o acesso? Tantas outras questões poderiam ser suscitadas. Por exemplo: como se comportaria os mercados de produtos agrícolas? A vantagem comparativa é um ferramenta importante na produção de bens? A utilização de subsídios é o caminho? O que subsidiar, a produção, o consumo, o insumo, o crédito rural, a infra-estrutura, a escola, a saúde, a renda? E o acesso a terra como se dará? A complexidade da pergunta não permite resposta simples. É dentro dessa lógica que a agricultura sustentável é compreendida por Altieri *apud*

¹¹ A EMBRABA confirma, no Brasil, do cultivo a comercialização, os produtos frutícolas e olerícolas geram perdas em torno de 65% do total de 24 milhões de reais produzidos por ano no país (VEJA,2001).

Ehlers (1996:116) como “à habilidade de um agro-ecossistema em manter a produção através do tempo face, a distúrbios ecológicos e pressões sócio-econômicas de longo prazo”, será posta. Como fazê-la sustentável?

E, na recente década de 80, o Departamento de Agricultura dos Estados Unidos reconhece a agricultura orgânica, conceituando-a:

Agricultura orgânica é um sistema de produção que evita ou exclui amplamente o uso de fertilizantes, pesticidas, reguladores de crescimento e aditivos na alimentação animal compostos sinteticamente. Tanto quando possível, os sistemas de agricultura orgânica baseiam-se na rotação de culturas, esterco animal, leguminosas, adubação verde, lixo orgânico vindo de fora da fazenda, cultivo mecânico, minerais naturais e aspectos de controle biológico de pragas para manter a estrutura e produtividade do solo, fornecer nutrientes para as plantas e controlar insetos, ervas daninhas e outras pragas” (Op.cit.:58).

Nessa década, a América Latina foi estudada de maneira detalhada sobre a produção de alimentos orgânicos por diversas ONGs – Organizações-Não Governamentais – possibilidades e limitações pela IFOAM – Federação Internacional dos Movimentos da Agricultura Orgânica e pelo MAELA – Movimento Agro-ecológico da América Latina e do Caribe. E, em março de 1991, a Comunidade Econômica Européia aprova o regulamento para a proteção de alimentos da agricultura ecológica. Doravante, as variedades e produtos vegetais e as espécies animais serão patenteadas. Essa orientação se estende a todas as nações do mundo através de acordos unilaterais, bilaterais ou multilaterais e pelos mega blocos econômicos, como NAFTA – Acordo Norte-Americano de Livre Comércio, MERCOSUL – Mercado Comum do Sul, Pacto Andino, União Européia.

A FAO, em s-Hertogenbosch, Países Baixos, abril de 1991, realiza a Conferência Agricultura e Meio Ambiente, com a finalidade de prescrever princípios norteadores e averiguar que estratégias – legais, tecnológicas e financeiras – devem ser usadas para impulsionar essa agricultura e o desenvolvimento rural sustentável, isto é, a exploração dos recursos naturais, ajustada aos interesses econômicos, sociais e ambientais das empresas transnacionais. O estabelecimento e propagação da nova ordem, a Declaração de Den Bosch, ao destinar atenção especial aos países em desenvolvimento na África, Ásia, América Latina e Europa, consumam o fato. De modo que a agropecuária industrial moderna mundial deverá ser substituída pela agropecuária ecológica e receberá a denominação: ADRS – Agricultura e Desenvolvimento Rural Sustentável (PINHEIRO,1993:216).

Quadro 7: Conceitos sobre Agricultura e Desenvolvimento Rural Sustentável.

Conceitos	Autores	Citações
“A ordenação e conservação da base de recursos naturais e a orientação da troca tecnológica e institucional de tal maneira que assegure a contínua satisfação das necessidades humanas para as gerações presentes e futuras. Este desenvolvimento viável (nos setores agrícolas, florestal e pesqueiro) conserva a terra, a água, e os recursos genéticos, vegetais e animais, não degrada o meio ambiente e é tecnicamente apropriado, economicamente viável e socialmente aceitável”.	FAO em abril de 1991, Declaração de Den Bosh.	Pinheiro, 1993 :230.
“A sustentabilidade da agricultura e dos recursos naturais se refere ao uso dos recursos biofísicos, econômicos e sociais segundo sua capacidade, em um espaço geográfico, para, mediante tecnologias biofísicas, econômicas, sociais e institucionais, obter bens e serviços diretos e indiretos da agricultura e dos recursos naturais para satisfazer as necessidades das gerações presentes e futuras. O valor presente dos bens e serviços deve representar mais que o valor das externalidades e dos insumos incorporados, melhorando, ou pelo menos mantendo de forma indefinida, a produtividade futura do ambiente biofísico e social. Além do mais, o valor presente deve estar eqüitativamente distribuído entre os participantes do processo”.	IICA – Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura.	Ehlers, 1999:116.
“Um modelo de organização social e econômica baseado em um desenvolvimento equitativo e participativo.(...) a agricultura é sustentável quando é ecologicamente equilibrada, economicamente viável, socialmente justa, culturalmente apropriada e fundamentada em um conhecimento científico holístico”.	ONGs Agroambientalistas.	Op.cit.:117.

Elaborado pelo Autor.

Por sua vez, a Agenda 21, Brasileira (2000:78), elege os seguintes critérios, para a construção de uma agricultura sustentável:

Quadro 8: Critérios de sustentabilidade agrícola.

1- fortalecimento de mecanismos e instâncias de articulação entre governo e sociedade civil;
2- fortalecimento da agricultura familiar frente aos desafios da sustentabilidade agrícola;
3- incentivo ao manejo sustentável dos sistemas produtivos e ao planejamento ambiental;
4- incentivo à geração e à difusão de informações e de conhecimento que garantam a sustentabilidade da agricultura.

Elaborado pelo Autor.

Nesse sentido, considerar o saber autóctone é um passo importante. Exige o reconhecimento e elaboração de códigos especiais sobre a apropriação desse conhecimento. Certamente o desenvolvimento de diretrizes e códigos de ética deve buscar instrumentos que sejam capazes de desenvolver e assegurar o consumo de novos produtos naturais. Enfim, parcerias que se reconheçam,

cooperem, compensem-se, quando da utilização destes conhecimentos e dos recursos locais. De modo que a Convenção sobre Biodiversidade estimula o compartilhamento eqüitativo dos benefícios decorrentes do conhecimento autóctone, contudo não assegura garantias.

Portanto, deve resguardar essa relação assimétrica com os saberes autóctones. Contudo fundamentada no confronto causa/efeito/solução, é fato gerador de reformas sociais e econômicas. O protagonismo de todos os entes envolvidos, homens e instituições, pode mudar a ordem vigente degradadora e consumidora dos potenciais ecológicos e das culturas locais, inclusive a indígena, é imprescindível. De modo que cultivar a consciência da individualidade – pensar e agir – significa dar feições novas aos ritos e rituais do processo produtivo e consumista ocidental moderno, onde for o caso. Superar contrastes.

A presença de produtos agropecuários coletados da natureza mais os orgânicos e os agro-ecológicos nas feiras livres e supermercados é uma realidade. Isso mostra que, recentemente, a agropecuária começou a se deslocar, “da maximização do rendimento e do lucro a curto prazo, para valorização da capacidade de sustentar a produtividade a longo prazo” (GLIESSMAN,2001:586). Ainda é uma alteração pequena, entretanto apresenta um vigor significativo. Ela possibilita uma opção em C&T – Ciência e Tecnologia, para transformar a pesquisa agropecuária e sua disseminação entre os usuários(as) – pesquisadores, extensionistas, agricultores, consumidores e empresas. Os avanços gerados em Instituições como as Universidades e Centros de Pesquisa mundiais: EMBRAPA, INTA – Instituto Nacional de Tecnologia Agropecuária, IARCs – Centro Internacional de Pesquisa Agrícola, e difundidos pelas Entidades estatais e não-estatais de assistência técnica e extensão rural não deveriam estar desvinculados das lutas político-culturais das nações indígenas e dos camponeses que tencionam promover vida saudável a todos e proteção à natureza.

Em todo esse processo, os países devedores têm orientado sua ação, para tornar viável o modo produtivista de explorar os recursos naturais, incluindo não só o cultivo das espécies vegetais e animais, como também em sua cara metade, a agroindústria. Ademais, ao Estado compete orientar a modernização e preservar seu papel, de “estabilizador entre o mercado externo e interno e de fornecedor de condições de infra-estrutura necessária ao setor” (TEDESCO,2001:115-116). Em

razão desse comportamento, o Estado aprofunda a crise vivida pela agricultura mundial e tem causado sérios problemas de desenvolvimento.

Uma refundação das formas sociais da produção agropecuária, em quase todos as nações, sob qualquer doutrina, é necessária e urgente, restabelecendo os limites geográficos e econômicos, então impostos. Dois modelos são referenciais para modificar a agricultura e proporcionar seu fortalecimento sócio-econômico, para Lamarche (1998:303) que são: o primeiro, rigorosamente assentado em estruturas de “produções individuais”, funcionando dentro de um “sistema econômico-liberal”; o segundo, baseado na “organização coletiva do trabalho e dos meios de produção”, operando dentro de um “sistema planejado”. A escolha de um desses modelos exige um esforço hercúleo, para que esta árdua tarefa tenha êxito.

Há sinalizações de que as resultantes do atual modo de produção agropecuária, ao interagir e respeitar os elementos da agropecuária de precisão com o da orgânica, evoluirá para a agropecuária sustentável. E, dentro desta perspectiva, sobressai a agropecuária familiar¹², que, fundamentada no modo de produção policultor, no modo de vida pluriativo e no “grau de intensidade das lógicas familiares”: terra, trabalho e reprodução familiar do estabelecimento (Op.cit.:63), utilizará a pesquisa, a extensão rural e o associativismo, incluído o cooperativismo, para garantir acesso aos recursos naturais, inclusive à terra, aos serviços sociais e ao emprego, inclusive os não-agrícolas.

E a “reconversão” produtiva (CARVALHO,2002:57 & LAMARCHE,1998:26) é uma ferramenta de promoção da sustentabilidade. Esta reconversão inevitavelmente acontecerá para parcela importante dos produtores agropecuários. De modo especial, a região fumageira de Arapiraca, Alagoas, Brasil, por apresentar 98% de estabelecimentos agrícolas familiares, mostra esse território rural como um elemento modificador e acumulador de riqueza e justiça social.

É importante perceber que a questão da terra já foi resolvida nos países desenvolvidos: Japão, Estados Unidos, e em geral, na Europa, enquanto, nas nações subdesenvolvidas, ainda não foi solucionada enquanto patrimônio. No

¹² A FAO e o INCRA consideram como agropecuária familiar, aquela que:

- a) a direção dos trabalhos é exercida pelo produtor;
- b) não foram realizadas despesas com serviços de empreitada;
- c) sem empregados permanentes e com número médio de empregados temporários menor ou igual a quatro ou comum um empregado permanente e número médio de empregados temporários menor ou igual a três;
- d) com área total menor ou igual a quinhentos hectares para as regiões Sudeste e Sul e mil hectares para as demais regiões (BLUM,2001:63).

entanto, no que diz respeito ao incremento da produção agropecuária, já atende as demandas do setor urbano-industrial. Essa desigualdade na distribuição dos bens primários (rendas, poderes...) é aceitável, se essa distribuição melhorar a vida desses excluídos. Entretanto, para Romeiro (2002:124) essas demandas “excluem a satisfação das necessidades mínimas” da maioria populacional mundial.

Nos países em desenvolvimento e subdesenvolvidos, a terra também é rigorosamente um fator de produção importante, por conseguinte, por seu elevado significado na vida das pessoas e das comunidades é enaltecida em suas manifestações culturais, colocam-na em exaltação, um dos símbolos de sua existência, de sua relação com a natureza e com Deus. Para Maurel (1998:89), “apartar o jurídico, o econômico, o social e o simbólico, de uma relação multidimensional como esta, ocorreria uma situação fictícia, por isso ‘arbitrária”.

Ademais, os pequenos agropecuaristas da América Latina, Ásia, África e Leste da Europa ocupam espaços frágeis e degradáveis, no entanto dão uma contribuição substancial para a auto-suficiência alimentar regional e proteção à natureza. Porém, esses obtêm muito pouco com os processos de desenvolvimento e transferência de tecnologias da revolução verde e da biotecnológica. Não que as inovações, principalmente tecnológicas, fossem inadequadas para esses agropecuaristas, mas o difícil acesso ao crédito, ao subsídio, à informação, ao apoio técnico. O alto grau de analfabetismo nos países africanos e sulamericanos e na Índia não lhes permite adotar essas inovações, pois não só lhes falta leitura, para absorver a nova e imperativa técnica hegemônica, como sobra imposição para a referida implementação.

Ao analisar essa situação com imaginação e criatividade, percebe-se que as famílias de técnicas emergentes – em especial a informática – possibilitam a superação deste imperativo e a proliferação de novos arranjos. Nesse sentido, a implementação dessas técnicas aumenta a participação dos pequenos agropecuaristas e, ao Estado, assegura essa ajuda. Portanto, “quando um determinado ator não tem as condições para mobilizar as técnicas consideradas mais avançadas, torna-se, por isso mesmo, um ator de menor importância no período atual” (SANTOS, 2002:25).

Através das nações desenvolvidas, técnicas modernas foram disseminadas e gerou-se um espaço rural maior do que a agropecuária, tanto nos países centrais

como nos periféricos, e que, segundo Medeiros *et al.*,(2002:29-30), originou subsetores (quadro 9):

Quadro 9: Subsetores da agricultura.

1 - uma agropecuária moderna baseada em <i>commodities</i> e intimamente ligada às agroindústrias;
2 - um conjunto de atividades não-agrícolas, ligadas à moradia, ao lazer e às várias atividades industriais e de prestações de serviços;
3 - um conjunto de “novas” atividades agropecuárias, localizadas em nichos específicos de mercados.

Elaborado pelo Autor.

Convém ressaltar que a participação do agronegócio no Produto Interno Bruto /PIB brasileiro em 2002, foi de 29% (BORTOLÁS,2003:B-12), o que quer dizer que quase um terço do PIB vem das atividades ligadas ao campo. É uma atividade forte, com presença em todo o território, podendo gerar mais empregos e rendas. No Brasil, não só o agronegócio é de fundamental importância, uma vez que a agropecuária familiar pode dar respostas positivas, se incluirmos seus produtos e serviços artesanais como objetos de desejo dos consumidores.

Nas nações ricas, o PIB da agricultura superprotegida (altamente subsidiada) responde com percentuais baixíssimos, conforme tabela 3, em função das outras atividades do setor secundário e terciário terem melhor desempenho, menos riscos e serem mais remunerativas. Como construir uma proposta de desenvolvimento sustentável, quando um país é tão dependente do setor agropecuário?

Tabela 3: Subsídios agrícolas (em%) – países selecionados pela OCDE, 2001.

PAÍSES	Participação da agricultura no PIB.	Participação dos subsídios na receita dos agricultores
Austrália	1,3	4
Canadá	2,2	17
Estados Unidos	1,4	21
Japão	1,1	59
Suíça	1,2	69
União Européia	2,1	35
Média OCDE	n.d	31

Fonte: Prado, 2003

Ainda assim, os países ricos, através de organismos multilaterais: FMI – Fundo Monetário Internacional, OMC – Organização Mundial do Comércio, Banco Mundial e ONU, fazem exigências severas às nações em desenvolvimento, ou

melhor, – as devedoras, por exemplo: receber indústrias poluentes e devoradoras de energia, sucata de origem diversa – componentes eletrônicos, mecânicos, pneumáticos, material radioativo, como também recrudesce em ações que minimizem a atuação dos estados nacionais endividados, para não atrapalhar o livre comércio. É a supremacia do poder imposta pelos países e instituições credoras.

Diante deste cenário fortemente contrário a estilos de vida menos dependente e degradante do uso do recurso natural, a agropecuária sustentável emerge com uma proposta de mudança no imaginário individual e social, tanto das sociedades de consumo como naquelas de conservação e preservação dos recursos da natureza. No entanto, é necessário compreender a amplitude desses modos de vida. Os povos autóctones, com rituais e ritos próprios, dão uma conotação vigorosa as suas manifestações culturais e modos de vida ligados à cooperação, parceria e conservação dos bens de uso, perfilhando-se com os defensores da ecologia profunda, na outra ponta, modos de vida fortemente concentrados no consumo frenético de bens e serviços e na degradação dos recursos da natureza, alinhados aos defensores da competitividade, em seus aspectos: dominação, linearidade, expansão, reducionismo, características vigorosas da economia pura. E o Relatório da Comissão Mundial de Cultura e Desenvolvimento destaca esses interesses: “evidentemente, são seus elementos constitutivos – a saúde, o bem-estar, e a prosperidade do povo – e não as toneladas de minérios, o volume das árvores ou a quantidade de espécies animais” (CUÉLLAR,1997:275).

Nesse contexto, há rituais de gestão em sustentabilidade em andamento, para isso as empresas realizam práticas de planejamento e gestão social, ambiental e de governança (VINHA, 2003: 189) como: ISO – International Organisation for Standardisation 14000; negociam ações tipo: RSC – Responsabilidade Social Corporativa e SRI – Fundos de Investimentos Responsáveis, SA 8000 – Social Accountability, que avaliam o desempenho do processo produtivo sob o viés da gestão ambiental. Instrumentos de política ambiental são usados pelos países que participam do comércio exterior, tais como taxaçoão, certificados comercializáveis de poluição ou de exploração de recursos, lista negra dos poluidores, licenciamento para atividades econômicas e relatório de impacto ambiental e outros, para coibir e punir os transgressores: organismo individual, corporativo e concessionário de serviço público.

Todas essas atitudes e atos são formas importantes de problematizar a gestão dos recursos naturais, têm surtido alguns efeitos: a consciência ecológica já é tratada nos diversos fóruns e punições, por degradar e poluir o meio ambiente fazem parte da rotina dos órgãos fiscalizadores. Alguns países já realizam até programas de garantias de renda aos pobres, inclusive aos agropecuaristas, como forma de mitigar os danos ambientais. Nesse sentido, no Brasil, em janeiro de 2003, ao assumir o governo, Lula dá forma ao Projeto de Lei do senador Suplicy, sancionando a Lei que institui a Renda de Cidadania a partir de janeiro de 2005.

Não é difícil constatar ambigüidades em quaisquer dos discursos, no entanto a capacidade humana em melhorar as imperfeições é a alavanca desse processo inacabado e inacabável, que é a construção de tipos de desenvolvimento sustentável. Certamente, uma educação desinteressada que assegure o protagonismo dos indivíduos, organizações sociais, comunidades e dos países é salutar. Pois, ao considerar e dialogar com os valores, crenças e tradições de cada cultura local, encontrará respostas criativas para superar o desejo utilitarista de produzir bens e serviços em volumes que ninguém terá tempo de consumi-lo.

Assim sendo, a ambigüidade do termo agropecuária sustentável também não se resume – a exploração dos recursos naturais, como é notório em algumas argumentações expostas por especialistas e políticos, sobretudo, afirmando que a introspecção da racionalidade econômica como única forma de alcançar o desenvolvimento.

Dessarte, entende-se como Agropecuária Sustentável o exercício relacional de conhecimento e reconhecimento do uso de técnicas pelos diversos modos de produção existentes e ignorados, para a obtenção de produtos saudáveis; praticar a policultura com boas práticas de conservação de solo e dos mananciais de água, produtos isentos de substâncias e organismos patogênicos, com boas produtividades e rendimentos agrícolas e industriais; realizar uma contabilidade nacional¹³, baseada no emprego de taxas de retorno baixas e altos impostos para aqueles que degradam, poluem e estimulam o consumo supérfluo dos produtos originados dos recursos naturais e seus serviços; do renovado diálogo entre os

¹³ SICEA – Sistema Integrado de Contas Econômicas e Ambientais (sistema informações que contabiliza as perdas resultantes da degradação dos recursos naturais, a partir da valoração monetária). (YOUNG, 2003:113).

NAMEA – Matriz de Contas Nacionais Incluindo Contas Ambientais (sistema de informações sobre recursos ambientais, associando fluxos de emissões e outros impactos ambientais com as atividades econômicas. (Op.cit.:110).

saberes científicos, autóctones e populares; do auto-respeito dos indivíduos e comunidades pela decisão em cumprir princípios e responsabilidades; da predisposição em renovar essas atitudes e comportamentos e da boa vontade dessa geração em garantir a biodiversidade dos ecossistemas, a identidade e os valores culturais de todos os povos e assegurar vida saudável às futuras gerações.

Portanto, para fazer agropecuária sustentável, primeiro é preciso compreender que os sistemas naturais funcionam assentados em relações não-hierarquizadas. É nessa lógica que a agricultura autóctone se realiza, garantindo assim, que a produtividade dos recursos tenha vida longa, enquanto que, na agricultura que produz commodities, a alta produtividade baseia-se na economia de recursos e dinheiro, retorno alto. Nesse sentido, o deslocamento da sustentabilidade¹⁴ fraca para a sustentabilidade forte já acontece com a prática da agropecuária agro-ecológica e orgânica, mesmo que, ainda sobre o viés da lógica produtivista/capitalista, com seus produtos à disposição dos clientes. Ademais, os caminhos para praticar agropecuárias sustentáveis passam pela aceitação, discussão e adoção dos princípios ecológicos: interdependência, diversidade, reciclagem, cooperação, fluxo cíclico da natureza e flexibilidade. Por fim, significa produzir, coletar e colocar uma enorme diversidade de produtos de origem animal e vegetal, tanto na forma in natura, como industrializada à disposição dos consumidores¹⁵.

¹⁴ a) Sustentabilidade fraca, regida pelo custo econômico de oportunidade – valor dos usos alternativos deste recurso que tiveram que ser sacrificados para que o uso específico fosse realizado;
b) Sustentabilidade forte, qualquer violação do capital natural não se justifica pelo fato de que contribui para aumentar a liberdade dos humanos. (SEROA DA MOTA, 1997:5).

¹⁵ O homem se alimentava com cinco mil espécies até 1500. O número caiu para duas mil em 1750 e hoje está em torno de duzentas. Ora, são os índios e os caboclos, com sua notável capacidade de domesticar plantas que podem preservar essa riqueza genética (DIAS & GAMBINI, 1999: 197).

1.2.....Desenvolvimento do COOPERATIVISMO

1.2.1.....AJUDA MÚTUA, o princípio sustentável da cooperação

Uma revisitação aos princípios cooperativistas (1844): adesão voluntária e livre; gestão democrática; da participação econômica dos membros; autonomia e independência; educação, formação e informação dos associados e do público; intercooperação; preocupação com a comunidade (PINHO,2004,p.127), inspirado nos 28 Tecelões, Pioneiros de Rochdale gera, desde então, uma motivação forte, uma vez que o embate entre a filosofia cooperativa e racionalidade capitalista sempre promoverá um choque de idéias e atos de abnegação, servidão, usura e solidariedade. Nesse sentido, surge a indagação de que maneira é possível a cooperativa satisfazer as demandas de bem-estar material de seus cooperados sem solapar a identidade dessa associação de pessoas?

E Mladenatz (2003,p.14) afirma, “a generalização dessas associações permite realizar uma ordem econômica e social capaz de fundar-se não sobre a luta, mas sobre o entendimento, não sobre o espírito da competição, mas sobre a solidariedade, não sobre a dominação da empresa lucrativa, mas sobre a colaboração com o trabalhador”. Nesse sentido, as argumentações, as mais diversas, propiciarão condições para implementar a prática cooperativista, seja motivada pela experiência Rochdaleana, seja pela orientação mercadológica? Um esforço hercúleo há de se mover a partir de práticas criativas e eficazes dos cooperados no interior da organização cooperativa e fora dela, preservando o movimento cooperativista. É essa identidade de cooperação que, ao se reproduzir, revigora-se a partir da relação histórica de cooperação, cooperativismo e situações econômicas em permanente mudança, são esses elementos que definem os fundamentos de sustentação e desenvolvimento dessa prática e projeto social.

Ema uma análise sobre os debates atuais, versando sobre cooperativismo, tem-se duas posturas: na primeira, “há um componente utópico que gira em torno da relação entre trabalho, cooperação e solidariedade, alimentando o sonho de proclamação de uma nova sociedade, pautada em formas mais solidárias de convivência”; e, na segunda, “sobressai um modelo de organização de empresas que tem, como pano de fundo, as transformações econômico-produtivas expressas

nas relações entre global e local que se atualiza através de práticas de reestruturação produtiva e flexibilização do trabalho”(PIRES,1999,p.46).

Nesse sentido, são os valores e princípios cooperativistas que delineiam essa identidade e produzem o horizonte norteador das cooperativas. Assim sendo, Bergengren (2001:16) & Orion *apud* Pires (1999:25) têm a mesma opinião sobre a finalidade da cooperativa: para o primeiro, “é uma organização de pessoas, não de dinheiro (...). Não é de caridade; sua única razão de existir é o serviço que pode prestar a seus membros”; para o segundo, “a satisfação máxima dos seus membros e não a corrida ao lucro constitui a sua marca distintiva, (...) oferecer um serviço econômico a seus membros(...)”.

Essa exposição mostra que o debate sobre cooperação e cooperativismo se dá dentro da lógica de um espírito vigorosamente humano, baseado na ajuda mútua e na necessidade humana em atender suas demandas de conforto e consumo de bens materiais. Desse modo, o arranjo que segue doravante mostra idéias e realizações de homens que acreditaram que o cooperativismo “é basicamente econômico, mas é mais do que econômico. É carregado de aspiração e idealismo. (...); e demonstra dia-a-dia que há mais satisfação real e mais sucesso negocial em trabalhar juntos para o bem comum do que jamais haveria numa competição livre da parte de todos, para chegar na frente de todos. Em todo o sentido, a cooperação é todo-abarcante, não deixa ninguém de fora. (...), não importa quão minguado seu capital, a mesma voz e voto dados a qualquer outro” (BREGENGREN,2001:32).

Assim sendo, essa associação cooperativa é definida por diversos conceitos, entre eles, destacam-se:

Quadro 10: Conceitos sobre organização cooperativa.

Conceitos	Autores	Citações
“Uma associação de pessoas que é voluntariamente agrupada para responder a uma finalidade comum, a partir da constituição de uma empresa dirigida democraticamente, fornecendo uma quota parte eqüitativa de capital necessário e aceitando uma justa participação nos riscos e nos produtos da empresa, na qual os membros participam ativamente”	OIT - Recomendação 127, 1966.	Delveltere (1998:35) <i>apud</i> Pires(1999:25)
“A cooperativa é uma associação autônoma de pessoas que se unem, voluntariamente, para satisfazer aspirações e necessidades econômicas, sociais e culturais comuns, por meio de uma empresa de propriedade coletiva e democraticamente gerida”.	ACI	Denault (1996:24) <i>apud</i> Pires (1999,25- 26)
“Cooperativa é uma sociedade de pessoas, com forma e natureza jurídica própria, de natureza civil, não sujeita à falência, constituída para prestar serviços aos associados”.	Congresso Nacional	Presidência da República (Lei,nº5.764, 16//12/1971).

Elaborado pelo Autor.

1.2.2..... Esses homens geniais e seus ideais de Cooperação

Mladenatz (2003:34) reporta-se a concepção de cooperação e cooperativa baseada em um legado de estudos e experiências de vários idealizadores-precusores, a começar por **P.C. Plockboy e de John Bellers**. Esses estudiosos basearam suas pesquisas e realizações no *modus operandi* do regime cooperativo integral, advindo do entrelaçamento da agricultura com a indústria, portanto, de superação de dificuldades pelos menos favorecidos. Esses autores mostram, assim, que entender o comportamento da cooperativa moderna tem uma história de ligação com as idéias e realizações comentadas a seguir:

1. a idéia – bem desenvolvida – de *self help* (auto-ajuda) que têm as massas miseráveis da população, tendo em vista a realização de uma vida humana;
2. realização desse *self help* por meio da associação de pequenas forças econômicas, formando, assim, associações livres;
3. economias coletivas constituídas por essas associações. As funções econômicas dos membros, em ligação com a produção e o consumo, são obtidas em comum por meio de uma empresa econômica;
4. estrutura democrática dessas associações. Participam da direção e da administração todos os associados, que elegem dirigentes efetivos;
5. idéia da supressão dos intermediários que não são úteis e da engrenagem da vida econômica, revertendo-se o lucro deles para o produtor útil;
6. relações orgânicas entre a indústria e a agricultura, entre a produção e o consumo;
7. passar das construções ideais utópicas aos programas de realizações práticas (Op.cit.:34-35).

Em seu projeto de reforma social, OWEN(1771-1858) atentava para o fato de que as comunidades cooperativas deveriam abolir o lucro econômico de suas

relações sociais e econômicas, com isto corroborar com a idéia de que a propriedade coletiva era a resposta à precarização das condições de vida dos trabalhadores da indústria à época; então, propôs a suas comunidades cooperativas

Substituir a propriedade privada por uma posse comum das terras e uma capitalização comum das riquezas e o regime da concorrência por uma troca equânime dos víveres entre diversos grupos de trabalhadores associados, troca calculada segundo o valor social dos produtos (isto é, segundo seu custo de produção, no sentido particular que ele atribuía a esse termo). Por meio dessa nova organização da produção e da distribuição, ele acreditava poder colocar um fim aos desastres crônicos causados pelas alternativas de inchamentos e de depressões industriais e a este paradoxo do século XIX: o crescimento da produção de víveres, seguido imediatamente da miséria dos produtores;

Essas colônias deviam abranger a produção industrial e a produção agrícola. Seriam formadas por pequenos grupos autosuficientes de 500 a 2000 indivíduos. Toda propriedade privada seria abolida. Não somente a produção mas também o consumo seriam feitos em comum. Em casa comuna, haveria uma construção central em que morariam todos os membros da comuna, por famílias;

A produção, assim como a administração da colônia, seriam de responsabilidade de grupos de pessoas de mesma idade. Dessa maneira, não haveria chefes econômicos ou políticos, e a igualdade perfeita reinaria na comunidade, do ponto de vista tanto econômico quanto político. Não haveria mais, portanto, governantes nem governados;

A lavoura era feita em comum. Cada um dos membros recebia toda semana “bônus” que serviam a sua provisão de víveres no armazém de consumo da associação. O pagamento era, pois, feito em uma moeda especial, que representava as mercadorias. O trabalho era pago de acordo com o salário corrente no mercado local; Essa maneira de assalariar permitia economizar um capital próprio. Após a acumulação de um capital suficiente para comprar a colônia inteira, esse salário devia ser substituído por uma participação nos lucros da empresa (Idem.: 38).

Owen realizou esse sonho, fundando, em New Lanarck, Escócia, uma colônia que, assentada na propriedade coletiva e na residência comum, como também na produção e no consumo comuns que atendia as demandas de seus membros. Esse empreendimento teve êxito. De modo que Owen, a partir dessa experiência, pode comprovar que “o maior desperdício, em qualquer crise econômica do tipo capitalista (devida à queda da demanda total), é a ociosidade forçada por parte substancial da força de trabalho” (SINGER,2002:26).

Estimulado por essa experiência, desfaz-se dela, parte para os EUA (1829) com o intuito de fundar colônias iguais. Criou a colônia de New-Harmony, em Indiana, e segue para o México e Inglaterra, no entanto não obteve êxito. Mesmo com o fracasso de suas colônias fora da Escócia, Owen deixa claro que uma associação cooperativa é uma ferramenta importante como “estratégia para a implantação gradual e pacífica de um sistema de reforma social” (PINHO,2004:254).

Outra importante contribuição de Owen foi a fundação, em Londres, 1835, de uma associação que, apesar de constituída por ingleses, denominava-se 'Associação de todas as classes de todas as nações'. Em suas normas, o art.11 trata:

1º - A fundação de uma cooperativa central com filiais em todas as partes do globo; e,
2º - A formação de uma opinião pública favorável a essa transformação radical do caráter dos homens e de suas relações, por meio de assembléias, conferências, missionários, publicações baratas, trocas de produtos efetuadas com equidade e com exclusão da concorrência individual, enfim, por meio da formação de comunidades com interesses solidários (communities of united interests)[MLADENATZ,2003:43].

Essa visão de Owen estabelece o princípio da intercooperação entre as associações cooperativas. Nesse sentido, Robert Owen antecipou a criação de uma sociedade com uma identidade cooperativista internacional, hoje ACI.

Dr. WILLIAM KING(1780-1865) teoriza que uma cooperativa está fundamentada na "Organização do trabalho e no interesse daqueles que fornecera o trabalho. A cooperativa permite que o fator trabalho se libere do estado de dependência em que se encontra em relação ao fator capital". Ele acrescenta: "O salário que o trabalhador recebe representa somente uma insignificante parte do valor criado por ele" (MLADENATZ,2003:48). Para King, essa idéia melhoraria a condição da classe operária. Desta forma, a teoria cooperativa de King constitui-se:

Para demonstrar que uma sociedade cooperativa deve necessariamente oferecer a todos os seus membros uma situação independente, é preciso provar que ela carrega em si o princípio sobre o qual repousa toda independência possível neste mundo. Essa base é o trabalho. O trabalho é a raiz da árvore, qualquer que seja a circunferência que esta última atingirá. Nessa ordem de idéias, o trabalho é tudo: por isso, quem quer que tenha o trabalho tem tudo.

(...). Nenhuma lei, nenhuma força pode usurpá-la às classes trabalhadoras, pois todo poder é tão-somente um gênero especial de trabalho e reside nessas classes. O poder de uma pessoa ou de uma classe qualquer de pessoas consiste em poder dirigir o trabalho e as classes trabalhadoras.

O trabalho é a pedra angular do edifício (...). (...). Quem quer que possua o capital pode, por conseguinte, dirigir o trabalho. (...) [Op.cit.:48-49].

William King coloca a associação cooperativa: "como outras sociedades – sociedades de socorro mútuo (*benefit clubs*), sindicatos (*trade societies*) e caixas de poupanças (*savings' banks*). A cooperativa visa a se premunir contra certos inconvenientes a que estão expostos os homens quando agem isoladamente e a obter certas vantagens das quais se privariam de outro modo. Os inconvenientes que a cooperativa é chamada a combater são os mais graves a que estão expostos os homens, a saber, as grandes e crescentes dificuldades que enfrentamos quando

tentamos obter, para nós e nossas famílias, os meios de subsistência e os perigos da miséria e do crime aos quais estamos sujeitos, se não conseguirmos superar essas dificuldades” (Idem.: 45-46). Nesse sentido, a cooperativa deve proporcionar aos seus membros meios de acumular um capital próprio coletivo, como também organizar seu trabalho a seu próprio interesse.

François Marie Charles Fourier(1772-1837) trata o modo coletivo de viver dentro de uma concepção em que a organização básica é a falange, no entanto, esta não abolia a propriedade, a hereditariedade, o lucro. O seu conjunto é o falanstério – em especial a finalidade agrícola. A vida coletiva no falanstério era feita de modo que cada sócio desenvolvia suas atividades em conformidade com sua preferência; havia maneiras diferentes de viver, segundo a renda e os prazeres – “a sociedade da Harmonia” (PIRES,1999:88 & PINHO,2004:188). Embora a fórmula de repartição no falanstério não seja a fórmula cooperativa, a repartição do produto social segue o ideário cooperativo.

Nesse sentido, Charles Fourier observa as seguintes condições, para que a indústria societária possa realizar-se:

1. que cada trabalhador seja associado, remunerado com dividendos e não assalariado;
 2. que cada um, homem, mulher ou criança, seja remunerado de acordo com as três faculdades: capital, trabalho e talento;
 3. que as sessões industriais variem aproximadamente oito vezes por dia, pois o entusiasmo não se pode manter por mais de uma hora e meia ou duas horas no exercício de uma função agrícola ou manufatureira;
 4. que elas sejam exercidas em companhia de amigos espontaneamente reunidos, enredados e estimulados por rivalidades muito atrativas;
 5. que as oficinas e os cultivos apresentem aos operários os atrativos da elegância e da limpeza;
 6. que a divisão do trabalho alcance o supremo grau, a fim de designar cada sexo a cada idade, para as funções que lhe convém;
 7. que nessa distribuição cada um, homem,mulher ou criança, goze plenamente do direito ao trabalho ou do direito de intervir a qualquer momento no ramo de trabalho que lhe convier, desde que comprove probidade e aptidão.
- Enfim, que o povo goze, nessa nova ordem, de uma garantia de bem-estar, no mínimo suficiente para o tempo presente e vindouro, e que essa garantia o livre de toda inquietação em relação a si e aos seus (MLADENATZ,2003:53-54).

Em Fourier, Singer (2002:37) observa que “o sistema é coerente: para que a liberdade humana culmine na paixão pelo trabalho, é necessário que ninguém dependa dele para viver, o que requer uma renda cidadã que garanta a todos uma sobrevivência digna”, de modo que as sociedades organizadas pudessem ter liberdade, para implementar uma harmonia universal. Experiências fourieristas

aconteceram nos EUA, nos estados da Nova Jersey – The North American Phalanx-, em Wisconsin – The Wisconsin Phalanx-, e a Brook Farm, perto de Boston.

Para Philippe Joseph Benjamim Buchez (1796-1865), as cooperativas de Mercenaria (1832) e de Artífices em metal dourado (1834), fundadas por ele, aportavam 1/7 de seu lucro líquido para um fundo inalienável, o resto era: metade para os membros da organização e metade para o fundo de reserva ao final do ano. Esse fundo indivisível destina-se “à realização da reforma da sociedade, com base nos princípios cooperativos” (MLADENATZ,2003:63).

Buchez concebeu uma associação com os seguintes critérios:

- a – Os associados teriam também a qualidade de empresários, cabendo-lhes escolher um ou vários representantes;
- b – Cada associado seria pago segundo os critérios adotados na profissão, isto é, por dia, semana, tarefa etc;
- c – Uma soma, equivalente ao ganho dos empresários intermediários, seria reservada, formando o lucro líquido a ser repartido, no fim de cada ano, em duas partes: 20% para formar (e aumentar) o capital social; o restante para assistência ou distribuição entre os associados, pro rata de seu trabalho;
- d – O capital social, aumentado anualmente com a porcentagem de 20%, seria inalienável e pertenceria à associação (PINHO,2004:97).

Em 1876, o primeiro Congresso Operário Francês endossava as idéias de Buchez: “o funcionamento do estabelecimento cooperativo não atende apenas ao interesse dos cooperados, mas, ao contrário, ao interesse geral da massa” (MLADENATZ,2003:64).

Louis Blanc (1812-1882) afirma: o novo sistema econômico será organizado, ou melhor, será instrumentalizado pela Oficina Social, que vem a ser uma associação operária de produção. É uma associação que se fundamenta na prática democrática e no espírito solidário. Vale ressaltar, que por ser uma associação operária sem capital, o Estado dá auxílio financeiro. Em Paris, em 1848, com o auxílio de Louis Blanc, foi fundada por 50 pessoas uma Associação Operária para produzir uniformes da Guarda Nacional que, com pouco tempo, chegou a 2000 sócios. Louis Blanc insiste

na idéia de que a sociedade tem o dever de assegurar a cada um a possibilidade de trabalhar;
a célula do novo sistema econômico será formada pela oficina social, que é uma associação operária de produção, cujos estatutos serão votados pela Representação Nacional. Trata-se de uma associação que se assenta em uma base democrática e no espírito de solidariedade fraterna (Op.cit.:66).

Neste sentido, Louis Blanc propõe que a associação garanta ao homem o direito ao trabalho. Para isso, essa associação deve:

Os lucros da empresa serão repartidos do seguinte modo: uma primeira parte é destinada a ressarcir o Estado dos fundos emprestados à associação; uma segunda parte é dividida entre os membros como suplementos iguais aos salários recebidos; uma outra parte servirá para formar um fundo de reserva em caso de velhice, acidentes, doença etc, bem como para aliviar as crises que atingiriam outras indústrias, já que todas as indústrias deveriam auxiliar-se mutuamente; enfim, o restante é destinado a um fundo inalienável e indivisível que servirá para fornecer instrumentos de trabalho aos novos associados, perpetuar o trabalho da associação e generalizar o sistema, pois, dessa forma, um capital considerável será formado, capital que não pertencerá a ninguém em particular, mas a todos coletivamente; Pelo capital que o Estado empresta é cobrado um juro, esse capital tem o caráter não de dotação do Estado, mas de certos créditos reembolsáveis e restituídos, o mesmo tratamento é aplicado aos capitalistas que adiantam fundos e aos proprietários de empresas que deixam as suas indústrias nas mãos dos operários associados. (Idem.: 67).

Blanc construiu seu programa cooperativo para o setor industrial, no entanto os outros setores, como o comércio e a agricultura, estavam na ordem do dia. Esse era o intuito: reorganizar os diferentes setores para os benefícios de todos.

Charles Gide (1847-1932), professor da Escola de Nîmes e importante sistematizador da doutrina cooperativa, em 1883, publicou uma obra de referência mundial, a primeira edição de *Principes d'Economie Politique*. Mas foi de seu envolvimento como cooperativista, que ao discursar no 11º Congresso das Cooperativas de Consumo da França, apresentando um programa do Cooperativismo, obteve enorme repercussão. Gide apresenta suas idéias, são elas: 1.“Condenação do regime do salariado; 2. Emancipação do trabalhador; 3. Supressão do intermediário e do lucro capitalista através de instituições de caráter econômico e moral – as cooperativas” (PINHO,2004,p.199).

Nesse sentido, a cooperatização total da sociedade, com base nas cooperativas de consumo, aconteceria por etapas, mediante a criação de cooperativas de produção industrial e a agrícola. Gide apresenta as doze regras do cooperativismo, Eis seu decantado, Programa em Três Etapas:

Viver melhor ou conseguir melhor nível de vida, por meio do auxílio-mútuo;
Pagar a dinheiro, a fim de evitar a dívida, que considera uma das formas de escravidão;
Poupar sem sofrimento, já que a devolução dos ganhos, sob a forma de retorno dos excedentes proporcionalmente às operações realizadas pelos sócios na cooperativa, permite-lhes economizar, sem sacrificar a satisfação das necessidades;
Suprimir os parasitas, ou seja, eliminar os intermediários, de maneira a reduzir ao mínimo os órgãos de transmissão das riquezas do produtor ao consumidor;

Combater o alcoolismo - finalidade educativa já acentuada pelos Pioneiros de Rochdale;
Interessar as mulheres nas questões sociais, pois sendo elas que cuidam do lar e fazem as compras, devem conhecer os problemas do consumo e das cooperativas de consumo;
Educar economicamente o povo, tornando-o apto para a autogestão econômica e política;
Facilitar o acesso à propriedade;
Reconstituir uma propriedade coletiva, através da formação de um patrimônio cooperativo, que é coletivo e está a serviço de um interesse geral e permanente, acima de nossas existências efêmeras;
Estabelecer o justo preço, mas remunerando convenientemente todo trabalho consagrado à produção, inclusive o trabalho de direção e os trabalhos intelectuais preparatórios;
Eliminar o lucro capitalista, criando a preocupação com a satisfação das necessidades dos homens e não com a obtenção de lucros;
Abolir os conflitos na cooperativa de consumo, o consumidor torna-se do seu próprio fornecedor; na cooperativa de produção, o operário torna-se seu próprio patrão; na cooperativa de crédito, o sacador torna-se seu próprio sacado; na cooperativa de habitação o locatário torna-se seu próprio locador, e assim por diante, de modo que toda disputa cessa pela fusão dos inimigos, ou melhor, o combate cessa por falta de combatentes (Op.cit.:200).

Desses pensadores, especialmente Robert Owen, Charles Fourier, William King, Philippe Buchez e Louis Blanc são igualmente considerados os verdadeiros fundadores de certos ramos do movimento, de modo que é relevante a contribuição desses autores para a formação da doutrina cooperativa. Assim sendo, o movimento cooperativo moderno tem marcas fundamentais e irretocáveis da obra desses idealizadores-precusores e, em geral, aceitas ainda hoje, tais como:

Inicialmente, a própria idéia de associação. A cooperativa realiza a associação das forças econômicas na busca do fim comum. Logo, recorre ao espírito de solidariedade e não ao espírito de competição dos associados. Estabelece o princípio do entendimento para toda a vida e não o de luta pela vida;
A cooperativa é uma ação de emancipação das classes trabalhadoras da nação (a expressão "classe trabalhadora" é aqui compreendida em sentido amplo). Parte-se da idéia de organização dos interesses do trabalho;
A cooperativa conclama o homem para que ele se associe com seus semelhantes. Aqui, o capital é apenas o meio de realização dos fins da instituição. A cooperativa não busca o ganho, mas oferece serviços aos associados. Encontramos essa idéia de eliminação do lucro industrial ou comercial em vários desses pensadores sociais que foram os apóstolos da cooperativa moderna;
A cooperativa representa uma economia coletiva. Todas as funções econômicas dos membros ou somente uma parte dessas são assumidas por uma empresa comum;
Cada unidade cooperativa não se considera isolada, mas somente uma célula de uma grande organização federativa a serviço do interesse geral (MLADENATZ,2003:73-74).

Neles, ora um, ora outro, a formação da concepção e a política cooperativista moderna são motivos de diálogo constante, de influências e

sugestões. Para Mladenatz (Op.cit.:74), “o passado, o presente e o futuro estão assim indissolúvelmente unidos por laços sólidos, que dão ao movimento um caráter de ação de grande envergadura, cujo objetivo é a transformação do regime econômico e social atual em um outro, baseado na *organização cooperativa da economia social*.”

1.2.3.....Cooperação e cooperativismo EM MOVIMENTO

Este segundo momento do arranjo de idéias e realizações começa a ser construído com base vigorosa criada pelos idealistas ora citados, de modo que, idéias e experiências se façam necessárias, para que, atualmente, possa-se entender por cooperativas modernas o emprego de todo o conjunto doutrinário, filosófico e pragmático, acumulado ao longo do tempo. E esse tempo inicia-se com a experiência dos Probos Pioneiros de Rochdale, Lancashire, Inglaterra, 1843, devido à crise gerada pelas reivindicações salariais feitas pelos trabalhadores, enquanto a indústria da flanela em Rochdale estava em franco progresso. A negativa dos industriais em atender as reivindicações dos trabalhadores produziu um clima tenso, a partir desse momento, os tecelões – teetotallers, cartistas e socialistas – uniram-se e criaram um comitê com o intuito de estudar qual seria a solução para aquele impasse e colocaram as idéias de Owen e King em prática. E, conforme relato contemporâneo de George Jacob Holyoake em sua obra Os 28 tecelões de Rochdale, que foi colocada doravante por trechos descritos por Archimedes Taborda, 1932, propôs-se a indagação: “*quaes são os meios mais eficazes para melhorar a situação do povo*”?

E a resposta foi: abrir um armazém cooperativo de consumo. Então, esses 28 tecelões instituíram que essa sociedade cooperativa tem por objetivos (HOLYOAKE, 2003:24-42):

A sociedade tem por objecto realizar uma utilidade pecuniaria e melhorar as condições domesticas e socieis de seus membros, mediante a economia formada por acções de uma libra esterlina.

Um dos principios fundamentaes que resolveram adoptar para os seus negocios, foi a de realizal-os a dinheiro, unanimes partidarios da venda e compra a dinheiro, e nunca se desviaram dessa norma de conducta. E a quota de dois pence por semana foi elevada para tres. O capital, finalmente, ascendeu á enorme somma de 28 libras e, com esta somma, inaugurou-se um novo mundo . Nenhum socio pode possuir menos de cinco acções nem mais de 149 acções.

Nossas operações se realizam em pleno dia; não pretendemos vender mais barato do que os demais, nosso único propósito é o de vender lealmente. Para não nos arriscarmos, nossas vendas devem deixar lucro.

Os pioneiros de Rochdale realizaram uma obra tão ousada que, hoje em dia, qualquer evento sobre cooperativismo, fatalmente, recorre não só ao espírito de cooperação, fundamentado na ajuda mútua, como na cooperativa por seu conteúdo pragmático praticado pelos tecelões de Rochdale. Bem assim, as cooperativas atuais os colocam em seus estatutos, e outras a praticam no dia a dia cooperativista, principalmente, o princípio da auto-ajuda, da porta aberta, vendas e compras em larga escala e a distribuição de sobras líquidas.

O alemão HERMANN SCHULZE-DELITZSCH (1808-1883) promove, em sua cidade natal, Delitzsch, 1849, suas primeiras tentativas de caráter cooperativo, por exemplo: 1. “uma caixa de socorro para os casos de doença e de óbito, em que os direitos dos membros na assembléia geral eram iguais; 2. uma associação de marceneiros para o abastecimento em matérias-primas, com base na responsabilidade solidária dos membros” (MLADENTZ, 2003:102). Mais tarde, em Eilenbourg, outras sociedades se formam como a dos sapateiros e a dos alfaiates, fundadas pelo Dr. Bernhardt. Primeiramente Schulze-Delitzsch trabalhava com a finalidade de construir um plano cooperativo, cuja fase mais forte era a criação de uma cooperativa de produção industrial.

Também foi instalada, em Delitzsch, 1850, a primeira sociedade de crédito que funcionava graças a doações ou a empréstimos sem juros dos ricos, que, por sinal, não era diferente das demais organizações de crédito popular da época na Alemanha. No entanto, essa sociedade cooperativa cobrava de seus sócios o pagamento de juros para os créditos emprestados, como também a formação de um fundo pessoal derivado dos empréstimos feitos por seus membros. Só em 1852, Schulze adotou o sistema do capital próprio originado das cotas subscritas e depositadas pelos sócios. As cooperativas de crédito modelo Schulze-Delitzsch não eram instituições de beneficência, como as outras sociedades até então, suas associações estavam assentadas na idéia do self-help (auto-ajuda) dos seus membros; mas essas “eram basicamente bancos para pequenos negociantes” (BERGENGREN, 2001:131).

Essas instituições objetivavam a construção de um fundo de capital significativamente alto, oriundo dos depósitos de seus membros, como também a

adoção de um fundo de reserva (limitado), formado através das sobras líquidas obtidas. Desses depósitos, uma vez emprestados, “o lucro é distribuído entre os sócios sob a forma de dividendos, como também os sócios respondem de modo solidário e ilimitado pelos negócios da sociedade” (PINHO,2004:278 & SINGER, 2002:61).

Os bancos populares foram um sucesso e especialmente os bancos fundados por artesãos, para os quais Schulze voltou, a partir de então, toda sua atenção. Em especial, os pequenos empresários, artesãos e agricultores que padeciam da baixa disponibilidade de crédito, com isso, pagavam exorbitantes taxas de juros de 50 % e até mais. “Na Prússia, no período de 1862 e 1887, essa taxa baixou de 10,22 para 6 %; em Hesse-Nassau, de 8,58 para 5,38%; em Bade, de 7,98 para 5,56%, etc” (MLADENATZ,2003:104). A gazeta, cooperativa fundada por Schulze, *Blätter für Geitossenschaftswesen*, 1869, publicava a diminuição das taxas de juros nas diferentes regiões da Alemanha em face da atuação das cooperativas de crédito. Essa era a forma para o enfrentamento da situação de penúria dos pobres e usura pelos ricos que extorquiam os tomadores de empréstimos.

Schulze-Delitzsch é o pai intelectual do movimento cooperativista em seu país. Suas experiências de ajuda mútua o levaram a praticar um sistema cooperativo tão bem sucedido, que pequenos empresários, artesãos e comerciantes organizaram suas sociedades cooperativas. O resultado desse esforço difundiu-se não só na Alemanha, pois, muito rapidamente, o mundo inteiro praticava esse sistema ou utilizava partes dele, sobretudo adaptados às necessidades da classe média das cidades, um movimento em ascendência. Em 1863, Schulze-Delitzsch apresenta ao Parlamento prussiano um projeto de lei sobre cooperativas. Somente em março de 1867, foi promulgado o primeiro código cooperativo.

Schulze-Delitzsch, em carta dirigida ao professor italiano Francesco Vigano, expõe,

é por meio da associação que a sociedade moderna organiza sua iniciativa irresistível para exercer eficazmente sua ação em todas as esferas da vida em que o Estado, com todo seu poder, não poderia alcançar. A associação ensina-nos, ao mesmo tempo, a nos governar por nós próprios na vida privada e na vida pública; é, nessa escola, que o indivíduo torna-se capaz de trabalhar para o bem geral da comunidade de que faz parte. Sei que você está convencido, como eu, de que a sociedade só pode prosperar por meio da união de todas as atividades humanitárias, econômicas e políticas (Op.cit.:105)

No sistema cooperativo de Schulze-Delitzsch, não existem cooperativas centrais localizadas na Alemanha. É uma empresa capitalista, o Dresdner Bank, que instalou uma seção para atendimento a essas cooperativas. As cooperativas modelo Schulze-Delitzsch operam “em limites bastante amplos”, a fim de recrutarem mais associados e terem, assim, “um faturamento maior” (ROBY,2001:37). Estão postos os princípios da auto-ajuda, porta aberta e responsabilidade solidária e ilimitada, esse é o perfil das associações de crédito modelo Schulze-Delitzsch.

O também alemão Friedrich Wilhelm Raiffeisen (1818-1888) foi o criador das cooperativas rurais. Raiffeisen teve que interromper seus estudos logo cedo – escola primária – mas, mesmo assim, em sua formação, dois elementos essenciais contribuíram para o desempenho de sua atividade: o amor pela agricultura camponesa e o espírito religioso. Nesse sentido, a idéia da auto-ajuda em Raiffeisen, obedece ao princípio cristão da caridade e, assentadas nesse princípio, as cooperativas Raiffeisen “utilizam o máximo o trabalho voluntário de seus membros” (SINGER,2002:65).

Durante o inverno de 1847-1848, a região sofreu uma grande penúria. Raiffeisen organizou o abastecimento com farinha de trigo e cuidou da fabricação do pão, que era vendido a dois preços: um para os ricos, outro para os pobres. Esse feito reduziu o preço do pão em toda a região. Essa oportunidade fez Raiffeisen meditar, de maneira que, no ano seguinte, quando foi transferido para Flammersfeld, fundou, juntamente com uns 60 moradores ricos, a Sociedade Beneficente de Flammersfeld, para ajudar os agricultores necessitados. “Os associados subscreviam, de uma maneira solidária, um capital de 5.000 táleres. A atividade principal voltava-se contra o comércio usurário do gado. A sociedade comprava as reses e as cedia aos habitantes mediante pagamento anual, geralmente em 5 anos” (MLADENATZ,2003:110).

Devido à escassez de recursos financeiros necessários, ele anexou a essa sociedade uma caixa de poupança; deste modo, a caixa de socorro tornou-se uma instituição de crédito e de poupança. Essas associações estavam sempre a serviço dos menos favorecidos – em sua maioria, agricultores, artesãos, trabalhadores, professores e outros profissionais. Outro detalhe importante é que “não remuneram os dirigentes da sociedade” e “não distribuem retorno” (PINHO,2004:269).

Como prefeito de Heddesford, Raiffeisen, com base no princípio de self-help (auto-ajuda) – ajuda-te, que o céu te ajudará!, fundou em 1854, uma caixa de

socorro, mas logo a substituiu por uma sociedade de crédito - "Heddesdorfer-Darlehnskassen-Verein". A Heddesdorf teve muito sucesso. Esse fato permitiu a Raiffeisen abrir caixas de crédito e de poupança em diversos lugares. A cooperativa Raiffeisen "não exige nenhum capital inicial de seus associados. Somente a poupança garante os fundos necessários ao funcionamento da instituição"(ROBY,2001:37), recorrendo aos sócios ricos e/ou aos capitalistas.

Segundo Mladenatz (2003:115-121), às idéias de Raiffeisen visavam à melhoria das relações sociais, assim sendo, ele propõe:

A cooperativa parte da idéia da auto-ajuda dos interessados. Mas essa idéia afasta a intervenção da autoridade pública, ficando entendido que a ação cooperativa deve ser provocada e dirigida pela iniciativa privada. Isso não exclui, porém, a participação, ao lado dos interessados em receber a ajuda da organização cooperativa, de pessoas mais abastadas, que dão à instituição sua contribuição moral e material. Vimos que as primeiras organizações de Raiffeisen tinham um caráter puramente filantrópico, no sentido de que somente os moradores ricos ingressavam na associação para socorrer os pobres. Mais tarde, Raiffeisen modificou a estrutura da cooperativa, permitindo a entrada dos interessados em seus serviços. A cooperativa de Raiffeisen conserva, porém, algo do caráter de instituição de assistência, aplicação da idéia cristã, do amor ao próximo.

A limitação territorial da cooperativa. A cooperativa deve ter um raio de ação muito restrito: entre 600 e 3.000 almas. Comumente, o território de uma cooperativa corresponde a uma paróquia. Isso permite aos associados conhecer-se entre si e exercer um controle recíproco, não somente no que diz respeito às relações com a cooperativa, mas também sobre toda sua atividade econômica, assim como sobre sua maneira de viver. Isso porque, na cooperativa de Raiffeisen, é a qualidade do membro que interessa no mais alto grau. O ingresso na sociedade é submetido a uma pesquisa sobre as qualidades morais do solicitante. A cooperativa quer ser, na verdade, uma associação de homens que estão dispostos a aí colocar toda sua personalidade, econômica e moral, ao serviço do próximo;

A base financeira da empresa é consolidada por meio do fundo de reserva formado dos excedentes obtidos pela empresa. Sobre esse fundo, os associados não têm qualquer direito, nem durante o funcionamento da empresa, nem na sua liquidação: ele é então transferido a nina outra cooperativa (é o fundo inalienável e indivisível que, como vimos, foi preconizado primeiramente por Buchez). A idéia do fundo indivisível corresponde ao princípio da solidariedade, que se estende assim da geração atual às gerações futuras;

A cooperativa não visa a obter lucro. Todo excedente obtido vai para os fundos de reserva e para as obras sociais. Os estatutos-tipo das cooperativas Raiffeisen deixam claro que a associação não visa ao lucro em suas operações, mas tem como objetivo o conforto dos fracos do ponto de vista econômico e a prosperidade moral e intelectual dos associados. A não-distribuição dos lucros entre os membros é, aliás, natural, visto que a empresa não tem capital acionário próprio;

Uma outra regra que caracteriza a associação do tipo Raiffeissen é a gratuidade das funções.

Essa propositura de Raiffeisen reforça sua visão sobre a importância do seu sistema cooperativo vigorosamente fundamentado no princípio do amor ao próximo, elemento-chave para compreender o funcionamento desse modelo.

E Bergengren (2001:132), em visita à Alemanha, comenta: “As sociedades Raiffeisen eram democráticas e permeadas da filosofia da cooperação. Humanizam o controle do dinheiro, um processo grandemente necessário em nossa democracia americana”. Essas sociedades cooperativas marcavam presença forte no setor agrícola, de modo que esse sistema era assentado em regras próprias para atender às demandas dos agricultores.

Na região de Friedberg, 1872, Alemanha, Wilhelm Haas, (1839-1913), organizou uma cooperativa agrícola, chamada de cooperativa de consumo, na verdade, trata-se de uma cooperativa de abastecimento de produtos agrícolas. Haas baseou sua cooperativa em uma outra que havia em Hesse, desde 1852, inclusive com muito progresso na região. De modo que a cooperativa agrícola desenvolveu-se de forma diferenciada na região de Neuwied, devido ao cooperativismo está sob a influência de Raiffeisen. Assim sendo, as caixas de poupança públicas supriam a necessidade de crédito dos agricultores; deste modo a atividade cooperativa cresceu muito nessa região e, vigorosamente, no campo do abastecimento comum.

De conformidade com as circunstâncias locais, é evidente que os sistemas cooperativos, baseados nos princípios de Raiffeisen e Schulze-Delitzsch, foram fundamentais para a organização das cooperativas na Alemanha, sobretudo, a cooperativa agrícola modelo Haas; este sistema apresenta-se como intermediário entre os sistemas citados acima.

De modo que Mladenatz (2003:128) faz essas observações quanto ao modelo Haas:

O sistema Raiffeisen foi tirado em primeiro lugar a idéia da limitação da atividade cooperativa restrita a círculo fechado. A cooperativa Haas, no entanto, ao contrário da do tipo Raiffeisen, forma o seu capital através das subscrições e os depósitos de seus associados, sem chegar, entretanto à tendência, ao exagero de Schulze-Delitzsch. Da mesma forma, com relação à idéia de agrupar as cooperativas em federações de crédito e de comércio, com a diferença que com Raiffeisen tem uma centralização completa, no sentido em que são criadas federações nacionais, cujos membros são cooperativas locais, enquanto que, com Haas, a federação é organizada nas regiões, a organização nacional, sendo apenas uma associação dessas instituições regionais. Em conseqüência disso, a distinção pode ser resumida nesses dois termos que formaram a base de tantas discussões prolongadas e contraditórias na literatura e na prática da cooperativa agrícola na Alemanha: ‘centralização’ e ‘regionalismo’.

Haas, em 1873, fez uma reunião com os representantes das cooperativas de abastecimento da região. Como resultado da assembléia, acontece a formação da União das cooperativas agrícolas de consumo de Hesse que funcionou até 1880, também como empresa atacadista, sob de presidência de Wilhelm Haas. Em 1904,

Haas criou a primeira escola cooperativa, com o objetivo de preparar os recursos humanos para operacionalizar as cooperativas agrícolas. Haas “era um homem prático por excelência” (Op.cit.:127).

Em Darmstadt, 1890, Haas, ao participar de um congresso, apresentou recomendações conhecidas como "Programa de Darmstadt", eis o programa:

A cooperativa baseia-se na auto-ajuda e busca a consolidação da independência dos agricultores associados. (Esse princípio não exclui, porém, a ajuda do Estado à cooperativa. Essa questão da ajuda do Estado constituiu um dos motivos da secessão das federações das cooperativas agrícolas que, após o congresso da Aliança Cooperativa internacional (Budapeste, 1904), em que a maioria se pronunciou contra toda subvenção da parte do Estado, formaram uma federação internacional distinta;

No que diz respeito à responsabilidade dos membros nas cooperativas, recomenda-se: a) as cooperativas camponesas de crédito devem sempre adotar a responsabilidade solidária e ilimitada dos membros, pois qualquer outra responsabilidade diminui a segurança dos emprestadores e, por conseguinte, o crédito cooperativo; b) às cooperativas que já adotaram a responsabilidade ilimitada, recomenda-se que a mantenham; c) a responsabilidade limitada a uma soma razoável pode ser introduzida, em função de determinadas circunstâncias de ordem local ou comercial;

Para a defesa dos interesses comuns, para a organização do controle, bem como para as atividades de ordem moral, as cooperativas deverão constituir uniões regionais, que englobarão as cooperativas de todo tipo de sua região. As uniões, como as federações econômicas, terão um espectro de atividades suficientemente grande para poder constituir instituições duráveis e bem organizadas (Idem.:125-126).

A União das Cooperativas Agrícolas alemãs do tipo Haas tem 27 federações regionais, nestas as 25 federações de crédito e 24 federações comerciais são associadas. No sistema Haas, a base é formada pela União e pela federação regional. “É o espírito prático liberado de todo dogmatismo” (Ibidem.:127) que é a essência do sistema Haas. Deste modo, o sistema Haas fundamenta a ação cooperativa sob o viés econômico, com isso, isento do caráter ético e cristão da sociedade cooperativa. O sistema Haas, em oposição ao Sistema Raiffeisen, trabalha para organizar cooperativas segundo as normas vigentes nas organizações econômicas. Nesse sentido, a distinção entre os modelos Raiffeisen, Schulze-Delitzsch e o modelo Haas é citada por Mladenatz (2003:129) e consiste em: enquanto Raiffeisen preconizava “o lado econômico da atividade cooperativa, não era o objeto final, mas um meio para atingir o seu objetivo; para Haas, ele era um objetivo e as impulsões religiosas, apenas um meio”.

LUIGI LUZZATI (1841-1927), professor universitário, publicou o livro *La diffusione del credito e le banche popolari*, em Padova, 1863, neste, coloca suas

idéias sobre cooperativas de crédito. Adianta que a cooperativa de crédito é “a caixa de poupança é o cofrinho do pobre, que junta dinheiro para emprestar aos ricos; a cooperativa de crédito é o dinheirinho do necessitado, que vai servir ao necessitado” (Op.cit.:130).

Os sistemas Schulze-Delitzsch e Raiffeisen desenvolviam-se bem na Alemanha e o êxito desses sistemas chamou a atenção de Luigi Luzzatti em visita a esse país. De modo que foram adotadas diversas alterações de conformidade com o movimento cooperativo rural e as classes médias urbanas, nos lugares os mais diversos, para que a cooperativa possa realizar suas atividades nas mais diferentes condições econômicas nacionais. Assim sendo, Luzzatti se encanta com o sistema Schulze-Delitzsch, no entanto esse sistema é modificado para atender à realidade italiana, principalmente em função do critério da “responsabilidade ilimitada de todos os sócios” (SINGER, 2002:61).

De modo que Luzzatti raciocina que os italianos jamais aceitariam a responsabilidade ilimitada; então, ele “restringe a responsabilidade do associado ao número de cotas que ele detém”(ROBY,2001:38). Só mais tarde, a responsabilidade solidária é implementada no sistema cooperativo Luzzatti.

E assim nasce mais um tipo de banco popular italiano com esse perfil, o Banco do Povo de Milão, baseado no princípio ‘ crédito por caráter ‘, e assim se estabelece com os seguintes critérios (MLADENATZ,2003:131):

O banco popular, mesmo se ele tem sua sede na cidade, não deve negligenciar as necessidades da população agrícola. Luzzatti dá maior importância ao lado moral da ação cooperativa do que SchulzeDelitzsch;
Schulze-Delitzsch considerava os bancos populares como ‘caixas de poupança obrigatórias’ para a acumulação gradual de um capital mais importante. Luzzatti pensava que se poderia obter das massas populares os capitais a partir de disposições menos severas, pela persuasão e a liberdade, ao contrário da imposição, e que se pode obter resultados favoráveis mesmo com capitais mais modestos;
Luzzatti dá uma importância maior aos fundos de reserva, formados a partir do levantamento parcial dos lucros anuais e que podem superar o valor do capital social.

Nesse sentido, Luzzatti, utilizando a máxima: "*Convertire in capitale l'onestá*"; enfatiza que, na falta de capital próprio, como também na impossibilidade de obter créditos das caixas de poupança e dos bancos privados e até mesmo atrair depósitos, a cooperativa será organizada assentada na exigência das qualidades morais de seus membros, pela escolha dos administradores sérios e gratuidade das funções, pela participação efetiva dos sócios tanto na direção quanto na

organização, pela objetividade na atribuição de créditos e, por fim, a cooperativa está sujeita ao controle e à crítica da opinião pública.

Outro ponto importante do sistema cooperativo Luzzatti era realizar “pequenos empréstimos, concedidos sob palavra de honra e sem juros aos mais pobres” (Op.cit.:132).

Em discurso no Congresso Internacional, em Cremona, ele fala a respeito da participação de Estado: "Consideramos o cooperativista armado com sua potência individual, que multiplica pela associação, como o Exército da paz social, que se move nas primeiras linhas das grandes batalhas e obtém grandes vitórias, o Estado é como um Exército de reserva que, em certas circunstâncias e na presença de certos eventos, coloca-se na primeira linha, para ganhar o combate social, de onde se retira de novo, mais tarde". E ainda acrescenta: "Alguns, mais audaciosos que eu, afastarão Deus; outros, mais anarquistas que eu, afastarão o Estado; outros ainda, mais audaciosos e mais anarquistas ao mesmo tempo, eliminarão Deus e o Estado; mas mesmo quando teremos eliminado Deus, mesmo quando teremos eliminado o Estado, o outro preceito continuará, no entanto, sempre inteiro: ajudemo-nos uns aos outros, porque é nessa ajuda recíproca que está a verdadeira via da redenção". E formula a marca da ação cooperativista: *Ajuda-te, Deus e o Estado te ajudarão!* (Idem.:132)

LEONE WOLLEMBORG(1859-1932) enfatiza que as cooperativas de crédito e as cooperativas agrícolas, modelo Raiffeisen, são as melhores opções para atender à demanda dos sócios. E no vilarejo de *Loreggia* (Padova),1883, ele abre uma cooperativa desse modelo e avança no país inteiro. Ainda em Padova,1888, ele cria uma federação dessas cooperativas e, em 1908, em Roma, com o financiamento da *Banca Nazionale delle Casse Rurali Italiane*, ele a reconstitui. Em Padova, 1884, Wollemborg sistematiza as regras para a organização e operacionalização dessas cooperativas. E ainda editou a revista *La Cooperazione Rurale* durante duas décadas. De modo que Wollemborg era um ativo cooperativista.

Leone Wollemborg fundou cooperativas modelo Raiffeisen, contudo distintas destas pela isenção do caráter ético-cristão. Contudo, Mladenatz (Ibidem.:134) faz essa observação “o cooperativismo agrícola italiano passou em larga medida, para a influência do clero católico, que imprimiu um caráter religioso pronunciado, até mesmo intolerante”.

A sociedade Caixa Rural de Wollemborg, segundo os estatutos era,

por uma circunscrição restrita, pela gratuidade das funções, um capital modesto, a responsabilidade solidária e ilimitada de seus membros diante das obrigações da sociedade; o crédito era concedido apenas para a produção; seu uso era, portanto, controlado pela cooperativa que tinha o direito de fazer reclamação legal caso ele não tivesse sido usado em um objetivo útil e produtivo; sua duração estava relacionada com a capacidade de endividamento do devedor.

Todo negócio que tenha a sombra de algum risco está proibido aos administradores ; O modesto excedente anual, que resultaria das operações das sociedades cooperativas, não é dividido entre os membros, mas vai direto para o fundo de reserva, indivisível mesmo na liquidação da cooperativa (Ibidem.:134).

Wollemborg trabalhou pela criação de uma federação de cooperativas locais. Essas se organizaram em federações regionais ou dioceses e, em Parma ,1896, criaram uma sociedade cooperativa central.

No SISTEMA DINAMARQUÊS, o movimento cooperativista é singular pela pouca presença de cooperativas de crédito, bem assim, pela maneira como o cooperado desliga-se de sua cooperativa: aviso prévio de pelo menos um ano. O pastor Sonne, 1866, abriu a primeira associação rochdaleana, as cooperativas de consumo. No entanto, são as cooperativas de transformação e de venda de produtos agrícolas que mais cresceram. Mesmo assim, a concorrência com outras nações forçou os agricultores a abdicarem da exportação de cereais e darem primazia à produção animal; as cooperativas leiteiras são as mais antigas e as mais desenvolvidas. Os comerciantes-exportadores foram incapazes de organizar a exportação. Deste modo, a sociedade cooperativa assumiu e empreendeu esforços garantindo a exportação dos cereais, uma vez que o mercado interno era pequeno para absorver essa demanda.

E Mladenatz (Ibidem.:135) comenta as bases desse sistema cooperativo:

A organização dos agricultores em cooperativas se faz a partir de sua especialidade. Não são, portanto, cooperativas rurais de funções múltiplas, mas empresas especializadas para cada produto. Elas formam as federações nacionais de exportação;

Cada sócio se dispõe a levar até a cooperativa toda a produção de leite que ele tem, salvo a produção para consumo familiar. O leite é pago de acordo com a quantidade de gordura que ele possui. O capital que cada um deve subscrever tem relação com o número da vacas que ele possui; o excedente é dividido proporcionalmente ao valor do leite fornecido. Para sair da cooperativa é preciso fazer aviso prévio de pelo menos um ano.

Dessa forma, existem outras cooperativas e federações que se utilizam de outros recursos para beneficiarem e negociarem uma variedade de produtos agrícolas. Por exemplo, as cooperativas de suínos exportaram, em 1932, ‘385 milhões de quilos de toucinho’; as cooperativas para o comércio de ovos, ‘55 milhões de quilos’ e as cooperativas leiteiras, ‘158 milhões de quilos de manteiga e 6,5 milhões de quilos de queijo’. As cooperativas também exportaram o ‘gado e cavalo’ (Ibidem.:135-136). O sistema cooperativo dinamarquês tem, ao lado da cooperativa dos produtos agrícolas e pecuários, cooperativas que fornecem corretivos e fertilizantes, maquinário, equipamentos, ferramentas agrícolas, entre outros insumos.

A esses elementos próprios do cooperativismo dinamarquês – a organização cooperativa, a cooperativa econômica e as federações por especialidade – somam-se, de forma simbiótica, às universidades campesinas. Essas instituições colaboram de forma tão efetiva que os camponeses dinamarqueses melhoraram suas condições sociais, econômicas e culturais, de maneira a colocá-los em posição destacada em relações às populações rurais européias e americanas. Nesse sentido, Bergengren (2001:128) enfatiza “é na Dinamarca onde entramos em contato com o mais bem sucedido movimento cooperativo”; e, Mladenatz (2003:134) reforça: essa nação “ tem a reputação de ser o país que possui o cooperativismo agrícola mais intenso e melhor organizado”.

De modo que Singer (2002:.85) utiliza um trecho de um comentário de Manniche, citado em Birchall (1997), para avigorar a significância do cooperativismo na Dinamarca. Eis o comentário:

Com o passar do tempo, os agricultores dinamarqueses se organizaram tão completamente que estão ambientados pela cooperação. Um agricultor que o deseje pode obter seu empréstimo hipotecário de cooperativas de crédito, ele pode eletrificar sua propriedade por meio de cooperativas, ele pode vender seu leite, porcos e ovos por intermédio de laticínios e exportadores cooperativos, e comprar artigos para a casa assim como sementes, rações e fertilizantes nas cooperativas de aldeia. Ele pode fazer seguros contra doença e morte por meio de cooperativas de assistência à saúde e de seguros e ele pode colocar sua poupança em cooperativas de crédito ou bancos mútuos de poupança.

OS SINDICATOS E COOPERATIVAS AGRÍCOLAS FRANCESES têm como característica a origem e expansão na organização sindical dos agricultores. De modo que, em 1909, o conde de Rocquigny, ao publicar sua obra intitulada ‘Os sindicatos agrícolas e sua obra’, comenta: “O sindicato agrícola é um tipo de

associação rural bem francesa pela sua origem, uma concepção espontânea: foi também desenvolvido e transformado progressivamente, de maneira a adquirir a forma definitiva que permite que se mostre, hoje em dia, como a associação agrícola modelo” (MLADENATZ,2003:136).

Em vista à liberdade de associação dos trabalhadores, baseada na lei de 21 de maio de 1884, sobre os sindicatos profissionais, estes objetivavam o estudo e a defesa dos interesses econômicos, industriais e comerciais. Desta maneira, os sindicatos agrícolas fazem uso dessa lei e se constituem. O sindicato agrícola é uma organização profissional que atua em defesa dos interesses econômicos dos agricultores associados. Essa atuação tem objetivos materiais como: aquisição coletiva de máquinas, ferramentas, sementes, adubos e outros artigos para o desenvolvimento de atividades e práticas agrícolas. De modo que, se essas operações se avolumam, cooperativas especiais de compra e de venda estão a postos para auxiliar essa operacionalização. Contudo, essas cooperativas também estão subordinadas aos sindicatos.

Em Lyon, 1894, quando da realização do primeiro congresso nacional dos sindicatos agrícolas, decidiu-se (Op.cit.:137-138).

Os sindicatos agrícolas, seja qual for sua circunscrição, estando imperfeitamente armados para obter do comércio todas as vantagens às quais eles podem legitimamente pretender suas operações de compra, é preciso pensarem completar suas qualidades, anexando a eles, sob certas condições, sociedades cooperativas agrícolas. Essas cooperativas, agindo diretamente ou se agrupando entre elas, estarão mais aptas a tratar todas essas questões;
É através dos sindicatos agrícolas agrupados em Uniões regionais que deve ser organizada a venda de produtos agrícolas por meio das cooperativas regionais ou locais em casos particulares e por tipos específicos de produtos;
O papel das cooperativas agrícolas deve ser o de ajudar os sindicatos agrícolas sem jamais poder se sobrepor.

Quase vinte anos depois, em Nice,1913, o Congresso confirma a decisão anterior, "que os sindicatos agrícolas continuem o centro de toda organização profissional agrícola, as cooperativas sendo, na medida do necessário e do possível, suas subordinadas” (Idem.:138). Mais tarde, reconhece-se a necessidade da autonomia das cooperativas de produção agrícola, de venda e de crédito. Essas divergências da doutrina é motivo de apreciação do historiador do movimento associativo dos agricultores franceses, M. Auge-Laribé, que expõe: “poderíamos talvez originalmente ter que distinguir os doutrinários e os empíricos. Uns

começaram pelo sindicato, outros pela cooperativa. Mas, sob a pressão dos fatos e das necessidades, as duas tendências se aproximaram ao ponto de não ser mais fácil de as distinguir. De um lado e de outro, que as cooperativas sejam filhas ou irmãs dos sindicatos, elas possuem as mesmas regras, os mesmo métodos de ação, os mesmos sucessos ou as mesmas dificuldades. Não é pelas suas obras que as associações sindicais se separam e se opõem” (Ibidem.:139).

A ambigüidade descrita acima assinala que há, no movimento associativo agrícola francês, duas correntes: a primeira representada pela União Central dos Sindicatos dos Agricultores da França, ligada à concepção dos ‘velhos sindicatos’: “organização profissional, espírito paternalista; é então uma concepção conservadora, onde a ação econômica está subordinada à primeira” (Ibidem.:138). A segunda, mais vigorosa atualmente, é reivindicada pela Federação Nacional da Mutualidade e de Cooperativa Agrícola¹⁶, que “se ocupa da organização econômica das cooperativas e das organizações mutualistas agrícolas, e exige uma distinção nítida entre a organização sindical e a organização cooperativa” (Ibidem.:138).

Em relação aos sindicatos, Mladenatz (Ibidem.:137) afirma que eles “não possuem capital social, são administrados gratuitamente e não buscam a realização de qualquer lucro”.

O BOERENBOND BELGA são organizações associativas de agricultores, de caráter econômico, mas não-autônomas. É a Liga dos Camponeses, criado, 1890 (o Boerenbond), o organismo com sede em Louvain (centro clerical belga), que comanda as obras religiosas, morais, econômicas e sociais, realizadas pelos agricultores desse país. Fica claro o caráter confessional da Central de Louvain e das guildas locais, em suas ações e comando:

A célula da organização é a guilda agrícola, associação local que se ocupa de todos os interesses morais, intelectuais, profissionais ou econômicos de seus membros. O padre da paróquia, ou o seu representante faz, de fato, parte do comitê da guilda. As diversas funções são realizadas pelas diferentes seções da guilda;

Dentre as seções de caráter econômico, encontramos, para a venda e a compra em comum, as caixas rurais, as cooperativas leiteiras, os sindicatos de criação de gado, as mutuais de seguros bovinos etc;

As seções de poupança e de crédito foram organizadas de acordo com os princípios de Raiffeisen: responsabilidade solidária e ilimitada dos associados, gratuidade da administração, nenhuma distribuição de dividendos. As caixas locais são afiliadas à Caixa Central de Crédito, que criou também uma seção de crédito hipotecário (Ibidem.:139-140).

¹⁶ nascida a partir da fusão em 1920 da Federação nacional das caixas regionais, da Federação nacional dos sindicatos agrícolas da França e da Federação nacional das cooperativas de produção e de venda (Ibidem.).

O objetivo da Liga dos Camponeses é o Boerenbond, que tem por objetivo trabalhar para o progresso religioso, intelectual e social dos seus associados e de se agrupar em benefícios de seus interesses materiais. Ele se propõe fazer as populações agrícolas uma classe forte, instruída e cristã.

A TEORIA DE MÜNSTER é fecundada na Alemanha, por docentes do Instituto de Cooperativismo da Universidade de Münster; com destaque para Boettcher, Eschenburg, Jager, Grossfeld, Benecke, Bônus e outros membros de Institutos Universitários da América Latina. A TEORIA DE MÜNSTER é também conhecida como ‘Teoria Econômica da Cooperação Cooperativa’, ‘genossenschaftliche Zusammenarbeit’, ou seja: “Zusammenarbeit é substantivo que significa trabalho em conjunto ou cooperação em sentido genérico, abrangendo todos os tipos de entreatura formal e informal; e, ‘genossenschaftliche’ é adjetivo que indica uma forma determinada de cooperação, isto é, a cooperativista ou cooperativa” (PINHO,2004:299). A metodologia usada por essa teoria é originária das Ciências Sociais e, especialmente, da Ciência da Organização, da Teoria dos Grupos e da Microeconomia.

Os teóricos de Münster ressaltam a importância dessa teoria para as nações em desenvolvimento e fazem uma crítica severa ao cooperativismo rochdaleano. Boettcher critica os Princípios de Rochdale, “afirmando que seus conhecimentos da teoria acadêmica de economia de empresas eram tão reduzidos que podiam ser comparados a um aviãozinho de papel diante de um moderno avião a jato. Com os princípios dos Pioneiros, ‘nunca seria possível organizar cooperativas superiores às organizações empresariais privadas’, nem eliminar a concorrência ou a economia de mercado’. O modelo rochdaleano, que é o mais difundido, ‘tem causado e continua causando grande dano, sobretudo aos países emergentes, porque cria a ilusão de que basta eliminar a concorrência econômica e praticar a economia da cooperação, para que tudo melhore como por milagre...’. Aliás, ‘os fracassos sofridos pelo movimento cooperativista em todas as partes do mundo não têm passado despercebidos...” (Op.cit.:301-302).

Benecke confirma essa visão de Boettcher: “é comum nos países em desenvolvimento esperar-se verdadeiros milagres das cooperativas. Mas não se esclarece que teoria fundamenta essas expectativas e a mera referência à ideologia cooperativa não é suficiente para justificar tais esperanças” (Idem.:302). Essa teoria fundamenta-se no racionalismo crítico, a racionalidade dos

sujeitos-associados-cooperadores e a informação assentada nas decisões dos associados. Nessa teoria, o indivíduo e o coletivo são importantes na cooperativa. No entanto, é o interesse individual dos associados que está posto como objetivo da empreitada cooperativista. Nesse sentido, criar e desenvolver mercados, também, é uma das finalidades da sociedade cooperativa, de modo que, os resultados alcançados no mercado promovam os desejos e demandas de seus cooperados. Assim sendo, Pinho (Ibidem.:299-300) relata os fundamentos da Teoria de Münster:

A cooperação não exclui o interesse pessoal, nem a concorrência, tal como afirmam as outras teorias cooperativistas; ao contrário, permite aos fracos desenvolverem-se dentro da economia competitiva;

Os associados buscam satisfazer seus interesses pessoais por meio de cooperativas, quando verificam que a ação solidária é mais vantajosa do que a ação individual (é a capacidade equilibradora da cooperativa);

A cooperativa adquire sua própria importância econômica, independentemente das unidades econômicas dos associados;

Os dirigentes (Conselho de Administração e gerentes) atendem aos seus próprios interesses, na medida em que fomentam os interesses dos membros da cooperativa; suas rendas e seu prestígio devem aumentar proporcionalmente à melhoria da situação dos associados, daí a necessidade de fiscalizar a gestão empresarial (Conselho Fiscal) e estabelecer controles institucionalizados contra ações negativas dos membros (como sabotagens na entrega de produtos, deserções);

Entre os associados e a cooperativa, deve haver solidariedade ou lealdade consciente, embasada em normas contratuais ou estatutárias (que legitimam essa lealdade) e não em solidariedade cega (tal como preconizam as outras teorias cooperativistas).

Para a Teoria de Münster, “as cooperativas são agrupamentos de indivíduos que defendem seus interesses econômicos individuais, por meio de uma empresa por eles mantida conjuntamente” (Ibidem.:300).

Segundo Boettcher, esse conceito permite que se diferencie os tipos de cooperativas, ele “explica melhor o difícil problema do enquadramento da cooperativa na economia competitiva e permite debater o problema da concentração e do controle do pessoal dirigente, especificamente no caso das empresas cooperativas” (Ibidem). Para Boettcher, as cooperativas não estão em contradição com competitividade econômica em voga, independentemente de sociedades cooperativas que buscam somente cobrir seus custos e, mesmo aquelas que criam benefícios, tal qual as empresas com foco no mercado. Assim sendo, a Teoria de Münster desenvolveu não só uma metodologia de controle da produtividade da cooperativa no mercado, mas também uma sobre a efetividade dos cooperados. Nesse sentido, “o aspecto da produtividade ou êxito externo da cooperativa implica a

utilização das mais modernas técnicas de organização empresarial, conquista de mercado pela qualidade de seus êxitos, utilização de inovações tecnológicas e outras para a atividade cooperativista ser competitiva; enfim, apresentação de vantagens típicas das empresas econômicas – assunto que constitui objeto de outras ciências, especialmente a Administração de Empresas” e, o “aspecto da efetividade ou êxito interno, voltado para os membros, refere-se às condições de funcionamento de cada tipo de cooperativa, de modo que as vantagens produzidas pela sociedade retornem aos associados, sem discriminações.

Daí a Teoria de Münster enfatizar a necessidade de participação de todos nos processos de tomada de decisão do grupo, bem como a necessidade de os associados controlarem a cúpula dirigente”. (Ibidem.: 301).

As idéias e experiências expostas desses estudiosos idealistas, precursores e realizadores, sempre levam em conta o princípio da auto-ajuda – self help – para socorrer os mais desfavorecidos, em especial os agricultores, independente de suas convicções políticas, religiosas, econômicas e qualquer outra, são tão diversas que é impossível ter um único movimento cooperativo. De modo que, o cooperativismo que conhecemos continua em estado de transformações profundas, como é do seu estilo próprio, contudo, está sempre a prescindir de um ambiente solidário. *“Portanto, o que se deve reformar é o conjuncto do ambiente social”* (HOLYOAKE,2001:21)

Nesse sentido, o quadro 11 dá o caminho para essa reforma, começando por indagar os Indicadores de Modernidade das Cooperativas, propostos por Éboli, 1999. Ei-los:

Quadro 11 - Indicadores de modernidade da gestão cooperativa.

Dimensão social	é medida por indicadores da interação social, da participação dos associados nos processos organizacionais da cooperativa, da democrática transmissão de informações e da diminuição das distâncias e barreiras sociais inspirados nos valores de identidade cooperativista”;
Dimensão administrativa	é medida pela clara definição de missão, objetivos, estratégias e metas; pela estrutura organizacional que favorece a participação dos associados nas decisões da cooperativa, pelas políticas e práticas que estimulam a criatividade, o desempenho dos cooperados e a conscientização de que assumem vantagens e riscos da cooperativa”;
Dimensão política	é medida pelo processo decisório descentralizado e democrático "um homem, um voto", pela consciência de exercício da cidadania”;
Dimensão econômica	é medida pela participação da cooperativa no mercado, pelo aumento da produtividade, rentabilidade, retorno, melhor qualidade dos produtos e serviços ofertados”;
Dimensão tecnológica	é medida pela utilização de tecnologias estimuladoras da eficácia e da harmonia entre tecnologia e criatividade humana, entre tecnologia e ética, sempre com o entendimento de que tecnologia é meio a serviço da humanidade e que esta é o fim”;
Dimensão cultural	é medida pela diversificação das práticas, comportamentos e atitudes que valorizam iniciativa, responsabilidade, mudanças, inovação, aprendizagem, interação democrática, liberdade e valores cooperativos”;
Dimensão ética e doutrinária	é medida pelos indicadores de democracia, equidade, igualdade, entre-ajuda, auto-responsabilidade e solidariedade que constam das linhas mestras dos Princípios Cooperativos, recomendados pela ACI, em 1995”.

Fonte: Pinho, 2004; elaborado pelo Autor.

O emprego desses Indicadores de Modernidade pelas cooperativas é importante, porque serão testados exaustivamente, enfrentarão entraves de natureza social – garantia do exercício dos direitos básicos da 1ª, 2ª e 3ª gerações – de natureza política, legislação feita com base na troca da liberdade por um benefício e de decisões feitas por autoridade governamental, ainda caracterizam o modo brasileiro de fomentar o cooperativismo e de natureza acadêmica, pois sua aplicabilidade será confirmada ou refutada parcial ou totalmente.

De modo que, para compreender o cooperativismo brasileiro, enquanto projeto e prática social, é preciso avaliar: 1) a apatia dos cooperados em relação a sua prática cooperativista; e, 2) a influência dos governos e elite dominante, ainda com sua mão de força promovendo a hierarquização de seus interesses, tais como: centralismo, paternalismo e autoritarismo. É importante perceber que o cooperativismo praticado nos dias atuais originou-se há mais de um século e meio, em Rochdale, Lancashire, Inglaterra, pelos 28 Tecelões da flanela, com a constituição do armazém cooperativo - self-help - processo de ajuda mútua como finalidade máxima, mas de elevado caráter democrático em contraste com o caso brasileiro.

E o professor de Nîmes, França, Charles Gide (1847-1932) é enfático,

quando pensamos que os estatutos de sua sociedade (dos Pioneiros de Rochdale) foram desde do começo tão bem estabelecidos por esses poucos tecelões flanela, que a experiência de mais de meio século não encontrou nada a acrescentar e que milhares de sociedades criadas depois se limitaram a copiá-los quase que textualmente, não podemos deixar de ver aqui o fenômeno mais importante talvez da história econômica. O sistema cooperativo não saiu do cérebro de algum cientista ou reformador, mas das próprias entranhas do povo (MLADENATZ,2003:84).

Essa idéia e realização tão humana estão constantemente produzindo um diálogo continuado e renovado sobre as funções sociais, econômicas, políticas e culturais desse movimento. Daí nasce o fascínio das pessoas pelos valores: ajuda mútua, respeito, igualdade, equidade, solidariedade e democracia, contidos nesse projeto social, em especial apreço, pelos 28 Tecelões de Rochdale que viraram referência de cultura cooperativa – conjunto filosófico e doutrinário –, no mundo inteiro. Esses comportamentos exigem uma reflexão, que se faz necessária para educar os cooperados, familiares e a sociedade, com a finalidade de compreender que *“o que se deve reformar é o conjuncto do ambiente social”* (HOLYOAKE,2003:21) e assim permitir que homens e mulheres continuem a sonhar e a realizar histórias de cooperação e cooperativismo.

2.....Arapiraca: da árvore à capital brasileira de FUMO EM CORDA

2.1.....O DESENVOLVIMENTO da cultura e região fumageira

O desenvolvimento da cultura fumageira é notado quando da primeira aparição de Arapiraca¹⁷ em estudo elaborado pela DEE – Diretoria de Estatística do Estado, em 1937 – Anuário de Alagoas – sobre a realidade regional alagoana: “eis ahí mais um producto que, brevemente, passará a figurar na nossa balança comercial com algarismos animadores, tal é o interesse que o actual governador de Alagoas está ligando ao seu desenvolvimento. Temos mais de um município com terras aptas à cultura dessa rendosa solanecea, notadamente Arapiraca, Matta Grande e Sant’Ana do Ipanema. O fumo já logrou lugar de destaque na nossa produção agrícola, principalmente pela aceitação que fazem nos mercados consumidores do paíz.” (DEE,1937:59).

Fotografia 1: Vista parcial do cultivo de fumo (*Nicotiana tabacum L.*)



Fonte: SEAGRI, 2004.

“Arapiraca desponta como uma cidade privilegiada dentro do contexto nordestino; um município que foi agraciado com um admirável surto de desenvolvimento, graças, sobretudo, à evolução da cultura do fumo. Na fase áurea da cultura do fumo, houve oportunidades para todos, indistintamente, tendo em vista

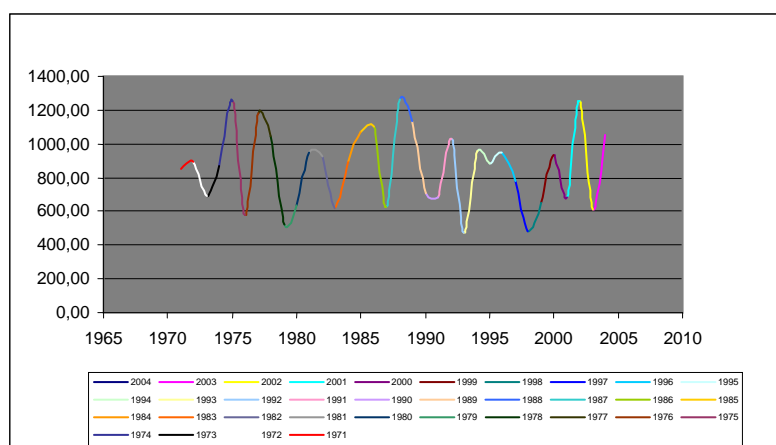
¹⁷ Arapiraca, nome originário da árvore *Anadenanthera macrocarpa*. Esta árvore era o lugar de descanso do fundador de Arapiraca (1848), Manoel André Correia dos Santos; no entorno desta árvore surgiu o povoado de Arapiraca, mais tarde transformado em capital brasileira do fumo em corda (GUEDES,1999).

a bem distribuída renda per capita, proporcionada pelo sistema minifundiário, implantado na região fumageira, efetuando uma autêntica reforma agrária natural”, em Guedes (1999:288). Que contraste, num Brasil de imensos latifúndios, a região fumageira de Arapiraca destaca-se por sua natureza agrária minifundiária. É o lugar de realizações, tanto das condições para a produção, mas sobretudo para as condições de existência. Mesmo com a falta de políticas públicas que assegurem aos agricultores sua permanência neste lugar, ainda assim, esse minifúndio tem garantido a reprodução desses modos de vida.

2.2.....Região fumageira: GEOGRAFIA

A região fumageira de Arapiraca situa-se na mesorregião Agreste Alagoano, microrregião¹⁸ de Arapiraca (Arapiraca, Campo Grande, Coité do Nóia, Craíbas, Feira Grande, Girau do Ponciano, Lagoa da Canoa, Limoeiro de Anadia, São Sebastião e Taquarana) [IBGE/Censo agropecuário,1998], centro do Estado. Apresenta clima tropical chuvoso com verão seco, “tipo 3cth (Gausson) e As` (Koppen); temperatura média: mínima de 22^oC e máxima de 26^oC; umidade relativa do ar 40%” (BRITO NETO,1984:11-12); e regime de chuvas conforme gráfico 1.

Gráfico 1: Precipitação pluviométrica.



Fonte: SEAGRI, 2005

¹⁸ Para efeito desse estudo (Dissertação sobre Crescimento e Estagnação do cooperativismo agrícola na região fumageira de Arapiraca, Alagoas) considerou-se só os municípios de: Arapiraca, Coité do Nóia, Craíbas, Feira Grande, Girau do Ponciano, Lagoa da Canoa, Limoeiro de Anadia e Taquarana.

Aguiar (1982:4-8), ao estudar os municípios dessa região, quanto ao clima, solo, água e organização social da produção, estabeleceu três áreas distintas:

1. Áreas cultivadas com o consórcio fumo-algodão-feijão-mandioca; essa área de cultivo abrange partes dos municípios de Arapiraca, Girau do Ponciano, Coité do Nóia, Limoeiro de Anadia, Feira Grande, de todo o município de Lagoa da Canoa. Quando as condições edafológicas; os solos são dos tipos: Lvd3, Lvd11, PE8 e REd 1; em geral, são férteis e com relevo plano ou suavemente ondulado. As matas nativas foram derrubadas para a produção de lenha, carvão vegetal e estacas. Nesta Zona, existe, no entorno das moradias, pomares com fruteiras: mangueiras, mamoeiros, fruteiras cítricas, cajueiros e outras. As moradias apresentam-se bem melhores do que as de muitos subúrbios das cidades nordestinas e, em sua maioria as comunidades têm iluminação elétrica, serviços de transporte, grupos escolares, templos católicos e evangélicos e postos de saúde.
2. Área semi-árida abrange todo o município de Traipu, a quase totalidade do município de Girau do Ponciano, grande parte de Arapiraca e a parte noroeste de Craíbas. Essa área apresenta relevo fortemente ondulado e os solos são tipificados como: RE 5, 6 e 7, REd e PL 3. A policultura e pecuária são caracterizadas pelos sistemas de cultivo da mandioca, palma forrageira, milho, feijão, algodão e forrageiras para a pecuária semi-extensiva.
3. Área de transição estruturada em cultivos diversificados, formada pelos municípios de Taquarana, parte de Limoeiro de Anadia, Coité do Nóia, Feira Grande e Arapiraca, é a mais bem dotada em recursos naturais. Nessa zona existe o cultivo de lavouras como: fumo, algodão, feijão, mandioca, abacaxi, batata-doce em consórcio ou não, cana-de-açúcar e forrageiras para a pecuária. A diversidade de solo – LEE 1 e 2; PL 1, 2 e 3; Red 1 e PE 7 -, e água reflete-se no perfil apresentado pelos cultivos. Nesta área, predominam as unidades produtivas de pequeno e médio porte. Há presença de pomares em torno das edificações, casas residenciais, salões e curadouros de fumo. Os sistemas de produção estão, ora numa agricultura de mercado e/ou em cultivos voltados para o autoconsumo.

Esses 08 (oito) municípios apresentam uma série de elementos que serão colocados e destrinchados, a partir desse momento, para permitir a compreensão do dinamismo econômico: renda, propriedade, serviços (social, saúde, educação), emprego, participação popular e os problemas ambientais – degradação e poluição de nascentes – derivados do exercício da atividade agropecuária e outras atividades não-agrícolas. Nesse sentido, o destaque primeiro é a sua localização.

Tabela 4: Região fumageira: Ano de Criação e Indicadores de Localização.

MUNICÍPIOS	ANO DE CRIAÇÃO	RODOVIAS (ALs)	DISTÂNCIA DE MACEIÓ (km)	ALTITUDE (m)	COORDENADAS	
					Latitude	Longitude
Arapiraca	1924	110,115, 220	135,7	264	09° 45' 09"	36° 39' 40"
Craíbas	1982	486	160,6	252	09° 37' 05"	36° 46' 05"
Coité do Nóia	1963	482	128,5	280	09° 37' 56"	36° 34' 43"
Feira Grande	1954	485	153,7	220	09° 54' 01"	36° 40' 39"
G. do Ponciano	1958	115	161,0	244	09° 53' 03"	36° 49' 44"
L. da Canoa	1962	115	149,6	283	09° 49' 47"	36° 44' 16"
L. de Anadia	1882	220	116,6	140	09° 44' 26"	36° 30' 10"
Taquarana	1962	110	112,8	152	09° 38' 42"	36° 29' 50"

Fonte: IBGE (2000) & DER, 2003; elaborada pelo Autor.

2.3.....Região fumageira: POPULAÇÃO

A cidade de Arapiraca, com 186 mil habitantes, mostra sua dinamicidade social e econômica, assegura uma posição de influência e destaque no estado e na região fumageira. A fotografia 2 mostra um pouco dessa dinamicidade.

Fotografia 2: Vista parcial da Praça Manoel André, Arapiraca.



Fonte: Câmara Municipal

Os dados do IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – (tabela 5) sobre a região, informa que, dos 08 (oito) municípios estudados, 05 têm densidade acima de 100 Hab/Km², com relevância para o município de Arapiraca com 509,1 Hab/Km². Outro dado importante é o tamanho da população economicamente ativa nessa região, que é de 42,73% do total da população dessa região.

Tabela 5: Região fumageira: POPULAÇÃO (2000)

MUNICÍPIO	POPULAÇÃO		ÁREA Km ²	DENSIDADE Hab/Km ²
	TOTAL	PEA - População Economicamente Ativa		
Arapiraca	186.356	80.468	367,5	509,1
Craíbas	20.786	9.298	276,4	75,5
Coité do Nóia	11.990	5.555	88,9	135,4
Feira Grande	21.271	9.947	156,6	136,3
G. do Ponciano	29.599	12.154	504,3	58,9
Lagoa da Canoa	19.977	8.930	103,3	194,2
Lim. de Anadia	24.259	8.495	335,8	72,5
Taquarana	17.042	6.739	167,2	102,3
Total RF	331.280	141.586	2.000,0	165,7
ALAGOAS	2.817.903	1.089.140	27.998,00	101,0

Fonte: IBGE/Censo demográfico, 2002.

A tabela 5 mostrou Alagoas com densidade demográfica de 101,0 hab/Km², tem a quarta maior densidade demográfica do país, estando logo abaixo de Brasília, Rio de Janeiro e São Paulo. A Região Fumageira, localizada na parte central do Estado, ganha destaque pela elevada taxa demográfica (165,7 hab/Km²).

A evolução de sua população é assim apresentada, no ano de 1970, a população rural era de 68,9% do total da população da região fumageira, em 2000 diminuiu para 42,9%. Esse vigoroso deslocamento rural acontece por falta de políticas públicas que assegurem a permanência dos agricultores e suas famílias no campo. Mais de 50% da população dessa região vive no meio rural. No município de Arapiraca, a situação é inversa: a zona rural tem 18,3% da população total. A tabela abaixo mostra essa evolução.

Tabela 6: Região fumageira: Evolução da População e Urbana (1970/2000).

Município	1970	Urbana	1980	Urbana	1991	Urbana	2000	Urbana
Arapiraca	94.287	49,4	136.179	64,0	165.921	79,4	186.356	81,7
Craíbas	-	-	-	-	17.816	28,4	20.786	31,7
C. do Nóia	7.047	9,6	8.967	13,8	9.799	21,2	11.990	21,0
F. Grande	13.310	12,7	17.545	10,6	19.052	14,8	21.271	16,7
G. Ponciano	18.347	8,3	22.459	16,0	27.801	27,2	29.599	29,9
L. da Canoa	11.562	- - -	12.595	23,6	15.900	30,9	19.977	44,4
L. de Anadia	16.725	6,1	18.168	6,4	19.447	7,9	24.259	8,6
Taquarana	11.761	8,9	13.194	17,6	16.809	20,8	17.042	25,6
REGIÃO	173.039	31,1	229.101	44,5	291.545	55,4	331.280	57,1
ALAGOAS	1.588.109	39,0	1.982.591	49,0	2.514.100	58,0	2.817.903	68,0

Fonte: IBGE.

Na microrregião de Arapiraca, por predominar a cultura do fumo – cultura essa exigente em mão-de-obra – estimula a migração, de modo que as densidades demográficas altas nos municípios de Arapiraca, Coité do Nóia, Feira Grande e Lagoa da Canoa são explicadas pela necessidade de muita mão-de-obra no cultivo e beneficiamento dessa lavoura. Nesse sentido, a mobilidade migratória origina crescimento populacional e a densidade demográfica alta: pelo deslocamento das pessoas de áreas rurais dentro da própria região fumageira, pelo deslocamento de pessoas de áreas sertanejas mais próximas e por migrantes da Zona da Mata Alagoana, como também de outros estados, em busca de novas perspectivas de melhores condições de vida nessa região.

Para Carvalho (2002:25), a expansão da população rural na Região Fumageira cresceu fortemente nos anos de 1940-1970 e desacelerou a partir dos anos 80, "refletindo a ocupação das áreas agriculturáveis e sua divisão em parcelas extremamente pequenas, dificilmente fragmentáveis em unidades menores que possam manter o seu aspecto rentável".

2.4.....Região fumageira: ECONOMIA

Na região fumageira, a predominância de um sistema de produção minifundiário, baseado na agricultura de subsistência, é prática recorrente e, ao mesmo tempo, associado às culturas do fumo e da pecuária, foi o grande agente modificador. De modo que diversas razões promovem o desenvolvimento de Arapiraca e dessa região; cultivos enormemente absorvedores de mão-de-obra, capitalistas, bons técnicos em agropecuária (Engenheiros Agrônomos, Técnicos

Agrícolas...) boas condições edafoclimáticas, para a prática agrícola e a diversificação agrícola, centrada na pequena produção – fumo, algodão, feijão de corda, milho e mandioca e ótima logística, encontram espaço de negociação importante tanto no mercado local como no nacional. O desenvolvimento da economia da região fumageira arapiraquense também ocorre devido a sua localização no centro do estado, fê-la tornar-se um grande centro articulador e decisório.

Entender o dinamismo da região fumageira de Arapiraca exige a observância de outros elementos que se somaram a esse processo de crescimento ao longo dos 30 anos, tais como: transferências constitucionais, volume de recursos dos programas federais, especialmente os sociais e previdência social. A riqueza dessa economia está posta nos dados da tabela 7, denominando os municípios com os beneficiários, valor de arrecadação e receita constitucional, FPM – Fundo de Participação dos Municípios. Nesse sentido, percebe-se a importância dos previdenciários na distribuição de renda da população dessa região.

Tabela 7: Região fumageira: Transferência via Previdência Social (1998)

Município	Beneficiários	Arrecadação	FPM	A/C (%)
Arapiraca	32.040.671,79	6.044.583,71	13.797.031,26	2,32
Coité do Nóia	1.528.241,67	432.951,86	1.255.127,77	1,22
Craíbas	590.415,81	22.615,28	1.882.691,64	0,31
Feira Grande	3.097.952,59	43.611,33	2.196.413,50	1,41
Girau do Ponciano	4.713.206,93	83.081,02	2.510.255,40	1,88
Lagoa da Canoa	1.162.032,61	249.209,3	1.882.691,64	0,62
Limoeiro de Anadia	2.499.806,49	308.486,02	1.882.691,66	1,33
Taquarana	2.635.360,34	30.868,64	1.882.691,66	1,40
REGIÃO	48.267.688,23	7.215.497,49	27.289.594,49	1,76

Fonte: INSS (2000) *apud* Carvalho (2002).

Na construção do desenvolvimento na região fumageira, bem como nas demais regiões alagoanas e nordestinas, o FUNDEF – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação e Valorização do Magistério, representa não só a possibilidade de acompanhamento da qualidade de educação, distribuição de merenda escolar, como também melhorar a condição salarial dos professores. E a região fumageira do Estado de Alagoas, juntamente com os Estados brasileiros são grandes beneficiários desse programa federal. Essas transferências (tabela 8) são vitais, para a compreensão da dinâmica dessa região.

Tabela 8: Região fumageira: Transferências Federais (2001).

Município	Previdência	FUNDEF	FPM	A/C (%)
Arapiraca	46.601.653,41	11.657.011,00	19.459.245,00	2,39
Coité do Nória	2.426.891,55	1.072.387,00	1.941.153,00	1,25
Craíbas	2.263.703,43	1.654.394,00	2.911.728,00	0,78
Feira Grande	4.800.345,24	1.693.036,00	2.965.835,00	1,60
Girau do Ponciano	6.837.993,80	3.594.749,00	3.416.550,00	2,00
Lagoa da Canoa	1.937.480,65	1.742.746,00	2.911.728,00	0,66
Limoeiro de Anadia	4.036.660,52	2.491.961,00	3.145.265,00	1,28
Taquarana	4.332.805,28	1.899.160,00	2.911.728,00	1,49
REGIÃO	73.237.533,88	25.805.444,00	29.666.132,00	1,85

Fonte: STN (2002) *apud* Carvalho (2002).

Um outro fator importante, para Carvalho (2002:46), “foi a continuidade da parceria entre Estado, Sindicato e Cooperativa, resultando no fortalecimento dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais, principalmente o de Arapiraca, que saltou de algumas dezenas de filiados, nos anos 70, para mais de 10.000 sócios, e o fortalecimento, no começo dos anos 80, da Cooperativa Agro-pecuária e Industrial de Arapiraca Limitada /CAPIAL”. A CAPIAL, que recebeu recursos financeiros dos programas federais e estaduais, como também recursos humanos, permitiu-lhe patrocinar o crescimento desta cooperativa, elevando o quadro de cooperados de 255 para 3.879, e garantir a distribuição de sobras líquidas com os seus cooperados, enriquecendo a região fumageira de Arapiraca. Ao falar de cooperativismo agrícola, cabe ressaltar o pioneirismo de Lourenço de Almeida, pois, através dele, acontece o surgimento da CAPIAL que avança em toda região fumageira de Arapiraca e alavanca ainda mais a participação popular na região. Atualmente a participação popular está representada por cooperativas, sindicatos e associações comunitárias.

As lavouras de fumo e de algodão apresentam-se como atividades de pequenos proprietários, arrendatários ou meeiros que dispõem de área que, em sua maioria, não ultrapassa 10 hectares. São culturas que utilizam intensa mão-de-obra, principalmente a lavoura de fumo; esta remunera satisfatoriamente o agricultor, os trabalhadores e trabalhadoras. Há uma área de cultivo de produtos olerícolas importante, pois, a cada dia, aumenta seus espaços na Ceasa, Supermercados e Mercadinhos. É uma atividade altamente exigente e intensificadora de mão-de-obra, como também de boa remuneração. Cabe registrar a presença ainda pequena da olericultura agro-ecológica, no entanto não deixa de ser notada, especialmente todas as sextas-feiras, ao lado da Casa da Cultura, com produtos oriundos da ARAGRESTE - Associação Agroecológica há 02 anos, e, aos sábados, na Rua

Fernandes Lima, 135 – Centro com produtos do PVRS – Projeto Vida Rural Sustentável, mais de um ano.

“O município de Arapiraca possui cerca de 50 hectares cultivados com hortaliças, abrangendo cerca de 150 imóveis rurais, basicamente 95% da área cultivada com folhosas, vindo, em seguida, o pimentão, berinjela, tomate, repolho e pimenta. Os produtos são comercializados na CEASA – Centrais de Abastecimento de Alagoas S/A – Maceió, e nas feiras livres locais e também nas Escolas do município” (PMA,2001:5).

É a existência dessa agricultura familiar, com sua produção obtida através de consórcio do fumo com as culturas (feijão de corda, mandioca e algodão) e da olericultura, que dá a noção exata por que a região fumageira, com mais de 26.800 estabelecimentos agrícolas familiares, é importante no contexto alagoano e brasileiro. A tabela 9 expõe pesquisa realizada pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (NEAD – Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural e FAO), e constata-se que, 98% dos estabelecimentos agrícolas da região fumageira praticam o modo de produção policultor com a família.

Tabela 9: Região fumageira: Caracterização dos Estabelecimentos Rurais (2001)

TOTAL	ESTABELECEMENTOS		ÁREA		VALOR BRUTO DA PRODUÇÃO	
	N.	%	Há	%	R\$ 1.000	%
FAMILIAR	26.828	100	140.143	100	44.151	100
Rendas maiores e médias	26.367	98,3	76,974	55	25.437	57,6
Renda baixa e quase sem renda	22.826	85,1	45,834	33	11.851	26,8
PATRONAL	461	1,7	63.169	45	18.714	42,4

Fonte: NEAD/FAO/INCRA (2001) *apud* Carvalho (2002).

Desde 1950, a cultura do fumo passa a dominar as relações produtivas e comerciais, de modo que todo esse crescimento é baseado no sistema de produção do fumo que, ano após ano, permite a entrada de novos fumicultores no negócio. Em 1970, muitos compradores de fumo passaram a picotar o fumo de rolo e vendê-lo em saquinhos plásticos. Com o mercado em alta, surgiram empresas como: Extraforte, Super Bom, Fumo do Bom, Rei do Nordeste, Du Melhor, Sempre Forte, Fumo Jangadeiro, Fumo Jóia. Essas foram as pioneiras a industrializarem o produto, de forma que o sucesso da nova atividade proporcionou prosperidade a esses empreendedores. Com esse comércio prosperando, outros serviços e atividades

surgiram, como: casas de saúde e hospitais, comércio de adubos e fertilizantes, cinemas, imobiliárias, bancos, postos de gasolina, concessionárias de automóveis (Ford, Chevrolet, Fiat, Volkswagen, Mitsubishi), faculdades, serviços agropecuários, indústrias (Coringa e Coca Cola) etc.

E esse momento é expresso pelo crescimento do PIB municipal, mas tem, como alavanca desse processo, o negócio agrícola. Atualmente os setores de serviços e industrial comandam os negócios em volume de capital investido, mas o setor agrícola ainda é o que mais emprega mão-de-obra, característica dessa atividade. Os dados da tabela 10 confirmam esses comportamentos.

Tabela 10: Comportamento do PIB dos municípios da região fumageira.

Município	1970	1975	1980	1985	1996
Arapiraca	64.812.817	120.081.844	168.800.082	202.717.387	288.954.015
Craíbas	-	-	-	9.025.347	4.220.224
C. do Nóia	2.787.281	3.970.779	4.441.727	8.832.883	7.201.570
Feira Grande	4.274.835	6.700.354	12.047.900	16.107.412	5.730.197
G. do Ponciano	2.878.281	3.970.779	4.411.727	8.832.883	7.201.570
Lagoa da Canoa	4.661.830	6.180.757	11.926.820	14.789.644	14.439.031
Lim. de Anadia	4.683.242	12.273.695	17.923.376	30.968.702	14.547.857
Taquarana	5.179.097	4.552.163	6.378.593	16.261.109	12.099.102
REGIÃO	89.368.383	157.730.371	226.900.225	307.535.367	354.393.566
ALAGOAS	1.676.110.177	2.497.309.575	3.757.544.745	4.443.934.172	6.216.978.897

Fonte: Vergolino (1999) *apud* Malta *et.al.*, (1999).

É importante atentar para o crescimento do PIB no município de Arapiraca, capital da região fumageira, que, em 1976, era de 72,5%, e, em 1996, salta para 81,5%, revelando uma dinâmica vigorosa, quando comparada às outras regiões do Estado de Alagoas, mas os outros municípios fumageiros também, em alguns casos, chegam a triplicar, como Lagoa da Canoa e Limoeiro de Anadia.

“A cultura do fumo é uma atividade de alta produtividade e que, no passado recente, também era de alta rentabilidade, além de grande empregadora de mão-de-obra. A região fumageira fica situada na faixa agreste do Estado, tendo por base o município de Arapiraca, centro produtor, industrializador e distribuidor do produto. Além desse município, integram ainda a região fumageira: Coité do Nóia, Feira Grande, Girau do Ponciano, Lagoa da Canoa, limoeiro de Anadia e Taquarana. Toda essa região se caracteriza por elevada densidade demográfica e pelo uso intensivo da terra” (Veras,1998:35). Nesse sentido, a tabela 11 traduz a importância da cultura fumageira na formação da renda dos agricultores do município e do estado.

Tabela 11: Comportamento do PIB do setor agrícola da região fumageira.

Municípios	1970	1975	1980	1985	1996
Arapiraca	9.496.525	22.435.794	19.583.572	19.724.299	6.123.974
Craíbas	- - -	- - -	- - -	7.112.219	2.394.844
Coité do Nóia	1.871.042	3.196.030	3.582.472	7.910.769	2.128.294
F. Grande	2.087.728	4.117.305	10.221.518	12.930.981	4.186.028
G. do Ponciano	11.721.803	6.265.323	19.696.256	15.227.599	5.597.233
L. da Canoa	2.197.014	4.667.709	4.482.781	4.387.825	1.156.860
L. de Anadia	2.421.237	10.827.831	15.819.488	29.964.783	6.393.088
Taquarana	2.451.385	2.532.560	4.348.014	13.420.922	5.114.798
Total da RF	32.246.734	54.042.552	77.734.101	110.679.397	33.091.119
Total	478.450.481	674.382.638	885.472.347	1.054.932.397	560.812.109

Fonte: Vergolino (1999) *apud* Malta *et.al.*, (1999).

Com a instalação da primeira firma exportadora, a Garrido, dá-se início a fase de grande geração de riquezas. E o quadro 12 mostra como as empresas estrangeiras e brasileiras foram chegando à região fumageira.

Quadro 12: Região fumageira - Empresas Exportadoras de Fumo.

Empresas	Origem do capital	Ano de instalação
EXPORTADORA GARRIDO	Espanha	1950
C.PIMENTEL	Portugal	1951
ALMERINO PORTUGAL	Brasil	1952
ERNEST BERCOVITZ	Bélgica	1953
FRAGA & SOBEL	Brasil	1954
OVERBACK	Brasil	1956
GERDIK	Brasil	1958
MANGEROUX	França	1958
ERMOR ²	Brasil	1968
CACIQUE	França	1975
TABARAMA	Holanda	1975
IPHACO	Holanda	1978
FUMEX ¹	Espanha	1978
CARVALHO E FALCÃO LTDA	Brasil	1982
RIOGRANDENSE TABACO	Espanha	1984
BRÁSÍLIA	Brasil	1985
TRANSCONTINENTAL	E.U.A	1986
DANCO ¹	Suíça	1993
UNIVERSAL LEAF TABACOS LTDA ¹	E.U.A	1997
CAPA ¹	Brasil	1998
SOUZA CRUZ ¹ (BAT- British American Tobacco)	Brasil	2001

Fonte: JUCEAL (2000) *apud* Oliveira (2003); adaptado pelo Autor.

Empresa funcionando em: ¹ Arapiraca e ² Lagoa da Canoa.

Dentre as indústrias de grande porte, a região fumageira conta com três grandes empresas compradoras de fumo folha: Danco-Comércio e Indústria de Fumo Ltda, Ermor Tabarama Tabacos do Brasil Ltda e FUMEX Tabacalera Ltda, todas sediadas em Salvador – BA, que juntas detêm o negócio de fumo em folha. A

Universal Leaf Tabacos e a Souza Cruz estão presentes na região fumageira com os fumos claros (Burley e Virgínia), enquanto as empresas locais dominam os negócios de fumo em corda, entre elas: Incasil – Indústria e Comércio Araújo Silva Ltda., Incofusbom – Indústria e Comércio de Fumo Super Bom Ltda e Indústrias Reunidas Coringa Ltda, todas com sede em Arapiraca. Esse crescente negócio começa com a instalação da Indústria e Comércio de Fumos Dubom Ltda, em 1968. O quadro 13 ilustra a evolução do negócio de fumo escuro.

Quadro 13: Empresas industrializadoras de fumo escuro de Arapiraca.

Empresa	Marca do Produto
1. Indústrias Reunidas Coringa Ltda.	Fumo Coringa, Fumo do Avião, Fumo Extra Forte
2. Incofusbom – Indústria e Com. de Fumos Superbom	Fumos Superbom
3. Incasil – Indústria e Com. Araújo Silva Ltda	----
4. Indústria e Com. de Fumos Clarão Ltda.	Clarão
5. Amerino Portugal	-----
6. Carvalho Falcão Ltda	----
7. Comercial de Fumo Livino	---
8. Comercial de Fumo Papo Amarelo	Fumo Papo Amarelo
9. Comercial de Fumo Pavão	Fumo Pavão
10. Comercial de Fumos Zeno Ltda	---
11. Fábrica de Fumo Azulão	Fumo Azulão
12. Fumo Caratinga	---
13. Fumo Jangada	Fumo Jangada
14. Ind. e Com. de Fumos Dubom Ltda	Fumo Dubom
15. Indústria de Fumos Nogueira	----

Fonte: Malta *et al.*, 1999.

E os pequenos fumicultores participam ativamente desse processo de desenvolvimento, marcado por uma maior distribuição de renda; “praticamente todas as residências têm televisão e fogão a gás e, de forma expressiva, os demais equipamentos domésticos como geladeira, som, rádio, liquidificador, máquina de costura, telefone e antena parabólica” (MALTA *et al.*,1999:64). No entanto, é no tamanho da renda que reside a grande diferença entre agricultores e agricultoras, trabalhadores braçais – homens e mulheres – e os capitalistas. É uma renda

pequena para promover as melhorias necessárias ao bem-estar material e imaterial das pessoas menos afortunadas. A tabela 12 mostra os valores per capita baixos:

Tabela 12: Comportamento do PIB per capita da região fumageira.

Municípios	1970	1975	1980	1985	1996
Arapiraca	680	1.048	1.233	1.351	1.404
Craíbas	---	---	---	799	212
Coité do Nóia	404	494	487	938	681
F. Grande	318	434	679	876	272
G. Ponciano	826	475	1.019	817	563
L. da Canoa	399	506	936	1.045	709
L.de Anadia	277	696	976	1.638	718
Taquarana	435	361	478	1.094	640
C.V%	41,7	40,6	34,6	27,3	55,8
Estado	1.044	1.399	1.869	2.023	1.896
$\sum \frac{x_i}{n}$	477,0	573,4	829,7	1.069,7	479,6

Fonte: Vergolino (1999) *apud* Malta *et.al.*, (1999).

A aceleração do processo de desenvolvimento, nessa região, era tão vigorosa que não chamava a atenção só das pessoas que aqui circulavam, mas também de pesquisadores, entre eles, Redwood (1982:4) que faz esse comentário: “Nas últimas três ou quatro décadas, a economia da região tem demonstrado uma dinâmica muito grande, o que é refletido não somente na expansão expressiva da área plantada e produção de fumo, que multiplicaram na ordem de dez vezes entre 1950 e o presente, mas também pelo rápido crescimento demográfico da área”. Essa dinâmica econômica é bem mais forte que qualquer região do Estado (canavieira, pecuária).

Para o Sebrae, o número de pequenas e médias empresas, na região fumageira de Arapiraca, também é um indicador capaz de traduzir as diferenças entre esta e as outras regiões alagoanas. A tabela abaixo mostra essa situação.

Tabela 13: Região fumageira: PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS (2000).

Município	Indústria	Comércio	Serviços	Total MPE'S
Arapiraca	181	1.471	432	2.084
Craíbas	1	14	-	15
Coité do Nóia	-	34	3	37
Feira Grande	4	35	1	40
Girau do Ponciano	3	46	7	56
Lagoa da Canoa	1	21	3	25
Limoeiro de Anadia	1	16	2	19
Taquarana	1	41	4	46
REGIÃO FUMAGEIRA	192	1.678	452	2.322
ALAGOAS	2.980	16.298	8.687	27.965
% REGIÃO/ALAGOAS	7,2%	10,3%	5,2%	8,3%

Fonte: SEBRAE (2001) *apud* Carvalho (2002).

Arapiraca é a “sede” dessa região, desponta com um número extraordinário de MPE’s, concentrando quase todo o parque empresarial desta região, atendendo inclusive toda a região do agreste e sertão alagoano. E o crescimento do PIB industrial, considerando os anos de 1970 a 1996, indica que o setor industrial está presente em todos os municípios fumageiros, contribuindo, de modo significativo, aos negócios da região. Essa realidade é vista pelos números abaixo.

Tabela 14: Comportamento do PIB industrial da região fumageira.

Municípios	1970	1975	1980	1985	1996
Arapiraca	5.503.562	19.847.343	40.438.351	61.093.178	58.300.469
Craíbas	---	---	---	175.799	319.758
Coité do Nóia	---	42.658	---	---	205.482
F. Grande	---	71.046	---	109.119	575.519
G.do Ponciano	60.329	183.755	202.878	---	1.092.907
L. da Canoa	---	---	5.389.341	6.494.933	1.337.491
L. de Anadia	26.051	132.883	193.372	---	564.436
Taquarana	46.618	94.290	---	174.452	1.163.589
Total da RF	5.636.560	20.371.975	46.223.942	68.047.481	63.559.651
Total	282.163.104	516.037.944	850.984.438	1.279.550.884	2.301.323.901

Fonte: Vergolino (1999) *apud* Malta *et.al.*, (1999).

Arapiraca, como pólo de desenvolvimento da região fumageira, tem atraído um número cada vez maior de estabelecimentos comerciais, principalmente os pequenos negócios, como também de pessoas com disposição de empreender. O PIB resultante das atividades do comércio, em 1996, passou à frente do PIB agrícola, outrora mais forte em função do aviltamento de preços do fumo, principalmente. Os dados disponibilizados na tabela 15 revelam essa situação:

Tabela 15: Comportamento do PIB do setor comercial da região fumageira.

Municípios	1970	1975	1980	1985	1996
Arapiraca	18.527.439	35.001.592	44.910.442	45.183.690	88.945.779
Craíbas	---	---	---	603.056	---
Coité do Nóia	---	75.705	153.110	34.535	24.523
F. Grande	42.658	164.080	207.558	188.252	24.523
G. Ponciano	615.548	713.956	882.777	672.097	882.837
L. da Canoa	1.002.090	167.922	430.005	539.170	645.797
L. de Anadia	109.264	110.910	398.699	32.393	318.802
Taquarana	267.548	294.409	350.386	192.621	196.186
Total da RF	20.564.547	36.528.574	47.332.977	47.445.814	91.038.447
Total	329.701.453	464.128.801	419.461.546	489.385.021	640.448.843

Fonte: Vergolino (1999) *apud* Malta *et.al.*, (1999).

De modo geral, o PIB serviços é o carro chefe quando se trata de compartilhar os resultados do PIB por setor, mostrando assim que o processo de aceleração desse setor é contínuo e vigoroso em quase todos os municípios.

Tabela 16: Comportamento do PIB do setor de serviços da região fumageira.

Municípios	1970	1975	1980	1985	1996
Arapiraca	31.285.170	42.797.115	64.867.717	76.716.220	135.583.793
Craíbas	---	---	---	1.134.272	1.509.621
Coité do Nóia	964.582	699.043	676.145	887.579	4.843.270
F. Grande	2.098.797	2.347.922	1.618.824	2.879.060	944.127
G.do Ponciano	2.921.346	2.594.047	2.355.693	4.745.845	922.660
L. da Canoa	1.462.727	1.345.125	1.624.694	3.367.715	5.298.882
L. de Anadia	2.126.689	1.202.071	1.511.817	971.525	7.271.531
Taquarana	2.413.546	1.630.904	1.680.193	2.473.115	5.624.530
Total da RF	43.272.857	52.616.227	74.335.083	93.175.331	161.998.414
Total	585.795.140	842.760.192	1.591.626.414	1.620.065.870	2.714.394.044

Fonte: Vergolino (1999) *apud* Malta *et.al.*, (1999).

O crescimento econômico proporciona migrações das regiões vizinhas e de outras fora do estado que pode ser analisado sobre diversos enfoques, tais como: evolução da população, PIB municipal, número de empresas de MPE's, índices de desenvolvimento humano e frota de veículos automotores (tabela 17). Observe-a.

Tabela 17: Região fumageira: FROTA MUNICIPAL DE AUTOMÓVEIS (2002).

Município	Motos	Automóveis	Ônibus	Carga
Arapiraca	10.621	11.899	360	6.157
Craíbas	178	34	13	26
Coité do Nóia	237	169	14	164
Feira Grande	192	101	12	93
Girau do Ponciano	431	246	14	147
Lagoa da Canoa	295	111	3	119
Limoeiro de Anadia	204	117	19	127
Taquarana	175	71	15	60
REGIÃO FUMAGEIRA	12.333	12.748	450	6.893

Fonte: DETRAN-AL (2002) *apud* Carvalho (2002).

"Carga" incluem caminhões, caminhonetes e camionetes

A prevalência de unidades produtivas familiares, mão-de-obra disponível e agentes financeiros, Banco do Brasil S/A, Banco do Nordeste do Brasil S/A e Caixa Econômica Federal, tem grande potencial, para promover o desenvolvimento da região fumageira de Arapiraca e o município de Arapiraca reflete sua vocação, para liderar esse processo dinâmico de promoção de bem-estar material e imaterial.

2.5.....Região fumageira: INDICADORES SOCIAIS

Esse desenvolvimento econômico, esse crescimento demográfico não teriam sentido se não houvesse melhorias no campo social. A região fumageira vem melhorando seus indicadores sociais. É significativo o crescimento da rede escolar, que pode ser medido, quando comparamos o número de alunos matriculados em todos os níveis. Considerando o ano de 1970 e uma população de 173.000 habitantes, havendo, nessa região, 16.000 alunos, só 9% da população total estavam em salas de aulas. Em 2001, com uma população de 331.000 pessoas, essa região tinha 120.000 estudantes; agora, 36% da população total freqüentavam a escola. O grau de cobertura dos estudantes, com idade entre 07 e 14 anos, é de 98%, segundo a Secretaria Estadual de Educação. Está no setor educacional a mais sensível das políticas públicas: federal, estadual e municipal, bem assim em relação ao acesso e participação popular dos moradores dessa região em cooperativas, sindicatos e associações. A tabela 18 evidencia esses resultados:

Tabela 18: Região fumageira: CENSO ESCOLAR 2001

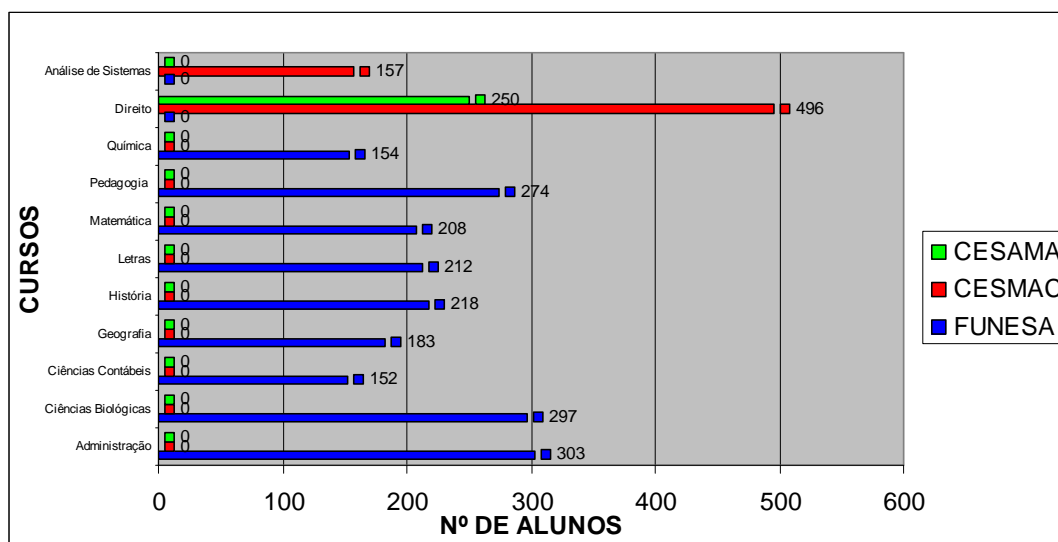
Município	Creche/Pré-Escola/ Alfabetização	Ensino Fundamental	Ensino Médio	Educação de Jovens e Adultos	Total
Arapiraca	5.345	48.338	7.543	7.421	68.647
Coité do Nóia	346	3.023	231	153	3.753
Craibas	690	5.367	290	162	5.509
Feira Grande	774	5.295	317	320	6.706
G. do Ponciano	477	11.244	497	780	12.998
Lagoa da Canoa	528	5.045	520	403	6.496
Lim. De Anadia	937	6.693	525	637	8.792
Taquarana	294	5.552	382	205	6.433
REGIÃO FUMAG.	9.391	90.561	10.305	10.381	120.638

Fonte: INEP/MEC *apud* Carvalho (2002).

Com a criação da Fundação Educacional do Agreste, 1971, o atendimento de Curso Superior, basicamente, restringia-se a Arapiraca. Nos anos 90, com a estadualização e ampliação da FUNESA – Fundação Universidade Estadual de Alagoas –, incrementou significativamente sua área de atuação a todo o Estado de Alagoas, sendo Arapiraca o centro das decisões, pois há extensões da FUNESA em Santana do Ipanema, Palmeira dos Índios, São Miguel dos Campos e União dos Palmares. A seguir, instalaram-se, em Arapiraca as Faculdades de Direito e Análise de Sistemas pelo CESMAC – Centro de Estudos Superiores de Maceió e a

Faculdade de Direito pelo CESAMA – Centro de Ensino Superior Arcanjo Mikael de Arapiraca. De modo que essa estrutura tem possibilitado que o conhecimento possa estar disponível a toda a sociedade, assim como promovido o acesso de um bom número de estudantes (2.904) à formação superior (gráfico 2) e de pós-graduações.

Gráfico 2: Região fumageira: NÚMERO DE UNIVERSITÁRIOS (2005)



Fonte: CESAMA, CESMAC e FUNESA; elaborado do Autor.

A ONU adotou um novo modo de medir a “qualidade de vida” nos países e dentro dos países, o IDH – Índice de Desenvolvimento Humano. Essa medição tem uma configuração baseada nos indicadores: educação, longevidade e renda, que se desdobram em uma série de outras características, entre as quais: taxa de alfabetização, número médio de anos de estudo, esperança de vida e renda familiar per capita. Ainda assim, a predominância do item per capita, inclusive o PIB per capita, continua nos estudos e relatórios das diversas organizações sociais.

Tabela 19: Região fumageira: ÍNDICES DE DESENVOLVIMENTO HUMANO

Municípios	1970	1980	1991	2000
Arapiraca	0,251	0,379	0,473	0,656
Craíbas	---	---	0,290	0,553
Coité do Nóia	0,190	0,254	0,307	0,569
Feira Grande	0,196	0,244	0,299	0,559
G. do Ponciano	0,201	0,296	0,326	0,535
L. da Canoa	0,231	0,397	0,409	0,580
L. de Anadia	0,200	0,305	0,306	0,570
Taquarana	0,206	0,266	0,342	0,583
Alagoas	0,286	0,410	0,474	0,649
Brasil	0,462	0,685	0,742	0,766

Fonte: IPEA/PNUD, 2004.

Assim sendo, o IDHM, numa escala de aferição de 0 a 1, evidencia os municípios fumageiros com IDHMs maior que 0,5, caracterizando-os como municípios de médio desenvolvimento, salvo o município de Arapiraca com IDHM, maior que 0,60. Mesmo assim, baixos quando comparados com o indicador nacional. Apesar da dinamicidade da região fumageira, esses indicadores revelam que há muito a fazer para reverter essa situação.

Outro elemento importante da dinamicidade da região fumageira é a participação popular. A região está tomada pelo associativismo, há uma sucessiva corrida por entidades de ajuda mútua, iniciada pela CAPIAL, no começo dos anos de 1960. Em seguida, vieram os sindicatos Rural e dos Trabalhadores Rurais – em fins dos anos 60 e, por fim, as associações comunitárias no começo dos anos 80.

Tabela 20: Região fumageira: ORGANIZAÇÕES ASSOCIATIVAS

Município	Associação			Sindicato		
	Urbana	Rural	Federação	Agricultura e Pecuária	Trabalhadores Rurais	Cooperativa
Arapiraca	16/3.297 ¹ 19/4.195 ²	46/4.593 ¹ 43/5.845 ²	01/58 ¹ 01/62 ²	01/ 243 ³	01/10.172 ⁴	11/4583 ⁵
C. do Nóia	02/110 ⁶	22/1.088 ⁶	01/22 ⁶	-0-	01/1.820	-0-
Craibas	04/245 ⁶	48/2.400 ⁶	-0-	-0-	01/1.012	-0-
F. Grande	-0-	18/1.280 ⁶	-0-	-0-	01/1.177	-0-
G. Ponciano	01/80 ⁶	56/3.080 ⁶	-0-	-0-	01/10.849	-0-
L. da Canoa	01/70 ⁶	20/800 ⁶	-0-	-0-	01/1.254	-0-
L. de Anadia	01/35 ⁶	22/2.200 ⁶	01/22 ⁶	-0-	01/761	-0-
Taquarana	02/287 ⁶	25/2.183 ⁶	-0-	-0-	01/937	-0-
SUBTOTAL	46/8.319	300/23.469	05/260	01/243	08/27.982	11/4583
TOTAL GERAL EM NÚMERO DE ASSOCIAÇÕES E ASSOCIADOS						371/64.596

Fonte:¹ Silva^{t,2} Nunes^{e,3} Santos^{n,4} Mâncio & Silva^{s,5} Araújo^a, Bento, Ferreira, Irmão, Oliveira^l, Santos^j, Santos^k, Santos^l, Silva^u, Silva^x, Tavares & ⁶Lúcio, Medeiros, Nunes^f, Palmeira, Santos^o, Santos^p & Tavares^z; elaborada do Autor.

A tabela 20 revela quão significativo é o número de associados em cooperativas, sindicatos e associações comunitárias, em termos percentuais, corresponde a 45,62% do total da PEA da região, que é de 141.586 habitantes. Isto posto, mostra o quanto essas entidades são importantes para o debate da melhoria da condição de vida das pessoas e suas organizações, embora a participação dos associados ainda seja baixa.

2.6.....Região fumageira: MEIO AMBIENTE

A partir de 1936, o senhor Né de Paula Magalhães implanta e difunde do sistema de meação – sistema que consiste em promover o morador à condição de meeiro. Esse sistema de meação foi um dos fatores precursores da degradação ambiental na região fumageira. Nas palavras do historiador Zezito Guedes(1999, p.262), “até o ano de 1955, o desequilíbrio ecológico era mínimo e ainda existiam muitas frutas nativas na zona rural de Arapiraca, principalmente, nas margens do Riacho Perucaba e na Mata dos Cazuzinhas, onde havia: araçá, massaranduba, gogóia, quixaba, pinha brava, umbu, ouricuri, ubaia, bonina, brinco de viúva, etc”; assim como na zona urbana, “o meio ambiente quase não era afetado, pois existiam muitas quadras ociosas, onde grande quantidade de pássaros podia viver sem ser molestado pelos males do progresso”(GUEDES,1999:262).

Daí em diante, a história do crescimento da fomicultura é marcada pela incorporação, cada vez maior, de agricultores ao sistema de cultivo minifundiário, que atinge seu auge nos anos 70 e começo dos anos 80. A tabela 21 reflete essa situação minifundiária:

Tabela 21: Condição do produtor, segundo Mesorregiões, Microrregiões e Municípios.

MUNICÍPIOS	PROPRIETÁRIO		ARRENDATÁRIO		PARCEIRO		OCUPANTE	
	Est.	Área	Est.	Área	Est.	Área	Est.	Área
Arapiraca	2.644	22.081	648	991	57	81	942	2.090
Craíbas	1.414	14.924	511	586	14	27	1.059	1.366
Coité do Nóia	1.889	6.857	277	228	8	8	151	147
Feira Grande	2.525	14.243	517	501	53	76	1.508	1.670
G. do Ponciano	2.404	31.546	681	1.178	60	59	929	1.748
Lagoa da Canoa	1.444	6.331	354	368	55	59	676	727
Lim. De Anadia	1.808	15.610	311	415	22	21	679	801
Taquarana	2.085	14.278	173	234	147	159	788	737
REGIÃO FUMAG.	16.213	128.870	3.472	4.501	416	479	6.732	9.286

Fonte: IBGE/Censo agropecuário, 1998.

A região fumageira, com sua estrutura minifundiária, promove uma degradação ambiental consistente, perversa e continuada de seus recursos naturais, por práticas agrícolas que degradam o solo, pela contaminação do lençol freático por adubos, agrotóxicos..., pelo traçado e conservação de estradas e edificações, por lixões, pelo desmatamento de áreas com declive superior a 45° e das matas ciliares. A cobertura vegetal nativa, nessa região, é insignificante em termos de área,

contudo existem “capões de mato” em áreas de nascentes d’água. Segundo o professor da UFAL – Universidade Federal de Alagoas, José Santino, 49 municípios alagoanos estão em processo de desertificação e os municípios de Arapiraca, Limoeiro de Anadia e Taquarana são municípios limítrofes (SILVA,2005:A-17).

Com o sentido de minorar esses males da prática agrícola, as Prefeituras Municipais (Secretarias de Agricultura) participaram, por quatro anos (1996 a 1999), do Plano de Assistência Técnica¹⁹ para a Cultura do Fumo. Foram feitas diversas capacitações, entre as quais: práticas de conservação e usos dos solos para controle da degradação ambiental e recomendações de agrotóxicos, com repasse subsidiado pelas Agroquímicas de 1200 conjuntos de EPI – equipamento de proteção individual. Essas práticas têm como finalidade mitigar os danos ambientais.

Fotografia 3: Dia de campo – Cuidados om o uso de agrotóxicos.



Fonte: SEAGRI,1999.

Nos municípios da região fumageira, o impacto ambiental negativo é enorme, visto que são comuns esgotos – sólidos suspensos e dissolvidos, matéria orgânica e inorgânica, nutrientes, óleos e graxas, microrganismos patogênicos, substâncias químicas, águas servidas a céu aberto e carreados direto para os lençóis aquíferos superficiais e subterrâneos, erosões dos solos pelas atividades agropecuárias e vias de acesso. O município de Arapiraca representa bem essa

¹⁹ Participaram do Plano, as prefeituras municipais de Arapiraca, Coité do Nóia, Craíbas, Feira Grande, Junqueiro, Lagoa da Canoa, Limoeiro de Anadia, Porto Real do Colégio e Taquarana, em conjunto com empresas (Novartis Agro, Bayer S/A, Hokko S/A), Associação Profissional da Indústria do Fumo, UFRPE - Universidade federal Rural de Pernambuco, UFAL, COOPERAL, Sindicatos Patronal e dos Trabalhadores Rurais, EPEAL – Empresa de Pesquisa Agropecuária do Estado de Alagoas e EMATER/AL – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Alagoas. Tendo a EMATER/AL como executora das atividades previstas no sistema de produção do fumo. Todos municípios cultivam o fumo (ARAÚJO^b, 2004).

situação caótica, todavia também existem, e são comuns, numerosas instalações sanitárias para uso humano na zona rural. Um elemento de controle da poluição.

Os sistemas de abastecimento de água são importantes pelo elevado teor social, no entanto, no planejamento, execução e uso destes sistemas, ainda não há qualquer procedimento com respeito à proteção ao meio ambiente – degradação da biodiversidade biótica e abiótica, alteração do fluxo dos corpos d'água, extinção de ecossistemas naturais, etc, são intervenções que foram feitas algumas há bastante tempo, como a Adutora do Morro do Gás na margem do Rio São Francisco, São Brás/Alagoas. Ainda hoje não há qualquer procedimento no sentido de mitigar esses danos ambientais, e continuam ocorrendo sem nenhum controle e fiscalizações dos órgãos responsáveis, em especial do IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis e IMA – Instituto do Meio Ambiente.

2.7.....Região fumageira: SERVIÇOS AGROPECUÁRIOS

Nessa região, a área minifundiária e a policultora passaram a receber atenção do governo estadual nas décadas de 60/70 e, em Arapiraca (em fins de 1960), instala-se uma Estação Experimental²⁰ de pesquisa agrícola e uma unidade da ANCAR-PE²¹ – Associação Nordestina de Crédito Rural, empresa de assistência técnica. Essa Estação Experimental atualmente se encontra ocupada pelo MST – Movimento dos Sem Terra e toda produção científica comprometida, pois a atividade de pesquisa nessa unidade está parada há pelos três anos.

Esse serviço feito pela SEAGRI aos agricultores e suas famílias é de forma precária na região fumageira e nas outras regiões do estado, por insuficiência de recursos financeiros para investimentos, custeio da máquina operacional, remuneração dos recursos humanos, programa de capacitação continuada de seus funcionários, especialmente os técnicos, por desvio de funções e quase nenhuma contratação de pessoal técnico nos últimos 15 anos. Atualmente, outras empresas

²⁰ Fundação FITPAL – Instituto de Tecnologia e Pesquisa de Alagoas (Estação Experimental), criado nos anos de 1960 e, em 1975 é transformado em EPEAL. Hoje é a SEAGRI – Secretaria Executiva de Agricultura, Irrigação, Pesca e Abastecimento quem faz os serviços de pesquisa (VASCONCELOS FILHO,2004).

²¹ Nos anos 60, a assistência técnica instala-se no município através da ANCAR-PE, no final dos anos 60, instala-se em Alagoas, ANCAR-AL , e em 1975, esta é transformada em empresa pública de direito privado, denominada EMATER/AL. Atualmente este serviço é feito pela SEAGRI, que tem assumido o papel de executor da política de Extensão Rural no Estado (OLIVEIRA⁹,2004).

de assistência técnica (elaboração de projetos e orientação técnica) se fazem presentes nessa região, entre elas: COOPTAL – Cooperativa dos Profissionais Técnicos em Agropecuária de Alagoas Ltda, Mandacaru, Plantes, PRORURAL – Planejamento e Projetos Rurais.

Em 1977, o Governo Federal, através do POLONORDESTE – Programa de Desenvolvimento de Áreas Integradas do Nordeste, objetivando eliminar as desigualdades sociais e regionais, elaborado pela SUDENE – Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste e OEA – Organização dos Estados Americanos, com recursos do Banco Mundial, interveio nessa região agrestina e fumageira de forte dinâmica econômica e estrutura minifundiária, com uma cultura (fumo) de penetração no mercado mundial. A partir de uma definição de um público-meta forjado nos pequenos agricultores e na distribuição espacial dos serviços, criar áreas de desenvolvimento estrategicamente localizadas pelo território nordestino, proporcionando redução do fluxo migratório e incremento da produtividade das culturas alimentares e outras de importância como fumo e algodão, por meio da promoção de atividades agropecuárias e organizacionais: pesquisa, crédito rural, assistência técnica e extensão rural, armazenagem, irrigação, capacitação e estradas vicinais apoiados pelos PDRIs – Projetos de Desenvolvimento Rural Integrados. O objetivo esperado era de melhorar as condições de baixa produtividade agrícola e a pobreza social.

Esse projeto foi importante, mudou pois, alguns hábitos dos agricultores, incluindo a participação popular, via cooperativa CAPIAL. O POLONORDESTE investiu vigorosamente no cooperativismo, por meio da reestruturação da CAPIAL e o serviço de Extensão Rural (EMATER/AL) articulava as atividades agropecuárias, gerenciais e organizacionais com os agricultores e outras instituições. A CAPIAL registrava que 80% dos seus cooperados se situam até 10 hectares e chegou a possuir 3.879 sócios, em 1987. Ainda assim, a ação do POLONORDESTE limitou-se ao crédito rural, assistência técnica, extensão rural e cooperativismo.

Nos anos 80, com a transição para o regime democrático, vive-se um momento de reavaliação de todas as políticas de desenvolvimento regional. E a catástrofe natural (seca), ocorrida em 1983, mais uma vez, expõe a vulnerabilidade da região nordestina. Os diagnósticos feitos efetivavam as desigualdades sociais e econômicas, mostrando que não era a catástrofe natural o problema, mas a pobreza – em muitos casos a miséria – da maioria da população.

Programas e projetos, neste país, mudam com o governo do dia. O POLONORDESTE cumpria o papel estabelecido, no entanto sem avaliações satisfatórias, esvaziou-se o POLONORDESTE. Surge o Projeto NORDESTE (1985) com seus programas setoriais²², que também tinha como referência melhorar a qualidade de vida de dois milhões de famílias de pequenos agricultores, em 15 anos. Carvalho (2002:40-41) relata sua visão sobre o Projeto NORDESTE:

a) a definição de um projeto geral centrado na erradicação da pobreza absoluta na região; b) uma inversão na ordem das linhas de intervenção modernizadora, isto é, a política agrária (reestruturação fundiária) antecedendo as políticas agrícolas; c) abrangência em todo o Nordeste rural dessas intervenções estatais e não só os pólos de desenvolvimento selecionados a partir de critérios econômicos (como foi o POLONORDESTE); d) que o público meta da ação modernizadora do programa seria essencialmente o pequeno produtor rural; e) estimular a participação, mobilização e organização dos beneficiários e as formas de propriedade alternativa: comunitária ou empresas multi-familiares.

O Projeto NORDESTE fez um atendimento precário e o insucesso estava caracterizado; a boa idéia de planejamento regional portanto, torna-se um fracasso na execução.

E, em 1995, sob pressão das representações dos agricultores (as) familiares, o governo federal cria o PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – como uma estratégia de promoção do desenvolvimento agropecuário e rural. No entanto, este programa, baseado só em metas quantitativas, não tem atendido às reivindicações dos agricultores (as), falta-lhe discussão pública. Entre tantas outras razões para o insucesso, sobressai o baixo limite da renda bruta prevista, imposto pelo normativo do Manual de Crédito Rural (BLUM, 2001:62):

A renda familiar bruta prevista não pode ultrapassar a R\$ 27.500,00, com rebate de 50% para atividades de avicultura, piscicultura, suinocultura e sericultura. Essa renda deverá ser de 80% proveniente da exploração agrícola.

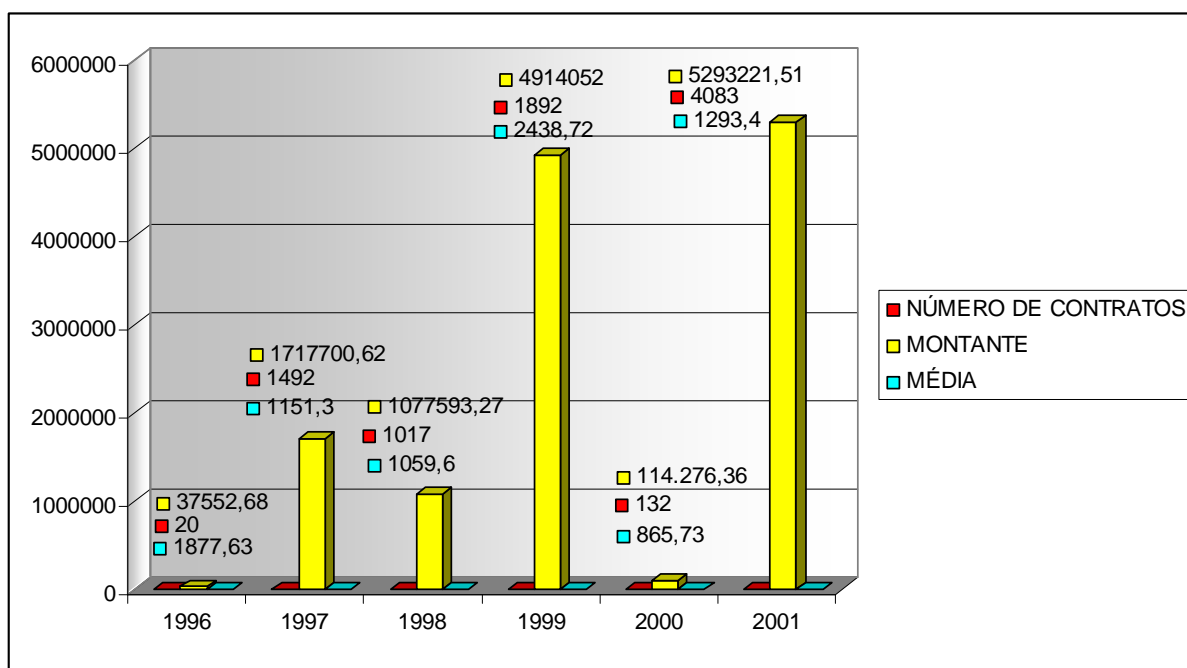
“Ainda que não tenha atingido sua meta de ser um programa massivo para a maioria dos agricultores familiares, o PRONAF pode ser visto como um poderoso

²² Programa de Apoio aos Negócios Rurais não-Agrícolas, Irrigação, Educação Básica Rural, Ações Básicas de Saúde no Meio Rural, Saneamento Básico Rural e o PAPP – Programa de Apoio ao Pequeno Produtor. O PAPP visava ao acesso à água, crédito rural, acesso à tecnologia adaptada, acesso aos mercados, via organização e desenvolvimento comunitário; e, inclusive, acesso à terra através do PDSFN – Programa de Desenvolvimento do Sistema Fundiário Nacional (CARVALHO, 2002).

instrumento de crédito, para a manutenção do principal elemento da dinâmica econômica da área fumageira: a pequena propriedade familiar, policultora, que serve de base para a diversificação das atividades produtivas, das quais depende a Região Fumageira como área diferenciada, numa região dominada pelo latifúndio, monocultura e trabalho servil” (CARVALHO, 2002:49).

O Banco do Nordeste do Brasil S/A e o Banco do Brasil S/A estão presentes na região fumageira em operações de custeio e investimento. Apresenta limitações de toda ordem, enfim, não atende a demanda dos agricultores e agricultoras, sendo insuficiente, especialmente para o segmento da agricultura familiar. A baixa disponibilidade de crédito, conforme gráfico 3, referenda que, em uma região de aproximadamente 27 mil agricultores familiares, só 8.516 operações com recursos do PRONAF foram contratadas por esses agentes. Na verdade, além do número de contratos ser baixo, muito desses agricultores renovaram esses contratos.

Gráfico 3: Região Fumageira: PRONAF Investimentos



Fonte: MDA/FAO (2001) *apud* Carvalho (2002); adaptação do Autor

Essa baixa disponibilidade de crédito corre tal qual o relato do deputado Pierre-Samuel Gendron, 1868, região de Quebec, Canadá: “já não basta que o agricultor, por falta de conhecimento agrícola, consiga retirar de suas terras apenas magros recursos, é preciso ainda, para assegurar a sua perda, que ela caia nas

mãos ávidas de homens cujo o apego ao ganho os leva a fazer especulações desonestas. Como pode o agricultor pagar 10,15 ou 20% de juros àqueles que se aproveitam das fases ruins nos negócios, para lhe fazer empréstimos a taxas exorbitantes? A chaga da usura que corrói a nossa agricultura é (...) uma das causas que forçam os habitantes a abandonar o campo que ele fertilizou com seu suor e a tomar a estrada em direção aos Estados Unidos” (ROBY,2001:20).

A Chaga da usura ocorre também com os agropecuaristas familiares da região fumageira de Arapiraca, Alagoas, que devido à insuficiência de financiamentos contratados pelos agentes bancários, em especial os federais, levam os agropecuaristas recorrerem ao capital da usura, para fazer seus cultivos. Além dessa insuficiência, os custos de produção são subvalorizados, inclusive com a exclusão da remuneração dos fatores de produção. Com esse tipo de política pública que valoriza a meta e solapa a discussão pública, a precarização da vida dos agropecuaristas e suas famílias estão na ordem do dia. Haja êxodo agrícola e rural. Haja precarização também da vida urbana.

3.....Histórias de Cooperação e Cooperativismo: A CAMINHO da consciência solidária.

3.1.....Por caminhos SOLIDÁRIOS.

A arte de cooperar está presente no modo de vida humano desde os tempos do homem coletor. Nesse sentido, a história tem nos mostrado que o espírito da cooperação está presente em todas as sociedades, desde as primitivas até as sociedades pós – industriais. Estudos dão conta de que, na Armênia, as mulheres se reuniam para fabricar queijos, utilizando-se, por vez, a casa de uma delas, um sistema de cooperação que visava a economizar o escasso combustível. Na Babilônia, conheciam-se formas de cooperação parecidas com as associações de arrendamento de terras. Os romanos se utilizam do espírito associativo comunal para criarem o gado, para explorarem a floresta, promovendo assim a economia coletiva. Entre os germânicos, a rotina agrária através das associações de irrigação, de exploração de florestas entre outras, evoluiu em bases cooperativas. Na região dos Alpes suíços, há vestígios de conduta dos criadores de gado sob a forma de cooperação quando da transformação do leite em outros produtos. As associações de fabricantes de queijo na região de Jura e da Savoie, França, são consideradas as mais antigas associações de caráter cooperativo.

Na Rússia do século XIV, havia associações de trabalho de agricultores, pescadores etc. No segundo quartel de século XVI, movimentos sebastianistas portugueses promovem, no Brasil, o conteúdo cooperativo.

Uma experiência de quase 100 anos (1600-1695) praticada principalmente por escravos da República de Palmares (especialmente os líderes Canga Zumba e Zumbi), hoje parte do Estado de Alagoas, implementava “a solidariedade e a democracia através do uso da terra como propriedade coletiva” (PINHO,2004:15). Ainda no século XVII e século XVIII, as reduções jesuíticas – Sete Povos das Missões – no Brasil, Paraguai e Argentina, realizam experiências associacionistas com a criação de um Estado Cooperativo na extensa área de abrangência dessas reduções – República Comunista Cristã dos Guaranis.

Robert Owen, no começo de século XIX, teve uma experiência importante ao ser sócio de uma indústria de tecelagem em New Lanarck, Escócia, suas

inovações iam desde redução das horas trabalhadas por dia de 17 para 10 horas, alojamentos saudáveis, acesso aos artigos de consumo familiar, proibiu o trabalho de crianças e promoveu educação gratuita para elas. Empresa satisfeita foi um sucesso. A partir daí, Owen tirou a idéia da cabeça e criou em New Lanarck uma colônia que, fundamentada na propriedade coletiva, funcionou como um tipo de cooperativa integral. Essa comunidade funcionou e “obteve belos resultados” (MLADENATZ,2003:37); no entanto, desfez-se dela em 1929 e partiu para a América. Implantou em “New Harmony” no estado de Indiana, em 1º de maio de 1825, esse projeto, depois no México e na Inglaterra, sem sucesso.

Charles Fourier, por volta da primeira metade de 1800, também incomodado com os males sociais, implementou um projeto chamado de Falanstério. Esse projeto consistia em instalar uma colônia comum em uma área de 2000 hectares, onde “viveriam 1,5 mil de pessoas em regime comunitário” (PINHO,2004:193). A propriedade individual mantida, e explorada pela atividade agrícola. Os membros de todas as classes sociais viviam num prédio central – palácio social – e na circunvizinhança as oficinas de trabalho, salas de jogos, biblioteca, etc. O modo de vida é coletivo, contudo a maneira de vivê-lo é segundo suas posses. Importantes experiências fourieristas, entre os anos de 1840 e 1895, são implantadas no Paraná – Colônia Cecília, Colônia Tereza Cristina – e Santa Catarina – Vila da Glória, Colônia Belga.

Doutor William King, no início do segundo quartel de 1800, fundou a primeira cooperativa de consumo em Brighton, a Associação Cooperativa de Troca. Nesse período, publicou a revista mensal, *The cooperador*, com artigos “dedicado a expor sistematicamente os princípios do cooperativismo” (SINGER,2002:28). King acreditava que o processo de auto-ajuda é fundamental para possibilitar que a cooperativa possa dar independência aos que participam da vida associativa; uma cooperativa com base fortemente cristã.

Na contra mão do que acontecia, principalmente na Europa, o Brasil de 1824 proibia, através de sua Constituição (art.179, parágrafo 25), qualquer tentativa associacionista (PINHO,2004:17).

Embalado por seus sonhos, Robert Owen cria, em Londres de 1835, uma associação de caráter internacional, a Associação de todas as classes de todas as nações, que tinha como finalidade praticar “uma transformação completa do caráter dos homens e de suas relações entre si, só pode ser conseguida pelos meios

pacíficos e pelo uso da razão (*peaceable and by reason alone*)” (MLADENATZ, 2003: 42).

3.2.....OS 28 Tecelões de Rochdale: a SOCIEDADE DOS PROBOS PIONEIROS.

Em fins de 1843, a indústria da flanela em Rochdale, Lancashire, Inglaterra estava em plena prosperidade e os tecelões mal remunerados acharam a ocasião oportuna, para reivindicar aumento de salário, ao que foram surpreendidos com a atitude dos industriais em negarem o aumento e de alguns que preferiram fechar suas fábricas. Os tecelões – eram teetotallers, cartistas e socialistas – como não conseguiram o que desejavam, então resolveram unir-se, criaram um comitê com o intento de estudar a melhor solução para aquele impasse. De modo que teve início a discussão e, segundo o historiador e contemporâneo dos Pioneiros de Rochdale, Holyoake, propôs-se a indagação: *“quaes são os meios mais efficazes para melhorar a situação do povo”* (HOLYOAKE, 2003:22).

Os Teetotallers, membros de sociedade organizada para combater o alcoolismo, enfatizavam que era melhor deixar de beber e assim prover o sustento da família, os cartistas se colocavam pelo sufrágio universal, para modificar a Carta do Parlamento. Era uma boa idéia, contudo de demorada execução; e os socialistas, baseados nos ideais de Robert Owen, argumentaram que a união em torno de uma ação conjunta era o melhor caminho naquele momento. Consideraram-se como capitalistas sem dinheiro e decidiram então, mediante a ajuda mútua (*self-help*), prover o que lhe faltava.

Criaram um *“projecto para abrir um armazem cooperativo de consumo”* (Op.cit.:24). Esses 28 tecelões, Pioneiros da Rochdale, estabeleceram as bases dessa sociedade para levar à prática os seguintes projetos (Idem.:24-89):

Abrir um armazem para a venda de comestíveis, roupa etc.

Comprar ou construir casas para os membros que desejem ajudar-se mutuamente, com o fim de melhorar o seu proprio estado domestico e social.

Iniciar a fabricação dois artigos que a sociedade julgar conveniente para proporcionar trabalho aos membros que não tiverem occupação ou que estiverem sujeitos a continuas reducções nos seus salarios.

Adquirir ou arrendar campos para serem cutivados pelos membros desoccupados ou por aquelles cujo trabalho não receba a devida remuneração.

Admissão de socios. – cada pessoa que deseja fazer parte da sociedade apresenta um pedido com a firma de dois socios. Verificados o nome, profissão e domicilio do

solicitante, este, em pessoa, nas vespéras da assembleia geral, na qual se trará da sua admissão, é admittido na sala da reunião. Allí, reaffirma o seu proposito de adquirir cinco acções de 1 libra cada uma e de respeitar os regulamentos da Sociedade. Em seguida, faz um deposito de 1 shilling e compra um exemplar dos estatutos. A assembleia geral se pronuncia, depois, por maioria, sobre a admissão ou recusa do pedido.

Distribuição dos lucros. – A divisão dos lucros se effectua trimestralmente, depois de ter descontado: 1.º – as despesas de administração; 2.º – os juros correspondentes ás obrigações; 3.º – a percentagem de depreciação das mercadorias inventariadas; 4.º- os juros do capital social; 5.º- a quota de reserva para o augmento de capital destinado á extensão das operações. Dois e meio por cento do que fica depois dos descontos acima, devem empregar-se em fins da educação geral. Foi essa regra de ouro que lhe deu tanto valor, que lhe conquistou a symphatia de tantos amigos e lhe angariou fama universal.

Cada socio tem o direito de exprimir as suas convicções e os seus sentimentos sobre qualquer assumpto, sempre que o faça com oportunidade e em termos convenientes; todos os assumptos são legitimos, quando se expõem convenientemente.

Um dos principios fundamentaes que resolveram adoptar para os seus negocios, foi a de realizal-os a dinheiro, unanimes partidarios da venda e compra a dinheiro; e nunca se desviaram dessa norma de conducta. E a quota de dois pence por semana foi elevada para tres. O capital, finalmente, ascendeu á enorme somma de 28 libras e, com esta somma, inaugurou-se um novo mundo! Nenhum socio pode possuir menos de cinco acções nem mais de 149 acções.

Medidas de ordem. – Todas as controversias se resolvem: 1.º - pelos directores; 2.º - pela assembleia geral; 3.º - pela commissão dos arbitros.

Nossas operações se realizam em pleno dia; não pretendemos vender mais barato do que os demais, nosso unico proposito é o de vender lealmente”. “Para não nos arriscarmos, nossas vendas devem deixar lucro.

Logo que seja possivel, a Sociedade procederá á organização das forças da produção, da distribuição, da educação e do seu proprio governo; ou, em outros termos, estabelecerá uma colonia indigena, na qual os interesses serão unidos e communs. A sociedade auxiliará as demais sociedades cooperativas a fundar outras colonias semelhantes.

Com o fim de propagar a sobriedade, a Sociedade estabelecerá numa de suas casas um salão de temperança.

E na noite de 21 de dezembro de 1844, o armazém cooperativo de consumo denominado Rochdale Society of Equitable Pioneers estava aberto e situado em Toad Lane – travessa do sapo – distrito de Lancashire, Inglaterra.

Fotografia 4: vista parcial sede do armazém cooperativo de Rochdale



Fonte: Capa do livro: Os 28 tecelões de Rochdale. Holyoake,2003.

A Rochdale Society of Equitable Pioneers elegia semestralmente um presidente, um tesoureiro, um secretário, que juntamente com três administradores, cinco diretores e diversos fiscais dirigem a Sociedade. E estabelece que *“pelo prejuízo causado á Sociedade com a ausencia de um administrador ou de um director nas reuniões da Comissão, estabelece-se uma multa de seis pence”* (HOLYOAKE,2003:39)

Animados, os Probos Pioneiros de Rochdale também viram suas mulheres participarem ativamente desse movimento com entusiasmo, fé e orgulhosas por pagarem suas compras à vista. *“A adesão da mulher ao movimento cooperativista tem enorme importancia, pois que, si a mulher não se associa com amor a um movimento semelhante, o exito tem de ser muito limitado”* (Op.cit.:30).

No entanto, *“o exíguo capital social os obrigava a fazer aquisições em pequenas quantidades, com prejuízo do preço e da qualidade das mercadorias”* (Idem.:28). Nesse sentido, era importante entender que *“para serem bons cooperadores era mister que se submettessem a fazer algum sacrificio, pelo menos por algum tempo”* (Ibidem:29).

Outro ponto importante da discussão diz respeito aos cooperados que faziam suas compras fora do armazém cooperativo. Então, *“James Daly, secretario, propoz que se devolvesse o capital aos socios que effectuavam suas compras fora do armazem cooperativo”* ; e Charles Howarth argumentou a favor da liberdade

individual, *"preferia renunciar a todas as suas vantagens, si, para conseguil-as, se tivesse de attendar contra o principio da liberdade"*. James Daly teve sua proposta recusada. De modo que, *"entre esses fieis cooperadores, o amor aos principios sempre prevaleceu"* (Ibidem.:30).

Em 1845, a sociedade abria suas portas cinco dias da semana e por mais horas por dia. Tinha 80 cooperados e possuía um capital 201 libras, 10 shilling, 9 pence. Atualmente conta com "30.000 associados" (LIMA *et al.*, 2003:37). A sociedade realizava o princípio da distribuição de lucros, fundamentada em proporção às compras realizadas e não em proporção ao capital, este foi um dos grandes méritos dessa Sociedade. *"Este systema tinha a vantagem de permittir a formação de um capital social, coisa de não pequena importância para homens que tinham a intenção de reformar o mundo"* (HOLYOAKE, 2003:33). O Sr. William Chamonix, em um discurso sobre o cooperativismo: *"sem o principio da accumulção dos lucros, a cooperação fica reduzida a algo insignificante"* (Op.cit.:34). O quartel de anos que antecedeu a sociedade Rochdale Society of Equitable Pioneers foram anos insignificantes do cooperativismo, em virtude de sociedades que *"fracassaram por ter permittido o pernicioso systema de credito"* (Idem.:37), Rochdale Society of Equitable Pioneers é um sucesso.

Em 1863, outro era, já, o estado de coisas. Nesta data, o Reino Unido *"contava 500 armazens cooperativos. Fundando-se, por um lado, taes dados e tendo, além disso, o exemplo flagrante das relações entre o armazem central de Rochdale e suas succursaes,..."* (Ibidem.:79).

A seguir, os Probos Pioneiros fundaram a sociedade CWS – Cooperative Wholesale Society –, um grande negócio atacadista e manufatureiro, reunindo as pequenas lojas e oficinas de atividades múltiplas em um varejo integrado (PINHO, 2004:262), presente na Inglaterra, Escócia e Irlanda.

Ao par do que acontecia em Rochdale, Inglaterra, também acontecia na Alemanha de 1849. Um entusiasta da cooperação, Hermann Schulze-Delitzsch (1808-1883), cria, na cidade de Delitzsch, instituições baseadas no princípio da auto-ajuda, a primeira delas: uma caixa de socorro para os casos de doença e de óbito, *"em que os direitos dos membros na assembléia geral eram iguais"* (MLADENATZ, 2003: 102); e, segunda: uma associação de marceneiros para o abastecimento de matérias-primas, *"com base na responsabilidade solidária dos membros"* (Op.cit.:102).

As cooperativas modelo Schulze-Delitzsch têm como norte: a “porta estava sempre aberta a pessoas de valor, necessitadas de empréstimos, sem distinção de profissão ou classe” (SINGER, 2002: 62).

Nessa mesma época, Friedrich Wilhelm Raiffeisen (1818-1888), no inverno de 1847-48, devido a uma situação de penúria que vivia sua região, organizou uma padaria que conseguia vender, com preços diferenciados, pão para o pobre e para o rico e ainda reduziu o preço na região. Essa experiência fez com que junto com uns 60 moradores ricos fundasse a Sociedade Beneficente da Flammersfeld, para ajudar os agricultores necessitados. Essa sociedade “voltava-se contra o comércio usurário de gado” (MLADENATZ,2003:110).

Mas, foi com o êxito da cooperativa de Heddesdorf,1854, que Raiffeisen ampliou essa iniciativa a outras localidades, com o propósito de atender os agricultores. As cooperativas modelo Raifeissen baseia-se “no princípio cristão do amor ao próximo” (PINHO, 2004: 269). No Brasil, o Estado do Rio Grande do Sul é um importante centro de cooperativas de crédito modelo Raiffeisen²³.

O movimento cooperativo continua a estimular idealistas e realizadores e, na Itália, surgem nomes, como Leone Wollemborg (1859-1932) e Luigi Luzzatti (1841-1927). Luzzatti cria os bancos populares modelo Schulze-Delitzsch entre 1864-65, em Lodi e Milão. Enfatizava “o banco popular, mesmo se ele tem sua sede na cidade, não deve negligenciar as necessidades da população agrícola” (MLADENATZ,2003:131).

Para Luzzatti, o banco popular fazia sucesso, porque oferecia seus serviços gratuitamente, variedade de capitais e ao princípio de “um homem, um voto” (ROBY,2001:38).

Estava em alta os princípios morais pregados pelos cooperativistas e, entre eles, a auto ajuda. A auto ajuda também foi uma das ferramentas importantes no processo de cooperação desenvolvido por Antônio Conselheiro (1874-1876), ao fixar-se no Arraial de Canudos, Monte Santo, Estado da Bahia, onde “construiu uma cidade santa’ baseada no ‘cooperativismo²⁴ comunitário integral” (PINHO,2004:17).

²³ Em Nova Petrópolis,RS comemorou-se (2002) o centenário do cooperativismo de crédito modelo Raiffeisen, fundada pelo padre suíço Theodor Amstad (Idem.:60).

²⁴ Foi acontecimento nos anos de 1910 a 1916, na região sul do Brasil, que viveu, tal qual, a “cidade santa” (arraial de Canudos, Bahia), os efeitos de um movimento messiânico conhecido como Contestado, que também praticava algumas “idéias do cooperativismo comunitário integral”, sob o comando do monge João Maria de Castro Agostinho (Idem.:23).

O Brasil vivia um momento ímpar, a República começava a dar sinais de vida; esse era o ambiente institucional de 1889. Portanto favorável a novas atitudes. No ano em curso, o senhor Santana Nery é o primeiro brasileiro a ir à França, participar de um Congresso de Cooperativas. Mas é, em 27 de outubro de 1889, há pouco dias do novo regime (República), que Ouro Preto, no Estado de Minas Gerais, cria a primeira cooperativa sob a influência dos Pioneiros de Rochdale: a Sociedade Cooperativa Econômica dos Funcionários Públicos de Ouro Preto.

O novo governo também avançou, ao sancionar na Legislação Republicana de 1891, o art.72, parágrafo 8: ao proclamar “o direito de associação dos trabalhadores em sindicatos e cooperativas”(Op.cit.:20); era resposta do novo regime à Constituição de 1824 (que proibia o associacionismo). Essa longínqua idéia de cooperação, motor do movimento cooperativista, está nas relações humanas de forma tão forte que as cooperativas resolveram perpetuá-la, quando da criação da ACI²⁵ – Aliança Cooperativa Internacional,1895, Londres. E tem os Princípios de Rochdale como norte orientador.

Milhões de pessoas, no mundo inteiro, saem todos os dias, do campo, em direção, especialmente, às cidades grandes. Na região de Quebec, Canadá, começo do século XX, Alphonse Desjardins, depois de presenciar tanto essa migração efetivada pela prática da usura, fez esse comentário:” [Os] empréstimos usurários, salienta Desjardins, da mesma forma que os abusos do crédito, ou ainda do crédito improdutivo, assim como a avidez crescente dos agiotas, expulsaram centenas de pessoas, para não dizer milhares, dos nossos pobres agricultores do patrimônio familiar e obrigaram-nos a buscar uma existência penosa nos centros urbanos, enquanto milhares atravessam a fronteira, para se estabelecer no exterior, em detrimento da sua própria pátria” (ROBY,2001:32). Em Lévis, 23 de janeiro de 1901, abrem-se as portas da primeira Caixa Popular de uma série de 206, em 1920. Mas, só em 24 de janeiro de 1964, o Brasil constituiu a primeira cooperativa Desjardins da Amazônia, denominada Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo.

Esses eventos contribuíram para que o cooperativismo irradiasse mundo a fora muito, rapidamente. Mas, só em 15 de janeiro de 1907, o governo brasileiro, através do decreto 1.637 (primeira Lei Orgânica), anuncia: “as cooperativas podem

²⁵ Em 1960, foi criada a OCA – Organização das Cooperativas da América. Essa entidade é a responsável pela articulação entre as cooperativas nas Américas, sua sede é em Bogotá, Colômbia (Ibidem.:23).

ser formadas sob a forma sociedades anônimas, em nome coletivo ou em comandita” (PINHO,2004:22). Ainda em 1907, o decreto 22.239/32 dá prioridade às regras dos Pioneiros de Rochdale no perfil das cooperativas. Essa Lei é um marco na legislação cooperativista do Brasil.

Desde 1907, está em atividade a Cooperativa de Crédito modelo Luzzatti do Brasil, fundada pelo padre Teodor Amstad, Lajeado, Estado do Rio Grande do Sul. O movimento modelo Luzzatti avançou para o sudeste; e, em 1919, em Franca, São Paulo, fundou a primeira Cooperativa de Crédito deste modelo. Chegou ao Acre e em Rio Branco,1924, tomou forma a primeira Cooperativa de Crédito modelo Luzzatti. Seguiu também para o nordeste; e, no Estado Alagoas, começou a funcionar com o nome de Banco Central de Crédito Agrícola de Alagoas, em 05 de julho de 1927, uma cooperativa de 1º modelo Luzzatti. No ano seguinte, no Estado da Paraíba, operacionalizou a Cooperativa de Crédito de 1º, em João Pessoa. O sucesso do modelo Luzzatti, chegou à cidade de Belo Horizonte (1929), Minas Gerais, onde se instalou com a denominação de Banco Central de Minas Gerais. Mas é em São Paulo, São Paulo, que uma cooperativa de 2º modelo Luzzatti, começou a funcionar com o nome de Banco Cooperativo Central do Estado de São Paulo, em 1943 (Op.cit.:22-31)

“A caixa de poupança é o cofrinho do pobre, que junta dinheiro para emprestar aos ricos; a cooperativa de crédito é o dinheiro do necessitado, que vai servir sempre ao necessitado”, essa é a máxima das cooperativas modelo Luzzatti (MLADENATZ, 2003: 130).

No mundo, estavam em alta as idéias cooperativistas. E o governo do Presidente Marechal Hermes da Fonseca, em 25 de outubro de 1911, assinou o decreto nº 9.070, que trata da autorização para criação de Associações Cooperativas de Mutualidade nas escolas de aprendizes e artífices do Brasil. Essas idéias contagiaram também Giovanni Rossi, então diretor da Estação Agronômica de Rio dos Cedros, em Blumenau, Santa Catarina (1914), que auxiliou na fundação da primeira cooperativa de consumo e exportação do Estado.

O governo brasileiro, sensível ao chamamento do movimento cooperativista mundial, sanciona a Lei 4.984 de 1925, que, em seu art. 40, regulamenta o funcionamento dos Bancos Luzzatti e das Caixas Rurais Raiffeisen. Em dezembro desse mesmo ano, o Estado do Rio Grande do Sul dá início à operacionalização da Central de Caixas Rurais Modelo Raiffeisen. Mais tarde, na cidade de Bragança,

Estado do Pará (1927), começa a funcionar a primeira cooperativa de crédito modelo Raiffeisen.

O nordeste brasileiro também operacionaliza cooperativas modelo Raiffeissen, como a Caixa Central Crédito Agrícola de 2º, do Estado da Paraíba, 1934. E, no ano de 1980, a Cooperativa Central de Crédito Rural do Rio Grande do Sul Ltda, modelo Raiffeisen, é chamada para “reorganizar o Sistema e assumir uma parte das funções do Estado no financiamento rural”(PINHO,2004:44).

Também nos EUA (1921 a 1945), o cooperativismo de crédito é assimilado como sendo um negócio que gera “bem-estar dos membros, não um negócio para lucros elevados” (BERGENGREN,2001:24). Essa afirmativa é perseguida por Edward A. Filene e Roy Frederick Bergengren ao elaborar esses objetivos: “1. Conseguir leis. 2. Organizar os necessários exemplares de cooperativa em cada estado, tão logo as leis fossem aprovadas. 3. Trazer o total das cooperativas de crédito ao ponto que 4. fosse possível organizar confederações estaduais auto sustentadas até que 5. uma associação nacional de cooperativas de crédito pudesse ser possível” (Op.cit.:38-39). O entusiasmo dos cooperativistas, com o aumento do número de cooperativas de crédito no país, incentivou a criação de uma entidade nacional, e, em 1935, a CUNA – Associação Nacional de Cooperativas de Crédito – é criada para atender os interesses do movimento e das cooperativas de crédito, face ao seu propósito principal, combater a usura.

O governo brasileiro continua implementando normas, incentivando atividades que resultem em geração de empregos e rendas para a sociedade e governo. Em 1926, o Ministério da Agricultura cria o SER – Serviço de Economia Rural, que tem como função: registro, controle, estatística e consultoria. E com o decreto 22.239/32 (primeira Lei cooperativista), datado de 19 de dezembro de 1932, assegurou às organizações cooperativas, “margem razoável certa de liberdade de constituição e de funcionamento” (PINHO,2004:27). Este decreto estava fundamentado na Doutrina Rochdaleana. Em 1934, a Constituição do Brasil assegurou a liberdade de associação e de sua não-dissolução, a não ser por sentença judicial. Mas foi em 1937, que a Carta Constitucional garantiu as liberdades de associação profissional ou sindical e a Carta de 1946 assegurou “o direito de greve” (Op.cit.:32).

O Estado de Alagoas continua sua marcha cooperativista e, em abril de 1939, é constituída a Cooperativa Central de Banguzeiros e Fornecedores da Cana

de Alagoas, sediada em Maceió. No município de Penedo, os agricultores também seguiram esse ritmo e abriram as portas da Cooperativa Agrícola Central de São Francisco, em 29 de junho de 1941.

O ano era de 1944, fazia, então, cem anos que os Pioneiros de Rochdale, haviam fundado a sociedade Rochdale Society of Equitable Pioneers. O movimento do Rochdale cresce no mundo ocidental, nesse sentido, não há livro, nem eventos sobre cooperativismo em que os ensinamentos dos Pioneiros de Rochdale deixe de ser comentado. Neste mesmo ano, realizou-se, na cidade de São Paulo, Brasil, o I Congresso Brasileiro de Cooperativismo. Em 1951, o entusiasta e estudioso do cooperativismo Valdiki Moura, em viagem a Londres, associa ABCOOP – Aliança Brasileira de Cooperativas à ACI.

Em meandros da década de 50, em Alagoas, o suíço-francês René Bertholet estabelece-se na Cooperativa de Colonização Agropecuária e Industrial Pindorama (área de 30.000 hectares e 1.160 cooperados), com o objetivo de minimizar a migração para as cidades. Atualmente essa cooperativa dispõe de parque agroindustrial: fábrica de sucos, beneficiamento de leite, destilaria de álcool, usina de açúcar, importante para o desenvolvimento sócio-econômico dos cooperados e suas famílias, para o município de Coruripe e para o Estado (LEITE JR, 2005:37). Ao tempo em que o norte da Espanha (1956), sob influência do padre José Maria Arizmendiarrreta, surge a Escola Profissional, logo a seguir vai se formar todo o complexo MCC – Mondragón Corporación Cooperativa, com sua característica básica, “não empregam assalariados” (SINGER,2002:98). Da educação às compras, as cooperativas prevalecem na vida cotidiana” (Op.cit.:104).

Ao longo de anos, sucessivas crises foram ocasionadas pelo aviltamento dos preços de fumo em corda na região fumageira de Arapiraca, Alagoas, Brasil. Esses eventos levou um grupos de agricultores (as), sob o comando do Professor Lourenço de Almeida, conhecido por suas convicções, a respeito dos valores e princípios cooperativistas de Rochdale, fundarem a primeira organização associativa de participação popular da região fumageira.

3.3..... A Cooperativa Agro-pecuária e Industrial de Arapiraca Limitada.

A então CAPIAL²⁶ nasce numa tarde ensolarada do dia 15 de dezembro de 1963, no Grupo Escolar Adriano Jorge, situado na Avenida Rio Branco, Arapiraca. Reuniram-se 255 homens e mulheres, agricultores, agricultoras e criadores dos municípios de Arapiraca, Craíbas, Limoeiro de Anadia, Lagoa da Canoa, Feira Grande e Girau do Ponciano e com a presença do Diretor de Assistência ao Cooperativismo, Francisco de Assis Gonçalves; e, sob aclamação dos presentes, Lourenço de Almeida²⁷ (Lourencinho), então presidente da comissão organizadora da cooperativa, assume a presidência da assembléia. E, por aclamação, foi eleito, presidente do Conselho do Administração

Fotografia 5: Vista parcial da Sede e Armazéns.



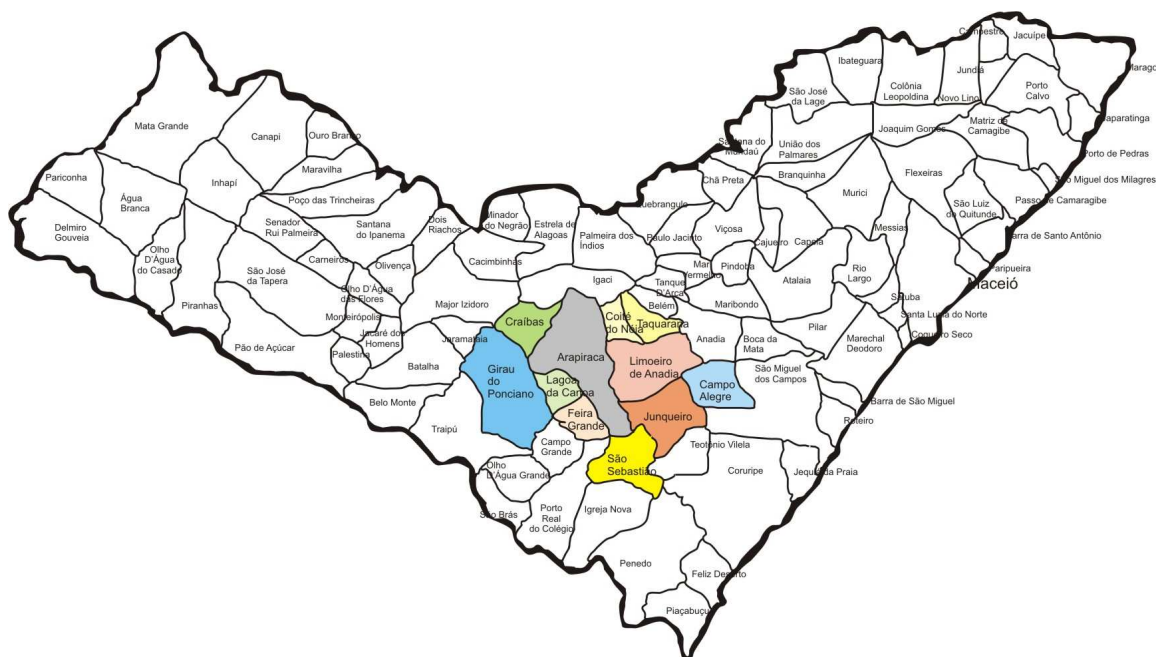
Fonte: Irmão,2004.

²⁶ A CAPIAL abriu suas portas para atender aos cooperados, em Arapiraca à Rua 15 de Novembro, 240, Centro. A cooperativa crescia e exigia espaço físico maior e melhor para o atendimento aos cooperados, daí estabelecesse na Rodovia AL 202. Km.02. É uma cooperativa singular do ramo agropecuário, segundo a classificação das OCB - Organizações das Cooperativas Brasileiras. Conforme o CNPJ - Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (número:12160537/0001-06). Tem como atividade econômica o atendimento aos cooperados, feito quando na compra por atacado de produtos agrícolas in natura e alimentação animal (IRMÃO,14/01/2004).

²⁷ Lourenço de Almeida foi o pioneiro do cooperativismo agrícola na região fumageira de Arapiraca, Alagoas. Foi também exímio contador, vereador combativo, folião participante de carnavais e idealista (GUEDES,1999:267).

E sua área de abrangência está posta no art.1º, inciso b, do modo que, os agricultores dos municípios, destacados no mapa 1, estão aptos para efeito de livre associação (CAPIAL, 1963).

Mapa 1: Mapa da área de atuação da CAPIAL.



Fonte: CAPIAL, 1963; adaptação do Autor.

Em sua área de atuação, a CAPIAL instala Postos de Revenda de insumos agropecuários e de artigos de uso doméstico e pessoal, em Craibas, Coité do Nória, Feira Grande, Girau do Ponciano, Limoeiro de Anadia e Taquarana, garantindo bom atendimento a seus cooperados perto de sua morada e de seu trabalho.

Em seu estatuto, o Art. 3º recomenda que “poderá ingressar na cooperativa, salvo se houver impossibilidade técnica de prestação de serviços, qualquer pessoa que se dedique às atividades agrícola, pecuária ou extrativa, por conta própria, em imóvel de sua propriedade ou ocupado por processo legítimo, dentro da área da ação da sociedade, que possa livremente dispor de si e de seus bens, que concorda com as disposições desse estatuto e que não pratique outra atividade que possa prejudicar ou colidir com os interesses e objetivos da entidade” (CAPIAL, 1963).

Desde sua fundação, (255 sócios) com Lourenço de Almeida, a CAPIAL se notabilizou pelo número crescente de cooperados. Na tentativa de assegurar mais

um mandato, Lourenço de Almeida, em 1976, tendo como concorrente Leônidas Correia de Oliveira, candidata-se. Um fato inusitado ocorre, Lourenço de Almeida o registra em sua chapa na condição de vice-presidente e ganha a eleição. Em 1977, renuncia o mandato e Leônidas Correia de Oliveira²⁸ começa sua gestão.

A cooperativa herda do mandato de 13 anos de Lourenço de Almeida títulos protestados, prateleiras com mercadorias vencidas e outras irregularidades. Leônidas Correia promove a operação acerto de contas, empresta à cooperativa capital suficiente para liquidar os débitos: títulos protestados, bancários. Restabelece o crédito na praça. E, com a COCANE – Cooperativa Central Agrícola do Nordeste (Recife/PE), as prateleiras da revenda voltam a ficar supridas de mercadorias (OLIVEIRA¹, 10/03/2004).

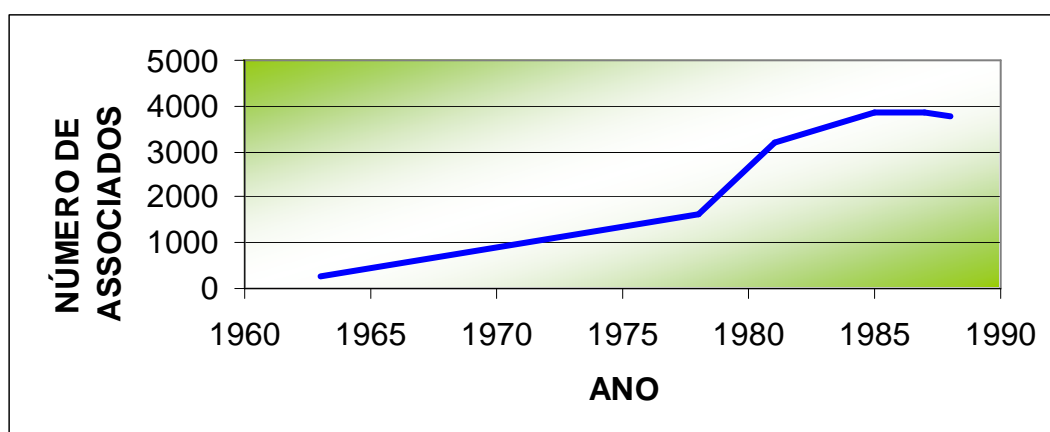
Conta com o apoio logístico do INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma agrária, na pessoa do senhor José Luís. Através desse apoio, contrata o contador José Aragão e a SEAGRI cede um veterinário e viabiliza recursos do POLONORDESTE, para a construção de prédios, aquisição de máquinas (patrós, tratores de esteiras e agrícolas) e outros itens (OLIVEIRA¹, 10/03/2004).

Nas gestões de Leônidas Correia de Oliveira (1977-1978) e Antônio Lima de Brito (1979-1983), a participação dos cooperados foi aumentando rápido e o número de cooperados que era de 1623, em 1978, atinge 3.879 cooperados na gestão de Antônio Lima. E a observância ao art. 46º, “as sobras líquidas apuradas no exercício, depois de deduzidas as taxas para os Fundos Indivisíveis, serão rateadas entre os associados, em partes diretamente proporcionais aos serviços usufruídos da cooperativa, no período, salvo deliberação diversa da Assembléia Geral” (CAPIAL,1963), é ponto de relevância da gestão de Antônio Lima destinar parte para o fundo de reserva inalienável e parte para o cooperado – distribuição de sobra líquida. No ano de 1979, essa sobra foi de CR\$ 5.569.489,21(cinco milhões, quinhentos e sessenta e nove mil, quatrocentos e oitenta e nove cruzeiros e vinte e um centavos) [CAPIAL,1979]. Essa primeira distribuição de sobra líquida gerou um clima de muita satisfação entre os cooperados e, conseqüentemente, impulsionou ainda mais o desenvolvimento da cooperativa e dessa região. A CAPIAL continua

²⁸ Nessa gestão também é importante ressaltar que as árvores encontradas ao longo do trecho – cidade de Campo Alegre (AL 220) até o trevo com a BR 101 - foram adquiridas na CAPIAL pelo Prefeito de Campo Alegre, Jorge Matias (OLIVEIRA¹,2004).

esse processo de distribuição de sobra líquida, no ano de 1980. E, no ano de 1981, atingiu a cifra de CR\$ 158.579.344,01 (cento e cinquenta e oito milhões, quinhentos e setenta e nove mil, trezentos e quarenta e quatro cruzeiros e um centavo) [CAPIAL,1981]. Os agricultores e suas famílias, com essas sobras, melhoraram sua condição de vida, compraram terras e outros bens materiais; inclusive o senhor Abelardo do Cavaco²⁹, adquiriu um caminhão F-4000, modelo do ano, fruto do recebimento dessa sobra líquida. O processo de distribuição de sobra líquida continua no ano de 1982, mas já não é ascendente.

Gráfico 4: Evolução do número de associados da CAPIAL.



Fonte: Irmão,2004; adaptação do Autor.

Os funcionários da EMATER/AL da região fumageira participam desse processo de desenvolvimento da prática cooperativista, promovendo reuniões, capacitações técnicas, elaborações de projetos e orientações técnicas aos sistemas de produções, principalmente o da cultura do fumo, foi uma parceria exitosa.

E Adelmo^c (11/04/2004) faz esse comentário sobre a CAPIAL: “posso afirmar, com bastante segurança, que, na época em que atuava na zona rural de Arapiraca, teve uma ascensão progressista bastante viável”.

Em 1982, Antonio Lima continua à frente da cooperativa, para mais um mandato. A CAPIAL está em plena fase de prosperidade, satisfação em toda região fumageira, contudo é também um período de muita agitação, as eleições municipais estão na ordem do dia, inclusive dentro da própria cooperativa com a possível candidatura de Antônio Lima a vice-prefeito, na chapa de Nascimento Leão. Os

²⁹ O personagem Abelardo de Oliveira dos Santos, conhecido por este alcunha por residir no bairro do Cavaco em Arapiraca, fumicultor e ativo repassador do produto fumo em corda para a cooperativa (SILVA^w, 10/03/2004).

governadores – Guilherme Palmeira e Theobaldo Barbosa e os Congressistas – Divado Suruagy e Nelson Costa participam ativamente desse processo e exigem da cooperativa sua participação na campanha eleitoral – Nascimento Leão e Severino Bananeira –, era a cobrança da dívida pelo Estado à CAPIAL. Perdem a eleição. Pós-eleições e durante quase todo o ano de 1983, o clima de insatisfação reinante estava incontrolável e começou afetar os negócios e a gestão administrativo-financeira da cooperativa; ao ponto da Assembléia Legislativa, conforme notícias publicadas pela Gazeta de Alagoas(13/05/83): “Cooperativa pode sofrer intervenção” (COOPERATIVA, 1983) e o Jornal de Hoje (13/05/83): “Deputados são favoráveis à intervenção na CAPIAL” (DEPUTADOS, 1983), quase aprovar uma CPI – Comissão Parlamentar de Inquérito, para escutar das pessoas as graves denúncias contra essa administração. Antônio Lima enfrenta pressões fortes vindas do Conselho Fiscal e do Governo, via SEAGRI. Descontente e pressionado, termina por renunciar, face às dificuldades de se sustentar no cargo, assume Osvaldo Silva Novais, ainda em 1983, uma vez que Leônidas Correia, que era o vice, tinha renunciado antes das eleições, por não concordar com essa intromissão política na cooperativa.

Procede-se nova eleição em março de 1984 e Osvaldo Silva Novais dá continuidade a sua gestão. Foi uma gestão tímida e a crise do fumo contribuiu decisivamente para aumentá-la. Nessa gestão, a CAPIAL começa a perder terreno por má administração – desmandos administrativos, descontrole sobre suas dívidas, rareamento de crédito bancário, desativação dos postos de revenda nos outros municípios e inicia-se a venda de patrimônio, para saldar compromissos. Contudo, as dívidas da cooperativa com fornecedores e agentes financeiros estavam sob controle e seu patrimônio ainda era grande em quantidade e valor monetário (OLIVEIRAⁱ, 10/03/2004).

Essa gestão suspende a operação de distribuição de sobras. Este fato arrefece o entusiasmo dos cooperados, estabiliza o número de cooperados indo de encontro à prática antes vigente. A cooperativa começa a sinalizar que terá dificuldades para fazer atendimento a seus cooperados.

Nesse clima, o acirramento da luta interna pelo poder fica evidente em fins de 1986, e, em 87 (20 de dezembro), numa eleição disputada entre José Barbosa Filho (Zequinha Barbosa) e Francisco de Souza Irmão, toma posse Francisco de Souza Irmão. Nessa gestão, a cooperativa ainda era forte, pois o estoque de suas

dívidas, era inferior ao patrimônio, suficiente, portanto, para a retomada do desenvolvimento da cooperativa e da região fumageira. No entanto, tem-se uma administração apática aos interesses da cooperativa e dos cooperados. O descrédito dos cooperados aumenta a cada mau negócio feito por essa gestão. Começa assim a má fase da CAPIAL, gerada pela infiltração crescente de interesses particulares nos negócios da Sociedade. Um grupo de cooperados procura a mídia impressa e faz a denúncia sobre os desmandos administrativos – venda de tratores, veículos e outros bens. E o Jornal de Alagoas (21/05/89) de pronto noticiou:” CAPIAL faz assembléia para mudar” (CAPIAL, 1989). Atualmente a CAPIAL vive administrando o que restou do patrimônio (alugado à Prefeitura de Arapiraca), dívidas a pagar com ex-funcionários no montante de R\$ 27.000,00 (vinte e sete mil reais) e a órgãos federais (IRMÃO, 09/06/2004); e o mais grave, não consegue mais dar assistência aos cooperados.

Fotografia 6: Posse do Conselho de Administração, na Sede.



Fonte: Irmão, 2004.

O então orgulho do agricultor da região fumageira de Arapiraca e do estado de Alagoas, a CAPIAL, devido a má gestão, combaliu a prática cooperativista, antes tão vigorosa, deixando um rastro de desconfiança entre diretoria e cooperados que abalou profundamente também as relações com as outras instituições. Apesar da atual inércia, a CAPIAL continua a realizar o processo eleitoral e o atual Conselho de Administração é formado por: Presidente, Francisco de Souza Irmão, Vice-

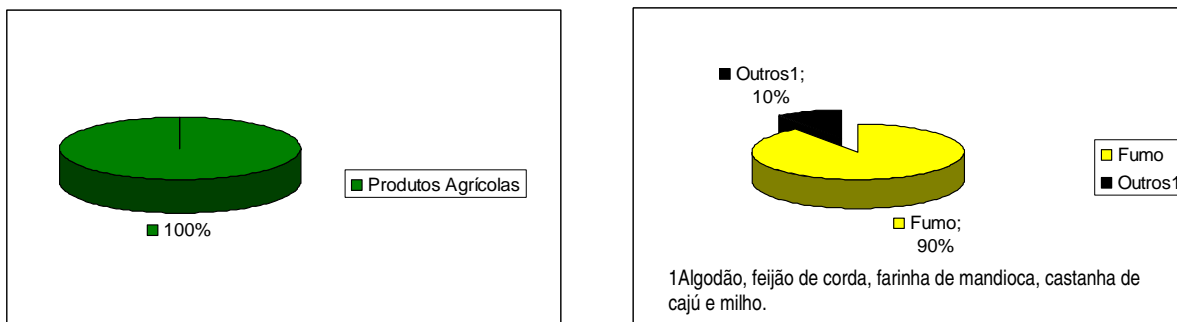
presidente, Pedro de Souza Lima e secretário, José Ferreira Neto. Essa é a situação da CAPIAL (IRMÃO,2004).

Vale registrar que o ambiente institucional, a partir da segunda metade dos anos 1970 e começo dos anos 80, era de credibilidade e as administrações de Leônidas Correia e Antônio Lima, estimuladas pela presença do Governo do Estado, via Secretaria de Agricultura, gestão Nelson Costa, aportaram volume considerável de recursos financeiros estaduais e federais, marcadamente o POLONORDESTE, e suas ações na agricultura, via EMATER/AL, disponibilizando mais recursos humanos e de custeio. Bem assim, mantinha boas relações com os agentes financeiros, principalmente o Banco do Nordeste do Brasil S/A, com as empresas compradoras de fumo – tipo exportação e mercado interno e com empresas fornecedoras de insumos. A CAPIAL promoveu o desenvolvimento da região fumageira. A cooperativa e os cooperados, na gestão Antônio Lima, viviam o ponto culminante, obedeciam ao parágrafo 3º do art 2º – “A cooperativa efetuará suas operações sem qualquer lucro” (CAPIAL,1963) e assimilava um dos Princípios de Rochdale, a repartição do produto social (OLIVEIRA¹, 06/06/2004).

Nesse sentido, toda essa experiência vivida e acumulada é marcada pelo grau de comprometimento da entidade e de seus cooperados pela posição original demarcada em seu estatuto social, o desencadeamento do processo de ajuda mútua, típico de uma associação de pessoas e dos benefícios gerados dessa ajuda, resulta na implementação do Art. 2º – “A sociedade objetiva com base na colaboração recíproca a que se obrigam seus associados” (CAPIAL,1963).

E atentando para o fato de que a cooperativa evoluiu na comercialização de produtos agrícolas, principalmente do fumo, imprimindo um novo modo de negociar na região fumageira em prol dos agricultores, estimulou o Inciso II do art. 2º – “A venda, em comum, da produção agrícola, tais como: fumo em folha e na corda, milho, algodão e tudo em fim que provenha da agricultura ou da pecuária nos mercados locais, nacionais ou internacionais” (CAPIAL,1963); fortaleceu, basicamente, a pequena produção, quando do recebimento desse produto. A leitura dos gráficos abaixo confirmam a evolução dessa comercialização, notadamente o fumo.

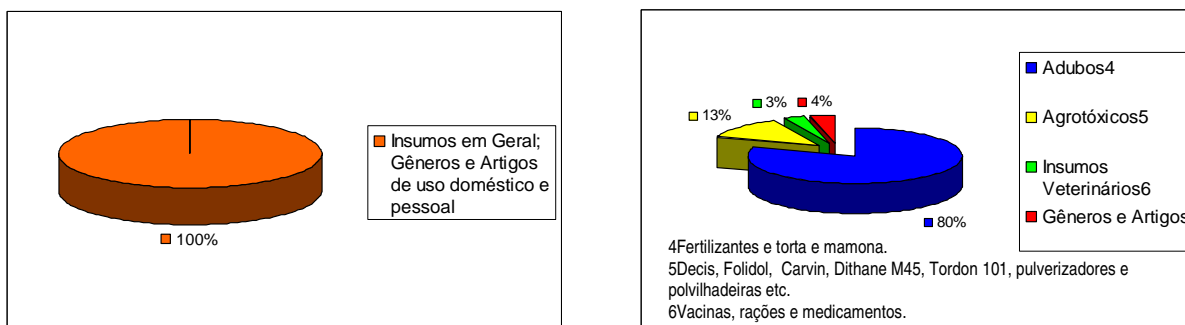
Gráfico 5: Esquerda, situação estatutária; direita, real dos produtos agrícolas.



Fonte: Irmão & Oliveira¹,2004, adaptação do Autor.

E, quando da aquisição de insumos agrícolas, fazendo compras volumosas, obtinha preços compensadores, de modo que a cooperativa realizava, com plenitude a Letra c do parágrafo 1º, inciso II do art. 2º – “Adquirir, na medida em que o interesse social o aconselhar, gêneros e artigos de uso doméstico e pessoal, para fornecimento a seus associados, assim como implementos, máquinas agrícolas, fertilizantes, inseticidas, etc” (CAPIAL,1963). Os gráficos, a seguir, confirmam essa evolução.

Gráfico 6: Esquerda, situação estatutária; direita, real dos insumos agrícolas.



Fonte: Irmão & Oliveira¹,2004; adaptação do Autor.

Essas compras e vendas comprometem a entidade e seus cooperados, pelo desencadeamento do processo de ajuda mútua típico de uma associação de pessoas – cooperativa –, e dos benefícios gerados dessa ajuda, gerando emprego, renda, conforto e satisfação pessoal e familiar.

Na gestão de Antônio Lima, a cooperativa põe em prática seus Estatutos e realiza a máxima dos Pioneiros de Rochdale: admissão de Sócios em ritmo

acelerado, compras e vendas em larga escala e distribuição dos lucros, de modo a deixar bem satisfeito o cooperado.

Após esse período, na gestão de Osvaldo Nunes, a cooperativa começa a sinalizar que o apogeu das realizações cooperativistas – crescimento e participação dos cooperados, aquisições de insumos agrícolas e vendas dos produtos agrícolas em larga escala e a repartição do produto social já não existem. E chega a um fim melancólico na gestão de Chico da CAPIAL.

O insucesso de algumas cooperativas pelo Brasil não arrefeceu os ânimos dos cooperativistas, eles continuaram criando cooperativas, inclusive, para financiar a casa própria. Para isso, o governo criou a Instrução: nº 1, de 30 de janeiro de 1964, que trata das cooperativas para a construção de habitação; criou também o sistema financeiro, para aquisição da casa própria; e o BNH - Banco Nacional de Habitação (Lei nº 4.380, de 21 de agosto de 1964), que era o agente financiador desse sistema (PINHO, 2004:35).

Entre os anos de 1965 a 1970, o governo militar baixou o Decreto-lei 59 de 21 de novembro de 1966 e o Decreto 60.597, de 19 de abril de 1967 (Op.cit.:37); o primeiro tratou da criação do Conselho Nacional de Cooperativismo, e o segundo de fiscalizações às cooperativas.

O movimento cooperativista sofreu bastante no período da ditadura militar, face a sua postura socialista. Essa é uma das razões da pobre prática cooperativista, dos negócios cooperativos, resultando no baixo número de cooperativas e de cooperados brasileiros nesses anos. E, em 1967, a Constituição Federal, em seu art.159, parágrafo 1º (Idem.:37), assegurou a liberdade de associação profissional. Mas, a ditadura militar³⁰ impôs fortemente o controle estatal às cooperativas.

O centralismo estatal não desanimou os cooperativistas e, em 1969, fundaram a OCB – Organização das Cooperativas Brasileiras – entidade resultante da fusão da UNASCO – União Nacional das Associações Cooperativas e da ABCOOP. No ano seguinte, foram criadas as estruturas estaduais, as OCE's – Organização das Cooperativas Estaduais. A OCB e as OCE's passaram a representar e defender os interesses do cooperativismo brasileiro, respectivamente

³⁰ O Estatuto da Terra (30 de novembro de 1964) criado pelo governo militar, tinha no cooperativismo agrícola uma das ferramentas para conter o processo de instabilidade no campo, via Estado.

em seus ambientes institucionais. Em Alagoas, a OCEAL – Sindicato e Organização das Cooperativas do Estado de Alagoas – é fundada em 28 de fevereiro de 1973, para divulgar a doutrina cooperativista e estimular a criação de organizações cooperativas. Em Assembléia Geral, em 24 de abril de 2000, passa a responder também como entidade sindical.

Com a promulgação da lei 5.764 de 16 de dezembro de 1971, havia uma definição da política nacional de cooperativismo (a atividade decorrente das iniciativas ligadas ao sistema cooperativo, originárias de setor público ou privado, isoladas ou coordenadas entre si, desde que reconhecido seu interesse público) [Presidência da República,1971] e dava outras providências.

Em 1976, as entidades ASSOCENE – Associação de Orientação às Cooperativas dos Estados do Nordeste – ASSOCEP – Associação de orientação às Cooperativas do Paraná – FUNDEC – Fundo de Desenvolvimento Cooperativista, ITEC – Instituto Técnico de Estudos Cooperativos – BRASCOOP – Fundação Brasileira de cooperativismo e Fundação Alemã Friedrich Naumann promoveram eventos, para discutir a prática cooperativista, tanto sob o ponto de vista da ajuda mútua como para o mercado, cujo objetivo era fomentar a criação de organizações cooperativas. Ainda neste ano, surgiu o PRONACOOP – Programa Nacional de Cooperativismo, especialmente voltado para a fundação de cooperativas agropecuárias com a finalidade de incrementar a produtividade e modernização de técnicas. No ano seguinte, vem o FUNACOOP – Fundo Nacional do Cooperativismo, que objetivava fomentar a pesquisa científica e tecnológica, elaborar projetos de agroindústria no âmbito da doutrina cooperativista.

Em 1986, senadores e deputados formam a Frente Parlamentar Cooperativista (formato suprapartidário) e, em conjunto com a OCB, organizam-se para o debate sobre privatização, desregulamentação e outros temas de importância, para o desenvolvimento da prática cooperativista, que deverão nortear os trabalhos da Assembléia Constituinte Federal de 1988. A Constituição de 1988, em seu artigo 5, inciso XVIII, rege “A criação de associações e, na forma da lei, a de cooperativas independem de autorização, sendo vedada a interferência estatal em seu funcionamento” (BRASIL,2003).

Nesse ambiente de debate nacional sobre o cooperativismo, um grupo de cooperados remanescentes da CAPIAL e do Sindicato Rural de Arapiraca, liderados pelos dissidentes da CAPIAL, José Firmino e Zequinha Barbosa, e estimulado pela

Superintendência do Banco do Brasil S/A constituíram, na forma da lei, em 05 de julho de 1988, essa cooperativa para atender a demanda econômica e social dos fumicultores.

3.4.....A Cooperativa Mista dos Produtores de Fumo de Alagoas Limitada.

O ato de fundação da COOPERFUMO³¹ aconteceu no Clube dos Fumicultores, em Arapiraca. E, em uma concorrida assembléia, com a presença de Dr. Nilton Ribeiro Piau, Secretário Nacional Adjunto do SENACOOOP – Serviço Nacional de Cooperativismo, Dr. Jáder Costa Tenório, Presidente do Banco do Estado de Alagoas, Ismael Pereira de Azevedo, Deputado Estadual, Adalberto Saturnino de Almeida, Presidente da Câmara de Vereadores de Arapiraca, Wilton Malta, presidente da Federação dos CDL/AL – Clube de Diretores Lojistas, José Pinto de Assis, presidente da OCEAL, Eraldo Saturnino de Almeida, supervisor regional da EMATER/AL, entre outras personalidades. Ao final da tarde, eleição terminada, divulga-se o Conselho de Administração eleito: presidente, José Firmino de Oliveira; vice, Severino Lourenço da Silva; secretário, José Adailton Barbosa Lopes e tesoureiro, José Barbosa Filho (COOPERFUMO,1988). Instala-se a cooperativa, esta coloca-se como mais uma opção de participação popular dos agricultores. Inaugurou-se mais uma fase do processo cooperativista na região fumageira.

³¹ A COOPERFUMO é uma cooperativa singular do ramo agropecuário (Classificação da OCB), com CNPJ: 24.166.704/0001-05. A COOPERFUMO está localizada no Largo Dom Fernando Gomes,26, centro, Arapiraca/AL. Sua atividade econômica é o atendimento aos sócios, quando da compra por atacado de produtos agrícolas in natura e alimentação animal. E o Senhor José Firmino de Oliveira é o atual presidente do Conselho Administrativo (OLIVEIRA^h18/02/2004).

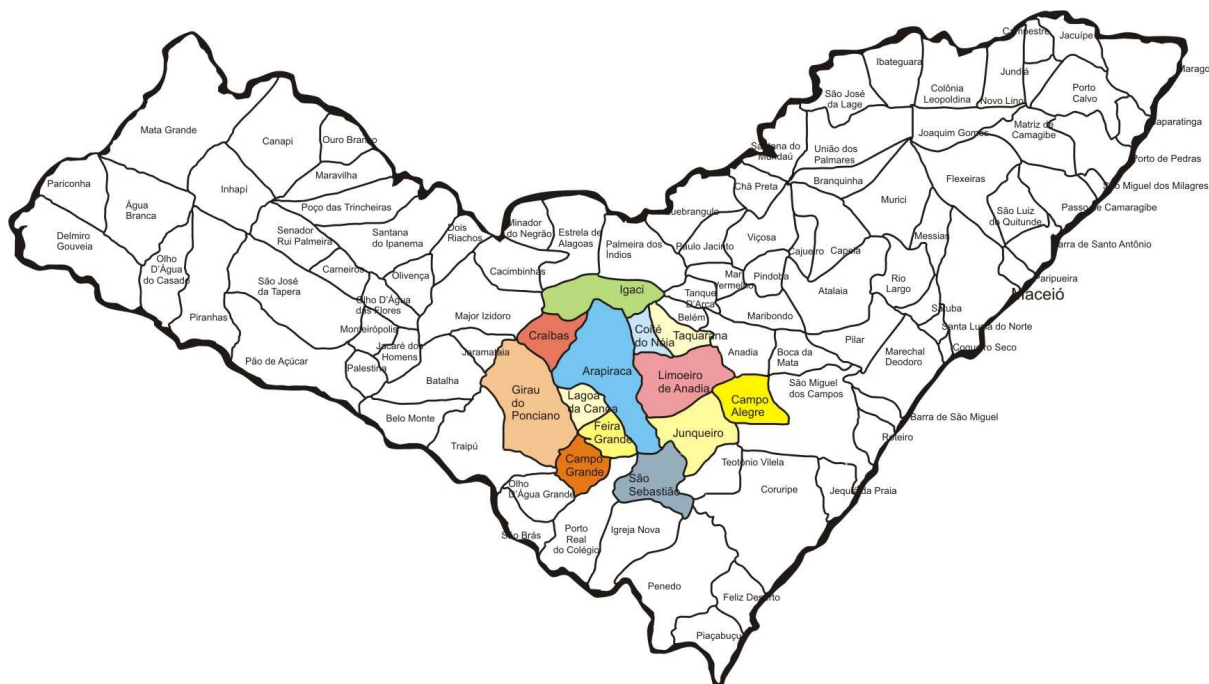
Fotografia 7: Sede e Posto de Revenda.



Fonte: Oliveira^h, 2004.

A COOPERFUMO estabelece no Art. 1º, inciso II de seu Estatuto que “o raio de ação para efeito da livre associação de agricultores, abrange todo a área onde se cultive o fumo” (COOPERFUMO,1988), em destaque no Mapa 2.

Mapa 2: Mapa da área de atuação da COOPERFUMO.

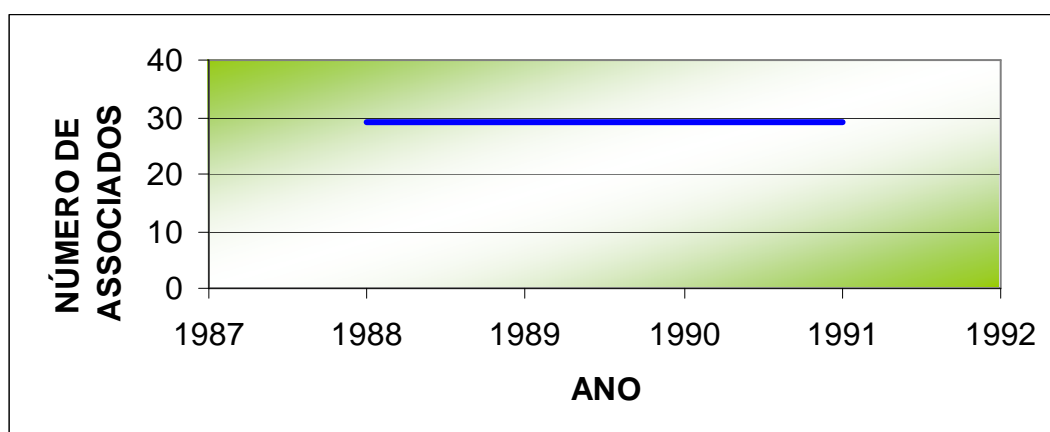


Fonte:COOPERFUMO,1988; adaptação do Autor.

O ingresso na cooperativa por parte dos agricultores (as) é por livre adesão. Portanto, “poderá ingressar na cooperativa, salvo se houver impossibilidade técnica de prestação de serviços, qualquer pessoa que se dedique à atividade agrícola fumageira, por conta própria, em imóvel de sua propriedade ou de seu genitor e/ou genitora de forma mansa e pacífica, com autorização daquele que concorde com as disposições desse estatuto e que não pratique outra atividade que possa prejudicar ou colidir com os interesses e objetivos da entidade” (Art. 3º) [COOPERFUMO, 1988].

E o parágrafo 1º diz que “excepcionalmente poderão associar-se na cooperativa, pessoas jurídicas de objetivos iguais aos das pessoas físicas, nos termos desse artigo” (COOPERFUMO,1988).

Gráfico 7: Evolução do número de associados da COOPERFUMO



Fonte: Oliveira^h,2004; adaptação do Autor.

Não há registro de associado, pessoa jurídica, de modo que todos os 29 cooperados fundadores são pessoas físicas e com baixa prática cooperativista.

Com a finalidade de melhorar a prática cooperativista, é que, em 20 de maio de 1990, a COOPERFUMO realizou o III Encontro dos Produtores de Fumo do Estado, Arapiraca/AL, para discutir a crise de aviltamentos dos preços, ora praticados pelos compradores, e o desencanto com a atuação da cooperativa. Ainda assim, os esforços empreendidos pela cooperativa, quando da realização do evento, não surtiram o efeito desejado; com isso, o desânimo dos cooperados aumentou e, sinalizava que a prática cooperativista estava em franca decadência, agravada também pelo fato de que a Superintendência do Banco do Brasil S/A, através de sua

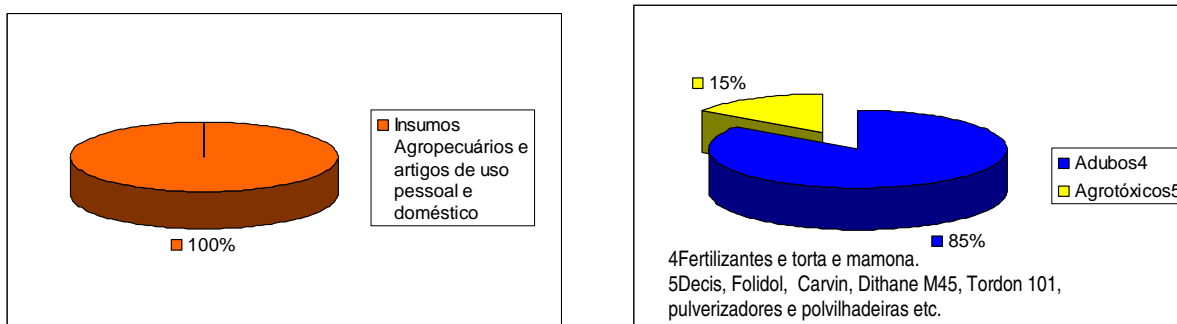
agência em Arapiraca/AL, no primeiro momento, financiou a produção de fumo para todos os 29 cooperados; mas, relaxou no segundo compromisso, que era alocar recursos, para realizar a compra da produção de fumo (OLIVEIRA^h,18/05/2004). Este fato comprometeu ainda mais a frágil prática cooperativista, aumentando assim o grau de desmotivação dos cooperados.

A crise apareceu nos jornais; a Gazeta de Alagoas (15/05/1990) noticiou: “Fumicultores de Arapiraca atravessam sua pior crise” (FUMICULTORES, 1990). Sinalizava essa situação precária.

Foi um caos para aqueles senhores desejosos de cumprir sua norma estatutária que tem como objetivos sociais: “a sociedade, com base na colaboração recíproca a que se obrigam os seus associados” (Art. 2º) [COOPERFUMO,1988]; e que “todas as operações e serviços executados pela sociedade, não terão finalidades lucrativas” (parágrafo 4º) [COOPERFUMO,1988], acentua a importância da entidade, como uma associação de pessoas, baseada na ajuda mútua. E só puderam cumprir essa norma parcialmente e com muitas dificuldades, assim mesmo, em poucas ocasiões, como as citadas agora, em atendimento ao Art. 2º , inciso I: “que trata da prestação de serviços de mecanização agrícola nos trabalhos de preparação e conservação do solo, formação de tratos culturais, pesquisas em geral e assistência técnica aos produtores, tais como: elaboração, acompanhamento e orientação de projetos agropecuários, assistência na elaboração da análise de solo, além de orientação e acompanhamento das culturas cultivadas pelos seus associados” (COOPERFUMO,1988). Responde com a contratação de um engenheiro agrônomo³²(SILVA^y,11/03/2004). Nesse sentido, satisfaz parcialmente, com a aquisição de adubos e agrotóxicos juntos às empresas desses ramos, e pela orientação dada quando da compra de adubos e agrotóxicos até sua aplicação no campo pelos cooperados.

³² Contratação do Engenheiro Agrônomo George Brandão, para atendimento aos cooperados no que trata o inciso IV do artigo 2º.

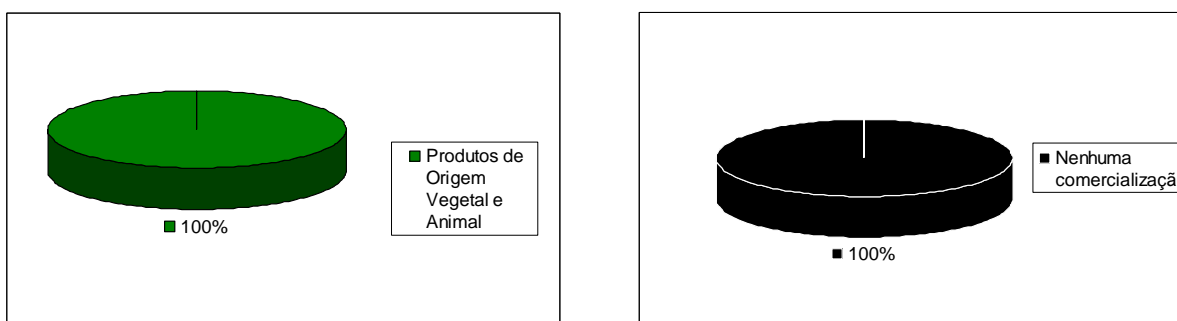
O Gráfico 8 retrata as compras de insumos (Esquerda, situação estatutária; direita, real dos insumos agrícolas).



Fonte: Oliveira^h & Silva^y, 2004; adaptação do Autor.

As palavras proferidas por Silva^y (16/02/2004): “Não chegamos a receber produtos dos associados, portanto não comercializamos”. E Oliveira^h (18/05/2004) acrescenta: “no caso da cooperativa dirigida por mim, o produto era fumo em corda e a negociação desse produto era feita diretamente pelo produtor”.

O gráfico 9 revela o que ocorreu na comercialização (Esquerda, situação estatutária; direita, real dos produtos agrícolas).



Fonte: Oliveira^h & Silva^y, 2004; adaptação do Autor.

Dessa forma, a não-comercialização do produto fumo agravou a situação, por falta de financiamento, via Banco do Brasil S/A, e, que, juntamente com o pequeno número de cooperados e o desestímulo destes, não fecunda um ambiente propício para o desenvolvimento das normas estatutárias da cooperativa e, finalmente, de obter sucesso nas suas realizações pessoais e coletivas. A COOPERFUMO não realiza as ações previstas no estatuto desde 1991.

A cooperativa COOPERFUMO, segundo o dirigente Silva^y (16/02/2004), pela efêmera duração, “dois invernos”, não propiciou um ambiente institucional tão

rico e intenso como a CAPIAL (fase áurea). Por isso, a prática cooperativista, nesse ambiente institucional, não foi exitosa; e, agravada pela escassez de financiamentos, para os agricultores e para as cooperativas, via bancos federais. A COOPERFUMO não logrou êxito.

Mas essa escassez de valores monetários em circulação também estava acontecendo no mundo. E estava a níveis insuportáveis, também para as grandes economias, esse era o cenário mundial. O mundo vivia a conhecida Década Perdida (80). Nesse sentido, países, como o Brasil que dependia de aportes financeiros do exterior, estava em situação difícil e isso refletiu negativamente na política de financiamento do governo.

Segundo Pinho (2004:48), mesmo assim, a OCB (1988), em várias oportunidades, propôs discussões para minimizar esse problema e, principalmente, o rígido tutelamento das cooperativas a intervenções estatais. A ocupação desse espaço político pelos organismos não-governamentais garantiria a criação de um Banco Cooperativo, uma seguradora, uma Trading Cooperativa, uma integração de cooperativas, com a finalidade de arranjar outras fontes de financiamento, executar um programa de reforma agrária e mitigar os danos ambientais, com participação da FAO, Banco Mundial e Governo do Brasil.

O Brasil vivia o agito da eleição presidencial, era o ano de 1989. A expectativa de um governo eleito pela população gerava novas atitudes, nas pessoas e nas organizações. E a USP – Universidade de São Paulo, SENACOOOP e outras entidades aproveitaram este momento para realizar um seminário: discutir a adequação dos programas de ensino de cooperativismo às necessidades das cooperativas brasileiras.

Na década de 90, vários eventos aconteceram. O Governo Collor extingue o BNCC – Banco Nacional de Crédito Cooperativo – criado em 1951. O governo Collor, extinguiu o DENACOOOP – Departamento Nacional de Cooperativismo – e cria o SENACOOOP (Op.cit.:51). Este órgão juntamente com a OCB e OCEs realizam diversas atividades: seminários, debates sobre estrutura e operacionalização das cooperativas. Tendo Brasília como sede, o SESCOOP – Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo – foi criado pela Medida Provisória 1.781 (1999) [Idem.:58].

Em Alagoas, a UNIMED – Cooperativa de Trabalho Médico – escolhe Arapiraca, e dá início as suas atividades na região fumageira, em 28 de novembro

de 1990, assentada na satisfatória condição de atendimento médico a seus clientes. Em Jaguariúna, São Paulo, a Cooperativa Agropecuária Holambra implanta, em 1991, o sistema Veiling de compras e vendas controlado por relógio, que determina preços decrescentes, para a comercialização de flores e plantas ornamentais.

Nesse ambiente, é fecundada, em Arapiraca/Alagoas, mais uma cooperativa.

3.5.....A Cooperativa dos Produtores Rurais de Arapiraca Limitada.

Era o ano de 1992. Nasce a decisão de um grupo de agricultores afiliados ao movimento das Associações Comunitárias Rurais de Arapiraca, egressos da cooperativa CAPIAL e do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Arapiraca, de criar uma cooperativa. Numa reunião ocorrida no início dos anos 90, com o então Superintendente da SUDENE – Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste, Elionaldo Magalhães, ouve-se deste que a SUDENE dispunha de recursos a fundo perdido, para instalar uma Indústria de Fécula no município de Arapiraca. Os 22 presidentes de associações presentes, entre eles: Miguel Calixto (Sítio Capim), Luís Salustiano dos Santos (Baixa da Onça), Adelmo Rodrigues de Melo (Pau D’arco), José Dominício (Vila Aparecida), Nelson Rosa (Sítio Fernandes), Pedro José dos Santos (Mundo Novo) e os outros resolvem que qualquer uma dessas associações de que são presidentes não seria suficiente para atender aquele apelo, então resolvem criar uma cooperativa, para absorver essa Indústria de Fécula.

Foi por causa “da crise da cultura fumageira que, na época, afetava toda a região”, que levou esses agricultores a optarem pelo “projeto para uma indústria fécula da mandioca a se instalar aqui em Arapiraca e que seria gerenciada pela cooperativa”, comenta a agricultora Brito (23/01/2004).

E, na tarde de verão do dia dez (10) de fevereiro de 1992, presentes os agricultores: José Dominício de Farias, Genivaldo Oliveira da Silva, Antônio Pedro dos Santos Sobrinho, Miguel José da Silva, José Iziano Batista, Margarida de Oliveira Brito, João Marques Sobrinho, Francisco Antônio dos Santos, Alonso Pereira dos Santos, Erisvaldo de Oliveira Brito, Luiz Salustiano dos Santos, José Fernandes Filho, Enivaldo Galdino dos Santos, Antônio Ferreira de Souza, Paulo

Alves de Araújo, João dos Santos, Benedito José dos Santos, José de Souza Irmão, José Lino Filho, Pedro José Duarte e Manoel Ferreira Mendes e os senhores Luiz Ricardo Vieira Lima (gerente da CEPA – Comissão Estadual de Planejamento Agropecuário) e José Pereira de Araújo (extensionista da EMATER/AL), reunidos na sede do STR – Sindicato dos Trabalhadores Rurais em Arapiraca – dão forma a mais uma organização associativa; constituem a COOPERAL³³, que elege seu primeiro Conselho de Administração para um mandato de 03 anos, constituído por diretor-presidente: José Dominício de Farias; diretor-financeiro: Antônio Pedro dos Santos Sobrinho; diretor-secretário: Genivaldo Oliveira da Silva (COOPERAL,1992).

Fotografia 8: Edifício-Sede



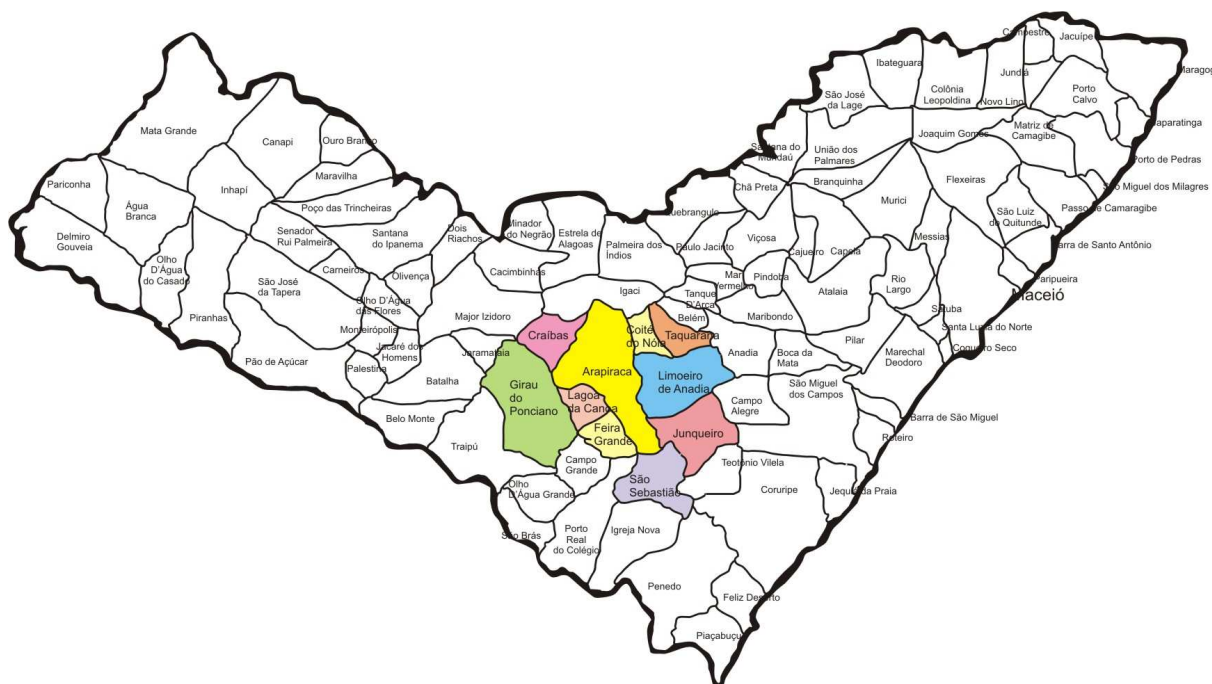
Fonte: Tavares,2004

Enquanto a idéia de criar a cooperativa torna-se realidade, com a COOPERAL pronta para receber o recurso a fundo perdido da SUDENE, para instalação da Indústria de Fécula, são surpreendidos que o tal recurso não está mais disponível. A instalação da Indústria de Fécula abortou, para uns, por interesses de grandes empresários locais em tê-la, outros, por estar-se vivenciando os últimos momentos do Governo Collor (1992). Mas a COOPERAL não se arrefeceu com o acontecimento e continuou com seu propósito de vivenciar a ajuda mútua.

³³ A cooperativa elegeu seu último Conselho Administrativo em 22 de março de 2004; e os senhores: João Pereira dos Santos e Valdeci dos Santos foram reeleitos. A COOPERAL é uma cooperativa singular, classificada como agropecuária pela OCB, e registrada no CNPJ sob o nº 35732692/0001-47. Suas ações de atendimento aos cooperados, quando da compra por atacado de produtos agrícolas in natura e alimentação animal, é sua atividade econômica. Esta localizada no centro de Arapiraca, à Rua Boa Vista, 70. CEP: 57.300-030. A sede foi adquirida com recursos próprios (TAVARES, 22/01/2004).

A COOPERAL baseou sua área de atuação nos municípios em destaque no Mapa 3. Serão enquadrados no seu Art. 1º, inciso b do Estatuto Social, para efeito da livre associação, os agricultores que atendam a esse critério.

Mapa 3: Mapa da área de atuação da COOPERAL

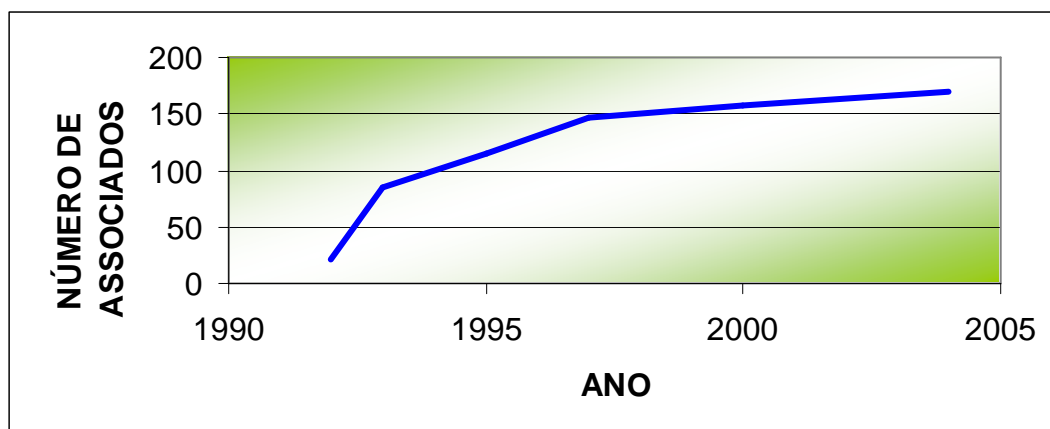


Fonte: COOPERAL, 1992; adaptação do Autor.

É dentro dessa área de atuação que o Art. 3º, trata da livre adesão à cooperativa. “Poderá ingressar na cooperativa, salvo se houver impossibilidade técnica de prestação de serviços, qualquer pessoa que se dedique à atividade agrícola, pecuária ou extrativa, por conta própria, em imóvel de sua propriedade ou ocupado legitimamente, dentro da área da ação da sociedade, que possa livremente dispor de si e de seus bens, que concorda com as disposições desse estatuto e que não pratique outra atividade que possa prejudicar ou colidir com os interesses e objetivos da cooperativa e que tal imóvel não ultrapasse a área de 15 hectares” (COOPERAL, 1992).

Todos os seus cooperados estão dentro deste perfil, tanto os 21 cooperados iniciantes, como os atuais 170 cooperados, são pessoas físicas, cuja participação no dia a dia da cooperativa é notada pela baixa presença nas assembleias gerais e no interior de sua sede (SILVA^w, 16/02/2004).

Gráfico 10 – Evolução do número de associados da COOPERAL.



Fonte: Tavares,2004; adaptação do Autor.

O parágrafo 3º, do Art. 3º, diz que “excepcionalmente poderão associar-se à cooperativa pessoas jurídicas de objetivos iguais aos das pessoas físicas, nos termos desse artigo” (COOPERAL,1992). Não há registro de sócio tipo pessoa jurídica.

O ambiente institucional vivido pela cooperativa COOPERAL é satisfatório, não tão rico e intenso como o auge das realizações da CAPIAL (1978-1982), nem tão pobre quanto ao ambiente vivido pela COOPERFUMO (1988-1991). Mantém relações importantes com os Agentes Sociais – agentes financeiros, principalmente com o Banco do Nordeste do Brasil S/A, Banco do Brasil S/A, SEAGRI, Fornecedoras de Insumos (O Roçado, Casa do Agricultor), Sindicato Rural e, especialmente, com o STR, uma diversidade de Associações Comunitárias, localizadas na região fumageira e Prefeitura de Arapiraca. Dentro deste ambiente institucional, essas instituições têm auxiliado na realização de treinamentos, reuniões, assistência técnica e na negociação de produtos agrícolas, estimulando, assim, a prática cooperativista no ambiente interno e institucional (SANTOS^m, 05/07/2004).

Fotografia 9 : Sede, reunião com os cooperados.

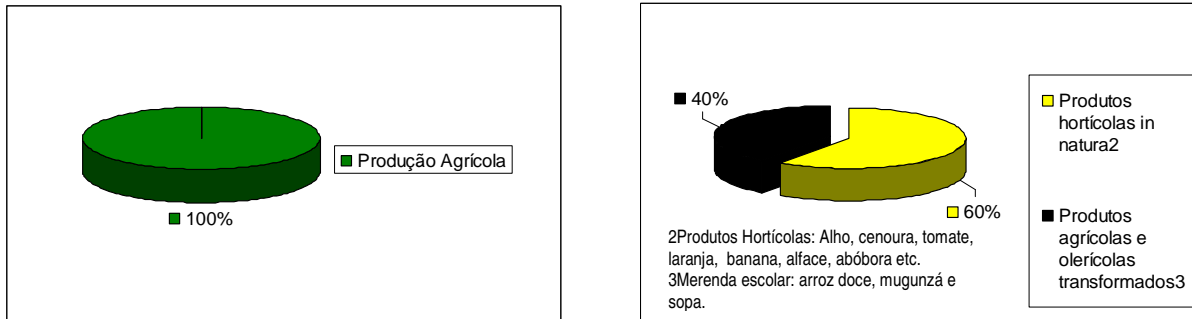


Fonte: Tavares,2004.

A COOPERAL possui uma Unidade de Processamento de Alimentos adquirida com recursos do PAPP – Programa de Apoio ao Pequeno Produtor. É através de sua Unidade de Processamento de Alimentos, localizada no Sítio Poço de Santana, Arapiraca, que tem também participado do processo de Licitação Pública da Prefeitura de Arapiraca, no que diz respeito ao fornecimento de merenda escolar. Assim, tem participado do processo de Tomada de preços para fornecimento de produtos agrícolas e hortícolas, respeitando a sazonalidade destes, com as creches, e, em atendimento às crianças do PETI – Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (SILVA^w, 05/07/2004).

Com a Prefeitura Municipal de Arapiraca, desenvolve uma parceria – via licitação pública – para fornecimento da merenda escolar (arroz doce, mungunzá e sopa) desde 2002; com as creches, a partir de 2001, com o fornecimento de produtos hortícolas (abóbora, alface, cenoura, laranja, banana e outros produtos); em atendimento às crianças do PETI, a partir de 2004, ofertando uma cesta de produtos hortícolas, e nestes dois últimos casos, ofertam-se os produtos, respeitando sua sazonalidade. A parceria entre a COOPERAL e a Prefeitura Municipal, em atendimento a essas demandas, continua a ocorrer via Licitação Pública (SANTOS^m, 05/07/2004).

No gráfico 11, as situações: proposta (esquerda, situação estatutária) e real (direita, real dos produtos agrícolas) do processo de comercialização.



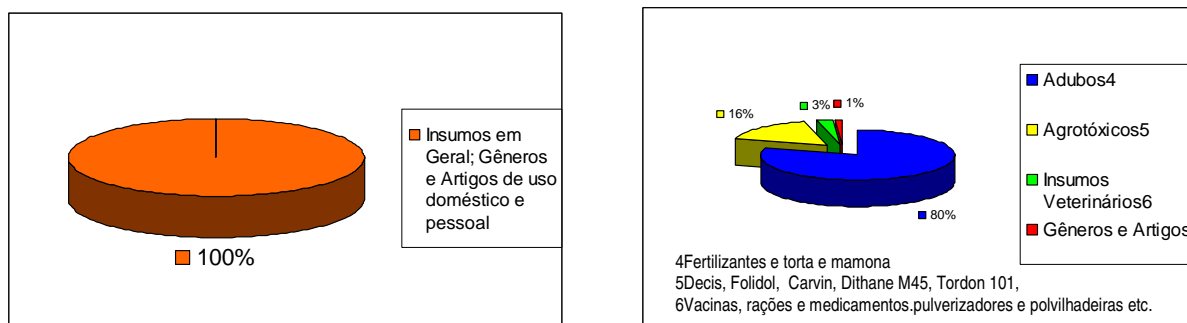
Fonte: Santos^m & Silva^w, 2004; adaptação do Autor.

Em seu Estatuto Social, a COOPERAL estabelece um ordenamento em que “a cooperativa tem por objetivo a defesa econômico-social de seus associados, mediante prestação de serviços representada na comercialização de seus produtos, no fornecimento de mercadorias utilitárias, na assistência agrônômica e veterinária e na promoção da educação cooperativista” (art. 2º) [COOPERAL, 1992].

A evolução dessa norma acontece hoje via Licitação Pública, onde a cooperativa compra esses produtos de poucos horticultores. Essa negociação é realizada tanto com os agricultores cooperados e não-cooperados do município de Arapiraca (SANTOS^m & SILVA^w, 05/07/2004). Enquanto organização cooperativa – poucos agricultores –, produto agrícola negociado – pequenas quantidades – e área de abrangência – uma única prefeitura municipal – resulta num processo ainda muito frágil e tímido.

A COOPERAL intermediou a compra de adubos diretamente com a fábrica (em 2000), para o cultivo de fumo. Atualmente, só se negociam os insumos agrícolas destinados à horticultura. São compras feitas no mercado local em quantidades de adubos e agrotóxicos que atende às necessidades desses cooperados. Faz essa intermediação com a empresa, O Roçado, utilizando-se do sistema de consignação e passa os insumos para os horticultores (SILVA^w, 05/07/2004).

O gráfico 12 realça os tipos de insumos agrícolas utilizados por esses horticultores. (Esquerda, situação estatutária; direita, real dos insumos agrícolas).



Fonte: Santos^m & Silva^w,2004; adaptação do Autor.

E que “todas as operações da cooperativa se efetivarão sem qualquer fito de lucro” (parágrafo 4º do art. 2º) [COOPERAL,1992], evidenciando que a COOPERAL é, antes de tudo, uma associação de pessoas.

Quanto às sobras líquidas, em atendimento ao art. 45º - “as sobras líquidas apuradas no exercício, depois de deduzidas as taxas para os Fundos indivisíveis, serão rateadas entre os associados, em partes diretamente proporcionais aos serviços usufruídos da Cooperativa, no período, salvo deliberação em contrário da Assembléia Geral” (COOPERAL,1992), a cooperativa não realiza esse artigo.

Nesse sentido, os objetivos sociais vivenciados quando do dia-a-dia da COOPERAL tem se revelado difícil. Não existe um processo de estímulo ao Princípio da Porta Aberta e inexistente o processo de Repartição dos Lucros. Isso acontece, porque “hoje, basicamente ela não está armazenando os produtos que ela recebe dos cooperados, ela repassa direto para os consumidores” (SANTOS^m,05/07/2004). Assim sendo, a falta de implementação desses itens estatutários, recebe essa crítica de Silva^w (16/02/2004), “nós precisamos saber o que significa ser ‘cooperado’ no sentido maior da palavra, alfabetizar o agricultor sobre o cooperativismo, todas as vezes que esquecemos disso, a entidade sofreu bastante”. Com o comentário desse último cooperativista, nota-se que a prática cooperativista é uma tarefa árdua e de resultados demorados, por isso exige muita dedicação e sacrifício. Ademais, a cooperação, como ferramenta de parceria, de coesão social e de melhoria das condições de vida tem criado situações de bem-estar, onde houve a implementação da prática da ajuda mútua.

A ajuda mútua é uma das chaves para a construção de sociedades solidárias. É, com esse sentido, que cooperativistas de vários países do mundo, reunidos em Manchester, Inglaterra de 1995, comemoram o centenário da ACI³⁴, divulgando uma nova redação dos princípios cooperativistas. São eles:

1. adesão voluntária e livre; 2. gestão democrática; 3. participação econômica dos membros; 4. autonomia e independência; 5. educação, formação e informação dos associados e do público; 6. intercooperação e 7. preocupação com a comunidade (PINHO,2004:70-71).

Os princípios cooperativistas estão sempre sendo comentados em qualquer localidade, escola, empresa.... Então, criar cooperativas³⁵ satisfaz o ego das pessoas em geral.

Mais uma vez, o município alagoano de Arapiraca criou uma nova cooperativa.

3.6.....A Cooperativa Agropecuária de Desenvolvimento do Agreste Limitada.

Nasce da decisão de um grupo de líderes comunitários, presidentes de Associações Comunitárias Rurais, via FACOMAR – Federação das Associações Comunitárias dos Moradores de Arapiraca, entre eles: José Rodrigues, Severino Angelino, José Távaro Rodrigues e estimulado por Luciano Monteiro da CARPIL – Cooperativa Agropecuária Regional de Palmeira dos Índios Limitada – discutem essa idéia: a necessidade de criar uma organização cooperativa, com uma proposta diferente das já existentes (produtos agrícolas) e, com o apoio institucional da

³⁴ Em 1997, em assembléia realizada em Genebra, Suíça, o brasileiro Roberto Rodrigues é eleito para presidir a ACI;

e, realiza-se na cidade do Rio de Janeiro, em dezembro de 2000, o Congresso Brasileiro de Cooperativismo promovido pela OCB; e, acontece em conjunto com os Congressos da ACI internacional e ACI seção americana; compartilhando Igualdade e Responsabilidades (Op.cit.:58-59).

³⁵ E na região fumageira de Arapiraca no ano de 1998, a presença da UNIODONTO – Cooperativa de Trabalho Odontológico Ltda é fato consumado (SANTOS^h, 05/05/2004). Um ano mais tarde, abre as portas, a cooperativa de crédito: UNICRED – Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Profissionais de Saúde de Nível Superior de Alagoas (ARAÚJO^a, 18/03/2005). Em 2001, quem abre as portas para atendimento ao público é a COOPERVENDAS – Cooperativa Regional de Vendedores (SILVA^q,06/05/2004). Em 2003, funda-se, mais uma cooperativa, a COOVENOL – Cooperativa dos Vendedores do Nordeste (BENTO,09/04/2004).

Prefeitura de Arapiraca, realiza essa vontade, fundando a COOPAGRESTE³⁶, com o objetivo de incrementar uma atividade econômica que assegure uma renda mensal de um salário mínimo: o negócio escolhido depois de uma enquete com 414 agricultores da região agreste, criação de Galinhas Caipira.

O evento se realiza na FACOMAR, na tarde de 24 de agosto de 1999. Eleita a diretoria, toma posse os senhores: Severino Angelino da Silva, diretor-presidente; José Rodrigues da Silva, diretor-administrativo-financeiro; Carlo José Bandeira de Mello e Freitas, diretor de operações; José Aldo dos Santos, José Távaro Rodrigues de Carvalho, Gilvan do Carmo Santos, Valdeci Araújo da Silva, Jorge Marques da Silva e Maria Francisca da Silva, diretores(a)-conselheiros(a). Estavam presentes no evento: prefeita de Arapiraca, Célia Rocha, secretário municipal de agricultura, Júlio Houly, advogado José Silvar de Brito, entre outras personalidades (COOPAGRESTE,1999).

Fotografia 10: Vista parcial da sede.



Fonte: Silva^x,2003

Esse evento ganha visibilidade com a publicação pela Gazeta de Alagoas (11/06/2004): “Agricultores trocam milho e fumo por produção de ovos caipiras”

³⁶ A COOPAGRESTE está no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica sob o número 03.573.644/0001-67. É uma cooperativa singular, do ramo agropecuário, classificação da OCB. Realiza suas ações de atendimento aos cooperados, baseada na descrição da atividade econômica: representantes comerciais e agentes do comércio de matérias primas agrícolas, animais vivos, matérias primas têxteis e produtos semi-acabados. A COOPAGRESTE tem endereço no centro de Arapiraca, à Rua Duque de Caxias,177, CEP:57.301-000 (SILVA^x, 29/01/2004).

A COOPAGRESTE realizou sua última eleição em 20 de maio de 2004 para o triênio 2004/2007, elegendo os Diretores: Valdeci Araújo da Silva, Maria Alice da Silva e José Távaro Rodrigues Carvalho para o Conselho Administrativo (SILVA^x, 29/01/2004).

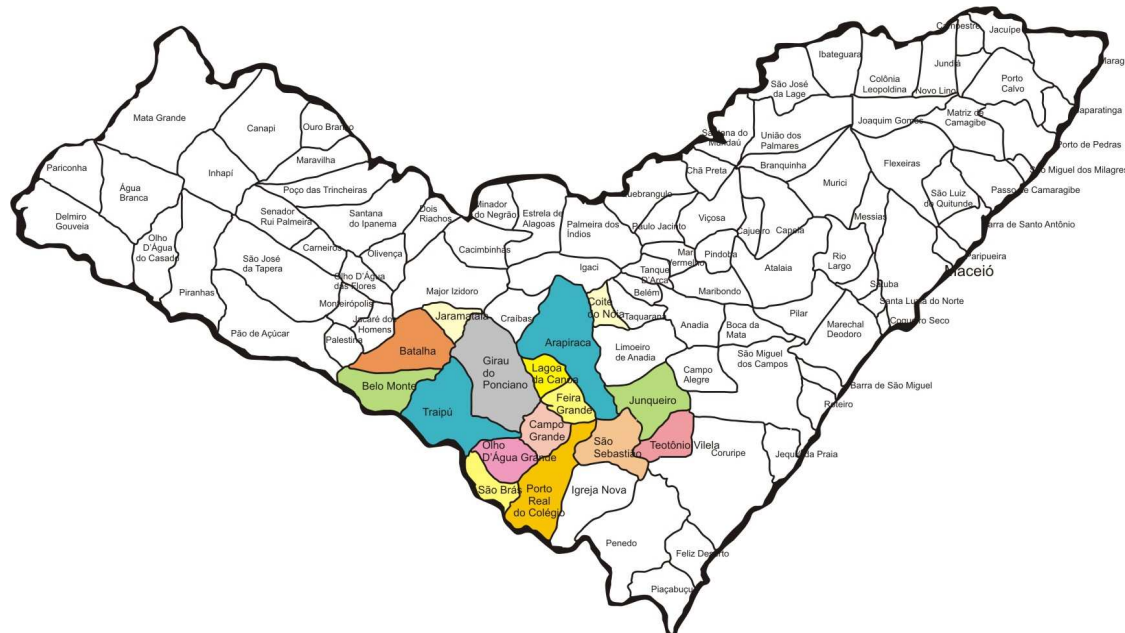
(AGRICULTORES, 2004); e, pela Tribuna de Alagoas (06/08/2004): "Cooperativa Agropecuária de Arapiraca busca alternativas à cultura do fumo" (COOPERATIVA, 2004).

A livre adesão é tratada no Art. 19º: "poderá ingressar na cooperativa, salvo se houver impossibilidade técnica de prestação de serviços, qualquer pessoa física ou jurídica que se dedique às atividades objeto da sociedade, por conta própria, em imóvel de sua propriedade ou ocupado por processo legítimo, dentro da área da ação da COOPAGRESTE, que possa livremente administrar seus bens e que concorde com as disposições desse estatuto e que não pratique outra atividade que possa prejudicar ou colidir com os interesses e objetivos da entidade" (COOPAGRESTE, 1999).

Desde a idéia de criação da cooperativa, não havia pessoa jurídica em suas reuniões, no entanto pode contar com esse tipo sócio, pessoa jurídica, nos quadros dessa Sociedade, em obediência ao parágrafo 1º do Art. 19º, que trata, "poderá, também, ingressar na COOPAGRESTE as pessoas jurídicas sem fins lucrativos", (COOPAGRESTE, 1999), de forma que, atualmente, não conta com esse tipo de cooperado em seus quadros.

A livre adesão pode ocorrer para os agricultores que residem nos municípios destacados no Mapa 4:

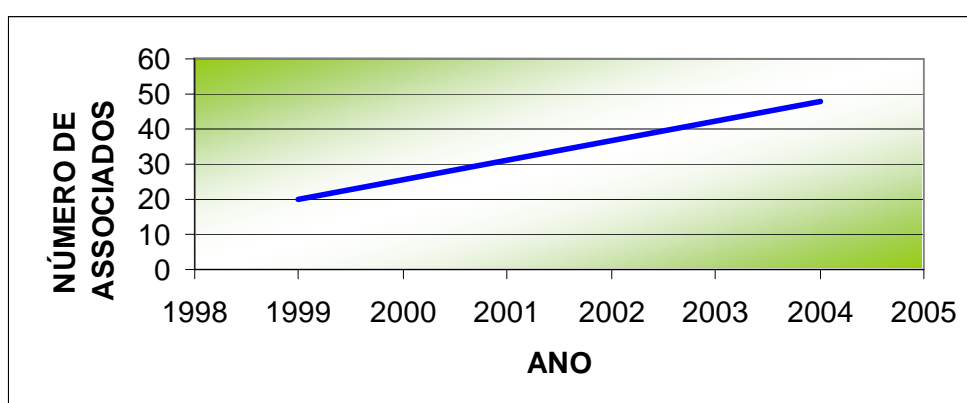
Mapa 4: Mapa da área de atuação da COOPAGRESTE.



Fonte: COOPAGRESTE, 1999; adaptação do Autor.

A COOPAGRESTE foi criada por 20 cooperados, entre os quais 04 mulheres, e nesses 4 anos e ½ ampliou seu quadro de cooperados para 48 (Gráfico 13). Atualmente 28 cooperados participam mais da rotina da cooperativa. É baixa a participação desses cooperados na rotina da cooperativa, entre eles, os 25 cooperados-avicultores, inclusive 07 mulheres, que fazem parte do Projeto de Criação de Galinha Caipira (MELO^d, 27/01/2004).

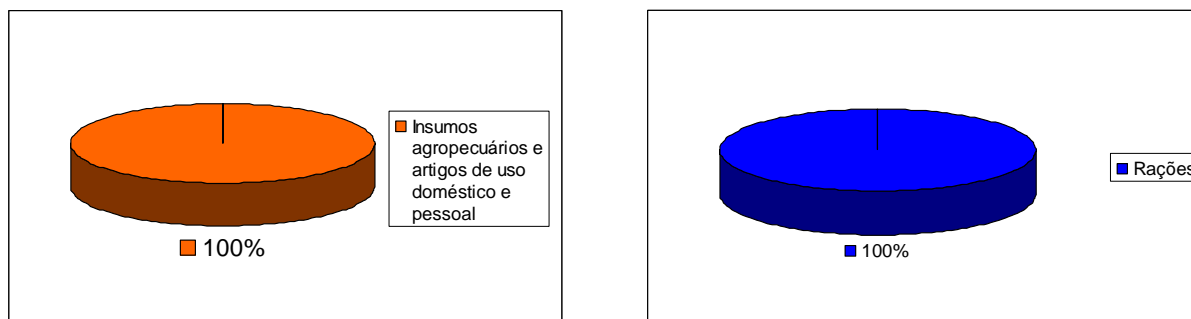
Gráfico 13: Evolução do número de associados da COOPAGRESTE.



Fonte: Silva^x,2004; adaptação do Autor.

É certo que a cooperativa tem dificuldades para desenvolver o Projeto de Criação de Galinhas Caipiras, financiado pelo Banco do Nordeste do Brasil S/A, em julho de 2004 e implantado em setembro desse mesmo ano. Inicialmente, a cooperativa desenvolve-se bem, as aquisições de rações primeiramente são adquiridas junto à própria cooperativa, que compra milho, soja e núcleo, faz a mistura e repassa aos cooperados, adicionando ao preço de repasse o preço de custo desses ingredientes e a taxa de transformação (MELO^d & SILVA^x, 2004). E os medicamentos e vacinas nas empresas Avesui, em Maceió/AL e Tecamp, em Recife/PE, são repassados aos cooperados-avicultores a preço de custo mais frete. Atualmente, é junto à Avícola Beltrão que se adquirem as rações, como também é dos próprios cooperados a responsabilidade de fazer as aquisições referentes aos medicamentos e vacinas (SILVA^x, 28/01/2004).

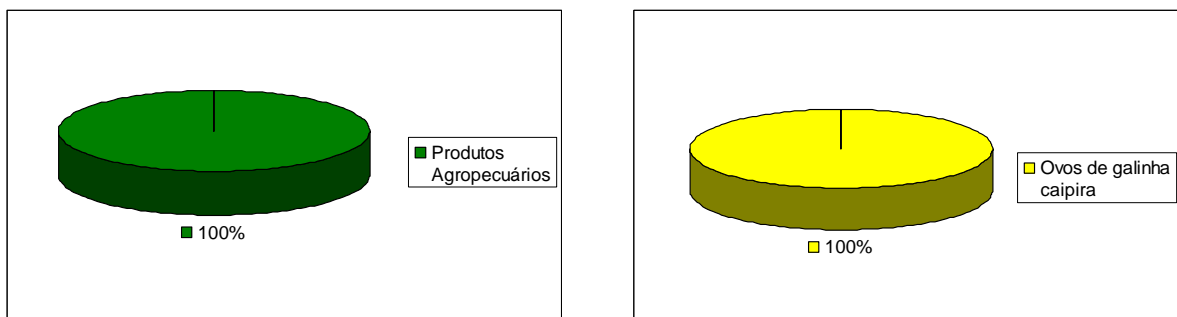
O gráfico 14 mostra que a cooperativa só atende a demanda do cooperado no item: rações. (Esquerda, situação estatutária; direita, real dos insumos agrícolas).



Fonte: Silva^x,2004; adaptação do Autor.

A negociação, para o recebimento do produto (ovos) do Projeto Galinhas Caipiras pela cooperativa, dá-se com o cooperado-avicultor, recebendo um salário mínimo por mês (MELO^d,28/01/2004). A partir dessa negociação, a cooperativa comercializa no mercado local (Supermercados Unicompras, Azul e Mercadinho nos Bairros) e no Estado por meio de vendedores. Vale acrescentar que a cooperativa tem tido dificuldades para colocar seu produto nas casas do ramo devido à forte concorrência de grupos bem estabelecidos, como a Luna Avícola. São dificuldades de gerenciamento do projeto, relação de desconfiança entre dirigentes e cooperados e a apatia no exercício da prática cooperativista pelos cooperados, de forma que esses fatores são os desestabilizadores da rotina cooperativista dentro desta organização. Nesse sentido, a exposição desses pontos de estrangulamento vividos internamente pelos cooperados e dirigentes, acentuou-se tanto que pode estar levando o negócio Galinhas Caipiras a nocaute e, ainda mais, expor a cooperativa como um fracasso.

O gráfico 15 mostra que a cooperativa só atende a demanda do cooperado no item: comercialização ovos de galinhas caipiras. (Esquerda, situação estatutária; direita, real dos produtos agrícolas).



Fonte: Silva^x,2004; adaptação do Autor.

A COOPAGRESTE, no entanto, fez alguns pequenos deveres de casa. Promoveu, através de consultorias³⁷, os aspectos motivadores da Doutrina Cooperativista, houve distribuição de Cartilha sobre o tema, também proporcionou capacitação sobre Manejo Alimentar e Sanidade. E contrata um técnico agrícola, para dar atendimento aos cooperados-avicultores. E, mais recentemente, em substituição a este, conseguiu a disponibilização de um técnico agrícola da Secretaria de Agricultura Municipal, para assistir os cooperados, mas não o suficiente, para evitar essa crise.

A partir desse momento delicado de tensão entre a organização e os cooperados, o diretor-presidente está em negociação com a Prefeitura de Arapiraca, no sentido de conseguir o 2º lote de Galinhas Caipira, dando, assim, prosseguimento ao projeto e amenizando esse clima, ora instalado.

A cooperativa COOPAGRESTE não vive um bom ambiente institucional. Contudo, mantém relações importantes com os agentes sociais: agentes financeiros – Banco do Brasil S/A, empresas compradoras de ovos e fornecedoras de insumos – Avícola Beltrão, O Roçado, associações comunitárias de Arapiraca e, principalmente, com a Prefeitura de Arapiraca e o Banco do Nordeste de Brasil S/A.

A cooperativa tem tido grandes dificuldades, para realizar seus objetivos sociais (MELO^d & SILVA^r,08/07/2004). Até o momento, tem funcionado mais como

³⁷ Consultoria mineira de Dr. José Geraldo, sobre os aspectos da Doutrina Cooperativista. Com o consultor Walker Bezerra (Recife, PE), capacitação sobre manejo alimentar e sanidade. E, contrata o técnico agrícola Edinaldo Batista para dar atendimento aos cooperados-avicultores; e, mais recentemente em substituição a este, conseguiu a disponibilização do técnico agrícola Josimar da Silva (Secretaria de Agricultura Municipal) [MELO^d & SILVA^x, 28/01/2004].

uma empresa no caos; levada a esse extremo, é preciso fazer as devidas e necessárias correções de rumo da cooperativa, para que seu Estatuto possa ser praticado. Nesse sentido, a COOPAGRESTE deve garantir que suas operações se dêem sem qualquer finalidade lucrativa e dentro dos princípios da neutralidade política e discriminação religiosa, racial e social.

Por isso é que o Art. 6º, (“a cooperativa, com base na colaboração recíproca a que se obrigam os associados”), e o inciso I do Art. 6º, (“no estímulo, o desenvolvimento auto-sustentável progressivo e a defesa de suas atividades de interesse econômico de caráter comum”) [COOPAGRESTE,1999]; em atuação ao par, garanta a evolução das premissas econômica e social, previstas nos estatutos, com o sentido de atender as demandas e desejos dos cooperados. Esse esforço vai exigir de todos os sócios, inicialmente, grandes sacrifícios.

Mesmo com sacrifícios à vista, as pessoas continuam acreditando na possibilidade de o movimento cooperativa e a capacidade das organizações associativas³⁸ darem respostas a seus anseios.

No ano de 2003, vários eventos acontecem. Entra em vigor o novo Código Civil Brasileiro (ANOGHER,2005:132,133-142), este dedica o capítulo VII à sociedade cooperativa. A sociedade cooperativa é mencionada nos artigos 1093, 1094, 1095, 1096 e 1159 do citado capítulo. O Presidente Lula cria a Secretaria Nacional de Economia Solidária e as cooperativas do ECOSOL – Sistema de Economia Solidária, do SCA – Sistema Cooperativista dos Assentados e do CPA – Sistema de Cooperativas de Produção Agropecuária, como também de outros movimentos, que se utilizam dessa entidade para realizar suas ações e atividades. As universidades, as cooperativas e a criação dessa secretaria fazem com que as três vertentes cooperativistas – a tradicional, a sindical e a solidária – relacionem-se mesmo de forma tímida.

Ainda em 2003, difundem-se os cursos de Pós-Graduação em Cooperativismo (especializações, mestrados...), especialmente em São Paulo (USP de Ribeirão Preto), no Rio Grande do Sul (UNISINOS – Universidade do Vale dos Sinos) e outros centros. E o Banco Central, objetivando atender a uma população de 40 milhões de indivíduos sem acesso ao crédito, adota novos critérios, para criação e

³⁸ E em 2004, os proprietários-irrigantes da Barragem de Bananeiras, formam a COOPAIBA - Cooperativa Agroindustrial dos Irrigantes do Projeto Bananeiras. (FERREIRA, 11/02/2004)

operacionalização das cooperativas de crédito. No ano seguinte, um grupo de pessoas interessadas em usar esses novos normativos criam, na região fumageira de Alagoas, a COOPCRAL – Cooperativa de Crédito Rural do Agreste Central Alagoano Limitada (SANTOS^j, 2004).

Essas experiências brasileiras foram importantes para a formação e compreensão hoje do que se entende como movimento cooperativo brasileiro. E as cooperativas agrícolas de italianos, alemães e japoneses foram as precursoras. Esse processo de criação de cooperativas continua em ascendência em todos os ramos – Agropecuário, Consumo, Crédito, Educacional, Especial, Habitacional, infraestrutura, Mineral, Produção, Saúde, Trabalho, Turismo e Lazer e outros, (nomenclatura da OCB) [PINHO,2004:270-272].

Está posta as condições para o favorecer o desenvolvimento do cooperativismo brasileiro.

No entanto, há entraves de natureza social – garantia do exercício dos direitos básicos da 1ª e 2ª gerações e política – legislação feita com base na troca da liberdade por um benefício e decisão feita por autoridade governamental ainda caracteriza o modo brasileiro de fomentar o cooperativismo sempre com a ausência dos cooperativistas e simpatizantes. Por várias razões, para compreender o cooperativismo brasileiro, enquanto projeto e prática social, é preciso avaliar: 1. a apatia dos cooperados em relação a sua prática cooperativista e 2. influência dos governos e elite dominante, ainda com sua mão de força promovendo a hierarquização de seus interesses, tais como: centralismo, paternalismo e autoritarismo. Esses comportamentos exigem uma reflexão, que se faz necessária para educar os cooperados e familiares com a finalidade de compreender que “*o que se deve reformar é o conjunto do ambiente social*” (HOLYOAKE, 2003:21), permitindo assim que homens e mulheres continuem a sonhar e a realizar histórias de cooperação e cooperativismo. Assim, é importante perceber que o cooperativismo, praticado nos dias atuais, originou-se há um século e meio, em Rochdale, Lancashire, Inglaterra, com a constituição do armazém cooperativo – self-help – processo de ajuda mútua, como finalidade máxima.

4.....Estudo DE CASO

4.1.....Relato das EXPERIÊNCIAS de dirigentes das cooperativas agrícolas da região fumageira de Arapiraca, Alagoas.

Sucessivos contatos foram feitos com esses dirigentes, os quais aconteceram em seus locais de trabalho e em suas residências, tanto na sede do município como na zona rural. Foram encontros prazerosos, pois a conversação criou um ambiente favorável à abordagem de um tema delicado, como esmiuçar a prática cooperativista em suas respectivas organizações. Os questionários foram aplicados por meio de visitas individuais. Os dirigentes faziam abordagens de muita riqueza, fruto de sua vivência em suas cooperativas. Então, esse estudo de caso oferece material significativo, para abordar e compreender a dimensão da prática cooperativista na região fumageira de Arapiraca, Alagoas.

É necessário dizer que o relato das experiências vivenciadas pelos dirigentes cooperativistas fala de questões pertinentes às dificuldades e aos avanços da prática cooperativista. Portanto, a prática cooperativista, nessas organizações, estão cheia de indagações, principalmente no que diz respeito à intromissão de interesses particulares dos próprios cooperados, bem como dos agentes financeiros, prefeitura, secretarias de agricultura estadual e municipal, baixa eficiência na realização das atividades pertinentes à vida cooperativista, baixa participação dos dirigentes e cooperados e da inexistência da cultura cooperativista.

Utilizando de uma amostra qualitativa (Entrevistas individuais), 26 indagações sobre a prática cooperativista foram feitas a esses dirigentes³⁹

³⁹ Pela CAPIAL, Oliveira^l (Leônidas Correia de Oliveira, presidente do Conselho Administrativo, 1975/78 e Vice-presidente, 1979/82). Data da entrevista: 13/04/2004; Melo^c (Adelmo Rodrigues de Melo, membro do Conselho Fiscal, 1987/91). Data da entrevista: 14/04/2004; e Irmão (Francisco de Souza Irmão, presidente do Conselho Administrativo nas gestões: 1987/91, 1991/04, 1994/97, 1997/01, 2001/04 e 2004/07). Data da entrevista: 15/04/2004; pela COOPERFUMO: Oliveira^h (José Firmino de Oliveira, presidente do Conselho Administrativo: 1988/91, 1992/95, 1996/99 e 2000/04). Data da entrevista: 06/04/2004; e Silva^y (Severino Lourenço da Silva, vice-presidente, 1988/91). Data da entrevista: 07/04/2004; e, pela COOPERAL: Santos^m (João Pereira dos Santos, presidente do Conselho Administrativo: 1998/01, 2001/04 e 2004/07). Data da entrevista: 19/04/2004;; Silva^w (Miguel José da Silva, tesoureiro, 2004/07). Data da entrevista: 20/04/2004; e Brito (Margarida de Oliveira Brito, secretária, 1998/01). Data da entrevista: 22/04/2004; e pela COOPAGRESTE: Silva^f (Cícero Antônio da Silva, membro do Conselho Fiscal, 1999-03). Data da entrevista: 27/04/2004; Melo^d (José Antônio de Melo, membro do Conselho Fiscal, 1999-03) Data da entrevista: 28/04/2004; e Silva^x (Valdeci Araújo da Silva, membro do Conselho Administrativo,

(selecionados previamente): Irmão, Melo^c e Oliveiraⁱ pela CAPIAL; Oliveira^h e Silva^y pela COOPERFUMO; Brito, Santos^m e Silva^w pela COOPERAL; e Melo^d, Silva^r e Silva^x pela COOPAGRESTE. Esses deram essas respostas com muita pertinência aos aspectos econômicos, sociais, políticos e ambientais contidos nas perguntas.

A pergunta “Que motivos levaram os agricultores a criarem a cooperativa?”, tem sentido, porque colhe informações sobre a compreensão de dirigentes fundadores ou não, sobre a importância da prática cooperativista na região fumageira. Dessa forma, começamos a dar sentido a essa resposta com a intervenção dos senhores: Oliveiraⁱ, Melo^c e Irmão.

Para Irmão, “O motivo que levou Lourenço de Almeida a iniciar a primeira cooperativa de Arapiraca, foi por conta da grande produção de fumo em corda e de algodão que nós tínhamos, e o preço estava muito pequeno, então juntou-se um grupo de agricultores e iniciaram e fizeram a primeira cooperativa, colocaram seus produtos lá, esvaziaram o mercado e, depois de um certo tempo, esses agricultores dobraram o preço da sua produção, e daí começou um grande incentivo, para que a cooperativa pegasse um grande número de associados”.

Enquanto, Melo^c considera que foi a motivação dos agricultores em “unir para se tornar mais forte e, conseqüentemente, melhor o nível de vida econômico e social”. O senhor Oliveiraⁱ coloca que “antigamente, só o magnata era quem ia pra frente”. “O primeiro presidente, Professor Lourenço de Almeida, fundou a cooperativa, mas a cooperativa, durante 13 anos, não obteve êxito, apesar dos 1600 sócios, só depois de 13 anos, em minha gestão, a cooperativa começou a receber a produção dos associados, ajuda dos órgãos federais e estaduais, começou a progredir”.

Silva^y e Oliveira^h respondem, nesta ordem sobre a criação da COOPERFUMO. “A CAPIAL tinha praticamente parado as suas atividades na área de comercialização do fumo em corda”. “A Capiál está em processo de depredação como chegou a ser total e criminosamente depredada logo em seguida”(primeiro). “Dialogar com os bancos sobre financiamentos e melhorar a comercialização de produtos agrícolas e insumos”(segundo).

1999-04 e presidente do Conselho Administrativo, 2004-07). Data da entrevista: 29/04/2004; Período analisado: 1976 a 2004.

Silva^w, reforça que é pela “necessidade de organização e a busca de melhores condições de vida”. A senhora Brito, responde que devido “à crise da cultura fumageira que, na época, afetava toda região” e sob “a perspectiva de um projeto para uma indústria de fécula da mandioca a se instalar aqui, em Arapiraca, e que seria gerenciada pela cooperativa”, criou-se a COOPERAL. E Santos^m, avalia que foi “pelo poder de barganha e por vender juntos e comprarem juntos”.

A razão da criação da cooperativa COOPAGRESTE para Silva^x, dirigente-fundador, e Melo^d se assemelham foi “a busca por uma atividade produtiva, alternativa e a necessidade de aumentar a renda familiar” e “buscar uma alternativa produtiva e econômica”. “Como sabemos, em nossa cidade, existe pouca perspectiva além da roça e a idéia de uma cooperativa aparecia como a tábua de salvação” essa foi a motivação que levou os agricultores a criarem a cooperativa, para Silva^f.

Pois bem, quando perguntamos aos dirigentes cooperativistas: “Quais razões levaram o(a) senhor(a) a entrar na cooperativa?” Tivemos respostas que vão do entendimento de que cooperativa, em primeiro lugar, é uma associação de pessoas com interesse mútuo, a outras respostas que sinalizam uma sociedade com fins econômicos, como também coloca de modo pertinente a situação precária em que se encontrava e se encontra o agricultor, no que diz respeito à aquisição de insumos, comercialização de produtos agrícolas, enfrentamento de preços baixos e sem poder de negociação, frente aos agentes financeiros, indústrias de fumo, fornecedores de insumos e compradores de fumo.

É ilustrativa a dupla natureza da cooperativa nas observações dos dirigentes, Oliveiraⁱ e Brito sobre a pergunta:

“Unir-se a outras pessoas, para enfrentar conjuntamente problemas sócio-econômicos, através da ajuda mútua, buscando o bem comum”(Brito).

“Produto ter escoamento. Melhor negociação” (Oliveiraⁱ).

Enquanto Melo^c, Irmão, Silva^y, Oliveira^h, Santos^m, Silva^w, Melo^d, Silva^f e Silva^x respondem:

“O individualismo é sem sombra de dúvidas, o inimigo do progresso e quando se trata de pequenos produtores, a necessidade da união é bem palpável. ‘A união faz a força’ (Melo^c); Irmão: “Vestir a camisa do agricultor e, fortalecer a cooperativa”.

Para Silva^y: “Tentar fortalecer meu poder de compra e, na comercialização do meu produto” e Oliveira^h, “Dentre as razões que me levaram a entrar na cooperativa, eu, destaco a fragilidade do produtor de fumo, diante dos agentes financeiros, das indústrias e fornecedores em geral”.

Para Melo^d, Silva^r e Silva^x, respectivamente: “O sistema me atrai”. “É um dos poucos caminhos onde o trabalhador cooperado, pode sobressair-se, em um sistema capitalista“. É a forma mais prática e, a melhor oportunidade de você colaborar, se auto-ajudando”.

Para Santos^m, “Para organizar os agricultores para comercializarem seus produtos”. E, Silva^w: “A necessidade da organização dos agricultores em busca de melhores condições de vida”.

O ponto de vista desses dirigentes, embora atuando em suas cooperativas em momentos diferentes, aproximam-se, mas não os tornam iguais no entendimento de quais são esses benefícios. Ao ser perguntado sobre: “Quais os benefícios em ser cooperado?”

Silva^y, Santos^m, Brito, nessa ordem, aproximam-se em suas respostas: “tornar um grupo de pequenos ou médios produtores fortes, juntos tentando conseguir melhores condições em financiamentos, aquisição de insumos, vendas dos seus produtos, conseguindo, com isto, uma melhor condição de vida para todos”; “vender juntos e comprar juntos, com isso ter poder de barganha” e “mais acesso ao crédito; comprar e comercializar os produtos e/ou serviços conjuntamente, objetivando maiores lucros”.

E entre, Silva^x, “Igualdade nos direitos e obrigações”; Melo^d, “Um tratamento de igualdade é recebido entre as pessoas” e Silva^w “O principal é a igualdade entre nós. Todos temos as mesmas oportunidades, independente do padrão financeiro ou da amizade com os dirigentes”, têm o mesmo entendimento.

Enquanto Oliveira^h, “eu entendia, naquela oportunidade, que a melhor e mais racional forma de enfrentar a crise, no setor fumageiro e no setor agrícola da região fumageira de Alagoas, era através do cooperativismo, visto que toda a comunidade produtora, à época, era minifundiária e associativismo a tornaria forte o suficiente para enfrentar as adversidades que o setor experimentava naquela oportunidade”.

Para Silva^f, “os benefícios, dentre outros, é que o trabalhador cooperado é também dono da cooperativa”. “Mas, é preciso, de fato, assumirem que são os donos da cooperativa”.

Para Melo^c, “são muitos, porém podemos citar alguns: união, companheirismo, solidariedade, crédito sem burocracia, participação nos lucros em forma de retorno, poder de barganha na comercialização do que produz e do que necessita comprar, acabou com a figura exploradora do atravessador, etc”.

Para Oliveiraⁱ, “10% nos insumos” nas compras de insumos; e a “entrega de sua produção (armazenar, negociar e retorno)”, são benefícios importantes.

E para Irmão, a “cooperativa é de grande importância para o município e para o estado. Agregar valores. Agricultura sustentável. Sobreviver no campo. Tendo renda dos seus produtos”.

Cada dirigente quando foi questionado acerca de “Como você define seu trabalho de diretor?” Em cada resposta, percebe-se que o dirigente tem dificuldades para reconhecer e exercer suas atribuições, que vão desde a falta de condições para exercer a função e gratidão por estar exercendo.

Oliveiraⁱ: “Não tinha condições de ser diretor. Incentivo do pessoal do Incra”.

Silva^y reconhece ser “deficiente, não pela minha pessoa ou pela diretoria da época, mas porque tínhamos um péssimo exemplo de outra cooperativa e, com isto, não conseguimos alavancar recursos para comercialização dos nossos produtos, gerando, com isso, uma certa insatisfação por parte de nossos companheiros na época”.

Emenda Silva^f: “Meu trabalho de diretor não está dentro do óbvio, mas deve ser de acompanhamento e participação, mas sou do conselho fiscal, e não está bem claro o que eu exerço realmente, a minha função, se a cabeça da Direção da Cooperativa fica satisfatória”.

Para Melo^c: “Um tanto difícil, por conta de alguns interesses de parte da diretoria e também de políticos que queriam interferir”.

Afirma Irmão: “Lutando, para que a cooperativa e produtores tenham crédito na hora certa. Possa trabalhar também com tecnologia. Para que tenham uma produção maior que a existente. Condições de vida melhor para poder uma agricultura mais forte e sustentável”.

Para Oliveira^h: “Enquanto presidente da COOPERFUMO, sempre tive em mente que nada mais era que um gerenciador do patrimônio dos cooperados e seu

porta-voz, diante das autoridades financeiras e políticas relacionadas com o setor a que pertencíamos”.

Para Santos^m: “Bom, porque procuro mobilizar o maior número de cooperados, para que eles participem de todo processo da cooperativa”.

Para Brito: “Colaborar, participando do planejamento das atividades como também na realização das mesmas, bem como acompanhar, fiscalizar e cobrar ações que promovam melhoria na qualidade de vida dos associados e nunca de pessoas individuais ou de grupos de influência meramente político-partidário”.

Silva^x e Melo^d se pronunciam nessa ordem: “Tenho agido com responsabilidade, trato a coisa como um ofício que busquei, porque gosto de lidar com pessoas”; e, “Muita responsabilidade, lidar com uma organização feita por pessoas não é”, respectivamente.

E Silva^w define: “Árduo, mas gratificante”.

Diálogo, respeito, reciprocidade, cordialidade, descrédito, confiança, causa, relacionamento e bem-estar, mostrando, assim, como cada dirigente compreendeu a pergunta: “Fale sobre o seu relacionamento com os demais sócios?”

Deste modo, respondem, em primeiro lugar, Silva^y: “Sempre tive diálogo e respeito por todos os companheiros que vivem do setor agrícola desta região”; e Brito: “Respeitoso, a maior dificuldade é o fato de o grupo não conhecer o que é cooperativismo e por não entender que a cooperativa é ele mesmo, o que ocorre pela falta de escolaridade”.

Oliveira^h, Silva^r, Santos^m e Silva^w, nessa seqüência, respondem: “o relacionamento com os associados era muito bom e de confiança mútua, e sempre me procurei pôr a serviço da causa cooperativista e dos interesses da Cooperativa que dirigia e dos seus associados”; “Meu relacionamento com os demais sócios é bom, mas que têm sido convocadas poucas reuniões, por isso, fica difícil esse relacionamento, onde muitos deles nós não conhecemos”; “Um relacionamento bom, sobretudo com os 70% dos cooperados que participam diretamente”; e, “É um relacionamento normal, em paz. Eu diria saudável, às vezes, tínhamos divergências de opiniões, o que, no processo democrático, é normal”.

Enquanto, pela ordem, Silva^x e Melo^d dão essas respostas: “Sou recíproco, depois que nos entendemos, as considerações ficam em clima familiar”; e, “Considero bom, existe uma reciprocidade em relação ao tratamento”.

Para Melo^c: “Era de cordialidade, sem nunca deixar de expor minhas posições em defesa de uma cooperativa livre e voltada para os interesses sociais e econômicos da sociedade cooperativista”.

Para Irmão: “É de grande importância, sempre lutou pensando no bem-estar da coletividade dos agricultores. A cooperativa só pode ser forte se nós tivermos uma educação cooperativista junto ao seu grupo de associados. Tentando de maneira mais ampla, sensibilizar outros sócios, para que tragam mais sócios, para o quadro da cooperativa”.

E para Oliveiraⁱ: “Os próprios sócios não acreditavam na cooperativa. Após reuniões, assumi a presidência. Cooperativa mostra trabalho suficiente, com a entrega da produção, a cooperativa tinha futuro”.

A cooperativa, em primeiro lugar, é uma associação de pessoas; em um segundo passo, é uma empresa econômica. Desse modo, o objetivo maior da cooperativa é fazer com que as necessidades comuns sejam realizadas. “A cooperativa utilizava-se dessa estratégia, para fazer o cooperativismo funcionar, ou só alimentava o lado econômico?” Esta colocação obtém essas respostas.

Para Silva^y, Silva^w, Silva^r e Melo^d: cooperativa é uma associação de pessoas com fins mútuos. “Nunca pensamos, em nenhum momento, que uma cooperativa iria ter sucesso, sem levar em conta que o engrandecimento das pessoas neste processo seriam realizados através do lado econômico e da melhor qualidade de vida de todos” (Silva^y). Para Silva^w: “Não. Primeiro é levado em consideração essa aglutinação de pessoas em torno do nosso objetivo, que é a entidade. O lado econômico é uma consequência do bom relacionamento dentro dessa associação”. Para Silva^r: “A cooperativa, como uma Associação de pessoas, precisa visar o engrandecimento dos seus associados cooperados e distribuir economicamente e socialmente os benefícios da cooperativa, não visa só o lado econômico”. E Melo^d, “A situação econômica resolvida não significa tudo, com a união as pessoas conseguem muito mais”.

Os dirigentes, Santos^m, Brito, Silva^x, Melo^c e Irmão, vêem a organização econômica em primeiro lugar. Observe suas respostas.

“É uma empresa econômica e social, por ter seu capital criado a partir dos cooperados e é a empresa que divide seu capital com os sócios” (Santos^m). Para Brito: “O lado econômico, especialmente de alguns diretores, funcionários e um pequeno número de associados que aprovam as iniciativas da diretoria”. Para Silva^x:

”Temos também a preocupação no que se refere ao social, se as finanças estão boas, melhor ainda ficaremos, se a harmonia entre as pessoas existir”.

Para Melo^c: “A cooperativa em discussão, 80% de suas ações eram voltadas para o econômico, porém devemos afirmar, com bastante firmeza, que uma vez melhorando a vida econômica do cooperado, automaticamente melhora o social”. Para Irmão: “Pelo que nós víamos, a cooperativa, nos primeiros momentos, pensava no bem comum de toda a sociedade, principalmente dos agricultores, depois chegou a um ponto onde os dirigentes não pensavam tanto em manter aquele grupo de associados, eles pensavam mais na situação econômica, e isso levou a cooperativa ao desastre, chegou a ser destruída e dando prejuízos à região e ao estado”.

E para Oliveiraⁱ: “Não, a cooperativa olhava, eu creio 80% para o lado do produtor. Este outro lado econômico é porque, de qualquer forma, a cooperativa necessita disso. Sem ela também não funciona. Os órgãos que ajudam a cooperativa e os políticos são órgãos de apoio, sem eles a cooperativa não vai”.

Enquanto Oliveira^h não situa a dupla natureza da cooperativa: “A cooperativa por mim dirigida tinha uma dificuldade a mais em relação às demais cooperativas. Era o descrédito do cooperado no sistema cooperativista. A depredação do patrimônio físico da CAPIAL, importante cooperativa de agropecuária de Arapiraca, naquela época, criou enormes dificuldades tanto diante dos produtores rurais da região, quanto diante das autoridades financiadoras do pequeno agronegócio e das autoridades políticas do Estado de Alagoas”.

Ao ser questionado se o sistema cooperativista é uma estratégia importante, para o enfrentamento da exclusão social (O senhor acredita que as cooperativas, ao se unirem, podem muito bem enfrentar essa situação, por quê?), todos os dirigentes responderam, afirmativamente, que a intercooperação é uma ferramenta significativa no enfrentamento da exclusão social.

Nessa seqüência e empregando a palavra união, Silva^y, Silva^f, Melo^c, Oliveiraⁱ e Irmão dão assim suas respostas.

“Claro que acredito, pois, unindo-se, será muito mais forte e poderão enfrentar os grande grupos econômicos em pé de igualdade” (Silva^y). “Eu acredito, que no mundo capitalista, prevaleça a exploração do homem pelo homem, onde impera a lei do mais forte, por isso eu acredito que quanto maior for o bloco da união de cooperativa, mais aumenta o seu poder de barganha no mercado” (Silva^f).

“A exclusão social é um problema estrutural que não se resolve só com o trabalho das cooperativas, porém a união de todas elas fortalece as mesmas e, conseqüentemente, contribui decisivamente para o fim da exclusão, porém só daqueles que direta ou indiretamente são beneficiados” (Melo^c). “Quando a cooperativa de uma região está em decadência, se houver a união na região da cooperativa resistente, é uma saída. Dificulta, naquela época, na aquisição de vários insumos. Fazendo um comitê, todas as cooperativas de compra passam a adquirir a roda de arame em melhores condições para negociar” (Oliveira^j).

Mas Irmão fala de união via capacitação em um ambiente de agricultura auto-sustentável: “Se houver a união das cooperativas, se houver uma grande divulgação e capacitação dos agricultores através das cooperativas, há possibilidade de nós termos uma grande quantidade de agricultores produzindo em grande escala e fazendo uma agricultura auto-sustentável, onde o agricultor tenha condições de se manter e manter sua família”.

Brito, Silva^x e Melo^d, respectivamente, fazem estes comentários: “Sim. Porque o intercâmbio entre cooperativas tendem a fortalecer muito mais o sistema informando, promovendo a abertura de mercado consumidor, tanto compras como também para comercialização dos produtos/serviços, aumentando os resultados econômicos e sociais”(Brito). Silva^x, “Sim. A intercooperação deve ser estabelecida entre toda a sociedade. A união das pessoas transforma qualquer situação”; E Melo^d confirma: “Sim. A intercooperação deve ser estabelecida entre qualquer sociedade e realizaremos muito mais, governo do povo”.

Silva^w diz: “Acredito, por causa dos objetivos maiores dessas entidades, que é a igualdade entre seus participantes”.

Santos^m enfoca o ambiente interno: “É uma empresa econômica e social, por ter seu capital criado a partir dos cooperados, e é a empresa que divide seu capital com os sócios.

Enquanto Oliveira^h enfoca sob a ótica do cooperado “Na verdade, é só no que eu acredito. Tanto isso é verdadeiro que hoje faço parte de duas cooperativas no Estado de Minas Gerais, CREDIRAMA, cooperativa agrícola dessa mesma região. No caso particular da agropecuária, está provado que o individualismo não funciona em relação ao pequeno e médio produtor, daí a saída é mesmo o cooperativismo”.

“A cooperativa está funcionando?” A resposta sim foi dada pelos dirigentes da COOPERAL (Santos^m, Silva^w, Brito), da COOPAGRESTE (Silva^x, Silva^r e Melo^d). No entanto, elas variaram em suas complementações:

Para Silva^w: “Está, não como deveria, mas está”;

Para Brito: “Funciona, como empresa econômica”;

Para Silva^x: “com algumas dificuldades que qualquer organização enfrenta nos dias de hoje”;

E para Melo^d: “Com algumas dificuldades”.

A resposta não foi dada pelos dirigentes, Oliveiraⁱ, Melo^c, Irmão, Oliveira^h e Silva^y, com explicações sobre o não-funcionamento:

Para Oliveira^h: “As razões de sua inatividade estão respondidas nos relatos anteriormente aqui apresentados”.

Para Melo^c: “Tiveram duas atividades paralisadas, mais ou menos em 88, por conta de uma série de desmandos administrativos, falta de crédito, dívidas impagáveis e uma série de outras complicações”.

Para Irmão: “Ao assumir a Capiál, peguei vários problemas. Peguei grupo político muito sério, um grupo político que não pensa nos pequenos, só pensa em levar o povo à miséria, porque este povo, estando na miséria, eles têm condições de comprar votos, e hoje nós temos uma cooperativa fálica, como o sistema cooperativista em todo o estado. Então não existe interesse da grande maioria dos políticos em fazer cooperativas fortes, porque eles sabem que, na hora em que fortalecerem às cooperativas, nosso povo vai estar educado e vai puxar para uma política diferenciada”.

E para Oliveiraⁱ: “Porque entrou em decadência na mão de outros associados, de outros presidentes. E não sei qual a razão da cooperativa não ter ido à frente. Um ponto, dizem que foi a saída de nossa mercadoria”.

E a resposta do Silva^y é que “foi desativada”.

As respostas vão do sim ao não. Ao responder acerca da lei cooperativista Nº 5.764, que trata da estrutura e funcionamento das cooperativas. Essa lei era discutida entre os dirigentes?”

Os dirigentes Silva^y e Oliveira^h e Oliveiraⁱ se colocam: “Tratamos da funcionalidade, desde a fundação com todos os sócios e com os dirigentes à discussão a respeito deste tema era praticamente diária” (Silva^y). “Essa lei era a nossa cartilha e, em todos os encontros da diretoria da cooperativa ela era

exaustivamente discutida e interpretada” (Oliveira^h). E Oliveiraⁱ: “Sempre que havia assembléias e reuniões, o pessoal da Secretaria de Agricultura, do Incra e da EMATER nunca se esqueciam de mostrar ao associado o que era esta lei. No início da cooperativa, o associado, tendo conhecimento, ia chegando à conclusão de trazer mais pessoas para se associarem à cooperativa”.

Enquanto Santos^m personaliza: “Tenho discutido, sobretudo porque o estatuto está caduco, e tem que ser modificado, porque as estruturas têm que ser modificadas, e hoje têm que ser trabalhados departamentos”.

Irmão diz: “Essa lei era discutida mais entre os diretores. E o agricultor como não entende. A grande maioria são de pessoas analfabetas, então essa lei era discutida muito pouco, mas é de grande importância essa lei, deveria ser mais divulgada entre os associados, para que realmente eles soubessem o objetivo e quanto é importante uma cooperativa para o pequeno produtos rural da região”.

Enquanto Melo^c comenta: “A lei pouco era estudada pelo grupo, apenas alguns diretores mais interessados tratavam de conhecê-la. E Silva^w confirma: “Muito pouco, o que realmente é discutido é o Estatuto da Cooperativa”.

Os dirigentes, Silva^x, Silva^f, Melo^d e Brito respondem que “não”. No entanto Silva^x adianta: “Já discutimos sobre a necessidade de conhecermos a Lei 5.764/71”. Silva^f diz: “A lei eu conheço de outros estudos sobre cooperativas, mas que, na nossa cooperativa, nunca foi discutida, e sim quando houveram umas capacitações promovidas pelo MDA, mas internamente”. E Brito afirma: “A maioria dos dirigentes são pessoas de pouca vivência de cooperativa e que confundem cultura e escolaridade, visam baixa a promoção humana, que as leis estatutárias e cooperativista”.

À indagação “Como os processos decisórios eram usados pela cooperativa?”, todos os dirigentes responderam que a assembléia era o instrumento democrático de decisões, mas também havia decisões em reuniões a nível de diretoria. Ilustro a pergunta com os seguintes relatos:

De Silva^y: “Sempre acatando a decisão da maioria, quer seja da diretoria, quer seja dos associados, visando sempre o melhor para todos”;

De Oliveira^h: “As decisões da diretoria da Cooperativa eram sempre relacionadas com a sua administração. Quanto às decisões relacionadas com a política agrícola, envolvendo preço do produto produzido pelos cooperados, volume

de recursos para financiamentos das safras, era sempre a Assembléia Geral da Cooperativa”;

De Brito: “As decisões eram tomadas pelo presidente, pela diretoria, mas nem sempre eram cumpridas da forma como aprovada e, muitas vezes, não passavam pela aprovação da Assembléia Geral”;

De Silva^f: “Iniciou com muito centralismo e só agora, depois das coisas não andarem bem, é que está sendo sinalizado para decisões coletivas”;

De Melo^c: “Os processos decisórios eram todos feitos com base no estatuto e os casos omissos eram decididos pela diretoria executiva”;

De Irmão: “Reuniões mensais com diretores, corpo técnico e alguns sócios, havia também reuniões extraordinárias, grandes assembleias (2, 3) por ano, a cooperativa ouvia seus associados”;

E de Oliveiraⁱ: “Reuniões a cada 7 dias (interna) com diretores, técnicos e outras pessoas. Assembleias, qualquer projeto de empréstimo para custeio e repasse do fumo tinha que ser aprovado em assembleia”;

Enquanto Silva^x diz: “Vários, principalmente sobre comercialização e operacionalização interna”;

E Melo^d: “Vários: comercialização e operacionalização interna, principalmente”. Fazem comentários sem nenhuma colocação do uso do estatuto.

Os dirigentes devem ter o estatuto como ponto de partida, ao serem indagados: “Por que o sucesso de uma cooperativa depende da educação cooperativista?”

As respostas foram dadas, colocando a educação cooperativista como um princípio de alto valor, no sentido do que somos, o que queremos, como ajudar-se e para onde vamos numa organização cooperativista.

Para Silva^x: “Qualquer que seja o grupo social, precisamos conhecer bem quem somos e o que queremos”.

Para Melo^d: “É porque qualquer sociedade só obtém sucesso quando as pessoas se conhecem mutuamente”.

Para Santos^m: “É porque só com o conhecimento é que eles podem participar, tomar decisões”.

Responde Silva^y: “Porque precisa que o produtor repasse para a cooperativa o que de melhor ele produzir ou tiver ao seu alcance, isto incluindo até a sua

honestidade, credibilidade, pois, assim sendo, estarão todos contribuindo para o engrandecimento da mesma e deles próprios”.

Para Silva^f: “É porque os cooperados tem que ser educados para entenderem o que é uma cooperativa, e, isso não acontecendo, a cooperativa passa a ser vista como uma empresa comercial”.

Para Silva^w: “É porque nós precisamos saber o que significa ser ‘cooperado’, no sentido maior da palavra, alfabetizar o agricultor sobre cooperativismo, todas as vezes que esquecemos isso, a entidade sofreu bastante”.

Para Oliveira^h: “Não é necessário dizer que a educação é a base para o sucesso de qualquer setor de nossas vidas e não poderia ser diferente em relação ao cooperativismo. No caso específico da região fumageira de Alagoas, o fracasso do cooperativismo rural se deve à falta de educação cooperativista dos produtores rurais e à depredação do sistema cooperativo que propiciaram cenas de irresponsabilidade administrativa, roubos, estelionatos e homicídios”.

Diz Melo^c: “É bastante lógico e evidente que, em qualquer sociedade, só existirá progresso em seus objetivos gerais e específicos se houver a vontade e o trabalho voltado para a ascensão de todos, na cooperativa, especificamente a educação cooperativista é a chave para o sucesso”.

Para Irmão: “É através da educação cooperativista, por ser agricultor, na grande maioria, analfabeto. Com a educação cooperativista, eles passam a ser uma pessoa mais esclarecida. Passam a aplicar uma técnica melhor. Passam a aplicar os recursos que recebem dos bancos melhor. Passa a fazer um produto de melhor qualidade. Podem ter um preço diferenciado junto à cooperativa”.

Para Oliveiraⁱ: “Se a cooperativa não doutrinar os associados, e eles não ficarem conscientes dos trabalhos da cooperativa, ela não vai à frente. E com essas reuniões, essas palestras, com a ajuda dos órgãos competentes, como a EMATER, a Secretaria de Agricultura, os agricultores sendo doutrinados. O homem da roça não tem essa capacidade de saber das coisas”.

E Brito diz: “É porque a educação cooperativista é fator primordial, para que o sócio tome real conhecimento do sistema, buscando efetivamente cumprir com os direitos e obrigações e, a partir daí, possa reivindicar como também cumprir os mesmos, acompanhando, fiscalizando as operações e cobrando as ações a serem realizadas como também participando das avaliações”.

De modo que à pergunta “Quais os objetivos da cooperativa ao armazenar os produtos agrícolas recebidos do cooperado?” obtém respostas como as de:

Santos^m: “Hoje, basicamente ela não está armazenando, porque os produtos que ela recebe dos cooperados, ela repassa para os consumidores ou processa, transformando em sopa, antes de ser entregue aos consumidores”; Silva^x: “Nossos produtos não são armazenados, as vendas são imediatas” e Melo^d, “Nossos produtos não são armazenados, as vendas são imediatas”.

Silva^y: “Controlar a oferta, fazendo com que os preços se mantinham estáveis, principalmente nos períodos de muita oferta destes produtos”.

Oliveira^h: “Na verdade a cooperativa que dirigi não chegou a armazenar as safras dos seus cooperados. Era uma pretensão que se tinha que não foi alcançada. O objetivo dessa pretensão era buscar um melhor preço para o produto do cooperado, já que, através da cooperativa, o poder de negociação era bem maior do que o poder de negociação dos pequenos produtos individualizados”.

Silva^w: “Na atualidade, não existe condições financeiras para isso, mas o objetivo é regular o mercado à espera de um preço melhor para os produtos, beneficiando, no futuro, os próprios produtores, que ao final do exercício será distribuída entre nós, associados os lucros para os produtores”.

Brito: “Agregar valor e viabilizar a comercialização com o objetivo de obter maiores lucros e, ao final da operação, fazer o repasse aos associados”.

Silva^f: “Os objetivos da cooperativa em armazenar os produtos dos produtores e formar um grande volume e, conseqüentemente, vender pelo melhor preço do mercado”.

Melo^c: “Esperar um preço melhor para os produtos com o objetivo de lucrar mais e também proporcionar um melhor retorno para os cooperados”.

Irmão: “O grande objetivo das cooperativas é armazenar, porque, geralmente, quando o agricultor produz, quando o agricultor termina sua safra, fica com sua produção e o preço do produto cai. Então é de grande importância a cooperativa para os agricultores, porque só assim esse agricultor, em vez de passar o seu produto para os atravessadores, eles tocam o seu produto na cooperativa por 30, 60 e 90 dias. A cooperativa espera o preço e depois tira a despesa do dinheiro, tirar os juros e ainda voltar retorno para os agricultores, é de grande importância a cooperativa comprar o produto do agricultor, estoca o produto do agricultor, para que ele tenha condições de esperar preço desse produto”.

Oliveira^í: “Muito. A cooperativa recebendo o produto dos associados, ela faz um adiantamento do preço em que o produto está no comércio. E depois ele beneficia o produto e passa para terceiros. Aí vem o final do ano, com a lucratividade, ela devolve ao associado o retorno”.

A pergunta “Como a cooperativa realizava (ou realiza) a comercialização dos produtos agrícolas recebidos do cooperado?” teve respostas positivas dos dirigentes das cooperativas: CAPIAL, COOPERAL e COOPAGRESTE. Eis as respostas de:

Santos^m: “Recebem dos cooperados e fazem a distribuição para os consumidores”.

Silva^w: “De forma que o produtor tenha a garantia de receber pelo produto entregue a entidade”.

Brito: “Atualmente é realizada em pequena escala, pois a maioria dos produtos provém do não-associado, é feito sem planejamento, não ocorrendo o repasse aos associados”.

Silva^x: “Diretamente ao cliente, o mercado local é atualmente nosso foco. Não há intermediário comercial”.

Silva^f: “Hoje a nossa cooperativa, quando foi criada, foi cooperativa agropecuária, e, no momento, estamos trabalhando com galinha de postura e a comercialização é feita vendendo aos supermercados: ovos caipiras e ao PETI dentro de uma parceria com o município e as padarias”.

Melo^d: “Diretamente no mercado local, sem a presença de intermediários (atravessadores)”.

Melo^c: “A comercialização era feita com empresas da região como também com empresas de outros estados, na maioria dos casos, recebia o pagamento a prazo, numa dessas comercializações com os irmãos Furlan, a CAPIAL teve um enorme prejuízo, sendo um dos motivos que levaram ao seu fracasso”.

Irmão: “Geralmente a cooperativa tomava empréstimos nos bancos. Naquela época, o POLONORDESTE emprestava esse dinheiro por um prazo de 6 meses a 1 ano, comprava o produto do agricultor, pagava a ele naquele preço baixo e pegava esse produto e repassava para as indústrias de outros estados. O produto era fumo e algodão, então ela pegava esses produtos, repassava por um preço quase dobrado para essas empresas, é quando recebia, pagava os juros do dinheiro, pagava o capital e ainda dava o retorno muito grande para os produtores, então era

de grande importância essa comercialização que era feita entre o agricultor e cooperativa. O associado daquela época só pensava em cooperativa e a cooperativa estava conquistando mais de 90% dos agricultores e todos eles só queriam vender o produto à cooperativa, porque, além de vender, ainda recebiam o retorno, então isso começou a criar grandes problemas internos, entre a cooperativa e os empresários do município”.

Oliveira^l: “Venda no município, como no Brasil inteiro. 600 milhões de quilos de fumo. Convênio com a COCANE”.

Enquanto Silva^y e Oliveira^h respondem: “Não chegamos a receber produtos dos associados, portanto não comercializamos”; e, “A COOPERFUMO não chegou a armazenar, como dito anteriormente, portanto não houve comercialização do produto do cooperado”.

Ao responderem sobre a indagação “Quais eram os produtos agrícolas mais comercializados?”, os dirigentes Silva^y e Oliveira^h respondem que não houve qualquer “comercialização de produto do cooperado” (Silva^y); e, essa “comercialização era feita diretamente pelo produtor”, acrescenta Oliveira^h.

A resposta de Melo^c: “Fumo, feijão de corda, farinha de mandioca. Sendo que o fumo dominava 90% da área de atuação”.

Irmão: “Em primeiro lugar, fumo em corda e em folha, comprava as folhas dos agricultores e repassava diretamente para as firmas exportadoras, então isso dava um preço bom para o agricultor, aquele que produzia de boa qualidade tinha um preço muito bom, enquanto que o fumo em corda ela repassava para as empresas locais e para as empresas de outros estados, então, com isso, a comercialização era muito boa e a cooperativa está sendo classificada como uma das melhores empresas para o agricultor, e a credibilidade, a cada dia que passava, aumentava, vendia o fumo, a folha, vendia o algodão, vendia a castanha, chegou a comprar milho, feijão e farinha, com preços baixos e passar para o agricultor, tudo isso dando retorno ao agricultor”.

Oliveira^l: “Fumo e algodão. No caso do algodão, recebia, como retorno, o farelo”.

Santos^m: “Os produtos mais comercializados: hortaliças e macaxeiras, sopa, inhame e batata doce”.

Silva^w: “Os hortifrutigranjeiros”.

Brito: “Os mais recentes: inhame, batata doce, abóbora, banana, laranja, melancia, alho, pimentão, coentro, alface, tomate, cebola, batata inglesa, chuchu, cenoura. Industrializados: arroz doce, mungunzá e sopa”.

Silva^x: “Temos apenas um. Ovos Caipira”.

Silva^f: “Por sermos uma cooperativa nova, já iniciamos com ovos caipiras”.

E Melo^d: “Temos somente ovos caipira”.

A indagação “De que modo se realizava a venda dos insumos agrícolas pela cooperativa junto aos cooperados?” é respondida assim por Melo^c: “Era feito com pagamento à vista e também a prazo, para ser pago quando o cooperado entregasse a produção à cooperativa, havia também um pequeno desconto para o associado”. Por Irmão deste modo: “A cooperativa chegou a vender mais de 10 milhões de quilos de adubos aos agricultores, e o preço era um dos melhores, a empresa dava uma comissão à cooperativa e a cooperativa repassava os insumos aos agricultores, em vez desse valor ficar para os intermediários, a cooperativa repassava esse lucro diretamente para os agricultores e, com isso, o agricultor passava a adubar melhor sua produção e a gastar menos”.

Por Oliveiraⁱ assim: “Os insumos ela comercializava à vista com 10% de desconto. Daqueles que compravam a crédito, quando entregavam sua produção, realizavam o pagamento de seus débitos”.

Por Santos^m; “Nós adquirimos na fábrica e vendemos aos cooperados com até 30% mais baixo, do que o mercado”. Por Silva^w: “Não realizamos esse procedimento, às vezes, dependendo da situação financeira da cooperativa, fornecemos diretamente aos produtos os defensivos aos produtores”. Por Brito: “Conforme os projetos, o agente financeiro (Banco do Nordeste), transferia para conta da cooperativa, os valores referentes a compra dos insumos, o que era realizado pela cooperativa, sendo repassados aos associados”.

Por Silva^f: “As informações são de que um Diretor da Cooperativa processa as rações e passa para os criados e desconta com o recebimento dos ovos”. Por Melo^d: “A quantia é insignificante, mas praticamos preços dos mais populares possíveis”. Por Silva^x: “Trata-se de uma quantidade muito insignificante, mas praticamos preços dos mais populares possíveis”.

Por Silva^y: “Era uma revenda com o menor preço do mercado, pois tínhamos adquirido diretamente dos fabricantes, com isto tirando do atravessador ou representante a sua comissão, que era repassada para o associado”. E por

Oliveira^h: “Quanto à revenda de insumos se procurava conseguir os menores preços possíveis e as melhores condições de pagamento, repassando-se isso diretamente para o produtor cooperado”.

E quanto à pergunta “Quais os insumos comercializados?”, foi respondida desta forma:

Por Melo^c: “Fertilizantes, defensivos agrícolas, inseticida, fungicida e torta de mamona”. Por Irmão: “Adubos 15/15/18, 15/15/23 e 12/20/20, torta de mamona, inseticidas para besouros do fumo, para bicudo do algodão, as pragas do algodão e produtos veterinários, tinha o melhor preço da cidade, de 20 a 30% a menos no produto e ganhava, com isso, o produtor rural. Isso fazia com que muitos empresários de Arapiraca começassem a ter raiva da cooperativa e tentar destruir a cooperativa porque eles estavam perdendo mercado”. Por Oliveiraⁱ: “Fungicidas, inseticidas (Decis, Orthene, Ambush), fumoton, adubos (15/15/15/18)”.

Por Silva^y: “Adubos químicos, orgânicos (torta, mamona), inseticidas, herbicidas, ferramentas agrícolas, etc”. Por Oliveira^h: “Adubos, fertilizantes e produtos relacionados com a agropecuária em geral”.

Por Santos^m: “Adubos”. Por Silva^w: “Principalmente adubos químicos e torta de mamona”. E por Brito: “Adubos:15/15/18; torta de mamona; salitre e diversos defensivos”.

Enquanto as respostas dos dirigentes Silva^x, “produtos para avicultura e medicamentos veterinários”; Silva^r, “ração, vacinas e medicamentos”; e Melo^d, “medicamentos veterinários e produtos para avicultura”, confirmam o atendimento só na linha da avicultura.

Os dirigentes entrevistados deram respostas sobre “Quais os tipos de financiamento que a cooperativa faz ao cooperado?”.

Os entrevistados responderam que esta cooperativa fazia operações de repasse, adiantamentos e pró-labore, quando do uso das máquinas agrícolas:

Melo^c: “O repasse era o financiamento mais conhecido, o cooperado recebia o dinheiro no início do plantio e pagava no ato da entrega da safra à cooperativa. Estes recursos seguiam no Banco do Nordeste, era uma forma de desburocratizar o crédito ao cooperado”. Irmão: “A cooperativa tomava empréstimos grandes aos bancos e fica emprestando, repassava ao pequeno produtor rural, com a cooperativa das suas reservas, ela liberava financiamentos para aqueles que não tinham financiamento do banco, ou aqueles agricultores que chegassem no meio da safra

não tinham condições de continuar, e ela dava adiantamento e esse agricultor passa a pagar a cooperativa com a sua produção”.

E Oliveiraⁱ: “Financiamento da compra da produção, repasse de todos os mini-produtores associados, melhoramento, um pró-labore, através do uso das máquinas (tratores de esteira), o associado só pagava uma parte do combustível”.

Enquanto Silva^w e Brito, respectivamente, falam que “havia empréstimos diretos ao produtor e financiamentos através das agências financeiras”; e, “a cooperativa fazia a seleção dos produtores, organizava a documentação dos mesmos e formava os grupos encaminhando aos agentes financeiros para análise e, em parceria com os órgãos de assistência técnica e sindicato dos trabalhadores rurais. Os financiamentos eram para as culturas: fumo, inhame, abacaxi, mandioca como também para infra-estrutura. A cooperativa não fazia financiamento, apenas alguns adiantamentos financeiros ou de insumos e defensivos”.

Oliveira^h: “Todos os financiamentos eram feitos diretamente pelos agentes financeiros. A cooperativa fazia o trabalho de conseguir melhores taxas de juros, dilatação de prazos de vencimentos, renegociações e perdões de dívidas, em razão de acidentes climáticos, que afetaram diretamente a produção agrícola da região”; Santos^m: “Via Banco do Nordeste e Banco do Brasil, através de encaminhamento direto”.

Silva^r: “O financiamento foi feito pelo PRONAF, agregando custeio e investimento, sendo o investimento com 8 anos para pagar e 3 de carência, e o custeio com um ano de prazo, e está vencido e os produtos que vinham entregando a sua produção para a cooperativa, a maioria deles nem sabia que tinha esta conta vendendo agora, precisa haver mais um aprofundamento nessa questão”; Melo^d e Silva^x, respectivamente, dão suas respostas desse modo. “Nenhum”. E “ainda não operamos com financiamento”. E, por fim, “Não chegamos a operar neste segmento”, é resposta de Silva^y.

A pergunta “Como a cooperativa se relacionava com a assistência técnica e extensão rural?” foi respondida pelos dirigentes cooperados sobre a atuação da EMATER/AL, na região fumageira, da seguinte forma:

Melo^c, “Eis um ponto que funcionava muito bem, a Emater, empresa alagoana de assistência técnica e extensão rural, mantinha ou prestava assistência técnica de superior qualidade, tanto na área agrícola como na pecuária sem ônus para a cooperativa”;

Irmão: “Relacionamento da cooperativa com a Emater era muito bom, inclusive, até do corpo técnico da cooperativa, tinha uma parceria com o pessoal da Secretaria da Agricultura e dos técnicos da extensão rural, dando assistência, acompanhando os financiamentos, elaborando projetos para os agricultores, foi assim que Arapiraca, na década de 80, deslanchou com uma agricultura forte, invejada por vários estados de nosso país”;

Oliveira^l: “Duas irmãs trabalhando juntas com a Emater (meia dúzia de técnicos chegou a ter trinta técnicos). Técnicos trabalhavam com gosto”;

Oliveira^h: “Tivemos, durante todo o tempo e que a cooperativa funcionou, como grande e fiel parceiro, a EMATER e a EPEAL que nos davam todo o suporte e a assistência técnica necessária. É de lastimar que esses órgãos tenham sido levados ao sucateamento, em prejuízo da agropecuária do Estado de Alagoas”;

Santos^m: “Relacionam bem, quanto à secretaria municipal, como a secretaria estadual”;

Silva^w: “A melhor forma possível. O que praticamente não existe é o trabalho de extensão, visto o desmonte promovido ao longo dos anos da Extensão Rural”. E reforça Brito: “a COOPERAL e a EMATER/AL sempre foram parceiros”.

Enquanto Silva^x, Silva^r e Melo^d falam da assistência técnica própria da cooperativa: “A assistência técnica foi paga pelos associados até certo tempo, depois uma parceria entre a instituição pública cedeu um profissional para nos ajudar”; “O relacionamento é bom e temos um técnico contratado para acompanhar os produtores”; e, “Da melhor maneira possível”, respectivamente.

E Silva^y: “Acredito que muito bem, pois tínhamos um agrônomo que fazia visitas periódicas aos associados, com isto, levava conhecimento e informações ao associado” .

Quando perguntado: “Quanto à pesquisa, a cooperativa incentivava ou incentiva? As respostas dos dirigentes assumem entendimentos bem diferenciados.

Silva^y responde: “Não chegamos a este estágio”; Oliveira^h: “Como dito anteriormente, a COOPERFUMO era uma grande incentivadora da pesquisa e esse incentivo se procurou fomentar sem que houvesse grande sucesso, graças à falta de interesse político das autoridades da época”; Santos^m: “Visitas a outras regiões, troca de experiências, conhecendo outras variedades e outras tecnologias, diretores e cooperados”; Silva^w: “Incentivar, até que a gente incentiva, o problema é que também não existe pesquisa em nossa região”; Brito: “Não”.

Enquanto Silva^x: “Temos necessidades, mas ainda não dispomos de projetos e recursos”; Silva^r: “No início, houve a expectativa de investimento em pesquisa, mas ainda está no papel. Melo^d: “Há uma necessidade dentro da nossa organização em relação à genética e alimentação econômica”;

E, por fim, Melo^c: “Neste sentido, deixava um tanto a desejar, um certo relacionamento com a EPEAL, empresa de pesquisa agrícola de Alagoas”; Irmão: “A cooperativa não incentivava a pesquisa, apesar dela dar assistência técnica aos agricultores não chegou a fazer pesquisa, acho que por falta de conhecimento ou por já achar que nós tínhamos uma empresa de pesquisa que é a EPEAL, e tínhamos também que fazia a pesquisa a EMATER”.

Oliveiraⁱ: “A cooperativa incentivou e teve uma ajuda da Secretaria de Agricultura e da ASSOCENE. Levantamento de toda região, para que, no dia que o fumo entrasse em decadência, houvessem soluções. E isto foi feito, ficou um documento explicando os quatro lados da região. Qual o produto que poderia substituir o fumo? A solução ficou, só que nunca foi colocada em prática. Fumo no auge foi o motivo deste trabalho não ter ido à frente. Ainda com uma empresa de Maceió trabalhou com a cultura do abacaxi, mais ou menos meia dúzia de associados, contudo o trabalho não teve sucesso, pois as vendas não foram satisfatórias e a cooperativa entrou em decadência, inclusive a morte do presidente e outras coisas que aconteceram”.

Quando a indagação é: “Como era o relacionamento da cooperativa com as associações comunitárias?”, os dirigentes entrevistados, em cada cooperativa, dão respostas bem particulares da atuação de sua cooperativa.

Para os entrevistados Santos^m: “Já que na região agreste existem bastante associações, a Cooperal tem tido um bom relacionamento com as mesmas, e a maior comercialização já feita por ela foi onde participaram 1300 produtores, teve uma participação direta da associação, onde envolveram-se 60 associações da região”; para Silva^w: “Bom. Sempre que é possível, trabalhamos juntos, para o bem comum da comunidade”; e para Brito: “Não posso definir como parceiros, mas, o relacionamento era bom” .

Dentro do mesmo ponto de vista, os entrevistados respondem: Silva^x, “Convivência fraterna, vejo as duas facções com propósitos muito relativos”; Silva^r, “A cooperativa foi discutida bastante, no início de sua fundação, também em período eleitoral e todas as associações foram convidadas para assistirem o lançamento do

projeto. Foi feito um estudo da área, dividindo a cidade em 10 núcleos e cada núcleo ia trabalhar com agricultor que estivesse num raio de 6km, se criaram coordenadores financeiros, e o presidente da associação, mas que isso, ainda está no papel (esses núcleos foram denominados de provetas)” e Melo^d: “Excelente”;

E, para Silva^y: “No curto período que operamos, mantivemos o bom relacionamento”. Enquanto Oliveira^h, Melo^c, Irmão e Oliveiraⁱ respondem, respectivamente: “O período em que a COOPERFUMO esteve em funcionamento, as associações comunitárias não existiam ainda”; Melo^c: “Inexistente, pois, na época em que a cooperativa atuava, o movimento de associações comunitárias praticamente não existia em Arapiraca”; Irmão: “Naquele tempo, não existiam associações comunitárias, a cooperativa trabalhava como corpo técnico dela em parceria com as assistentes sociais da EMATER, capacitando para a formação das associações, a ênfase era aos produtores rurais” e Oliveiraⁱ: “Era boa, técnicos da EMATER traziam relatórios da região para a presidência da cooperativa. Marcava visitas e reuniões nos grupos dos municípios. Tinha 6 ou 7 postos de revenda”.

“Como se dava o contato com os sindicatos rural e dos trabalhadores?” O relacionamento varia de uma relação de vizinhança, há um envolvimento mais freqüente. De modo que as respostas são dadas em função do momento vivido pela cooperativa. Eis as respostas por cooperativa:

Melo^c: “O relacionamento da cooperativa com os sindicatos, tanto patronal como dos trabalhadores, era de boa vizinhança, porém de poucas parcerias”; Irmão: “O relacionamento, naquela época, com os sindicatos, era muito pequeno, a ação dos sindicatos, naquela época, era muito pouca” e Oliveiraⁱ: “De início, não era muito chegado. 1986 o programa do leite, as associações distribuía por volta de 82 o projeto FUNDEC do Banco do Brasil;

Silva^y: “Muito melhor do que com as associações, visto que, neste pequeno espaço de tempo que estivemos tentando sobreviver, o contato com os sindicatos, principalmente do município de Arapiraca, eram mais intensos”; e Oliveira^h: “Quanto ao Sindicato Rural, o relacionamento foi sempre bom, amigo e cordial. Na verdade, era um bom parceiro e, quando os interesses convergiam, a luta era conjunta, e quando haviam divergências, sempre encontrava-se uma solução amigável para a questão”;

Santos^m: “Já que a base da COOPERAL é a agricultura familiar, o sindicato mais próximo é o Sindicato dos Trabalhadores Rurais”; Silva^w: “Temos maior contato

o Sindicato dos trabalhadores, mas o relacionamento com ambos é bom” e Brito: “Com o sindicato rural, não houve nenhum relacionamento. Com o sindicato dos trabalhadores rurais, as parcerias se confundiam, tornando-se manipulações”;

Silva^x: “Bom. Tecnicamente só ganhamos”; Silva^r: “No momento, estão em linhas paralelas, cada um fazendo sua parte”; e Melo^d: “Bom”.

Quanto ao relacionamento com as instituições governamentais (Câmara Municipal, Agentes Financeiros, Secretarias de Agricultura Municipal e Estadual e Organizações não-governamentais – ONG's, aproximam-se as respostas de todos, mas o nível de relacionamento permeia o bom, a ajuda e nenhum.

Para Oliveira^h: “O relacionamento com a Prefeitura Municipal de Arapiraca e com a Câmara deste município era muito bom, o que viabilizou a fundação da Secretaria de Agricultura, que teve como seu primeiro Secretário o companheiro José Barbosa Filho, vice-presidente da COOPERFUMO. O relacionamento com os agentes financeiros, com a Secretaria Estadual de Agricultura e com as ONGs era bom”.

Para Santos^m: “Buscamos sempre fazer a parte mais comercial, já que existe uma fatia no mercado institucional que é a merenda escolar que hoje nós só fazemos na rede escolar e creche. Bom. De parceiros fiéis”.

Para Silva^w: “Também é bom. Pois trabalhamos para o bem comum da sociedade, cada um da sua forma e dentro de seu campo de atuação”.

Para Brito: “O relacionamento era muito bom, mas faltava controle e limitação, promovendo ingerências administrativas e financeiras, o que prejudicou o cooperativismo, tornando-a mais empresa econômica do que cooperativa”.

Para Silva^x: “Prefeitura: a colaboração recebida através de convênios técnicos-financeiros nos ajudaram muito. Câmara Municipal: Também trata-se de um bom relacionamento, os vereadores que conhecem nosso projeto acreditam no sucesso dele. Agentes Financeiros: Só recebemos ajuda e elogios, acham o trabalho desenvolvido e promissor. Secretaria Municipal: Uma parceria dentro da Prefeitura tem demonstrado muito interesse com a Cooperativa. ONG's: Estamos criando relações novas, conhecendo o valor dessas organizações, logo em breve estaremos juntos”.

Para Melo^d: “Prefeitura: de parceria e companheirismo. Câmara Municipal: muito bom. Agentes financeiros: de credibilidade. Secretarias de Agricultura

Municipal e Estadual: relacionamento bom, superando estimativas. Organizações não governamentais: pouca interferência, ou relacionamento”.

E para Melo^c: “Com as instituições governamentais, o relacionamento da cooperativa era considerado bom, pois, em alguns casos, a cooperativa dependia deles, como era o caso do Banco do Nordeste, que concedia dinheiro, para o repasse do custeio ao associado”.

Enquanto Silva^f responde: “O relacionamento com as instituições governamentais, câmara, agentes financeiros, secretarias estaduais e ONG’s. a minha opinião é que com prefeitura e câmara o relacionamento é demais. Deixando no meu entender, a diretoria num total condicionamento do município e acredito que, enquanto não cortar o cordão umbilical de prefeitura com secretaria ela, digo, cooperativa, ela não funciona, porque as cabeças da cooperativa no fundos são do município e cedidos à cooperativa, por mais que não se aceite, precisamos da parceria entre esses órgãos, mas não engrandecimento político”.

Para Irmão: “Naquela época, as secretarias municipais praticamente não eram conhecidas, não tinham secretarias, era só no papel, com a câmara de vereadores, simplesmente não havia o apoio, se dava muito com o prefeito da atualidade. A cooperativa tinha uma parceria muito forte com a secretaria de agricultura do estado, através da EMATER e da EPEAL, ajudou muito o desenvolvimento da cooperativa”.

E Oliveira^l: “De início, era um negócio incrível. A cooperativa não tinha crédito e ordem nenhuma ajudava. Depois que a cooperativa limpou seu nome, tirou certidões negativas e começou a receber empréstimos de entidades bancárias, devagarzinho os órgãos foram chegando. Os bancos, principalmente, inclusive o Bradesco chegou a ter um posto de atendimento na cooperativa. E assim foi o progresso”.

Por fim, Silva^y comenta: “Com a prefeitura, nenhum relacionamento, apesar do nosso presidente, na época, ter sido o grande responsável pela criação da Secretaria de Agricultura do município de Arapiraca, sendo José Barbosa Filho o primeiro secretário. Câmara Municipal, contatos com vereador José Lopes, Adalberto Saturnino e outros. Banco do Brasil e do Nordeste, muito bom o relacionamento, passando dos gerentes das agências da região, indo até a Superintendência destes dois grandes bancos”.

A pergunta “Como era o relacionamento da cooperativa com os políticos?” foi respondida pelo dirigentes como bom.

Mas acrescenta Silva^y: “A nível de prefeituras, sempre foi muito bom, no âmbito federal, tivemos sempre o apoio do Deputado Federal Cordeiro, pois ele era muito ligado ao nosso presidente e a uma parte da diretoria”; e Oliveira^h: “Tínhamos um excelente relacionamento com a classe política da época, ligada ao setor produtivo rural”.

Silva^x e Melo^d respondem, nessa sequência: “Bom. Acho que a expectativa de ‘cooperativas’ darem certo em nossa região é de todos, inclusive dos políticos”; e, “Bom, todos ajudaram no projeto das pessoas envolvidas”.

Enquanto Santos^m comenta: “Bom, agora sem deixar a ingerência política tomar conta da cooperativa”. É como também responde Silva^w: “Também é bom, com uma diferença, não é promíscuo”. Para Brito, acontece “de forma a favorecer apenas a promoção humana, principalmente de alguns diretores e funcionários, pois as atividades apoiadas não eram planejadas nem priorizavam os associados”.

Silva^f faz esse comentário: “O relacionamento era, e, é, muito bom”.

Para Oliveiraⁱ: “De início bom, nunca encontrei maldade em nenhum político, sempre a cooperativa recebeu ajuda dos políticos, governador, secretário de agricultura e presidente da EMATER”.

Para Melo^c: “Ele existia, porém em determinados casos atrapalhava, pois muitos políticos queriam tirar proveito pessoal sem visar o bem-estar do associado”.

E para Irmão: “Na própria hora que botaram política dentro da cooperativa a mesma acabou. Na época, ela estava com mais de 3500 associados com grande estrutura, com grande potencial. O então secretário Nelson Costa começou a trazer o Pólo Nordeste, recursos da secretaria da agricultura, do governo federal para a Capial, depois ele cobrou caro, candidatou-se a deputado federal e o presidente Antônio Lima colocou toda estrutura da cooperativa na campanha política dele. Ele ganhou as eleições e a cooperativa começou a ficar em situação difícil, gastou muito, endividou-se muito, em vez de estar trabalhando com os associados, passou a envolver-se com política, e isso desestruturou a cooperativa e hoje não opera mais”.

Os dirigentes entrevistados, Santos^m, Silva^w, Brito e Irmão, responderam que a cooperativa viabilizava economicamente o cooperado. Eis as respostas destes:

Santos^m: “Sim, hoje a cooperativa já repassa recursos para os cooperados em forma de capital de giro”. Silva^w: “Quando temos condições, oferecemos aos cooperados oportunidades que quem não é não tem”. Brito: “Muito pouco, apenas com pequenos adiantamentos financeiros sem acrescentar taxa de juros”. E Irmão: “Os cooperados eram os agricultores mais fortes da região. A cooperativa estava dando retorno aos associados. Boa remuneração pela produção, a cooperativa tinha mais de 350 funcionários, todos bem remunerados, todos tinham vontade de trabalhar na cooperativa, a cooperativa era a garantia de boa compra e venda dos produtos, era um sucesso”.

Para Oliveira^h: “A viabilização econômica do cooperado era feita através dos agentes financeiros, com a intercessão da cooperativa”; e Silva^x: “Ainda não. Todos os cooperados trabalham com financiamento, recursos do PRONAF”. E para Silva^f: “Dentro do projeto técnico, viabilizava bem economicamente os cooperados, mas que, na prática, estamos sentindo muita dificuldade, eu, particularmente, acho que o maior problema foi falta de capital de giro da própria cooperativa e, como estamos ainda num período pós instalação, se precisou de material de expediente e alguns imobilizados, isso dificultou substancialmente a cooperativa”.

Para Oliveiraⁱ: “A cooperativa não tinha condições de ajudar, mas lutava para adquirir o custeio de sua produção. E a cooperativa, só em receber a produção total do associado, já era uma grande vantagem. Que o associado, perante os compradores de fumo da região era discriminado, porque nenhum comprador levava sua produção total, ele escolhia o que queria, e o resto deixava. Depois da cooperativa, ao receber toda a sua produção, classificando em 1^a, 2^a e 3^a, cada uma tinha seu preço, e assim a cooperativa recebia a produção do associado”.

Melo^c: “Não posso afirmar que ela viabilizava economicamente o associado, porém posso afirmar, com bastante segurança, que, na época em que ela atuava na zona rural de Arapiraca, teve uma ascensão progressista bastante visível”.

Enquanto Silva^y: “Não” ; e, Melo^d: “Ainda não trabalhamos nesta linha”.

Quanto a pergunta: “Quais os ganhos sociais que a cooperativa oferecia ao cooperado?”, os dirigentes da cooperativa CAPIAL foram os únicos a responder afirmativamente que esta organização promovia ganhos sociais, tais como nas respostas de:

Melo^c: “Convênio com plano de saúde, como por exemplo, a AMEPA, Assistência Médica e Odontológica, para todos os sócios e familiares”. Irmão:

“Comemorações de aniversários de dirigentes, tinham um time de futebol muito bom, jogava no município como fora do estado, espelhava o momento da cooperativa, na área de saúde, o setor de transportes era muito solicitado, para atendimento aos diretores e sócios, contava com assistência médica”.

E Oliveira^l: “A cooperativa colaborava em fim de ano com um pró-labore para seus funcionários e técnicos, inclusive os da EMATER, com festa comemorativa, transporte para viagens recreativas, transporte para doentes e um plano com a AMEPA, ‘Entidade de Saúde”.

Enquanto Oliveira^h: “O processo associativista em si já era um grande ganho social pra o cooperado que recebia cursos voltados para a sua atividade laboral, informações educativas generalizadas e a melhora da sua condição social, já que esse se sentia incluído no processo de desenvolvimento da região”.

Para Santos^m: “Gerar ocupação e renda e os cooperados terem um poder aquisitivo melhor”.

Para Silva^x: “Ainda não. Estamos atuando recentemente. Nossa principal preocupação agora está voltada para o setor produtivo”.

Para Silva^f: “Por sermos uma cooperativa nova, todos esses ganhos eram previstos, emprego, remuneração do trabalho, o respeito, a vocação da família e a capacidade da produção, previsão de capacitação, e escola para os cooperados ou filhos deles mesmos”.

Para Silva^w: “Atualmente não temos oferecido tais vantagens aos associados”.

Para Silva^y: “Não chegamos a este estágio”.

Para Brito: “Nenhum”.

E para Melo^d: “Somos recém-atuantes”.

Quando feita a pergunta “Quanto ao uso de agrotóxicos, adubos e práticas de conservação de solo, a cooperativa orientava o cooperado para a proteção do meio ambiente?” Os dirigentes, Oliveiraⁱ, Melo^c, Irmão e Oliveira^h foram bastante sintéticos. Eis as respostas:

Melo^c: “Não tenho conhecimento da existência deste trabalho, salva a orientação dos técnicos da EMATER”.

Irmão: “Naquela época, praticamente não se falava em meio ambiente, a cooperativa fazia junto com a EMATER era ensinar os agricultores a aplicar os defensivos, ensinava a fazer a adubação, para que pudesse produzir mais”.

Oliveira^í: “Sim. Nós estávamos com toda a EMATER. Fazia análise de solo e adubo. Orientava na adubação. Obrigava a fazer análise de solo para comprar o adubo. Produção de primeira linhagem. Alguns técnicos fizeram curvas de níveis em algumas propriedades rurais. O agricultor tinha um hábito muito forte, ou melhor, ainda tem de fazer canteiros retos, subindo ou descendo o morro. Aqueles mais esclarecidos faziam esta prática, que deu certo”.

E Oliveira^h: “Em relação aos cuidados com o meio ambiente, tinha-se a EMATER e a Secretaria Municipal de Agricultura como órgãos gestores e orientadores”.

Para Silva^y: “Acredito que o nosso agrônomo fazia este trabalho de orientação ao cooperado”.

Para Silva^w: “Sim, todos órgãos estão fazendo isso”.

Para Santos^m: “Sim, a cooperativa participa da agência 21. Com este intuito de preservar o meio ambiente e a cooperativa só compra produtos dos produtores orgânicos ou produzem dentro da legislação do meio ambiente”.

Para Silva^f: “Nós, desde o início que foi montado o projeto Coopagreste, foi trabalhado o sistema Fábrica Verde e, por isso, fomos instruídos a trabalhar com produção orgânica e, por isso, estão sendo dispensados o uso de agrotóxicos”

Para Silva^x: “Ainda não. Estamos atuando recentemente. Nossa principal preocupação agora está voltada para o setor produtivo”.

Para Melo^d: “Nossa atividade atual é a criação de pequenos animais (avicultura)”.

E para Brito: “Não”.

5.....CONCLUSÕES

Diante das 286 respostas dadas pelos entrevistados, sobre Crescimento e Estagnação do cooperativismo agrícola, na região fumageira de Arapiraca, Alagoas, percebe-se que apresentam questões que são identificadas por seus conteúdos e motivações, por diversos critérios. Assim sendo, buscou-se averiguar quais os critérios de sustentabilidade: social, cultural, ecológica, ambiental, territorial, econômico, política nacional e política internacional, propostos por Sachs (Sachs, 2000, p.85-88) estão enfatizados nessas respostas. Ei-los: econômico (competência para uso, conservação, preservação dos fatores de produção), social (acesso às disposições sociais e renda), política nacional (qualifica o grau de coesão social da sociedade) e ambiental (capacidade de autodepuração dos ecossistemas naturais).

Em um primeiro momento, essas respostas foram agrupadas em 4 (quatro) conjuntos: 1) econômico; 2) social; 3) política nacional; e, 4) ambiental. A partir desse ponto, uma nova configuração foi estabelecida, desmembrando cada um desses conjuntos que assim estão dispostos: primeiro conjunto – o critério econômico, respaldado pelo agrupamento de respostas que dizem respeito a comercializar (compras e vendas de produtos e insumos), gerenciar ativos e passivos, obter financiamentos e distribuir sobras líquidas, por aqui, na região, comumente chamado retorno (gráfico 16). O segundo conjunto – o critério social, agregando respostas assemelhadas, no que diz respeito à atuação da cooperativa, sistema associativista, educação cooperativista e melhoria de vida (gráfico 17). O terceiro conjunto – o critério política nacional, centrado no agrupamento das questões: relacionamento, parceria e incentivo institucional (gráfico 18). O quarto conjunto – o critério ambiental, subdividido em agricultura sustentável, meio ambiente e orientação técnica, recebeu as questões pertinentes a cada tema (gráfico 19). O último conjunto mostra os critérios de sustentabilidade: econômico, social, política nacional e ambiental (gráfico 20).

No gráfico 16 do conjunto motivação econômica (131 respostas), o item comercializar (compras e vendas de produtos e insumos), com 65 respostas (49,61%), é retratado como aquele que o cooperado mais se identifica, pois ele oferece condições para solucionar suas aquisições e vendas, bem assim, aumentar seu poder de negociação com os interessados em estabelecer uma relação

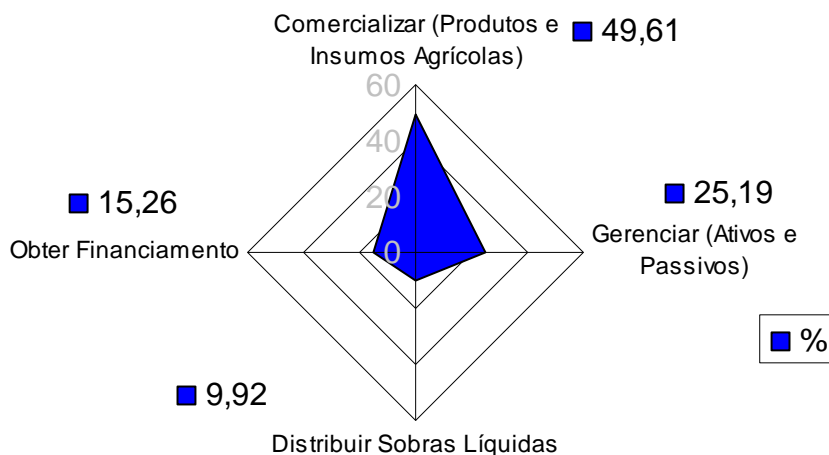
comercial. As palavras de Santos^m (19/04/2004), “Vender juntos e comprar juntos, com isso ter poder de barganha” reforça a tese, porque comercializar produtos e adquirir insumos é dado como o mais importante para os cooperados.

O item gerenciar ativos e passivos, com 33 respostas (25,19%), reforça o comportamento do cooperado, ao afirmar que gerenciamento da cooperativa é um instrumento de garantia para realização de seus interesses, pois ela recebe do cooperado seus produtos, adquire seus insumos, regula mercado e aumenta significativamente seu poder de negociação.

O item obter financiamentos, com 20 respostas (15,26%), vem reforçar a visão do cooperado de que a cooperativa é forte o suficiente, para pressionar os agentes financeiros, quando da contratação de financiamentos para custeio, investimento e comercialização da produção.

O item estatutário, distribuir sobras líquidas (retorno), com 13 respostas (9,92%), é destacado pelos cooperados como um fator importante para a consolidação da cooperativa e de sua atividade individual. De modo que “A cooperativa, recebendo o produto dos associados, ela faz um adiantamento do preço em que o produto está no comércio. Aí vem o final do ano, com a lucratividade, ela devolve ao associado o retorno” é, para Oliveiraⁱ (13/04/2004), a confirmação da importância da cooperativa.

Gráfico 16: Critério econômico de sustentabilidade.



O gráfico 17, motivação social, mostra o número de respostas (82) distribuídas para os itens atuação da cooperativa, com 45 (54,87%), avalia que a empresa cooperativa é o marco existencial e referencial para as ações e atividades dos

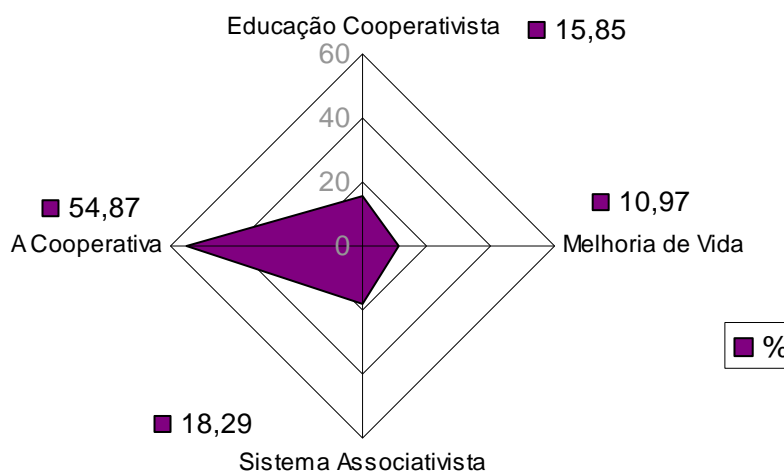
cooperados. A cooperativa, mesmo sendo uma referência para os cooperados; a eles, falta-lhes, segundo Silva^r (27/04/2004) “assumirem que são os donos da cooperativa”.

O sistema associativista, com 15 (18,29%), sinaliza que os cooperados dão valor significativo ao processo de auto ajuda. É dessa forma que os membros desse sistema esperam solucionar os problemas sócio-econômicos diagnosticados.

A educação cooperativista, com 13 das respostas (15,85%), confirma que os cooperados, para assegurar suas conquistas, precisam entender o objetivo e funcionamento da cooperativa e sua própria participação dentro e fora do sistema cooperativo. E Silva^w (20/04/2004), é taxativo: “Porque precisamos saber o que significa ser cooperado no sentido maior da palavra. Alfabetizar o agricultor sobre cooperativismo, todas as vezes esquecemos isso, a entidade sofreu bastante”.

Por fim, o item melhoria de vida, com 9 respostas (10,97%), resgata o processo de ajuda mútua, como imperativo essencial, para essa realização, contudo obteve o menor número de respostas em relação à atuação da cooperativa.

Gráfico 17: Critério social de sustentabilidade.



O gráfico 18, com 59 respostas, mostra os itens desdobrados da motivação política nacional, são eles: relacionamento institucional, com 40 respostas (67,79%), evidenciando que os cooperados realizam relações com as instituições, e, aquelas são consideradas boas e frequentes, mais do tipo boa vizinhança. Ora, tímida, essa forma de relacionar-se, é destacada por Brito (22/04/2004): “Não posso definir como parceiros, mas, o relacionamento era bom”. Assim sendo, esse relacionamento não

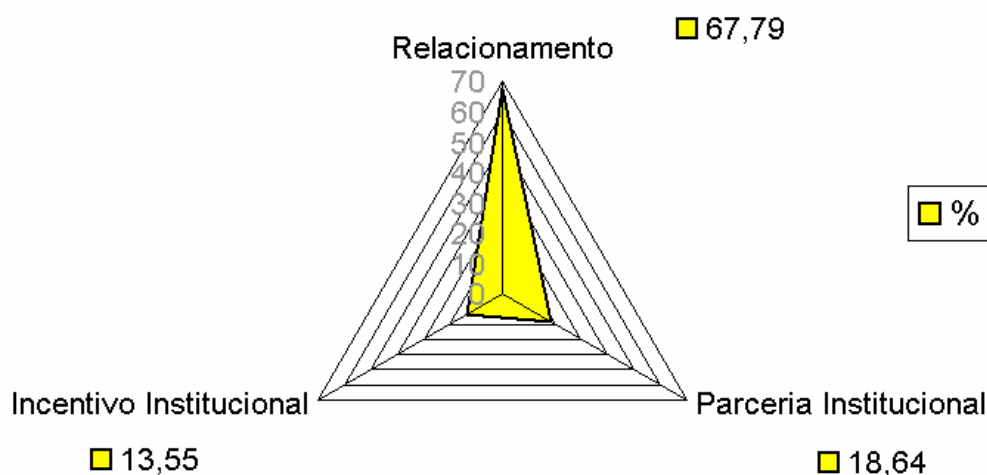
tem estimulado formação de parcerias, como também é baixo o incentivo institucional, para reformar as mentalidades e/ou adotar novas posturas.

Quanto à parceria institucional, com 11 respostas (18,64%), os cooperados confirmam que bom relacionamento não tem estimulado a formação de parcerias, principalmente as formais. Apesar do baixo número de parcerias e em pouca direções, elas acontecem. “Tivemos, durante todo o tempo que a cooperativa funcionou, como grande e fiel parceiro, a EMATER e a EPEAL, que nos davam suporte e a assistência técnica necessária”, segundo Oliveira^h (06/04/2004).

E o item incentivo institucional, com 8 respostas (13,55%), mostra que os cooperados deram pouca atenção a ele. Este é um dos elementos responsáveis pela melhoria de relacionamento e formação de parcerias.

Ademais, fica configurado que tanto o arranjo como o ambiente institucional foram e continuam frágeis, para promover a prática cooperativista.

Gráfico 18: Critério política nacional de sustentabilidade.

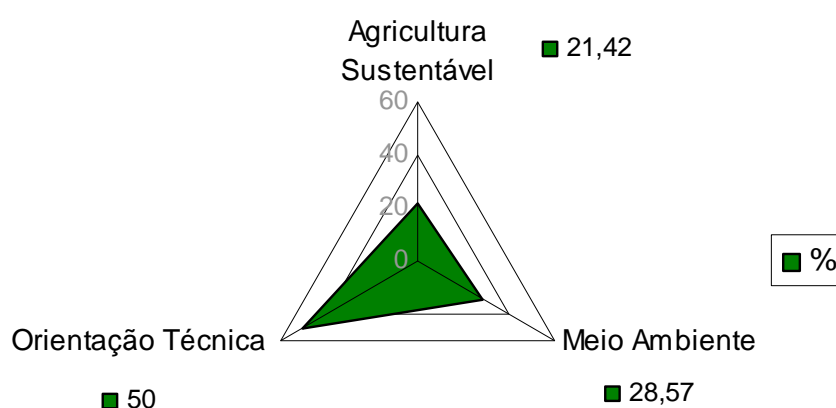


O gráfico 19 trata do critério ambiental (14 respostas), revela que os cooperados têm poucas informações sobre o meio ambiente. Nesse sentido, elas não são suficientes para tomarem posições quanto ao uso, conservação e preservação dos recursos naturais em suas atividades individuais, como nas coletivas, via cooperativa. Essas informações atendem a fatores mais ligados ao sistema de cultivo, via implementação tecnológica. Daí verifica-se que 7 respostas (50%) foram direcionadas ao item orientação técnica. E o dirigente Irmão (15/04/2004) ressalta esse comportamento, afirmando: “Naquela época,

praticamente não se falava em meio ambiente, a cooperativa fazia junto com a EMATER era ensinar os agricultores a aplicar os defensivos, ensinava a fazer a adubação para que pudesse produzir mais”.

O item meio ambiente recebeu 4 respostas (28,57%), mesmo assim, foram respostas muito amplas, sem uma abordagem consciente do que é meio ambiente. E, por fim, no item agricultura sustentável, com 3 respostas (21,42%), ressalta-se que um único dirigente-entrevistado faz menções ao item, revelando assim o grau de compreensão e consciência sobre tal indagação dos demais dirigentes-cooperados.

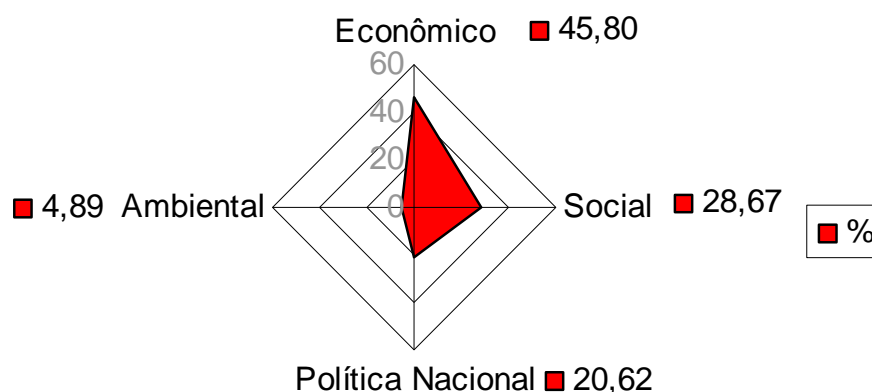
Gráfico 19: Critério ambiental de sustentabilidade.



No gráfico número 20, exposto a seguir, pode se observar o conjunto das 286 respostas alinhadas aos critérios de sustentabilidade: econômico, social, política nacional e ambiental, e, dentro destes, o critério mais destacado foi o econômico – 131 dessas respostas (45,80%), seguido da motivação social – 82 respostas (28,67%), político – 59 respostas (20,62%) e, na outra ponta, o menos destacado foi o critério ambiental com 14 respostas (4,89%).

Então o número altamente significativo de respostas para a motivação econômica revela que o dirigente cooperado acredita que a empresa cooperativa é a solução, para resolver suas necessidades e demandas, quando do cultivo de suas lavouras. Nesse sentido, ele acredita que esse é o objetivo de sua cooperativa.

Gráfico 20 – Critérios de sustentabilidade.



Os dirigentes, em qualquer uma das cooperativas estudadas, CAPIAL, COOPERFUMO, COOPERAL e COOPAGRESTE, deram, independente da época em que vivenciaram ou vivenciam a prática cooperativista, respostas semelhantes tanto para suas necessidades quanto para suas demandas; contudo, as respostas dos dirigentes da CAPIAL foram mais profundas, por esta ter praticado adesão livre e voluntária ou princípio da porta aberta, compras e vendas em larga escala, distribuição de sobras líquidas, intercooperação, relacionamento e parcerias institucionais, experimentaram o estatuto social, enquanto os demais dirigentes das cooperativas COOPERFUMO, COOPERAL e COOPAGRESTE apresentaram respostas mais no campo da vontade de realizar o ideário cooperativista.

Assim, o conjunto das respostas disponibiliza elementos para melhor compreensão, que desdobramentos aconteceram e acontecem, ao se realizar a prática cooperativista, proporcionando ora crescimento, como foi o caso da CAPIAL, 1978 a 1982, ora estagnação, pós 1987, para todas as cooperativas: CAPIAL, COOPERFUMO, COOPERAL e COOPAGRESTE, quando não exercitam e vivenciam, continuamente, a prática cooperativista lastreada por seus estatutos.

O significado dessas repostas, quando da rotina cooperativista, é mostrar a visão do cooperado sobre sua participação na cooperativa como também da cooperativa sobre a atuação do cooperado. Este é refletido com mais sutileza nos gráficos 16, 17, 18 e 19, pois, ao particularizar cada critério estabelecido, este é enriquecido perante as respostas dos dirigentes, elegendo questões mais proeminentes, como a capacidade da cooperativa comercializar (compras e vendas

de produtos e insumos), obter financiamentos, gerenciar (ativos e passivos), distribuir sobras líquidas, atuação da cooperativa, sistema associativo, educação cooperativista, melhoria de vida, relacionamento, parceria e incentivo institucional, orientação técnica, meio ambiente e agricultura sustentável, ditando, assim uma, ordem de interesses.

A distribuição das 286 respostas (gráfico 20) revela que os dirigentes cooperados acreditam no critério econômico (45,80% das respostas), para solucionar seus problemas e desejos. E reafirmam o critério econômico, quando deram 54,87% das respostas (gráfico 17 – critério social) para a atuação da cooperativa (organização como instrumento econômico). Aniquilaram o critério ambiental (4,89% das respostas) em seus sistemas de produção. Ademais, minimizaram o critério social (28,67% das respostas), substimando o solidarismo, tanto em suas relações internas como externas e o critério política nacional (20,67% das respostas) revelando assim quão baixo é o grau de coesão social vivido pela sua cooperativa. Essa configuração impossibilitou os cooperados de construir uma prática cooperativista assentada em hábitos virtuosos: confiança, solidarismo, ajuda mútua... , bem como reconhecer o critério política nacional como norteador dessa prática.

Então, essa configuração prejudicou e prejudica significativamente avanços na melhoria da qualidade da coesão social, tanto nos arranjos como nos ambientes institucionais. Isto posto, mostra que o cooperativismo agrícola, na região fumageira de Arapiraca, Alagoas, não tem construído uma sociedade eqüitativa, solidária e respeitosa da natureza. Salvo a experiência da CAPIAL, 1978 a 1982, que, implementando as vendas dos produtos agrícolas, especialmente do fumo em corda, e as compras de insumos feitas em larga escala, o princípio da porta aberta e a distribuição de sobras líquidas (retorno), patrocinou a distribuição de ativos fundiários, renda e acesso aos bens públicos.

Ressalta-se que a CAPIAL (1963) foi a primeira organização associativa de participação popular (sindicatos, fins de 1960 e associações comunitárias, começo de 1980) da região fumageira de Arapiraca, Alagoas. Dessa forma, pode-se afirmar, os Princípios de Rochdale estão internalizados na consciência dos cooperativistas e, nesse sentido, como alguns remanescentes da época áurea da CAPIAL estão no quadros de sócios das cooperativas (COOPERFUMO, COOPERAL, COOPAGRESTE), dos sindicatos (Agricultura e Pecuária e dos Trabalhadores

Rurais) e das associações comunitárias, então a generalização do associativismo (processo de ajuda mútua), via CAPIAL, otimizado pelo princípio da porta aberta, deu-lhe esse caráter massivo, ao tempo em que se constituiu em um fenômeno social importante, para a economia dos municípios fumageiros, sua gente e suas organizações.

É com esse sentido, que esses dirigentes continuam a luta, para que a prática cooperativista permanente e continuada, enquanto projeto e prática social, garanta que os princípios, adesão livre e voluntária, controle democrático pelos sócios, participação econômica dos sócios, independência e autonomia das cooperativas, educação, treinamento e formação, cooperação entre cooperativas e preocupação com a comunidade, interpenetrados pelos critérios de sustentabilidade, social, cultural, ecológica, ambiental, territorial, econômico, política nacional e política internacional, promovam a cultura cooperativista, em especial, o êxito do cooperativismo agrícola da região fumageira de Arapiraca, Alagoas e solidifique os valores – ajuda mútua, igualdade, equidade, solidariedade, justiça social, democracia....

6.....REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, Ricardo. **O futuro das regiões rurais**. Porto Alegre: UFGRS, 2003.
- ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. 2 ed. São Paulo:Hucitec, 1998.
- AGÊNCIAS INTERNACIONAIS. Protestos dos “intocáveis” ganha realce. **Gazeta Mercantil**, São Paulo,19 set. 2004: A-8.
- AGENDA 21 BRASILEIRA. **Bases para discussão**. Brasília. MMA/PNUD,2000.
- AGRICULTORES trocam milho e fumo por produção de ovos caipira. **Gazeta de Alagoas**, Maceió, 11 jun. 2004:B-5.
- AGUIAR, Geraldo Medeiros de. **Aspectos sociais, econômicos e administrativos e tipologia das unidades produtivas na região fumageira** (uma contribuição à reorientação do PDRI. SUDENE-OEA): Recife, 1982.
- ALAGOAS. **Constituição do Estado de Alagoas**. Maceió: SERGASA,1989.
- ALMEIDA, Josimar Ribeiro de. **Planejamento ambiental: caminhos para a participação popular e gestão ambiental para nosso futuro comum - uma necessidade, um desafio**. Rio de Janeiro: Thex Editora, 2002.
- ALMEIDA, Josimar Ribeiro de. **Gestão ambiental: planejamento, avaliação, implantação, operação e verificação**. Rio de Janeiro: Thex Editora, 2002.
- ALMEIDA, Jalcione. Da ideologia do progresso à idéia de desenvolvimento (rural) sustentável. In: ALMEIDA, Jalcione & NAVARRO, Zander (Orgs.). **Reconstruindo a agricultura: idéias e ideais na perspectiva do desenvolvimento rural sustentável**. 2 ed. Porto Alegre: UFRGS,1998a, p.33-55.
- ALMEIDA, Jalcione & NAVARRO, Zander. (Orgs.). **Reconstruindo a agricultura: idéias e ideais na perspectiva do desenvolvimento rural sustentável**. 2 ed. Porto Alegre: UFRGS,1998b.
- ALMINO, João. A filosofia política do ecologismo. In: FERNANDES, Marcionila & GUERRA, Lemuel (Orgs.). **Contra-discurso do desenvolvimento sustentável**. Belém: Associação de Universidades Amazônicas, 2003:21-46.
- ALENTEJANO, Paulo Roberto, R. Pluratividade: uma noção válida para a análise da realidade agrária brasileira In: TEDESCO, João Carlos (Org.). **Agricultura familiar: realidades e perspectivas**. 3 ed. Passo Fundo: UFP, 2001:149-175.
- ANOGHER, Anne J. (Org.) **Código Civil**. 11 ed. São Paulo: Rideel, 2005.
- ARAPIRACA. **Lei orgânica do município de Arapiraca - Alagoas**. Arapiraca: Indiana Ltda, 1990.

ARAÚJO, Fernando. IBGE: maioria dos alagoanos vivem na miséria. **Gazeta de Alagoas**, Maceió, 21 jul. 2002:A-15.

ARENDT, Hannah. **A condição humana**. 10 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003.

ARRIGHI, Giovanni. **A ilusão do desenvolvimento**. Petrópolis-RJ: Vozes, 1997.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DA INDÚSTRIA DO FUMO. **Perfil da indústria Brasileira do Fumo**. Rio de Janeiro, 1996.

BANERJEE, Subhabrata Bobby. Quem sustenta o desenvolvimento de quem? O desenvolvimento sustentável e a reinvenção da natureza. In: FERNANDES, Marcionila & GUERRA, Lemuel (orgs.). **Contra-discurso do desenvolvimento sustentável**. Belém: Associação de Universidades Amazônicas, 2003:75-130.

BASTOS FILHO, Jenner Barretto; AMORIM, Nádia F.M. & LAGES, Vinicius Nobre. **Cultura e Desenvolvimento**: a sustentabilidade cultural em questão. Recife:UFPE, 1999.

BASTOS FILHO, Jenner Barretto. **O que é uma teoria científica**: uma breve provocação sobre um tema complexo. 2 ed. Maceió: EDUFAL,1998.

BENECKE, Dieter W. **Cooperação e Desenvolvimento**: o papel das cooperativas no processo de desenvolvimento econômico nos países de terceiro mundo. Recife: ASSOCENE, 1980.

BERGENGREN, Roy Frederick. **Cruzada, a luta pela democracia econômica na América do Norte**: a história das cooperativas de crédito na América do Norte. Brasília: COOPERFORTE, 2001.

BLUM, Rubens. Agricultura familiar: estudo preliminar da definição, classificação e problemática. In: TEDESCO, João CARLOS (Org.). **Agricultura familiar**: realidades e perspectivas. 3 ed. Passo Fundo: UPF, 2001:58-104.

BOBBIO, Norberto. **O conceito de sociedade civil**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1982.

BOBBIO, Norberto. **Os intelectuais e o poder**: dúvidas e opções dos homens de cultura na sociedade contemporânea. São Paulo: UNESP, 1997.

BOBBIO, Norberto. **Estado, Governo, Sociedade**: para uma teoria geral da política. 10 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003.

BORTOLÁS, Carlos. CNA prevê mais participação agropecuária no PIB. **Gazeta Mercantil**, São Paulo, 30 set. 2003:B-12.

BRASIL. **Constituição Federal, coletânea de legislação do direito ambiental**. Odete Medauar (Org.). 2 ed. rev. at. e ampl.. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2003.

BRAUDEL, Fernand. **Gramática das Civilizações**. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

BRITO NETO, José. **Efeito de fontes, níveis e modos da aplicação de nitrogênio na produção de fumo (*Nicotiana tabacum L.*), variedades Rapé-Arapiraca e Goianinho**. Piracicaba, 1984. 42p, Dissertação (Mestrado em Agronomia) – USP/ESALQ.

CAIRNCROSS, Frances. **Meio ambiente: custos e benefícios**. São Paulo: Nobel, 1992.

CAPIAL faz assembléia para mudar. **Jornal de Alagoas**, Maceió, 21 mai. 1989, s/p.

CAPRA, Fritjof. **A Teia da Vida**. São Paulo: Cultrix, 2002.

CARVALHO, Cícero Péricles de Oliveira. **Dinâmica econômica e políticas públicas na região fumageira /Alagoas**. Maceió, 2002.(mimeo).

CARVALHO, Cícero Péricles de Oliveira. **Pindorama: a cooperativa como alternativa ou as razões que fizeram possível a inserção competitiva de ação de pequenos produtores numa região dominada pelo latifúndio, monocultura e trabalho servil**. Maceió: EDUFAL, 2005.

CARVALHO, Daniele; PAZ, Vitor & Agência Brasil. **Brasil é campeão em desigualdade na AL**. **Gazeta Mercantil**, São Paulo, 27 out. 2003:A-5.

CARVALHO, José Maria de. **Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi**. 3 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

CARVALHO, José Maria de. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. 3 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

CASTRO, Iná Elias de. **O mito da necessidade: discurso e prática do regionalismo nordestino**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1992.

CASTRO, Josué. **Geografia da fome: o dilema brasileiro, pão e aço**. 1 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

CAVALCANTE, Enoque Gomes. **Sustentabilidade do desenvolvimento: fundamentos teóricos e metodológicos do novo paradigma**. Recife: UFPE, 1998.

CAVALCANTI, Agostinho Paula Brito. **Desenvolvimento sustentável e planejamento: bases teóricas e conceituais**. Fortaleza: UFC, 1997.

CAVALCANTI, Clóvis. **Desenvolvimento e Natureza**. São Paulo: Cortez, 1995.

CAVALCANTI FILHO, Arnóbio. (Coord.). **Alagoas: novo tempo de oportunidades**. Maceió: Graciliano Ramos, 2004.

CEPAL ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA E O CARIBE; INSTITUTO DE PESQUISA ESTATÍSTICA APLICADA & PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. **Rumo ao Objetivo do Milênio de Reduzir a Pobreza na América Latina e o Caribe**. Rio de Janeiro:CEPAL/IPEA/PNUD, 2003.

CHAUI, Marilena. **Brasil mito fundador e sociedade autoritária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.

CHESNAIS, François. **A mundialização do Capital**. São Paulo: Xamã, 1996.

CMMAD (Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento). **Nosso Futuro Comum**. 2 ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1988.

CONCEIÇÃO, Cláudio R, Gomes. Índios se interessam por patentes. **Gazeta Mercantil**, São Paulo, 08 mai. 2002:A-9.

COOPERATIVA agropecuária de Arapiraca busca alternativas à cultura do fumo. **Tribuna de Alagoas**, 06 mai. 2004:5.

COOPERATIVA AGROPECUÁRIA DE DESENVOLVIMENTO DO AGRESTE LTDA. **Estatuto Social**. Arapiraca: COOPAGRESTE,1999.

COOPERATIVA AGRO-PECUÁRIA E INDUSTRIAL DE ARAPIRACA LTDA. **Estatuto**. Arapiraca: CAPIAL,1963.

COOPERATIVA AGRO-PECUÁRIA E INDUSTRIAL DE ARAPIRACA LTDA. **Relatório de exercício 1979**. Arapiraca: CAPIAL, 1979.

COOPERATIVA AGRO-PECUÁRIA E INDUSTRIAL DE ARAPIRACA LTDA. **Relatório de atividade 81**. Arapiraca: CAPIAL, 1981.

COOPERATIVA DOS PRODUTORES RURAIS DE ARAPIRACA LTDA. **Estatuto Social**. Arapiraca: COOPERAL, 1992.

COOPERATIVA MISTA DOS PRODUTORES DE FUMO DE ALAGOAS LTDA. **Estatuto**. Arapiraca: COOPERFUMO, 1988.

COOPERATIVA pode sofrer intervenção. **Gazeta de Alagoas**. Maceió, 13 mai. 1983, s/p.

CUELLAR, Javier Perez. (Org.). **Nossa diversidade criadora**: relatório da Comissão Mundial de Cultura e Desenvolvimento. Campinas, SP: Papyrus; Brasília: UNESCO, 1997.

CUNHA, Euclides da. **Os Sertões**. 5 ed. Rio de Janeiro: Record, 2002.

DaMATTA, Roberto. **Carnavais, Malandros e Heróis**: para uma sociologia do dilema brasileiro. 6 ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

De MASI, Domênico. **O ócio criativo**. Rio de Janeiro: Sextante, 2000.

DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM. **Extensão de rodovias** – Arapiraca a outras cidades /AL. Arapiraca: DER, 2003.

DEPUTADOS são favoráveis à intervenção na CAPIAL. **Jornal de Hoje**, Maceió, 13 mai. 1983, s/p.

DESCARTES, René. **O discurso do método**: regras para a direção do espírito. São Paulo: Martin Claret, 2002.

DIAS, Lucy & GAMBINI, Roberto. **Outros 500**: uma conversa sobre a alma brasileira. São Paulo: SENAC, 1998.

DIRETORIA DE ESTATÍSTICA DO ESTADO. **Anuário de Alagoas**. Maceió:DEE, 1937.

DUPAS, Gilberto. **Economia global e exclusão social**: pobreza, emprego, estado e o futuro do capitalismo. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

EHLERS, Eduardo. **Agricultura sustentável**: origens e perspectivas de um novo paradigma. São Paulo: Livros da Terra, 1996.

ESCOBAR, Arturo. Planejamento. In: SACHS, Wolfgang (Ed.). **Dicionário do Desenvolvimento**: guia para o conhecimento como poder. Petrópolis: Vozes, 2000:211-228.

ESTEVA, Gustavo. Desenvolvimento. In: SACHS, Wolfgang (Ed.). **Dicionário do Desenvolvimento**: guia para o conhecimento como poder. Petrópolis: Vozes, 2000:59-83.

FAORO, Raimundo. **Os donos do poder**: formação do patronato político brasileiro. 3 ed. São Paulo: Globo, 2001.

FERNANDES, Marcionila & GUERRA, Lemuel (Orgs.). **Contra-discurso do desenvolvimento sustentável**. Belém: Associação de Universidades Amazônicas, 2003.

FERRARI, Livia. Dicotomia Norte /Sul barra difusão tecnológica. **Gazeta Mercantil**, São Paulo, 16 set. 2002:A-4.

FORRESTER, Viviane. **O homem econômico**. São Paulo: UNESP, 1997.

FERRINHO, Homero. **Cooperativas e desenvolvimento rural**. Lisboa: Livraria Clássica Editora, 1978.

FRANCO, Augusto de. **O novo partido**: a crise da forma-partido tradicional e o surgimento de novos sujeitos políticos na sociedade brasileira. Brasília: Instituto da Política, 1997.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 21 ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 17 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FUMICULTORES de Arapiraca atravessam sua pior crise. **Gazeta de Alagoas**, Maceió, 15 mai. 1990:B-4.

FURTADO, Celso. **Em busca de novo modelo**: reflexões sobre a crise contemporânea. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. 30. ed., São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2001.

FURTADO, Celso. **O capitalismo global**. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

GIANNETTI, Eduardo. **Felicidade**: diálogos sobre o bem-estar na civilização. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

GLIESSMAN, Stephen R. **Agroecologia**: processos ecológicos em agricultura sustentável. 2 ed. Porto Alegre: UFRGS, 2001.

GRONEMEYER, Marianne. Ajuda. In: SACHS, Wolfgang (Ed.). **Dicionário do desenvolvimento**: guia para o conhecimento como poder. Petrópolis: Vozes, 2000:18-39.

GUEDES, Zezito. **Arapiraca através do tempo**. Maceió: Gráfica Mastergraphy, 1999.

HAWKEN, Paul; LOVINS, Amory & LOVINS, L. Hunter. **Capitalismo Natural**: criando a próxima revolução industrial. São Paulo: Cultrix, 1999.

HELLER, Agnes SANTOS, Boaventura de Sousa; CHESNAIS, François; ALTVATER, Elmar; ANDERSON, Benedict; LIGHT, Margot; MUSHAKOJI, Kinhide; APPIAH, Kwame Anthony & SEGRERA, Francisco López. **A crise dos paradigmas em ciências sociais e os desafios para o século XXI**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1999.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 26 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

HOLYOAKE, George Jacob. **Os 28 tecelões de Rochdale**. 7 ed. Porto Alegre: WS Editor, 2001.

JESUS, Antônio Tavares. **O pensamento e a prática escolar de Gramsci**. Campinas, SP: Autores Associados, 1998.

INSTITUTO BRASILEIRO DE ESTATÍSTICA E GEOGRAFIA. **Censo agropecuário 1995-1996** - Condição do produtor, segundo mesorregiões, microrregiões e municípios. Rio de Janeiro: IBGE, 1998.

INSTITUTO BRASILEIRO DE ESTATÍSTICA E GEOGRAFIA. **Censo demográfico 2000** – resultados da amostra. Rio de Janeiro: IBGE, 2002.

INSTITUTO DE PESQUISA ESTATÍSTICA APLICADA /PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. **Atlas de Desenvolvimento Humano – Brasil/2003**. Rio de Janeiro:IPEA/PNUD, 2004.

LEITE, Nelson Jr. A reforma agrária que deu certo no Brasil. **Gestão Cooperativa**. Brasília:Vincere Comunicação. Ano 7, nº 18, jan/fev/2005.

LAJES, Vinícius Nobre. Estudos comparativos sobre o desenvolvimento: a contribuição de Igncy Sachs. In: FREIRE, Paulo Vieira (Org.). **Desenvolvimento e meio ambiente no Brasil: a contribuição de Ignacy Sachs**. Florianópolis: APED, 1998:121-139.

LAMARCHE, Hugues (Org.). **Agricultura familiar: comparação internacional do mito à realidade**. v. 2. Campinas, SP: UNICAMP,1998.

LAMARCHE, Hugues. As lógicas produtivas. In: **Agricultura familiar: comparação internacional do mito à realidade**. v.2. LAMARCHE, Hugues (Org.). Campinas, SP: UNICAMP,1998: 61-68.

LAMARCHE, Hugues. Por uma teoria da agricultura familiar. In: **Agricultura familiar: comparação internacional do mito à realidade**. v.2. LAMARCHE, Hugues (Org.). Campinas, SP: UNICAMP,1998: 303-337.

LANDES, David S. **Riqueza e a pobreza das nações: por que algumas são tão ricas e outras tão pobres**. Rio de Janeiro: Campus, 1998.

LATOUCHE, Serge. Padrão de vida. In: SACHS, Wolfgang (Ed.). **Dicionário do desenvolvimento: guia para o conhecimento como poder**. Petrópolis: Vozes, 2000:173-189.

LEFF, Enrique. **O saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder**. Petrópolis: Vozes, 2001.

LEFF, Enrique. **Epistemologia ambiental**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2002.

LESSA, Carlos. **Auto-estima e desenvolvimento social**. Rio de Janeiro: Garamond, 2000.

LIMA, Carlos Antonio de., SILVA, José de Oliveira e & VIGIANO, Márcio Alves. **Cooperativismo: alternativa sócio-econômica no mundo capitalista**. In: MACÊDO, Kátia Barbosa. & XIMENES, José Abel Alcanfor (Orgs.). **Cooperativismo: doutrina, descompassos e prática**. Goiânia: UNIMED, 2003: 27-55.

LIMA, Dalmo Marcelo de Albuquerque. & WILKINSON, John. (Orgs.). **Inovação nas tradições da agricultura familiar**. Brasília: CNPq /Paralelo 15, 2002.

LIRA, Fernando José de. **Crise, privilégio e pobreza: Alagoas no limiar do terceiro milênio**. Maceió: EDUFAL,1997.

LUMMIS, C. Douglas. Igualdade. In: SACHS, Wolfgang (Ed.). **Dicionário do desenvolvimento**: guia para o conhecimento como poder.. Petrópolis, RJ: Vozes,2000:112-113.

LUNA, Mozart. Dívidas inviabilizam cooperativa no sertão. **Gazeta de Alagoas**, Maceió, 30 mar. 2003:D-6.

LUSTOSA, Maria Cecília Jungueira. & Seroa da Motta, Ronaldo. **Economia do meio ambiente**: meio ambiente, economia e sociedade. Treinamento Institucional / FEAM – Fundação Estadual do Meio Ambiente. UFRJ-CCMN- NIEAD. Belo Horizonte, 2002.

MACHIAVELLI, Nícolo di Bernardo dei. **O príncipe**. Porto Alegre: L & PM, 1998.

MACÊDO, Kátia Barbosa. & XIMENES, José Abel Alcanfor (Orgs.). **Cooperativismo**: doutrina, descompassos e prática. Goiânia: UNIMED, 2003.

MAY, Peter Herman; LUSTOSA, Maria Cecília Junqueira & VINHA, Valéria Gonçalves (Orgs.). **Economia do Meio Ambiente**: teoria e prática. 3 reimp. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.

MALTA, Cláudia Viana de Melo. (Coord.). **A região fumageira de Alagoas**. Perfil sócio-econômico das famílias de produtores e trabalhadores. Maceió: UFAL/UNICEF, 1999 (mimeo).

MALUF, Renato S. O enfoque da multifuncionalidade da agricultura: aspectos analíticos e questões de pesquisa. In: LIMA, Dalmo M. de Albuquerque & WILKINSON, John (Orgs.). **Inovação nas tradições da agricultura familiar**. Brasília:CNPq /Paralelo 15. 2002:301-328.

MARGULIS, Sérgio. **Meio ambiente**: aspectos técnicos e econômicos. 2 ed. Brasília: IPEA /PNUD, 1996.

MARTIN, Hans-Peter & SCHUMANN, Harald. **A armadilha da globalização**. 3 ed. São Paulo: Globo, 1998.

MAUREL, Marie-Claude. Das trajetórias às estratégias fundiárias. In: LAMARCHE, Hugues (Org.). **Agricultura familiar**: comparação internacional do mito à realidade. v.2, Campinas, SP: UNICAMP,1998: 89-117.

MCLUHAN, Marshall. **Os meios de comunicação como extensões do homem**. 12 ed. São Paulo: Cultrix ,2002.

MEDEIROS, Josemar X.; WILKINSON, John & LIMA, Dalmo Marcelo de Albuquerque. O desenvolvimento científico-tecnológico e a agricultura familiar. In: LIMA, Dalmo Marcelo de Albuquerque & WILKINSON, John (Org.). **Inovação nas tradições da agricultura familiar**. Brasília: CNPq /Paralelo 15, 2002:23-38.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. **Novo retrato da agricultura familiar**: o Brasil redescoberto. Brasília: Coordenadoria de Comunicação Social do MDA, 2000.

MLADENATZ, Gromoslav. **História das doutrinas cooperativistas**. Brasília: CONFEBRÁS, 2003.

MONTIBELLER-FILHO, Gilberto. **O mito do desenvolvimento sustentável: meio ambiente e custos sociais no moderno sistema produtor de mercadorias**. Florianópolis: UFSC, 2001.

MORIN, Edgar. **A cabeça bem-feita: repensar a reforma e reformar o pensamento**. 6 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002a.

MORIN, Edgar. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. São Paulo: Cortez; Brasília: Unesco, 2000a.

MORIN, Edgar. **Terra-Pátria**. Porto Alegre: Sulina, 2002b.

MORIN, Edgar. **Saberes globais e saberes locais: o olhar transdisciplinar**. Rio de Janeiro: Garamond, 2000b.

NARDI, Jean Baptiste. **Fumo e desenvolvimento local em Arapiraca /AL: primeiras observações e análises para a elaboração do diagnóstico sócio-econômico municipal e regional**. Projeto Fapeal / CNPq / Funesa. Arapiraca/AL, 2004.

NARDI, Jean Baptiste. **História do fumo brasileiro**. Rio de Janeiro: Abifumo, 1985.

NHUCH, Simone. Transgênicos, o que se teme? **Gazeta Mercantil**, São Paulo, 08 jan. 2004.

NOVA fonte de renda: pequenos agricultores de Arapiraca trocam a roça pela criação de galinhas de caipiras. **Tribuna de Alagoas**, 04 jun. 2004:12.

OLINGER, Glauco. **Extensão rural: verdades e novidades**. Florianópolis: EPAGRI, 1998.

OLIVEIRA, Marcos Antonio Dantas de. (Coord). **Proposta operacional e organizacional 1999**. Maceió: EMATER/AL, 1999 (mimeo).

OLIVEIRA, Moisés Calu de. **Reorganização do espaço agrário de Arapiraca no contexto da fumicultura**. São Cristóvão, 2003. 129 p, Dissertação (Mestrado em geografia) – UFSE.

ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS BRASILEIRAS. **Anuário do Cooperativismo Brasileiro**. Brasília-DF, 2002.

PINHEIRO, Sebastião, NASR, Nasser Y. & LUZ, Dioclécio. **A agricultura ecológica e a máfia dos agrotóxicos no Brasil**. Porto Alegre: Edição dos Autores, 1993.

PINHEIRO, Sebastião. **Transgênicos: o fim do gênese**. Montevideu: Fundação Juquira Candiru, s.d..

PINHO, Diva Benevides. **O cooperativismo no Brasil: da vertente pioneira à vertente solidária.** São Paulo: Saraiva, 2004.

PINHO, Diva Benevides. **O pensamento cooperativo e o cooperativismo brasileiro:** Manual do cooperativismo. São Paulo: Brascoop/CNPq, 1982. v.1.

PIRES, Maria Luiza Lins e Silva. **O cooperativismo agrícola em questão: a trama das relações entre o projeto e a prática em cooperativas do nordeste do Brasil e do leste (Quebec) do Canadá.** Recife, 1999. 301p, Tese (Doutorado em Sociologia) - UFPE.

PRADO JÚNIOR, Caio. **Formação do Brasil contemporâneo.** 3ª reimp; 23 ed. São Paulo: Brasiliense, 1999.

PRADO, Maria Clara, R, M. Calendário fica apertado na OMC. **Gazeta Mercantil,** São Paulo, 19 /20 /21 set. 2003:A-3.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAPIRACA. **Plano municipal de desenvolvimento rural –PMDR:** período 1997-2000. Arapiraca, 1997.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAPIRACA. **Relatório de gestão: exercício de 2001.** Arapiraca:Secretaria Municipal de Saúde, 2001.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **Lei Nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971.** Brasília: Subchefia para Assuntos Jurídicos, 1971.

PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DAS ÁREAS INTEGRADAS DO NORDESTE. **Região fumageira de Alagoas:** situação atual e potencialidades. Tomo I. Instituto de Planejamento Econômica e Social /IPEA. Recife, 1975.

RAHNEMA, Majid. Pobreza. In: SACHS, Wolfgang (Ed.). **Dicionário do desenvolvimento:** guia para o conhecimento como poder. Petrópolis: Vozes, 2000:229-250.

RAWLS, John. **Uma teoria de justiça.** 2 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

REDCLIFT, Michel R. Os novos discursos de sustentabilidade. In: FERNANDES, Marcionila & GUERRA, Lemuel (Orgs.). **Contra-discurso do desenvolvimento sustentável.** Belém: Associação de Universidades Amazônicas, 2003:47-74.

REDWOOD, John. **Avaliação preliminar do PDRI da região Fumageira (Alagoas) e sugestões para sua reformulação.** SUDENE-OEA, Recife, 1980.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro:** a formação e o sentido do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

RICARDI, Luiz. **Cooperativa, a empresa do século XXI:** como os países em desenvolvimento podem chegar a desenvolvidos. São Paulo: LTr, 2000.

RIOS, Gilvando S, L. **Cooperativas Agrícolas no nordeste brasileiro e mudança social**. João Pessoa: UFPB, 1979.

ROBY, Yves. **As caixas populares Alphonse Desjardins 1900-1920**. Brasília:CONFEBRAS,2001.

ROMEIRO, Ademar R. Reforma agrária e distribuição de renda. In: SDÉTILE, João Pedro (Org.). **A questão agrária hoje**. 3 ed. Porto Alegre: UFRGS, 2002:105-136.

RUSSEL, Bertrand. **O elogio ao ócio**. Rio de Janeiro: Sextante, 2002.

SACHS, Ignacy, **Desenvolvimento humano, trabalho decente e o futuro dos empreendedores de pequeno porte no Brasil**. Brasília: Sebrae, 2002.

SACHS, Ignacy. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2000.

SACHS, Ignacy. Do crescimento econômico ao ecodesenvolvimento. In: FREIRE, Paulo Vieira (Org.). **Desenvolvimento e meio ambiente no Brasil**: a contribuição de Ignacy Sachs. Florianópolis: APED, 1998:161-163.

SACHS, Ignacy. **Estratégias de transição para o século XXI**: desenvolvimento e meio ambiente. São Paulo: Studio Nobel: Fudap, 1993.

SACHS, Ignacy. **Ecodesenvolvimento: crescer sem destruir**. São Paulo: Vértice, 1986.

SACHS, Wolfgang (Ed.) **Dicionário do desenvolvimento**: guia para o conhecimento como poder. Petrópolis: Vozes, 2000a.

SACHS, Wolfgang. Um só mundo. In: **Dicionário do desenvolvimento**: guia para o conhecimento como poder. Petrópolis: Vozes, 2000b:355-370.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. 9 ed. Rio de Janeiro: Record, 2002.

SCHNEIDER, Sérgio. **Agricultura familiar e industrialização**: pluriatividade e descentralização industrial no Rio Grande do Sul. Porto Alegre: UFRGS, 1999.

SEMINÁRIO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL. **Anais Seminário Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural: uma nova extensão rural para a agricultura familiar**. Brasília: PNUD,1997.

SEN, Amartya Kumar. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia da Letras, 2000.

SEROA DA MOTTA, Ronaldo. **Desafios ambientais da economia brasileira** (texto para discussão número 509). Rio de Janeiro:IPEA, 1997:1-23.

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS. **Cooperação:** a gente faz mais trabalhando juntos. Brasília: Revista SEBRAE, nº 7, nov./dez.2002.

SHIVA, Vandana. Recursos naturais. In: SACHS, Wolfgang (Ed.). **Dicionário do desenvolvimento:** guia para o conhecimento como poder. Petrópolis: Vozes, 2000:300-316.

SILVA, Fabiana. Integração amplia semi-árido de AL. **O Jornal**, Maceió, 11 mar. 2005:A-17.

SINGER, Paul. **Introdução à Economia Solidária.** 1 ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

SOBRINHO, José Vasconcelos. **Catecismo da ecologia.** 2 ed. Petrópolis: Vozes, 1979.

SOROS, George. **A crise do capitalismo:** as ameaças aos valores democráticos. As soluções para o capitalismo global. 3 ed. Rio de Janeiro: Campus, 1998.

STIGLITZ, Joseph, E. **A globalização e seus malefícios:** a promessa não cumprida de benefícios globais. 3 ed. São Paulo: Futura, 2002.

SUPLICY, Eduardo Matarazzo. **Renda de cidadania:** a saída é pela porta. São Paulo: Cortez e Fundação Perseu Abramo, 2002.

TEDESCO, João Carlos. Contratualização e racionalidade familiar. In: **Agricultura familiar:** realidades e perspectivas 3 ed. Passo Fundo: UPF, 2001:107-148.

TERENA, Marcos. Patentes do saber indígena. **Gazeta Mercantil**, São Paulo, 12 mai. 2003:A-3.

ULLRICH, Otto. Tecnologia. In: SACHS, Wolfgang (Ed.). **Dicionário do desenvolvimento:** guia para o conhecimento como poder. Petrópolis: Vozes, 2000:339 e 341.

Van PARIJS, Phillipe. **O que uma sociedade justa?** São Paulo:Ática, 1997.

VEIGA, José Eli da. **A face rural do desenvolvimento:** natureza, território e agricultura. Porto Alegre: UFRGS,2000.

VEJA. São Paulo:Abril, 14.06.2000.

VEJA. São Paulo:abril. 21.09.2001.

VERAS, Edimilson Correia. **A economia e as finanças públicas em Alagoas:** elementos para um diagnóstico da crise atual. Maceió, 1998.

VINHA, Valéria Gonçalves da. As empresas e o desenvolvimento sustentável: da eco-eficiência à responsabilidade social corporativa. In: MAY, Peter Herman; LUSTOSA, Maria Cecília Junqueira & VINHA, Valéria Gonçalves (Orgs.). **Economia**

do Meio Ambiente: teoria e prática. 3 reimp. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003: 173-196.

WANDERLEY, Maria Nazareth Baudel & LOURENÇO, Fernando Antonio. O agricultor e a vida local. In: LAMARCHE, Hugues (Org.). **Agricultura familiar:** comparação internacional do mito à realidade. v.2. Campinas, SP: UNICAMP,1998: 207-231.

WEBER, Max. **A Ética Protestante e o espírito do capitalismo.** São Paulo: Martins Claret, 2002.

WEHRLE, Andrés. O movimento agroecológico da América Latina e do Caribe (MAELA): por uma nova face para nossa agricultura. In: ALMEIDA, Jalcione & NAVARRO, Zander (Orgs.). **Reconstruindo a agricultura:** idéias e ideais na perspectiva de desenvolvimento rural sustentável. 2 ed. Porto Alegre: UFRGS,1998:162-168.

WEID, Jean Marc von der & ALTIERI, Miguel. As perspectivas do manejo de recursos naturais com base ecológica para os agricultores de baixa renda no século XXI. In: LIMA, Dalmo Marcelo de Albuquerque & WILKINSON, John (Orgs.). **Inovação nas tradições da agricultura familiar.** Brasília:CNPq /Paralelo 15, 2002.

YOUNG, Carlos Eduardo Frickmann. Contabilidade Ambiental Nacional: fundamentos teóricos e aplicação empírica no Brasil. In: MAY, Peter Herman; LUSTOSA, Maria Cecília Junqueira & VINHA, Valéria Gonçalves (Orgs.). **Economia do Meio Ambiente:** teoria e prática. 3 reimp. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003:101-132.

7.....DEPOIMENTOS AO AUTOR

ALVES, Claudionor Izidoro. 20/03/2004. Sócio da COOPERFUMO/Arapiraca/AL.

ARAÚJO^a, Alandson. 18/03/2005. Gerente da UNICRED/Arapiraca/AL.

ARAÚJO^b, José Pereira de. 07/07/2004. Extensionista agrícola da SEAGRI em Arapiraca/AL.

BENTO, Antônio de Albuquerque. 09/04/2004. Presidente da COOVENOL/Arapiraca/AL.

BRITO, Margarida de Oliveira. 23/01 e 22/04/2004. Secretária da COOPERAL, triênio 1998-2001.

CARVALHO, José Távaro Rodrigues. 16/08/2004. Diretor de Operações da COOPAGRESTE/Arapiraca/AL.

DÃO, José Félix. 04/08/2004. Extensionista Agrícola da SEAGRI em Arapiraca/AL.

FERREIRA, Noel Macedo. 12/02 e 18/08/2004. Presidente da cooperativa COPAÍBA/Arapiraca/AL.

IRMÃO, Francisco de Souza. 14/01; 12/03; 08 e 15/04 e 10/06/2004. Presidente da CAPIAL/Arapiraca/AL.

LIMA, Antônio Nunes de. 06/07/2004. Extensionista Agrícola da SEAGRI em Coité do Nóia/AL.

LÚCIO, Elineide Barbosa. 03/08/2004. Extensionista social da SEAGRI em Girau do Ponciano/AL.

MÂNCIO, Sílvio. 13/10/2004. Assessor sindical da FETAG, Maceió/AL.

MEDEIROS, Adelmo Inácio. 07/07/2004. Extensionista agrícola da SEAGRI em Feira Grande/AL.

MELO^c, Adelmo Rodrigues de. 11 e 14/04/2004. secretário da CAPIAL/Arapiraca, triênio 1987-1990.

MELO^d, José Antonio de. 27 e 28/01, 28/04 e 08/07/2004. Membro do Conselho fiscal da COOPAGRESTE/ ArapiracaAL, triênio 1999-2003.

NUNES^e, Claudenir Rolim. 10/09/2004. Presidente da UNAMAR/Arapiraca/AL.

NUNES^f, Severino de Oliveira. 15/07/2004. Extensionista agrícola da SEAGRI em Coité do Nóia/ AL.

OLIVEIRA^g, Elielton Amaral de. 07/07/2004. Extensionista agrícola da SEAGRI em Arapiraca/AL.

OLIVEIRA^h, José Firmino de. 18/02; 13/03, 06/04 e 19/05/2004. Presidente da COOPERFUMO/Arapiraca/AL.

OLIVEIRAⁱ, Leônidas Correia de. 10/03, 06 e 13/04/2004. Presidente da CAPIAL, 1976-1978 e Vice-presidente 1979-1982.

PALMEIRA, José Francisco Farias. 16/06/2004. Extensionista agrícola da SEAGRI em Craíbas/AL.

SANTOS^j, Benedito Umbelino. 02/09/2004. Diretor Administrativo da cooperativa COOPCRAL/Arapiraca/AL.

SANTOS^k, Genildo Bispo dos. 05/05/2004. Auxiliar administrativo da UNIODONTO/Arapiraca/AL.

SANTOS^l, Josângela Lemos. 05/05/2004. Auxiliar administrativa da UNIMED/Arapiraca/AL.

SANTOS^m, João Pereira dos. 19/04 e 05/07/2004. Presidente da COOPERAL/Arapiraca/AL.

SANTOSⁿ, Luís Carlos dos. 09/09/2004. Contador do Sindicato da Agricultura e Pecuária em Arapiraca/AL.

SANTOS^o, Valdenice. 12/06/2004. Extensionista social da SEAGRI em Craíbas/ AL.

SANTOS^p, Valdomiro Batista. 12/07/2004. Extensionista agrícola da SEAGRI em Lagoa da Canoa/ AL.

SANTOS^q, Jorge Luís Tomé dos. 21/07/2004. Extensionista agrícola da SEAGRI em Taquarana/AL.

SILVA^r, Cícero Antônio da. 28/01, 27/04, 06 e 08/07/2004. membro do Conselho Fiscal da COOPAGRESTE, triênio 1999-2003.

SILVA^s, Genivaldo Oliveira. 13/10/2004. Secretário de Política Agrícola da FETAG/AL.

SILVA^t, José Barbosa da. 14/09/2004. Presidente da FACOMAR/Arapiraca/AL.

SILVA^u, Maria Selma Correa. 06/05/2004. Sócia da COOPERVENDAS/Arapiraca/AL.

SILVA^v, Maria Helena da. 20/06/2004. Extensionista social da SEAGRI em Coité do Nóia/AL.

SILVA^w, Miguel José da. 22/01; 05 e 16/02; 10/03, 20/04, 05 e 09/07/2004. Tesoureiro da COOPERAL/Arapiraca/AL.

SILVA^x, Valdeci Araújo da. 29/01; 18/02, 29/04 e 07/06/2004. Presidente da COOPAGRESTE/Arapiraca/AL.

SILVA^y, Severino Lourenço da. 16/02, 09/03 e 07/04/2004. Vice-presidente da COOPERFUMO/Arapiraca/AL, triênio 1988-1991.

TAVARES^z, Luís Cavalcante. 22/06/2004. Extensionista agrícola da SEAGRI em Limoeiro de Anadia/AL.

TAVARES, Maria Gorete Gomes. 22/01 e 06/05/2004. Responsável pelo setor administrativo interno da COOPERAL/Arapiraca/AL.

VASCONCELOS FILHO, José Chaves de. 07/07/2004. Pesquisador da SEAGRI/Arapiraca/AL.

VITORINO, Lizete Gomes Carvalho. 21/06/2004. Extensionista social da SEAGRI em Arapiraca/AL.

8.....ANEXOS

8.1.....Questionário da ENTREVISTA

- 1 – Quais razões levaram o senhor a entrar na cooperativa?
- 2 – Quais os benefícios em ser cooperado?
- 3 – Como você define seu trabalho de diretor?
- 4 – Fale sobre o seu relacionamento com os demais sócios.
- 5 – Por que o sucesso de uma cooperativa depende da educação cooperativista?
- 6 – A lei cooperativista nº 5.764 trata da estrutura e funcionamento das cooperativas. Essa lei é discutida entre os dirigentes?
- 7 – A cooperativa, em primeiro lugar, é uma associação de pessoas; em um segundo plano, é uma empresa econômica. Deste modo, o objetivo maior da cooperativa é fazer com que as necessidades comuns sejam realizadas. A cooperativa utilizava-se dessa estratégia para fazer o cooperativismo funcionar ou só alimentava o lado econômico?
- 8 – O sistema cooperativista é uma estratégia importante para o enfrentamento da exclusão social. O senhor acredita que as cooperativas, ao se unirem, podem muito bem enfrentar esta situação? Por quê?
- 9 – A cooperativa está funcionando?
- 10 – Quais os objetivos da cooperativa ao armazenar os produtos agrícolas recebidos do cooperado?
- 11 – Como a cooperativa realiza a comercialização dos produtos agrícolas recebidos do cooperado?
- 12 – Quais são os produtos agrícolas mais comercializados?
- 13 – De que modo se realiza a venda dos insumos agrícolas pela cooperativa junto aos cooperados?
- 14 – Quais os insumos comercializados?
- 15 – Quais os tipos de financiamento que a cooperativa faz ao cooperado?
- 16 – Como a cooperativa se relaciona com a assistência técnica e extensão rural?
- 17 – A cooperativa incentiva a pesquisa?
- 18 – Como é o relacionamento da cooperativa com as associações comunitárias?
- 19 – Como é o relacionamento da cooperativa com os sindicatos rural e dos trabalhadores?

- 20 – Como é o relacionamento da cooperativa com as instituições governamentais, Câmara Municipal, Agentes Financeiros, Secretarias de Agricultura Municipal e Estadual e Organizações não-governamentais (ONG's)?
- 21 – Como é o relacionamento da cooperativa com os políticos?
- 22 – A cooperativa viabiliza economicamente o cooperado?
- 23 – Quais os ganhos sociais que a cooperativa oferece ao cooperado?
- 24 – Quanto ao uso de agrotóxicos, adubos e práticas de conservação de solo, a cooperativa orienta o cooperado para a proteção do meio ambiente?
- 25 – Que processos decisórios são usados pela cooperativa?
- 26 – Que motivos levam os agricultores a criar a cooperativa?